



Cadernos do IUM



ESTUDOS ESTRATÉGICOS DAS CRISES E DOS CONFLITOS ARMADOS

Coordenação: BGEN Lemos Pires, TCOR Ferreira da Cruz,
TCOR Pinto Correia e TCOR Bretes Amador



Maio 2021

INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR

**ESTUDOS ESTRATÉGICOS
DAS CRISES E DOS CONFLITOS ARMADOS**

Coordenadores

Brigadeiro-general Lemos Pires
Tenente-coronel Ferreira da Cruz
Tenente-coronel Pinto Correia
Tenente-coronel Bretes Amador

IUM – Centro de Investigação e Desenvolvimento (CIDIUM)
Maio de 2021

Os **Cadernos do IUM** têm como principal objetivo divulgar os resultados da investigação desenvolvida no/sob a égide IUM, autonomamente ou em parcerias, que não tenha dimensão para ser publicada em livro. A sua publicação não deverá ter uma periodicidade definida. Contudo, deverão ser publicados, pelo menos, seis números anualmente. Os temas devem estar em consonância com as linhas de investigação prioritárias do CIDIUM. Devem ser publicados em papel e eletronicamente no sítio do IUM. Consideram-se como objeto de publicação pelos Cadernos do IUM:

- Trabalhos de investigação dos investigadores do CIDIUM ou de outros investigadores nacionais ou estrangeiros;
- Trabalhos de investigação individual ou de grupo de reconhecida qualidade, efetuados pelos discentes, em particular pelos do CEMC e pelos auditores do CPOG que tenham sido indicados para publicação e que se enquadrem no âmbito das Ciências Militares, da Segurança e Defesa Nacional e Internacional;
- Papers, ensaios e artigos de reflexão produzidos pelos docentes;
- Comunicações de investigadores do IUM efetuadas em eventos científicos (e.g., seminários, conferências, workshops, painéis, mesas redondas), de âmbito nacional ou internacional, em Portugal ou no estrangeiro.

N.ºs Publicados:

1 – Comportamento Humano em Contexto Militar

Subsídio para um Referencial de Competências destinado ao Exercício da Liderança no Contexto das Forças Armadas Portuguesas: Utilização de um “Projeto STAfS” para a configuração do constructo

Coronel Tirocinado Lúcio Agostinho Barreiros dos Santos

2 – Entre a República e a Grande Guerra: Breves abordagens às instituições militares portuguesas

Coordenador: Major de Infantaria Carlos Afonso

3 – A Abertura da Rota do Ártico (*Northern Passage*). Implicações políticas, diplomáticas comerciais

Coronel Tirocinado Eduardo Manuel Braga da Cruz Mendes Ferrão

4 – O Conflito da Síria: as Dinâmicas de Globalização, Diplomacia e Segurança (Comunicações no Âmbito da Conferência Final do I Curso de Pós-Graduação em Globalização Diplomacia e Segurança)

Coordenadores: Tenente-Coronel de Engenharia Rui Vieira
Professora Doutora Teresa Rodrigues

5 – Os Novos Desafios de Segurança do Norte de África

Coronel Tirocinado Francisco Xavier Ferreira de Sousa

- 6 – Liderança Estratégica e Pensamento Estratégico
Capitão-de-mar-e-guerra Valentim José Pires Antunes Rodrigues
- 7 – Análise Geopolítica e Geoestratégica da Ucrânia
Coordenadores: Tenente-Coronel de Engenharia Leonel Mendes Martins
Tenente-Coronel Navegador António Luís Beja Eugénio
- 8 – Orientações Metodológicas para a elaboração de Trabalhos de Investigação
Coordenadores: Coronel Tirocinado Lúcio Agostinho Barreiros dos Santos
Tenente-Coronel Técnico de Manutenção de Material Aéreo Joaquim Vale Lima
- 9 – A Campanha Militar Terrestre no Teatro de Operações de Angola. Estudo da Aplicação da Força por Funções de Combate
Coordenadores: Coronel Tirocinado José Luís de Sousa Dias Gonçalves
Tenente-Coronel de Infantaria José Manuel Figueiredo Moreira
- 10 – O Fenómeno dos “*Green-on-Blue Attacks*”. “*Insider Threats*” – Das Causas à Contenção
Major de Artilharia Nelson José Mendes Rêgo
- 11 – Os Pensadores Militares
Coordenadores: Tenente-Coronel de Engenharia Leonel José Mendes Martins
Major de Infantaria Carlos Filipe Lobão Dias Afonso
- 12 – *English for Specific Purposes no Instituto Universitário Militar*
Capitão-tenente ST Eling Estela do Carmo Fortunato Magalhães Parreira
- 13 – I Guerra Mundial: das trincheiras ao regresso
Coordenadores: Tenente-Coronel de Engenharia Leonel José Mendes Martins
Major de Infantaria Fernando César de Oliveira Ribeiro
- 14 – Identificação e caracterização de infraestruturas críticas – uma metodologia
Major de Infantaria Hugo José Duarte Ferreira
- 15 – O DAESH. Dimensão globalização, diplomacia e segurança. Atas do seminário 24 de maio de 2016
Coordenadores: Tenente-Coronel de Engenharia Adalberto José Centenico
Professora Doutora Teresa Ferreira Rodrigues
- 16 – Cultura, Comportamento Organizacional e Sensemaking
Coordenadores: Coronel Piloto-Aviador João Paulo Nunes Vicente
Tenente-Coronel Engenheira Aeronáutica Ana Rita Duarte Gomes S. Baltazar
- 17 – Gestão de Infraestruturas Aeronáuticas
Major Engenheira de Aeródromos Adelaide Catarina Gonçalves

- 18 – A Memória da Grande Guerra nas Forças Armadas
Major de Cavalaria Marco António Frontoura Cordeiro
- 19 – Classificação e Análise de Fatores Humanos em Acidentes e Incidentes na Força Aérea
Alferes Piloto-Aviador Ricardo Augusto Baptista Martins
Major Psicóloga Cristina Paula de Almeida Fachada
Capitão Engenheiro Aeronáutico Bruno António Serrasqueira Serrano
- 20 – A Aviação Militar Portuguesa nos Céus da Grande Guerra: Realidade e Consequências
Coordenador: Coronel Técnico de Pessoal e Apoio Administrativo
Rui Alberto Gomes Bento Roque
- 21 – Saúde em Contexto Militar (Aeronáutico)
Coordenadoras: Tenente-Coronel Médica Sofia de Jesus de Vidigal e Almada
Major Psicóloga Cristina Paula de Almeida Fachada
- 22 – *Storm Watching. A New Look at World War One*
Coronel de Infantaria Nuno Correia Neves
- 23 – Justiça Militar: A Rutura de 2004. Atas do Seminário de 03 de março de 2017
Coordenador: Tenente-Coronel de Infantaria Pedro António Marques da Costa
- 24 – Estudo da Aplicação da Força por Funções de Combate - Moçambique 1964-1975
Coordenadores: Coronel Tirocinado de Infantaria Jorge Manuel Barreiro Saramago
Tenente-Coronel de Infantaria Vítor Manuel Lourenço Ortigão Borges
- 25 – A República Popular da China no Mundo Global do Século XXI. Atas do Seminário de 09 de maio de 2017
Coordenadores: Professora Doutora Teresa Maria Ferreira Rodrigues
Tenente-coronel de Infantaria Paraquedista Rui Jorge Roma Pais dos Santos
- 26 – O Processo de Planeamento de Operações na NATO: Dilemas e Desafio
Coordenador: Tenente-coronel de Artilharia Nelson José Mendes Rêgo
- 27 – Órgãos de Apoio Logístico de Marinhas da OTAN
Coordenador: Capitão-tenente de Administração Naval Duarte M. Henriques da Costa
- 28 – Gestão do Conhecimento em Contexto Militar: O Caso das Forças Armadas Portuguesas
Coordenador: Coronel Tirocinado Lúcio Agostinho Barreiros dos Santos
- 29 – A Esquadra de Superfície da Marinha em 2038. Combate de alta Intensidade ou Operações de Segurança Marítima?
Capitão-de-mar-e-guerra Nuno José de Melo Canelas Sobral Domingues

- 30 – Centro de Treino Conjunto e de Simulação das Forças Armadas
Coronel Tirocinado de Transmissões Carlos Jorge de Oliveira Ribeiro
- 31 – Avaliação da Eficácia da Formação em Contexto Militar: Modelos, Processos e Procedimentos
Coordenadores: Tenente-coronel Nuno Alberto Rodrigues Santos Loureiro
Coronel Tirocinado Lúcio Agostinho Barreiros dos Santos
- 32 – A Campanha Militar Terrestre no Teatro de Operações da Guiné-Bissau (1963-1974).
Estudo da Aplicação da Força por Funções de Combate
Coordenadores: Brigadeiro-general Jorge Manuel Barreiro Saramago
Tenente-coronel de Administração Domingos Manuel Lameira Lopes
- 33 – O Direito Português do Mar: Perspetivas para o Séc. XXI
Coordenadora: Professora Doutora Marta Chantal Ribeiro
- 8 – Orientações Metodológicas para a elaboração de Trabalhos de Investigação (2.ª edição, revista e atualizada)
Coordenadores: Coronel Tirocinado Lúcio Agostinho Barreiros dos Santos
Coronel Técnico de Manutenção de Material Aéreo Joaquim Vale Lima
- 34 – Coreia no Século XXI: Uma península global
Coordenadores: Professora Doutora Teresa Maria Ferreira Rodrigues
Tenente-coronel Rui Jorge Roma Pais dos Santos
- 35 – O “Grande Médio Oriente” Alargado – Volume I
Coordenadores: Professor Doutor Armando Marques Guedes
Tenente-coronel Ricardo Dias Costa
- 36 – O “Grande Médio Oriente” Alargado – Volume II
Coordenadores: Professor Doutor Armando Marques Guedes
Tenente-coronel Ricardo Dias Costa
- 37 – As Forças Armadas no Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais
Coordenador: Tenente-coronel Rui Jorge Roma Pais dos Santos
- 38 – A Participação do Exército em Forças Nacionais Destacas: Casos do Kosovo, Afeganistão e República Centro-Africana. Vertente Operacional e Logística
Coordenador: Brigadeiro-general Jorge Manuel Barreiro Saramago
Major de Transmissões Luís Alves Batista
Major de Material Tiago José Moura da Costa

- 39 – Pensar a Segurança e a Defesa Europeia. Atas do Seminário 09 de maio de 2019
Coordenador: Tenente-coronel Marco António Ferreira da Cruz
- 40 – Os Desafios do Recrutamento nas Forças Armadas Portuguesas. O Caso dos Militares Contratados
Coordenador: Coronel Tirocinado Lúcio Agostinho Barreiros dos Santos
- 41 – Inovação na Gestão de Recursos Humanos nas Forças Armadas Portuguesas: Os Militares em Regime de Contrato. Atas das Comunicações do *Workshop* de 28 de janeiro de 2019
Coordenador: Coronel Tirocinado Lúcio Agostinho Barreiros dos Santos
- 42 – Sistemas de Controlo de Gestão: Modelos, Processos e Procedimentos
Coordenador: Tenente-coronel Nuno Alberto Rodrigues Santos Loureiro
- 43 – Desafios Estratégicos para Portugal no Pós-Covid-19
Auditores Nacionais do Curso de Promoção a Oficial General 2019/2020
- 44 – Gestão Estratégica: Contributos para o Paradigma Estrutural da Marinha Portuguesa
Capitão-de-mar-e-guerra Nuno Sardinha Monteiro
- 45 – A Geopolítica dos *Chokepoints* e das *Shatterbelts* (Volume I)
Coordenadores: Professor Doutor Armando Marques Guedes
Tenente-coronel Marco António Ferreira da Cruz
- 46 – A Geopolítica dos *Chokepoints* e das *Shatterbelts* (Volume II)
Coordenadores: Professor Doutor Armando Marques Guedes
Tenente-coronel Marco António Ferreira da Cruz
- 47 – A Geopolítica dos *Chokepoints* e das *Shatterbelts* (Volume III)
Coordenadores: Professor Doutor Armando Marques Guedes
Tenente-coronel Marco António Ferreira da Cruz

Como citar esta publicação

Pires, N. B. L., Cruz, M. A. F., Correia, J. M. P., & Amador, P. A. B. (Coords). (2021). *Estudos Estratégicos das Crises e dos Conflitos Armados*. Cadernos do IUM, 48. Lisboa: Instituto Universitário Militar.

Diretor

Tenente-general José Augusto de Barros Ferreira

Editor-chefe

Comodoro João Paulo Ramalho Marreiros

Coordenadora Editorial

Tenente-coronel Psicóloga Cristina Paula de Almeida Fachada

Capa – Composição Gráfica

Tenente-coronel Técnico de Informática Rui José da Silva Grilo

Secretariado

Primeiro-marinheiro Rodolfo Miguel Hortência Pereira
Assistente técnica Gisela Cristina da Rocha Basílio

Propriedade e Edição

Instituto Universitário Militar
Rua de Pedrouços, 1449-027 Lisboa
Tel.: (+351) 213 002 100
Fax: (+351) 213 002 162
E-mail: cidium@ium.pt
<https://cidium.ium.pt/site/index.php/pt/publicacoes/as-colecoes>

Paginação, Pré-Impressão e Acabamento

Sumário Colorido
Rua de Palames, Edifício Caravelas 1º esq.
2970-703 Sesimbra
Tel: (+351) 932 696 712
E-mail: sumariocolorido@gmail.com

ISBN: 978-989-54940-2-6
ISSN: 2183-2129
Depósito Legal: 484035/21
Tragem: 90 exemplares

© Instituto Universitário Militar, maio, 2021.

Nota do Editor:

Os textos/conteúdos do presente volume são da exclusiva responsabilidade dos seus autores.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	1
<i>Brigadeiro-general Nuno Barrento de Lemos Pires</i>	
<i>Tenente-coronel Marco Antóni Ferreira da Cruz</i>	
<i>Tenente-coronel João Manuel Pinto Correia</i>	
<i>Tenente-coronel Paulo Alexandre Bretes Ferro Amador</i>	
PARTE I – SISTEMA INTERNACIONAL	7
CHINA NO CONTEXTO GEOPOLÍTICO MUNDIAL	9
<i>Tenente-coronel Paulo Jorge Oliveira Valente</i>	
O CONFLITO RÚSSIA-UCRÂNIA. O CASO DA CRIMEIA	29
<i>Major Antero de Aguiar Marques-Teixeira</i>	
A CORRIDA AO ESPAÇO. DINÂMICAS CONFLITUAIS GLOBAIS	47
<i>Major João Pedro Coixão dos Reis Bento</i>	
PARTE II – ESTRATÉGIA	67
IRÃO NUCLEAR. IMPACTOS REGIONAIS FUTUROS	69
<i>Tenente-coronel Paulo Miguel dos Santos Gonçalves</i>	
UMA CHINA SUPERPOTÊNCIA. DESAFIOS AO SEU PENSAMENTO E CULTURA ESTRATÉGICA	91
<i>Major Miguel Ângelo de Jesus Cabrita</i>	
PARTE III – CONFLITUALIDADE	109
A CONFLITUALIDADE NO NORTE DE MOÇAMBIQUE. DAS CAUSAS E DAS CONSEQUÊNCIAS	111
<i>Tenente-coronel José Arlindo Varela Pereira</i>	
IDLIB (SÍRIA). OPÇÕES DE RESPOSTA MILITAR	137
<i>Tenente-coronel Flávio Luiz Lopes dos Prazeres</i>	

PARTE IV – POLÍTICAS DE SEGURANÇA	159
A IMPORTÂNCIA DO INSTRUMENTO MILITAR NA ESTRATÉGIA GLOBAL DA UE	161
<i>Tenente-coronel Ricardo Filipe da Silva Cortinhas</i>	
A RELAÇÃO TRANSATLÂNTICA (UE E EUA) NA ERA TRUMP	181
<i>Tenente-coronel Vítor Martins Afonso Salgueiro</i>	
FORÇAS ARMADAS PORTUGUESAS E O NÍVEL CONJUNTO. SITUAÇÃO ATUAL E DESAFIOS	199
<i>Major Diogo Lourenço Serrão</i>	
PASSAGEM À RESISTÊNCIA: O ARTIGO 276.º DA CRP E O PAPEL DAS FORÇAS ARMADAS	219

INTRODUÇÃO

Nuno Barrento de Lemos Pires
Brigadeiro-general

Marco António Ferreira da Cruz
Tenente-coronel da GNR

João Manuel Pinto Correia
Tenente-coronel de Engenharia

Pedro Alexandre Bretes Ferro Amador
Tenente-coronel de Artilharia

Dando continuidade ao que podemos considerar já uma publicação consolidada no acervo literário do Instituto Universitário Militar (IUM), apresentamos a sexta edição do compêndio dos trabalhos de Estudos Estratégicos dos auditores do Curso de Estado-Maior Conjunto (CEMC), 2018-2019. De entre os 37 trabalhos realizados no âmbito da Unidade Curricular (UC) de Estudos Estratégicos, levados a cabo por Oficiais das Forças Armadas Portuguesas (Marinha, Exército e Força Aérea) e da Guarda Nacional Republicana, e de Oficiais de países amigos, designadamente do Brasil e do Reino de Espanha, foram selecionados onze, com base na atualidade dos temas tratados e na qualidade das análises realizadas por cada um dos autores.

A UC de Estudos Estratégicos assume particular importância no contexto geral do CEMC, na medida em que representa o corolário do desenvolvimento das capacidades de investigação e da maturidade de análise dos auditores do CEMC, uma vez que, chegados a esta fase, já encerraram os estudos com outras matérias também elas concorrentes para os Estudos Estratégicos, designadamente das UC's de Contexto Internacional, de Geopolítica e de Guerra e Paz. Nesta UC, pretende-se fomentar nos auditores a capacidade de reflexão e espírito crítico, a partir de uma perspetiva integral, relativamente aos assuntos de segurança e de defesa, designadamente nas formas de aplicação do instrumento militar, face a uma panóplia de ameaças e riscos à segurança nacional e internacional. Neste domínio, a contextualização securitária, ou seja, o tipo e a natureza das ameaças, assume uma especial preocupação durante o processo de análise na UC de Estudos Estratégicos.

O reconhecimento da diversidade das ameaças que enfrentamos nos dias de hoje, e às quais o instrumento militar fornece um contributo essencial, releva o papel que os Estudos Estratégicos têm para o conhecimento científico. A identificação dos temas tratados pelos auditores teve em conta esta mesma diversidade das ameaças

que enfrentamos, que vão desde o terrorismo, às alterações climáticas, passando pelas ciber ameaças, entre muitas outras, desde as mais clássicas às designadas novas ameaças. A existência destas ameaças traz, de igual modo, novas formas de conflitualidade, em que participam não só atores estatais, mas também atores não-estatais, os quais detêm elementos de poder com capacidade para influenciar o Sistema Internacional.

Além da questão das ameaças, e cumprindo a já longa tradição do Instituto na produção de conhecimento no domínio da Estratégia Militar, foram trabalhados temas que permitem analisar o percurso da estratégia contemporânea, dedicando uma particular atenção à Estratégia Nuclear, um dos jogos de «geometria variável» que se verifica quer na Península Coreana, quer na região do Médio Oriente. Ainda neste âmbito, importa relevar os trabalhos elaborados no contexto do Pensamento Estratégico, contemplando vários atores do Sistema Internacional (SI). Este exercício assume particular importância nos dias de hoje, tendo em conta que permite identificar formas de atuação no presente e prospetivar comportamentos, tendo em conta a sua linha de pensamento e de atuação no passado.

Também as Políticas de Segurança tiveram especial destaque nesta edição dos Estudos Estratégicos, quer ao nível Nacional, quer ao nível Europeu. Nesta temática, destacam-se as relações entre a União Europeia e a NATO, que têm sido marcadas por profundas divergências entre os dois lados do Atlântico e que podem trazer consequências para a segurança da Europa. Por último, um dos temas que mais tem sido objeto de disputas entre as grandes potências está associado aos novos desafios das tecnologias com aplicação e implicações na condução da Guerra.

No sentido de organizar a publicação, de acordo com as disciplinas que servem os Estudos Estratégicos, foram consideradas quatro por áreas temáticas. Assim, na Parte I – Sistema Internacional, Paulo Valente, em “*A China no contexto geopolítico mundial*”, propõe-se discorrer sobre o papel da China no contexto geopolítico mundial, recorrendo à interpretação do seu comportamento na região do Indo-Pacífico onde procura aumentar a sua influência através da materialização de um novo projeto designado por *One Belt One Road*, que visa interligar economicamente toda a região da Eurásia, conectando a China à Europa através de um conjunto de rotas comerciais. A investigação versa assim sobre a influência e as relações de tensão do poder Chinês, procurando prospetivas sobre as implicações deste seu novo projeto ao nível da conflitualidade, entre os principais atores desta região.

Em “**O conflito Rússia-Ucrânia. O caso da Crimeia**”, Antero Teixeira propõe-se apresentar uma visão atual e prospetiva derivada da conflitualidade centrada no impacto geopolítico de uma Crimeia russa nos Mares Negro e de

Azov e demais espaços político-geográficos contíguos. Correlacionando velhas e novas teorias geopolíticas e conceitos anacrônicos enformantes à corrente crise, o autor apresenta a resultante cisão alargada entre estes países vizinhos com efeitos políticos, socioeconómicos e militares ainda desconhecidos, mas com relevância para a coesão e propósitos tanto da própria Federação Russa e Ucrânia como da Aliança Atlântica e União Europeia.

A Parte I é encerrada por João Bento em **“A corrida ao espaço. Dinâmicas conflituais globais”**, que analisa a corrida contemporânea ao espaço, identificando as suas implicações para as principais potências. O espaço encontra-se num momento crucial da sua exploração e utilização. As ações conduzidas nos próximos anos irão determinar que futuro terá: desenvolvimento ou inutilização. Para as principais potências, a atual corrida ao espaço representa uma mudança de paradigma que levam os Estados Unidos da América a tentar manter a predominância, ao mesmo tempo que a República Popular da China e a Rússia desenvolvem esforços na procura do equilíbrio de poder espacial, com o objetivo de manterem a sua influência regional e salvaguardarem a sua Segurança Nacional.

Na parte dedicada à Estratégia (Parte II), Paulo Gonçalves em **“Irão nuclear. Impactos regionais futuros”**, analisa o impacto de um Irão dotado de armas de destruição massiva. As perspetivas quanto ao impacto de um Irão nuclear diferem, havendo uma distinção clara entre uma visão mais neorrealista e outra neoliberal. Caracterizados e analisados os formatos de atuação quer do Irão quer da Arábia Saudita, o autor conclui que, dado o passado recente, nomeadamente face à atuação e ao investimento militar realizado, um Irão nuclear originará uma Arábia Saudita nuclear, com a conseqüente proliferação das Armas de Destruição Massiva na região do Médio Oriente.

Analisando a China, Miguel Cabrita, em **“Uma China superpotência. Desafios ao seu pensamento e cultura estratégica”**, identifica qual o posicionamento chinês face à constante revolução e mudança que se verifica a nível global, analisando de que forma as discontinuidades aos seus pensamento e cultura estratégica, intrinsecamente ligados às linhas filosóficas de *Sun Tzu* que orientam para uma posição pacifista perante o adversário, bem como a assunção de um papel relevante por outros atores da comunidade internacional, condicionarão o China na aspiração do estatuto de Superpotência pensado por *Xi Jinping*.

Na abertura da Parte III – Conflitualidade, José Pereira, em **“A Conflitualidade no Norte de Moçambique: Das Causas e das Consequências”** analisa as dezenas de ataques ocorridos desde outubro de 2017 na Província de Cabo Delgado e que vitimaram mais de uma centena de pessoas. Identifica-se a utilização do terrorismo como manobra ou flagelação, apontando-se três causas

para a sua ocorrência: revolta por pobreza e miséria sem associação direta ao islamismo radical; revolta por pobreza e miséria associada a uma radicalização islâmica de jovens ocorrida nos últimos anos; recrutamento de jovens islâmicos, mediante pagamento, por motivos ligados à exploração de minerais e gás natural. Os ataques têm originado o medo entre a população, gerando deslocados, manifestações e preocupações políticas ligadas ao seu impacto nos investimentos de exploração de gás natural.

Com o tema **“Idlib (Síria). Opções de resposta militar”**, Flávio Prazeres analisa as Opções de Resposta Militar para a situação da província de Idlib, considerada o último reduto rebelde de resistência ao governo de Bashar al-Assad no contexto da Guerra da Síria. O controlo definitivo da região quer seja por *jihadistas*, rebeldes ou pelo próprio governo sírio é relatado como fundamental para o desfecho desse conflito que já dura mais de oito anos. Com um número bastante expressivo de atores estatais e não estatais diretamente envolvidos, estas opções com o decurso do tempo tornam-se ainda mais complexas e de difícil execução.

Na última Parte (IV – Políticas de Segurança) Ricardo Cortinhas, em **“A importância do instrumento militar na Estratégia Global da União Europeia”**, identifica as ameaças à segurança da União Europeia e analisa o contributo do instrumento militar na implementação da Política Comum de Segurança e Defesa e o nível de ambição militar que a União Europeia deve assumir, procurando demonstrar a necessidade desta organização possuir um instrumento militar (*hard power*) que lhe permita desenvolver diversos tipos de operações e missões no âmbito da Política Comum de Segurança e Defesa em simultâneo e de forma autónoma, por forma a apoiar a intenção da União em se tornar um “ator global”.

Em **“A relação transatlântica na era Trump”**, Vitor Salgueiro, identifica os fatores que criaram uma crise de confiança, sem precedentes, na aliança transatlântica, o que tem impulsionado os principais líderes europeus a aprofundarem os mecanismos de cooperação na área da Segurança e Defesa, argumentando que, apesar do ruído atualmente existente, o caminho que está a ser preparado pelos europeus é complementar e está parcialmente alinhado com os interesses norte-americanos, e o principal impulsionador do reforço da cooperação nesta área está relacionado com as regras de reembolso da participação militar dos Estados-Membros na política externa da UE.

Nos últimos dois artigos da publicação, e ainda dentro do tema IV, Diogo Serrão, em **“Forças Armadas Portuguesas e o nível conjunto. Situação atual e desafios”**, analisa a relevância de se pensar no Conjunto como uma visão integrada e transformadora da realidade presente. O desafio reside no cabal entendimento

das necessidades nacionais para uma preparação efetiva e multidimensional face às ameaças emergentes e na responsabilidade nacional para cumprir com os desígnios das organizações internacionais, às quais Portugal pertence. Para o autor, a tendência, cada vez maior, do emprego de Forças Conjuntas, coloca desafios no âmbito da estratégia operacional, genética e estrutural e Portugal e às Forças Armadas Portuguesas.

Finalmente, Pedro Silva, em “**Direito De Resistência (Art.º 276 da CRP) e o Papel Das Forças Armadas**”, clarifica que a defesa da Pátria é um direito e um dever de todos os portugueses. A passagem à Resistência pela população, numa situação de invasão e controlo territorial por uma força externa, encontra-se consagrada nos diplomas legais enquadrantes da Defesa Nacional. O presente estudo visa compreender a contribuição atual das Forças Armadas na preparação da passagem à Resistência pelo povo português, em que para tal levanta-se a seguinte questão: atualmente, como estão as Forças Armadas a implementar medidas para preparar a passagem à Resistência? Embora a passagem à Resistência esteja consagrada na legislação em vigor, talvez este assunto não tenha vindo a merecer a devida reflexão e prevenção em tempo de paz.

Os trabalhos de investigação aqui publicados representam, estamos convictos, um valioso contributo para o conhecimento científico e para os Estudos Estratégicos, procurando explicar e correlacionar as ameaças, com as dinâmicas do Sistema Internacional e os interesses e objetivos dos vários atores que neste se inserem. Esperamos, por isso, que a obra vá ao encontro das (melhores) expectativas de todos os leitores, especialistas ou simplesmente leitores interessados em saber mais sobre as matérias aqui versadas, dada a atualidade e a qualidade das análises realizadas pelos seus autores.

A todos os autores, incluindo os que não tiveram oportunidade de publicar os seus trabalhos nesta edição, resta-nos agradecer o importante contributo que deram para a continuação da afirmação do IUM no âmbito dos assuntos de segurança e de defesa, na vertente dos Estudos Estratégicos.

PARTE I
SISTEMA INTERNACIONAL

A CHINA NO CONTEXTO GEOPOLÍTICO MUNDIAL

Paulo Jorge Oliveira Valente

Tenente-coronel de Material
Auditor do Curso de Estado-Maior Conjunto 2018/19
Lisboa, Portugal

RESUMO

A presença da China em todos os pontos do globo e o seu envolvimento nas mais variadas organizações, tem feito desta um ator cada vez mais relevante no Sistema Político Internacional. Simultaneamente a China tem vindo a tentar obter um maior protagonismo e influência na região do Indo-Pacífico, através do aumento das relações diplomáticas e comerciais com os países e organizações regionais, procurando diminuir a influência dos EUA. Assim, através de um método dedutivo, procura-se analisar o papel da China no contexto geopolítico mundial, recorrendo à interpretação do seu comportamento na região do Indo-Pacífico onde procura aumentar a sua influência através da materialização de um novo projeto designado por *One Belt One Road*, que visa interligar economicamente toda a região da Eurásia, conectando a China à Europa através de um conjunto de rotas comerciais. Neste desiderato, o presente trabalho versa a influência e as relações de tensão do poder Chinês, procurando prospetivas sobre as implicações deste seu novo projeto ao nível da conflitualidade, entre os principais atores desta região.

Palavras-chave: China, Indo-Pacífico, *One Belt One Road*.

ABSTRACT

The presence of China in every part of the globe and its involvement in the most varied organizations make it's role as a relevant actor in the International Political System. At the same time, China has been trying to gain greater prominence in the Indo-Pacific region by increasing diplomatic and trade relations with countries and regional organizations, seeking to dilute US influence. This aim of this paper is analyze China's role in the world context, by interpreting its behavior in the Indo-Pacific region, where demand has increased through the materialization of a new project called One Belt One Road, which aims to interconnect economically all the Eurasian region, connecting China to Europe through a set of commercial routes. Regarding this, the present work aims to analyze the influence and the tension relations of the Chinese power, looking for results of the implementation of the One Belt One Road initiative in the Indo-Pacific region.

Keywords: China, Indo-Pacific, *One Belt One Road*

1. INTRODUÇÃO

O crescimento do papel global da China¹ e a sua importância enquanto ator internacional, tem vindo a provocar as mais diversas interpretações sobre qual será o limite do seu progresso e qual o seu nível de ambição.

A rapidez do seu desenvolvimento económico tem sido acompanhada ao nível interno pelo crescimento de todas as áreas da sociedade, desde a tecnológica, financeira, social e até militar. A sua presença global tem vindo a ser cada vez mais eficaz, sendo que a China ainda pretende alargar mais essa presença, através do seu projeto One Belt One Road (OBOR)², com a implementação de um vasto conjunto de rotas comerciais que visam ligar toda a região euro-asiática, inspirada na antiga rota da seda, aumentando a sua influência na região.

Este ambicioso projeto tem vindo a despertar preocupações junto de alguns atores do Sistema Político Internacional (SPI), que veem nesta intenção um mecanismo para a China atingir a hegemonia mundial, em plena oposição ao status quo atual, favorável às potências ocidentais em geral e aos Estados Unidos da América (EUA), em particular.

É neste desiderato que surge o objetivo do presente trabalho, na análise do pensamento geopolítico e geoestratégico da China na atualidade. Delimitando a análise à região do Indo-Pacífico, procurar-se-á investigar de que forma a implementação do projeto OBOR influenciará a presença da China nesta região, que contributos trará essa influência para as relações de tensão existentes e quais as suas consequências e tendências, ao nível da segurança.

Podemos verificar ao longo do trabalho que a implementação deste projeto irá trazer alterações ao equilíbrio político da região, fruto de novas dinâmicas e do expectável aumento da influência da China e da presença do seu poder militar, no entanto, fruto das elevadas interdependências económicas, não será expectável um aumento de conflitualidade entre os principais atores.

O presente trabalho terá como delimitação espacial e concetual as zonas de influência da *One Belt One Road* na região do Indo-Pacífico e as relações de tensão entre a China e os atores mais relevantes nesta região no domínio securitário.

Com vista à sua organização e orientação definiu-se o seguinte Objetivo Geral (OG): “Analisar as implicações da implementação da *OBOR* na região do Indo-Pacífico”. Para o alcançar, foram formulados dois objetivos específicos (OE): OE1 - “Descrever a influência do poder Chinês na área do Indo-Pacífico”; OE2 -

¹ A designação “China” representa ao longo deste trabalho o país que tem como denominação oficial, República Popular da China.

² *One Belt One Road* é o termo internacionalmente conhecido para uma grande iniciativa comercial e diplomática, que pretende ligar toda a região euro-asiática reavivando a memória da antiga “Rota da Seda”.

“Identificar as relações de tensão da China na região”.

Para atingir os objetivos propostos foram desenvolvidas uma questão central (QC) e duas questões derivadas (QD): QC – “Quais as implicações da implementação do projeto *OBOR* na região do Indo-Pacífico?”; QD1 - “Qual a influência do poder Chinês na região do Indo-Pacífico?”; QD2 - “Quais as relações de tensão da China na região?”

O trabalho encontra-se organizado em cinco partes. Na primeira parte será feita a análise ao estado da arte sobre o tema em análise; a segunda versará sobre a metodologia utilizada e o enquadramento concetual; na terceira decorrerá a investigação, correlacionando as regiões de influência chinesa com as relações de tensão existentes, numa análise geopolítica e geoestratégica do pensamento chinês; na quarta parte serão descritas as implicações da implementação do projeto da *OBOR*, numa visão da dimensão militar; por fim serão redigidas algumas conclusões que permitirão contribuir para a resposta à questão central.

2. ESTADO DA ARTE

A China e a sua influência no seio do SPI têm originado diversos trabalhos e publicações académicas sobre as mais variadas abordagens, sendo importante destacar alguns que contribuem para o entendimento da temática do presente estudo. No âmbito do pensamento geopolítico e na dimensão militar, podemos encontrar um estudo efetuado por Silva (2018), referente à relação entre a China e os EUA na região da Ásia-Pacífico, onde procurou analisar os interesses divergentes e de que forma estes países utilizam os seus instrumentos de coação para os atingir, concluindo que os ambos possuem uma relação de competição e que utilizam diferentes formas de ação, com os EUA a privilegiarem o instrumento militar e a China a utilizar o seu instrumento económico. Já Miranda (2017) advoga que a China ambiciona atingir a hegemonia mundial e que o domínio do Mar do Sul da China é apenas um primeiro passo nesse desiderato.

No âmbito da geoestratégia Lin (2017), num artigo sobre a orientação política da China para a região do médio oriente, que irá funcionar como um grande hub comercial e logístico da *OBOR*, concluiu que a motivação da expansão chinesa para esta região se movia por motivos puramente energéticos, e que este grande projeto servia apenas para minimizar essa mesma dependência. Já Vitória (2017), descreve que a *OBOR* ainda não é um foco de atenção especial por parte da China, dado que a maioria do capital investido além-fronteiras ainda é destinado à Europa e aos EUA. Em oposição, Hongzhou & Guschin (2015), num artigo sobre a implementação da *OBOR* na Ásia Central inferem que a implantação deste projeto

terá grandes desafios a enfrentar, dadas as dinâmicas geopolíticas da região.

O Austrália India Institute, (2015) numa publicação sobre o papel da China e da Índia no Oceano Índico, analisa o impacto da implementação da OBOR e a preocupação que esta representa para a Índia e para a região do Índico, concluindo que poderá representar um desafio para manutenção da liberdade de navegação neste oceano.

Considerando o desenvolvimento deste ambicioso projeto (OBOR), importa analisar de que forma este concorre para a influência da China na região do Indo-Pacífico e como contribui para moldar as relações de tensão existentes na região.

3. ENQUADRAMENTO CONCEPTUAL

Dado o estudo em análise importa providenciar alguns conceitos utilizados na abordagem ao tema, nomeadamente: geopolítica, geoestratégia e o pensamento geopolítico e geoestratégico chinês.

Assim, podemos entender o conceito de geopolítica como o relacionamento dos fatores de poder de um Estado com a política internacional e o meio geográfico envolvente (Sousa, 2005), ou como expressa Martins (1996), é o estudo da política a partir de um ponto de vista geográfico e das suas relações com o ambiente físico e social, representando que a localização geográfica dos Estados determina ou condiciona a sua postura dentro do SPI.

Já para o conceito de geoestratégia, Martins (1996, p. 36) considera que é o “estudo entre os problemas estratégicos e os fatores geográficos, à escala regional ou mundial”, procurando deduzir a influência dos fatores geográficos na análise da estratégia de um país, sendo que constitui uma forma específica de perceber a análise de conflitos (expressos ou potenciais) e dos seus comportamentos (Sousa, 2005), devendo ser percebida na forma como um Estado visualiza os seus interesses numa região e aplica os seus meios de coação na persecução dos mesmos.

No âmbito do enquadramento geográfico importa definir o conceito de Indo-Pacífico, como área privilegiada na análise deste trabalho, sendo esta definida pela delimitação oeste do Oceano Índico na costa africana e na península arábica até à região do Sudeste Asiático (Figura 1). O termo visa trazer um maior protagonismo aos países do Índico, com destaque para a Índia, em oposição do conceito Ásia-Pacífico normalmente centralizada na China (Australia India Institute, 2015; Chen, 2018).



Figura 1 – Região do Indo-Pacífico

Fonte: Times (2018)

No âmbito do pensamento geopolítico e geoestratégico chinês, Carriço (2013) infere que existe uma conceção distinta do mundo, entre o quadro mental de ocidentais e chineses, que inevitavelmente contribui para uma perceção e evolução de pensamentos estratégicos distintos. Para um estrategista chinês importa sempre perceber a “propensão das coisas” e toda a sua envolvente, focando-se nos equilíbrios e na avaliação das forças circundantes, que lhe permitam escolher a melhor oportunidade para explorar as fraquezas do adversário, sempre com tempo e sem objetivos imediatos. Assim, a competência não está na força, mas na decisão e na perspicácia, sendo sempre preferível utilizar a ameaça e a dissuasão para obrigar o adversário a ceder, ao invés da força. Esta perceção é confirmada por Correia (2018), que citando Sun Tzu, infere que “a perfeição suprema consiste em quebrar a resistência do inimigo sem o combater”, recorrendo a outras formas de coação e utilização dos instrumentos de poder.

Esta preocupação permanente da China em dar primazia ao tempo e à propensão das coisas, é transposta de forma natural para a sua relação entre Estados, onde revela preferência pela avaliação dos estudos de situação do país e da sua envolvente, estudando vantagens e desvantagens, procurando o tempo e o ritmo certo, “atravessando o rio tateando as pedras do leito” (Gaspar, 2013, p. 38).

Qi (2006) conclui que o atual pensamento geoestratégico chinês é indissociável da mentalidade formada ao longo da história chinesa e dos seus largos anos de isolamento do mundo exterior, povoado por bárbaros, vendo-se a si mesma como elemento central no mundo civilizado, sendo que esta mentalidade manteve-se inalterada ao longo de séculos. Na era de Deng Xiaoping o pensamento geopolítico chinês foi focado na recuperação dos territórios perdidos no século XIX e na defesa territorial contra potências estrangeiras, criando condições para no

futuro aspirar novamente ao estatuto perdido de grande nação da Ásia e de país influente no mundo (Chung, 2016).

Com a queda da União Soviética e o fim da guerra fria, Thomas (2011) infere que a China deixou de ter a preocupação com invasões estrangeiras e assim pôde focar-se inteiramente no seu desenvolvimento económico. Com as fronteiras terrestres estabilizadas, o mar começou a ser encarado como uma oportunidade estratégica para a evolução da sua economia na expansão dos mercados, bem como para diversificar as fontes de abastecimento de matérias-primas. Também Bekkevold (2016) afirma que só após este período, a China assumiu pretender um papel mais destacado no SPI, na defesa de um mundo multipolar, em oposição à hegemonia dos EUA. No entanto para alcançar esse desígnio a China necessita de atingir primeiro certas condições: (i) a segurança das suas fronteiras e unidade nacional, que inclui Taiwan e o Mar da China; (ii) diversificação das suas fontes de recursos naturais e segurança das linhas de comunicação; (iii) aumentar a sua influência na Ásia como espaço de segurança regional.

Já Chung (2016) infere que, só com o desenvolvimento económico a China viu finalmente criadas as condições para expandir a sua influência global, através de uma maior envolvimento e protagonismo nas organizações internacionais e um maior destaque no contexto geopolítico da região euroasiática, através da influência política e económica da região, procurando diminuir a influência dos EUA, sendo este o atual foco do pensamento geopolítico e geoestratégico da China.

4. INVESTIGAÇÃO

Segundo Tomé (2008), “a China não é apenas mais uma potência emergente, é a grande potência ressurgente [...] que está novamente a reaparecer abalando a ordem asiática e internacional” (p. 1). A evolução do crescimento da China e da sua importância em praticamente todas as regiões do globo tem levado à admiração dos restantes países, na forma como conseguiu uma vertiginosa ascensão económica nos últimos 30 anos, passando de um país em via de desenvolvimento para uma das maiores potências económicas, com um crescimento médio do PIB de cerca de 10% ao ano (Tomé, 2008).

4.1. REGIÕES DE INFLUÊNCIA

Desde que a China implementou a sua estratégia de expansão internacional como receita para o crescimento económico, que a região do Indo-Pacífico começou a ganhar destaque na sua política externa (Liu, 2014).

A China reconhece que para ter uma influência mundial (ainda maior) necessita primeiro de dinamizar a sua diplomacia ao nível regional. Nesta base, a política externa chinesa tem vindo a adotar uma postura de aproximação às

diversas organizações regionais, sendo mais proactiva nesta área, entendendo que assim será possível obter maiores garantias de estabilidade regional e de segurança, criando condições para alargar o seu mercado numa região que tem vindo a aumentar o poder de compra e população (Duarte, 2017).

Neste desiderato, foi-se envolvendo nos organismos regionais, tornando-se o principal parceiro comercial da *Association of Southeast Asian Nations (ASEAN)*³, que representa 600 milhões de consumidores, sendo que alguns dos seus países possuem disputas de fronteiras com a China, sendo também o primeiro parceiro comercial do Japão, da Coreia do Sul e da Austrália, posicionando-se como segundo parceiro comercial de países como a Índia, Taiwan, EUA e a União Europeia (Moita & Pinto, 2017).

Como maior país exportador do mundo, está consciente da importância que se revestem as linhas de comunicação marítimas (*SLOC*⁴) e a segurança das mesmas, principalmente das que representam uma importância geoestratégica para os seus interesses diretos, como as que atravessam o Oceano Índico e o Mar da China, por onde circula a maioria das importações e exportações chinesas, assim como os recursos energéticos vitais para a sua economia (Figura 2). Desde 2003, que a questão da dependência energética do exterior e a segurança no seu abastecimento, passaram a fazer parte da agenda da política externa chinesa (Graceffo, 2016).

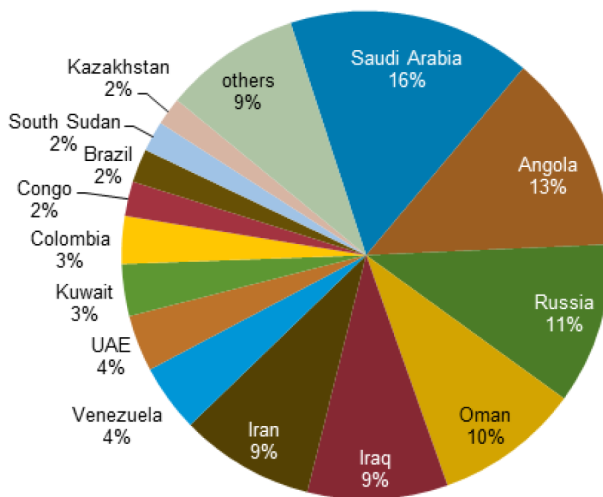


Figura 2 – Origem de importação de petróleo para a China em 2014

Fonte: EIA, US (2015)

³ ASEAN é uma organização regional de promoção económica, de segurança, de educação e integração sociocultural que abrange dez países do sudoeste asiático.

⁴ *Sea Lines of Communication*

Esta preocupação estendeu-se também à elevada dependência que existia de uma única região produtora, o Golfo Pérsico, representando cerca de 50% do total de importações, e principalmente, da rota de abastecimento desse mesmo petróleo, que era exclusivamente marítima, através do Estreito de Malaca. A falta de capacidade de controlo desta rota por parte da China levou a que iniciasse a procura de novas fontes de fornecimento e de rotas de transporte, nomeadamente terrestres, que permitissem diminuir a dependência das rotas marítimas, controladas pelas potências ocidentais. Pelo Mar da China e pelo Estreito de Malaca circula cerca de 80% do petróleo consumido na China e metade do tráfego marítimo de gás natural (Figura 3), sendo ainda neste mar que se situam os principais portos chineses (Downs, 2006; Lin C. Y., 2013).

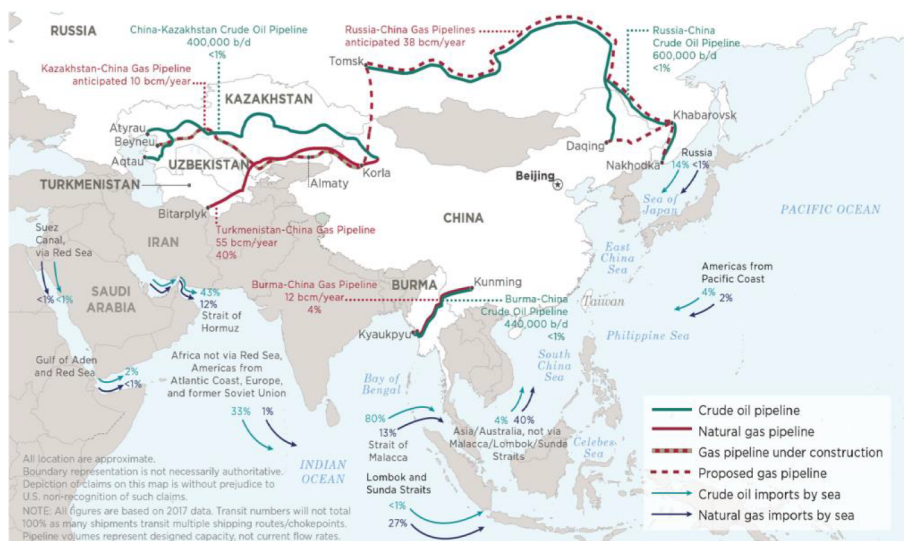


Figura 3 – Rotas de importação de energia

Fonte: US DoD (2018)

A iniciativa *One Belt, One Road* surge assim da necessidade em contornar esta limitação, garantindo a segurança energética de que a China tanto depende. Simultaneamente, Pequim vê nesta iniciativa uma forma de aumentar a sua influência geopolítica, explorar novos mercados, preservar a segurança regional e reduzir a assimetria de desenvolvimento entre as suas cidades costeiras e as províncias do interior (Duarte, 2018).

Lançada em 2013 pelo presidente chinês Xi Jinping, a *OBOR* visa interligar o continente euroasiático com a China, através de uma rede de rotas comerciais,

terrestres e marítimas, bem como oleodutos, gasodutos, infraestruturas rodoviárias, ferroviárias e de telecomunicações, através de seis corredores terrestres e um marítimo. A sua abrangência geográfica engloba 65 países, abrangendo cerca de 60% da população mundial e 30 % do PIB mundial (Lin C. , 2017).

Para a materialização da *OBOR*, a China tem vindo a desenvolver mecanismos de cooperação bilaterais com todos os países participantes, ou passíveis de participar, nesta iniciativa, cujo plano final ainda não se encontra encerrado, estimando-se o ano de 2021 para a apresentação do projeto oficial (Figura 4).

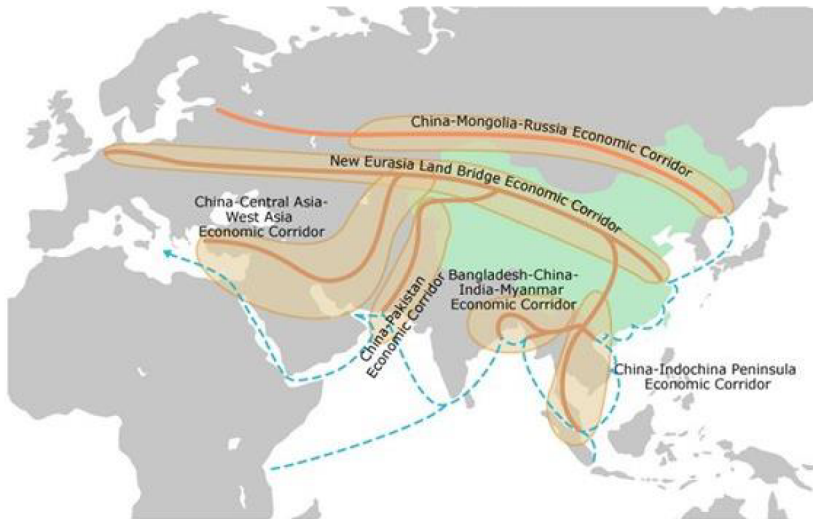


Figura 4 – Corredores económicos da OBOR

Fonte: HKTDC Research (2017)

Dentro dos países envolvidos encontram-se alguns que, pelo seu posicionamento geográfico, são fundamentais para a sua concretização. Assim, entre outros, a China tem vindo a desenvolver laços de aproximação junto do Paquistão, Índia, Sri Lanka, Irão e Indonésia. O Sri Lanka possui uma centralidade geográfica fundamental no controlo da rota marítima ao longo do Oceano Índico; o Irão representa um acesso ao Golfo Pérsico, um mercado para exportação dos seus produtos e um contrabalanço na tendência pró-ocidental dos países desta região; a Indonésia é um dos países que controlam o Estreito de Malaca, fundamental para o comércio marítimo e para o acesso da Marinha Chinesa ao Índico (Khurana, 2016); o Paquistão é já um dos beneficiários imediatos desta iniciativa, ao receber investimentos no seu porto marítimo de Gwadar, que integra o projeto de ligação à província chinesa de Xinjiang, através do corredor comercial China-Paquistão

(Figura 5), permitindo à China ter uma alternativa ao dilema do Estreito de Malaca e poupar custos no transporte de energia e mercadorias entre os portos marítimos e as suas províncias do interior (Lin C. , 2017).

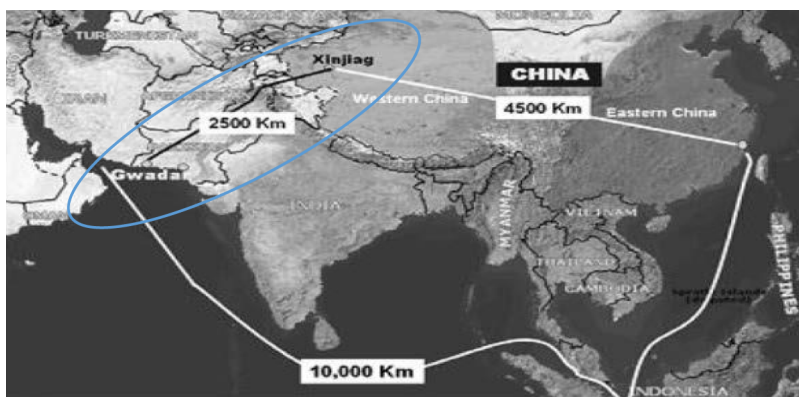


Figura 5 – Corredor comercial China-Paquistão

Fonte: Lin (2017)

Através do seu desenvolvimento económico a China expandiu as suas relações diplomáticas com quase todos os países do globo. Na região do Indo-Pacífico tem procurado aumentar a sua influência através da integração em organismos internacionais, de âmbito regional e global. Desta forma procura expandir os seus interesses nesta região, alcançando novos mercados e oportunidades, apoiada na sua mais recente iniciativa, a *OBOR*. Esta representa um imenso desafio diplomático e económico, que pretende interligar todo o continente euroasiático à China através de corredores comerciais, apoiados em pontos de apoio marítimos ao longo do Índico. Assim, em resposta a QD1, podemos inferir que, seja através de relações diplomáticas e económicas bilaterais, seja através de relações multilaterais através de organizações regionais, a China é hoje um ator impossível de ser ignorado na região do Indo-Pacífico, pretendendo alargar ainda mais a sua influência nesta área através da *OBOR*.

4.2. RELAÇÕES DE TENSÃO

A herança do pensamento estratégico chinês advoga a paz e a primazia da diplomacia e da economia, em alternativa ao poder militar, sendo este apenas permitido como último recurso (Carriço, 2015). Assim, em matéria de política externa, a prioridade da China passa por manter um ambiente regional e internacional estável, que seja propício ao estabelecimento de relações comerciais

favoráveis, que lhe permitam continuar o seu desenvolvimento económico, que tantos proveitos lhe tem trazido (Tomé, 2008).

No entanto a China, fruto do seu grande envolvimento internacional, também tem vindo a sentir a necessidade de coordenar o seu crescimento económico com a expansão da sua capacidade militar, por forma a conseguir assegurar uma capacidade de dissuasão na defesa dos seus interesses estratégicos contra possíveis intervenções de potências estrangeiras, nomeadamente os EUA (Luttwak, 2012; Tomé, 2018).

Desde a crise do Estreito de Taiwan em 1995 - onde a China foi confrontada com o poderio militar Norte-Americano através do envio de dois grupos aeronavais para as águas da região em resposta aos exercícios militares chineses nas águas deste estreito, obrigando a China a retirar os seus meios - que a China percecionou a necessidade de modernizar as suas Forças Armadas (FFAA) como defesa de uma possível força estrangeira mais poderosa, que ameaçasse os seus interesses e a sua integridade territorial (Ding, 2009).

A China é hoje o segundo país que mais investe nas suas FFAA, sendo apenas superada pelos EUA. Na região do Indo-Pacífico, o valor despendido pela China, supera o somatório das despesas militares dos três países mais influentes da região, a Índia, o Japão e a Austrália, deixando a balança do poder militar bastante desequilibrada, sendo apenas compensada pela presença dos EUA (Rihmo, 2018).

Dentro destes investimentos, houve uma preocupação destacada para o desenvolvimento da sua componente naval, *PLA⁵ Navy (PLAN)*, adequando-a aos modernos requisitos de emprego e às políticas do país, nomeadamente, a defesa da integridade territorial (que inclui Taiwan), a proteção das SLOC e dos interesses além-fronteiras (Upadhyaya, 2017; Lin C. Y., 2013)

Inspirada na doutrina de Alfred Mahan, a China entende que ter uma grande marinha mercante não é suficiente para garantir o seu comércio. É necessário também conseguir protegê-la, através da dissuasão imposta por uma forte marinha de guerra e do controlo das rotas marítimas, sendo também fundamental possuir pontos de apoio logístico nos portos e nas zonas de tráfego. Assim, a estratégia chinesa no Índico prevê a utilização de diversos pontos de apoio marítimos neste Oceano (Figura 6), optando por uma estratégia de uso dual dos diversos portos que já detém (Upadhyaya, 2017; Duarte, 2018).

No entanto, esta expansão da capacidade naval chinesa, e a utilização do porto paquistanês de Gwadar, tem trazido algumas preocupações à Índia, enquanto

⁵ *People's Liberation Army* é a designação pelo que são internacionalmente conhecidas as Forças Armadas Chinesas, constituídas pelas Forças Terrestres, Marinha, Força Aérea, Força de Mísseis Balísticos e Forças de Apoio Estratégico.

tradicional potência regional, que não vê com bons olhos esta presença chinesa na sua proximidade geográfica, nomeadamente nos portos próximos das suas costas (Upadhyaya, 2017; Rihmo, 2018).



Figura 6 – Pontos de apoio marítimo da OBOR

Fonte: Duarte (2018)

A estabilidade da região do Indo-Pacífico é fundamental para a persecução dos objetivos estratégicos e económicos da China, como a concretização do seu mais destacado projeto, a OBOR. Neste âmbito, desde 2009 que existe uma presença mais regular da PLAN no Oceano Índico, quando passou a integrar a missão internacional de combate à pirataria no Golfo de Áden e nas costas da Somália (Carricho, 2015).

No entanto, a principal preocupação da política chinesa continua a ser a sua unidade nacional e a integridade territorial, o que inclui todas as regiões internas continentais (com o Tibete e Xinjiang) e todas as regiões envolventes, como Taiwan e o Mar da China, consideradas como questões do seu foro interno, sendo estas a principais razões invocadas por alguns autores para a modernização da sua capacidade militar (Ding, 2009; Tomé L. , 2018).

O aumento da atividade marítima tem levantado alguns desafios aos países da região, no sentido de procurarem equilíbrios para as disputas territoriais que ainda persistem em algumas zonas, entre as quais o Mar da China, onde a China reclama a maioria da área face a diversos países da região como o Japão, Taiwan, Filipinas, Brunei, Malásia e Vietnam, sendo que alguns destes também possuem

diferendos entre si (Figura 7). Este mar também é referenciado como rico em recursos naturais, o que tem contribuído para agravar as tensões já existentes (Us DoD, 2018).

A rota marítima da *OBOR* inicia-se neste mar. Por aqui converge a maioria do tráfego oriundo do Oceano Índico através do Estreito de Malaca, que é o segundo maior corredor petrolífero do mundo, a seguir ao Estreito de Ormuz (Perwita & Tertia, 2018).

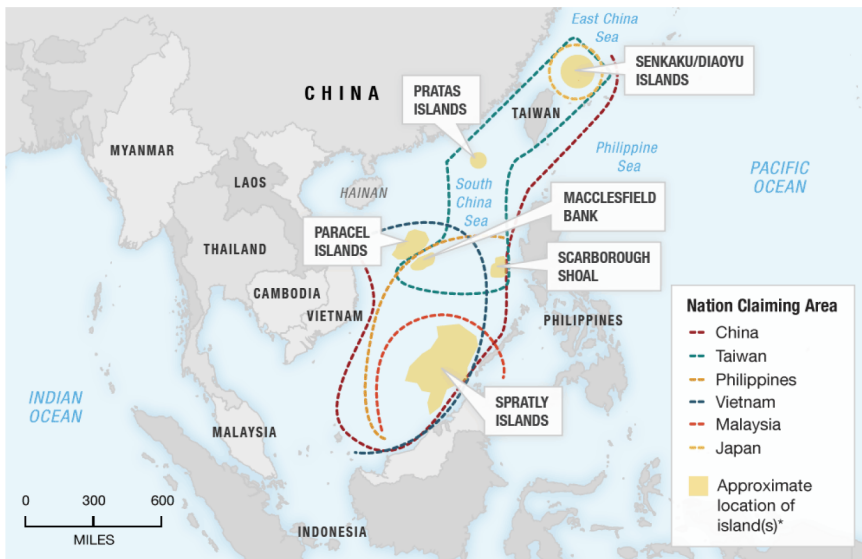


Figura 7 – Disputas territoriais no Mar da China

Fonte: Perwita e Tertia (2018)

Para o Japão, o controlo do Mar da China por parte de uma potência adversária é inaceitável, dado que este representa o corredor principal do seu abastecimento energético externo, que é maioritariamente oriundo da região do Golfo Pérsico. Da mesma forma também Taiwan, a Coreia do Sul e principalmente os EUA, têm interesse em manter a liberdade de navegação deste mar. É por este motivo que as maiores tensões nesta região nem têm sido com os seus vizinhos, mas sim com os EUA (EIA, US, 2017; Freitas, 2018).

A estabilidade política da região do Indo-Pacífico tem sido crucial para a manutenção do desenvolvimento económico da China, que tem usufruído muito do esforço dos EUA em manter a estabilidade regional. Apesar da evolução da sua capacidade militar, a China permanece fiel à sua política de não-ingerência e respeito pela soberania dos Estados. No entanto, o desenvolvimento das suas FFAA

tem levantado algumas preocupações junto de países da região que receiam uma postura expansionista, como é o caso da Índia. No presente, apenas o Mar da China tem sido foco de tensões, para além de possuir significativos recursos energéticos, representa o espaço vital chinês, que procura no seu controlo a capacidade de negar a capacidade militar dos EUA. No entanto a soberania de algumas partes deste mar também são foco de disputa por outros países, que procuram garantir os seus interesses, sejam eles territoriais ou apenas de liberdade de navegação. Esta situação conjugada com a questão de Taiwan e, em resposta à QD2, representam os maiores focos de tensão da atualidade nesta região.

5. IMPLICAÇÕES

O papel da região do Indo-Pacífico é fundamental para a materialização do projeto da *OBOR*, nomeadamente do seu corredor marítimo, dado que apesar da diversificação de rotas terrestres, este continuará a ser o corredor fundamental de todo o comércio com China. A materialização desta ambição, irá trazer uma maior presença da *PLAN* nas águas do Índico (Khurana, 2016) o que irá levantar preocupações para a Índia, que até ao presente tem sido o país com mais influência neste Oceano (Upadhyaya, 2017).

Esta presença, juntamente com a possibilidade de utilização do porto paquistanês de Gwadar pela *PLAN*, poderá levar a Índia a adotar uma postura mais firme no desenvolvimento da sua componente militar e na afirmação da sua marinha no Índico. Da mesma forma, procurará alargar a sua influência na região através do envolvimento nas organizações regionais e no fortalecimento de alianças militares com os países amigos com o apoio dos EUA, por forma a equilibrar a capacidade militar chinesa (Khurana, 2016).

Por outro lado, a China só irá conseguir afirmar-se como potência regional se conseguir diminuir a influência norte-americana nesta região, enfraquecendo-lhe o sistema de alianças (Gaspar, 2013). Para isso precisa de moldar a seu favor, a sua relação com as organizações regionais como a *ASEAN*, que inclui os países que controlam o Estreito de Malaca, e os principais países envolvidos na *OBOR*, incluindo a Índia, com quem também já realizou reuniões nesse sentido. Ao mesmo tempo procura aumentar a sua capacidade militar para reforçar a dissuasão contra uma possível intervenção dos EUA (Aneja, 2015).

Já os EUA procuram manter a sua influência através da diversificação das alianças militares com o Japão, Coreia do Sul, Austrália e Filipinas, bem como reforçar a cooperação com as organizações regionais, promovendo em simultâneo o papel da Índia enquanto promotora de segurança regional, em oposição à China (EUA, 2015).

No que diz respeito ao Mar da China, a importância da *OBOR* relaciona-se

com a liberdade de navegação nestas águas. Para a China este mar representa a sua zona costeira, a soberania e a integridade territorial, o seu espaço vital, reclamando raízes históricas sobre a propriedade de algumas das suas ilhas. No entanto este não é naturalmente o entender dos seus vizinhos, nem dos EUA, que classificam a maioria da área como águas internacionais e, como tal, abertas a todos, ao abrigo das leis internacionais de liberdade de navegação (Jisi, 2017). Esta situação, aliada à questão de Taiwan, constitui uma exceção à postura não belicista chinesa na região do Indo-Pacífico, que sempre se pautou por uma forma pacífica, privilegiando o instrumento diplomático e económico, no entanto se analisada do ponto de vista da integridade territorial chinesa, encontra-se em consonância com o seu princípio de uma só China (Haynes, 2017).

Como consequência destas ações, os EUA assumiram uma postura mais assertiva na monitorização do comportamento da China na região e no acompanhamento do desenvolvimento do seu instrumento militar. Também irão continuar a manter uma significativa presença militar na região, por forma a defender os seus aliados, incluindo Taiwan, assegurando uma capacidade militar suficiente para derrotar qualquer adversário (EUA, 2017).

A China tem vindo a dar provas de que não pretende confrontar os EUA, demonstrando diferenças entre a retórica, por vezes proclamada pelos seus líderes e a realidade. Esta razão não é apenas ideológica, mas sim de cariz prático. A China e os EUA são dois importantes parceiros comerciais, pelo que uma afronta direta entre estes não traria benefícios a nenhum. Além disso os EUA são absolutamente cruciais para a China na manutenção da segurança e estabilidade mundial, o que tem sido fundamental para as trocas comerciais, que tanto têm beneficiado o seu crescimento económico, pelo que é esperar uma manutenção do *status quo* neste aspeto (Tomé, 2008).

O mesmo se aplica aos restantes países da região, com a China a não demonstrar nenhuma aproximação mais coerciva com nenhum, mesmo com aqueles com quem mantém disputas, dando sempre primazia às relações económicas (Rihmo, 2018; Ding, 2009). Até à data não existem razões para a China mudar a sua postura de não-confrontação e de respeito mútuo – afinal, esta tem-lhe permitido colher os benefícios sem ter os custos, pelo que procurará manter o seu perfil enquanto este lhe for favorável.

6. CONCLUSÕES

Propôs-se com este trabalho analisar as implicações da implementação da OBOR na região do Indo-Pacífico, através da análise da influência do poder chinês na região e das relações de tensão existentes.

Após um enquadramento concetual, procurou-se efetuar uma descrição da influência chinesa e das relações de tensão existentes no Indo-Pacífico, tendo-se observado que a China procura alargar a sua influência nesta região através das relações diplomáticas e económicas com os vários países e organizações, em especial aqueles que poderão desempenhar um papel mais destacado no seu novo e ambicioso projeto, a OBOR. No corredor marítimo que atravessa o Mar da China, as tensões existentes refletem a necessidade da China proteger o seu espaço vital e a soberania, que pretende defender contra os EUA. Por fim, analisaram-se as implicações da implementação da OBOR tendo em conta a dimensão conflitual, tendo-se inferido que será expectável uma maior presença militar da China nesta região, e que esta poderá levar ao reforço e à criação de novas alianças militares entre os países da região, com o apoio dos EUA.

Verificou-se também que a China tem sempre privilegiado as dimensões económicas e diplomáticas na persecução dos seus objetivos, ao invés do vetor militar. A continuidade do seu desenvolvimento é indissociável da estabilidade da região do Indo-Pacífico pelo que, qualquer perturbação no atual equilíbrio, poderia trazer sérios prejuízos aos numerosos investimentos que a China possui com os países e organizações regionais, incluindo a Índia, o Japão e os EUA.

Assim, e em resposta à QC, podemos concluir que a OBOR é um grande projeto que irá alargar a influência da China na região do Indo-Pacífico, o que poderá levantar alguns receios por parte dos países da região, contudo, fruto das elevadas interdependências económicas, não é expectável que este projeto contribua para o aumento da conflitualidade na região.

Para a China a materialização e sucesso deste projeto só será possível de alcançar se for mantida a estabilidade da região, que tantos dividendos tem trazido para a China, pelo que é expectável que esta continue a privilegiar e a manter a sua postura de soft-power e de respeito pelos seus princípios de coexistência pacífica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Aneja, A. (2015). *China's Silk Road diplomacy willing to enmesh India's projects*. Retirado de <https://www.thehindu.com/news/international/china-silk-road-india-mausam-spice-route/article7073804.ece>
- Australia India Institute. (2015). *China and India at sea: A contest of status and legitimacy in the Indian Ocean*. Autor.
- Bekkevold, J. I. (2016). *The reconfiguration of China's geostrategic outlook*. Retirado de https://www.thinkchina.ku.dk/documents/2016-09-19_ThinkChinaPolicyBrief_Bekkevold.pdf
- Carriço, A. (2015). *A cultura estratégica da China*. Proelium, 57-88.

- Carriço, A. (2015). *A Diplomacia Militar da China: Tipologia, Objetivos e Desafios*. Lisboa: Instituto da Defesa Nacional.
- Chen, D. (2018). *The Indo-Pacific strategy: A background analysis*. Retirado de ISPI: <https://www.ispionline.it/it/pubblicazione/indo-pacific-strategy-background-analysis-20714>
- Chung, W. C. (2016). *The rise of the geopolitical thinking in asia: An analysis of the "one belt one road" and the AIIB policy of china from a perspective of Taiwan*. Retirado de The Central European Journal of Social Sciences and Humanities: <http://cejsh.icm.edu.pl/cejsh/element/bwmeta1.element.desklight-a3dd87c2-ec9e-4df5-a999-c705bc1367ce>
- Correia, P. P. (2018). *Manual de geopolítica e geoestratégia*. Lisboa: Edições 70.
- Ding, A. S. (2009). *China's growing military capability in search of a strategy*. The International Spectator, 95-110.
- Duarte, P. (2017). *A faixa e rota chinesa: a convergência entre terra e mar*. Lisboa: Instituto Internacional de Macau.
- Duarte, P. (2018). *A nova rota da seda: A convergência da terra e do mar na re-emergência da China*. Retirado de <http://www.anrs.pt/estudoseartigos.html>
- EIA, US. (2015). *China*. Retirado de www.eia.gov: https://www.energy.gov/sites/prod/files/2016/04/f30/China_International_Analysis_US.pdf
- EIA, US. (2017). *Japan*. Retirado de www.eia.gov: <https://www.eia.gov/beta/international/analysis.php?iso=JPN>
- EUA. (2015). *National Security Strategy*. Washington: The White House.
- Freitas, M. S. (2018). *O pdernaval ao serviço da energia - caso de estudo: China*. Em T. Rodrigues, & R. (. Santos, A República Popular da China no mundo global do século XXI (Atas do seminário, 09 de maio de 2017) (pp. 89-99). Lisboa: Instituto Universitário Militar.
- Gaspar, C. (2013, junho). *A China e a transformação da Ásia*. Relações Internacionais, pp. 9-22.
- Graceffo, A. (2016). *China Middle East Relations*. Shanghai: Shanghai Jiaotong University.
- Haynes, K. (2017). *Would China be a benign hegemon?* Retirado de The Diplomat: <https://thediplomat.com/2017/06/would-china-be-a-benign-hegemon/>
- HKTDC Research. (2017). *The Belt and Road Initiative*. Retirado de HKTDC Research: <http://china-trade-research.hktdc.com/business-news/article/The-Belt-and-Road-Initiative/The-Belt-and-Road-Initiative/obor/en/1/1X000000/1X0A36B7.htm>
- Hongzhou, Z., & Guschin, A. (2015). *China's Silk road economic belt: Geopolitical challenges in Central Asia*. Retirado de Rajaratnam Shool of International Studies: https://www.academia.edu/26743020/Chinas_Silk_Road_Economic_Belt_Geopolitical_Challenges_in_Central_Asia

- Jisi, W. (2017). *As distrust mounts, U.S. and China battle over new rules of global order*. Retirado de http://www.huffingtonpost.com/wangjisi/us-china-relations-global-order_b_12118556.html
- Khurana, G. (2016). *China in the Indian Ocean. Foreign policy and maritime power*. Retirado de https://www.academia.edu/24650211/China_in_the_Indian_Ocean_Foreign_Policy_and_Maritime_Power
- Lin, C. (2017). *The belt and road and China's long-term visions in the Middle East*. Retirado de ISPSW: www.ispsw.com/wp-content/uploads/2017/10/512_Lin.pdf
- Lin, C. Y. (2013). *China's strategic shift toward the region of the four seas: The middle kingdom arrives in the middle east*. Retirado de Rubin Center: <http://www.rubincenter.org/2013/03/chinas-strategic-shift-toward-the-region-of-the-four-seas-the-middle-kingdom-arrives-in-the-middle-east/>
- Liu, T. C. (2014). *China's economic engagement in the Middle East and North Africa*. Retirado de Fride.org: http://fride.org/descarga/PB_173_China_economic_engagement_in_MENA.pdf
- Luttwak, E. (2012). *The rise of China vs. The logic of strategy*. Londres: Harvard University Press.
- Martins, R. M. (1996). *Geopolítica e geoestratégia. O que são e para que servem*. (IDN, Ed.) Revista Nação e Defesa, 22-78.
- Miranda, L. (2017). *Geopolítica e segurança no mar do sul da China*. Retirado de Janus: http://janusonline.pt/images/anuario2017/1.19_LeonelMiranda_GeopoliticaMarChina.pdf
- Moita, L., & Pinto, L. V. (2017). *Espaços económicos e espaços de segurança*. Lisboa: UAL.
- Perwita, A., & Tertia, J. (2018). *Maritime Security in Indo-Pacific: Issues, challenges and prospects*. Retirado de ResearchGate: https://www.researchgate.net/publication/325364779_Maritime_Security_in_Indo-Pacific_Issues_Challenges_and_Prospects
- Qi, X., Erickson, A., & Goldstein, L. (2006). *Maritime geostrategy and the development of the chinese navy in the early twenty-first century*. Retirado de Researchgate: https://www.researchgate.net/publication/235116954_Maritime_Geostrategy_and_the_Development_of_the_Chinese_Navy_in_the_Early_Twenty-First_Century
- Rihmo, H. I. (2018). *China's pervasive power: An overview on Indo-Pacific power equation*. Retirado de Review of Research: <http://oldror.lbp.world/UploadedData/5804.pdf>
- Silva, R. (2018). *Os estados unidos da américa e a china. Interesses e instrumentos de coação*. In L. Saraiva, R. Vieira, & J. Correia (Coords.), *Estudos Estratégicos*. Coleção "ARES", 21 (pp. 36-59). Lisboa: Instituto Universitário Militar.

- Sousa, F. (2005). *Dicionário de relações internacionais*. Santa Maria da Feira: Edições Afrontamento.
- Thomas, T. (2011). *Geothinking like the chinese: A potencial explanation of china's geostrategy*. Retirado de www.usafa.edu: <https://www.usafa.edu/app/uploads/Thomas-Geothinking-Like-the-Chinese-2011.pdf>
- Times, T. S. (2018, outubro). *Time for an Indo-pacific trade bloc*. Retirado de The Strait Times: <https://www.nst.com.my/opinion/letters/2018/10/420265/time-indo-pacific-trade-bloc>
- Tomé, L. (2008). China e Médio Oriente: Energia, claro, mas não só. *Nação e Defesa*, 87-134.
- Upadhyaya, S. (2017). *Expansion of chinese maritime power in the Indian Ocean*. *Defence Studies*, 17(1), 63-83. Retirado de Defence Studies: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/14702436.2016.1271720?journalCode=fdef20>
- Us DoD. (2018). *Annual report to congress. Military and Security Developments Involving the People's Republic of China 2018*. Autor.
- Vitoria, A. (2017). *China new geopolitics: One Belt – One Road*. Retirado de <http://defesanacional.org/>: https://www.academia.edu/36130836/China_new_Geopolitics_One_Belt_One_Road

O CONFLITO RÚSSIA-UCRÂNIA. O CASO DA CRIMEIA

Antero de Aguiar Marques-Teixeira

Major de Cavalaria

Auditor do Curso de Estado-Maior Conjunto 2018/19

Lisboa, Portugal

RESUMO

O ressurgimento do expansionismo russo, decorrente da anexação de parte da Ucrânia, marca a maior crise europeia entre o Ocidente e a Rússia pós-soviética. Sendo previsível que este espaço, centrado na Crimeia e nos adjacentes Mares Negro e de Azov, fosse reclamado por Moscovo para a sua esfera de influência, há, contudo, aspetos que poderão enformar uma cisão alargada entre estes países vizinhos com efeitos políticos, socioeconómicos e militares ainda desconhecidos. É precisamente sobre o impacto geopolítico de uma Crimeia russa nos Mares Negro e de Azov e, conseqüentemente, nos espaços político-geográficos contíguos, que esta investigação se centrará, visando correlacionar velhas e novas teorias geopolíticas (de Mahan a Dugin) com conceitos anacrónicos enformantes à corrente crise (de neoimperialismo, revisionismo e irredentismo, russificação, *Russkyi Mir* a putinismo e doutrina Gerasimov), por forma a apresentar um visão atual e prospetiva derivada da conflitualidade.

Palavras-chave: Rússia, Ucrânia, Crimeia, Mar Negro, Conflito.

ABSTRACT

The resurgence of Russian expansionism, deriving from the annexation of part of Ukraine, marks the largest European crisis between the West and post-Soviet Russia. Being foreseeable that this space, centered in Crimea and the adjacent Black and Azov Seas, would be claimed by Moscow for its sphere of influence, there are however aspects that could form a widening split between these neighboring countries with political, social-economic and military effects that are still unknown. It is precisely on the geopolitical impact of a Russian Crimea on the Black and Azov Seas and consequently on the adjacent political-geographic spaces that this research will focus, aiming to correlate old and new geopolitical theories (from Mahan to Dugin) with anachronistic concepts central to the current crisis (of neo-imperialism, revisionism and irredentism, Russification, Russkyi Mir to Putinism and Gerasimov doctrine), in order to present a current and prospective view derived from the conflict.

Keywords: Russia, Ukraine, Crimea, Black Sea, Conflict.

1. INTRODUÇÃO

Decorrendo o conflito Rússia-Ucrânia, um dos mais intensos e violentos da cena internacional (traduzido em guerra), concretamente na secessionista região europeia do Donetsk⁶, adjacente à Crimeia onde ocorre uma crise não violenta (Heidelberg Institute for International Conflict Research, 2018, pp. 43-63), existe um justificado interesse e crescente preocupação. De entre muitos autores e analistas que investigam e antevêm os efeitos de um ressurgimento russo, selecionaram-se alguns que focam o impacto geopolítico de uma Crimeia russa no Mar Negro e de Azov e, por consequência, nos espaços geopolíticos envolventes. Por forma a facilitar a compreensão holística dos motivos e causas subjacentes à conflitualidade, elencaram-se as teorias geopolíticas e conceitos anacrónicos centrais à presente investigação, pois “[...] a geografia não é justificação para tudo, nem é solução para tudo [...]”, conforme defende Kaplan (2013, p. 177).

Desta forma, a investigação inicia-se na análise do estado da arte, seguindo-se o enquadramento teórico e concetual, enquanto base para a compreensão dos capítulos seguintes. No quarto capítulo apresenta-se a metodologia empregue, seguindo-se a investigação com foco nos acontecimentos mais recentes e relevantes. O sexto capítulo destrinça as implicações para o presente, perspetivando-se o futuro, culminando na conclusão.

2. ESTADO DA ARTE

De forma premonitória, Kuzio (2010, pp. 4-36) apontava a Crimeia como potencial foco de conflito na Europa em resultado do irredentismo⁷ russo, especialmente quanto à soberania da Base Naval de Sebastopol (BNS)⁸ e de recusar aceitar que a Ucrânia fosse, *de jure* e *de facto*, independente. Este panorama agravava-se com o crescente “risco de fuga” do espaço ucraniano, motivado pelo expansionismo “agressivo” da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e da União Europeia (UE) e pelo facto da Rússia, em agosto de 2008, ter atuado diretamente na Geórgia⁹. Esta intervenção num *near abroad* ocorreu

⁶ Ou Donbas, englobando, respetivamente desde abril e maio de 2014, as autoproclamadas Repúblicas Populares de *Donetsk* e de *Lugansk (Luhansk)*, correspondentes à correspondente *oblast* (provincial) (*Ministry of Foreign Affairs of Ukraine*, 2019). Em 24 de maio de 2014 unificaram-se numa República Federativa provisória; a União das Repúblicas Populares ou Novorossiia (Weaver, 2014).

⁷ Vide 2.2.

⁸ A 21 de abril de 2010, firmou-se o Pacto de Kharkiv (estendendo o anterior de 1997) arrendando a BNS por 25 anos para além de 2017 em troca de um contrato plurianual a preços reduzidos de gás natural; clara aproximação a Moscovo pelo Presidente ucraniano Yanukovich. O anterior executivo, pró-ocidente, afirmara que, terminando o anterior contrato em 2017, extinguir-se-ia a presença da Frota russa do Mar Negro (Pan, 2010).

⁹ Devido ao Plano de Ação para a Adesão à OTAN, em detrimento da adesão à Comunidade de Estados Independentes (Allison, 2008).

face a uma ingerência e ameaça atribuíveis à OTAN, numa das ex-repúblicas da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) que o Kremlin ainda considera na sua esfera de influência. Realçava o autor que um eventual conflito afetaria negativamente a segurança regional europeia, bem mais que a referida invasão e conseguinte anexação da Ossétia do Sul e da Abecásia¹⁰. Para tal, ilustrava o impacto que poderia ter nos três países da Aliança costeiros ao Mar Negro¹¹, pela afetação da distribuição do gás russo¹² à Europa Ocidental ou nos possíveis efeitos de dominó no enclave da Transnístria¹³ e consequentemente na Moldávia e Roménia (Kuzio, 2010, pp. 4-11-24). Ressalve-se que o facto das forças russas se terem estabelecido tanto na Transnístria, como nas regiões ocupadas da Geórgia, se constituía como motivo de preocupação maior para as autoridades ucranianas, permitindo antever a pouca abertura russa em devolver os portos da Frota do Mar Negro (FMN), caso Kiev assim pretendesse (Kuzio, 2010, p. 24). Associados a estes portos, relevando o de Sebastopol, a presença da FMN era apontada como “[...] força desestabilizadora em Sebastopol e na Crimeia, um canal para a subversão e recolha de informações, uma conduta para influenciar a orientação da política externa ucraniana e um elemento agregador para nacionalistas russos.” (Kuzio, 2010, p. 37). Contudo, Kuzio (2010, p. 36) previa somente três cenários possíveis nos cinco anos seguintes, nomeadamente de:

- (i) Desencantamento da Ucrânia de Yanukovych¹⁴ quanto à Rússia (improvável, dadas as unívocas dependências económicas, energéticas e securitárias de Kiev);
- (ii) Conflito acidental resultante das tensões interétnicas entre eslavos e tártaros¹⁵ na Crimeia, com previsível intervenção russa em defesa da diáspora russófona¹⁶, apresentando a Kiev o dilema da intervenção;
- (iii) Remoção pela oposição, na eventualidade do Pacto de Kharkhiv ser

¹⁰ Conflitos congelados, *de facto* independentes da Geórgia e onde se encontram forças militares russas (Coffey, 2018).

¹¹ Turquia, Bulgária e Roménia.

¹² Como nas crises do gás natural de 2006/09 (Kuzio, 2010, p. 4)

¹³ Conflito congelado na República Moldava Pridnestróvia, *de facto*, independente da Moldávia. A independência unilateral (reconhecida somente por estados secessionistas) surgiu em setembro de 1990, cimentada nos cerca de 40% de russos étnicos, tendo a Rússia (pré-Putin) enviado forças de Manutenção de Paz, ainda hoje presentes. Em 1992, dá-se a guerra moldava, referendando-se em 2006 a integração na Federação Russa (British Broadcasting Company, 2018).

¹⁴ Quarto Presidente da Ucrânia, de 2010 até à deposição em 22 de fevereiro de 2014. Recebeu como herança política a aproximação à UE e OTAN, tendo sido afastado na sequência da revolução pró-ocidental de *Euromaidan*, derivada da renegação ao Acordo de Associação com a UE, em favor do estreitar de ligações com a Rússia. Encontra-se aí exilado, acusado por Kiev de alta traição (Zaráte, 2016).

¹⁵ Sendo os primeiros a maioria étnica, confessional e linguística, na Crimeia- eslavos, cristãos ortodoxos e russófonos e os segundos- túrquicos, muçulmanos sunitas e falando o crimeu (State Statistics Service of Ukraine, 2001).

¹⁶ Vide 2.2.

colocado em causa. De forma preemptiva, as próprias forças da BNS, disfarçadas de milícias e paramilitares russófonos da Crimeia, tomariam então Sebastopol, forçando um voto de secessão (extensível ao Parlamento da República Autónoma da Crimeia) e consequente (re)unificação à Rússia; apresentando novo dilema a Kiev de a enfrentar militarmente ou aceitar a perda de Sebastopol e Crimeia.

Por sua vez Correia, (2016, pp. 142-147-148), centra-se quase em exclusivo numa visão mahanista¹⁷ enquanto explicação da relevância para a Rússia do controlo da Crimeia e do Mar Negro. De facto, releva que a dificuldade apresentada pela geografia marítima da Rússia (sem acesso direto a mares quentes) e a crescente expansão da OTAN e particularmente da Marinha dos Estados Unidos da América (EUA), a forçara a assumir uma posição de procura de acesso ao Mediterrâneo (Correia, 2016, pp. 146-147). Outro relevante aspeto realçado por Correia (2016, pp. 141-145-147), é da FMN procurar afirmar-se como projeção de poder, estando contudo limitada pelo indispensável controle dos acessos (*choke points*), mas tendo já retomado as operações permanentes no Mediterrâneo Oriental e aumentado a sua capacidade, firmando a defesa aeronaval no seu flanco sul; apontadas como razões principais para a posse da Crimeia. Foca igualmente o mahanismo como instrumento político, assente em quatro linhas de atuação, (i) fortalecimento do poder marítimo (militar e comercial), (ii) desígnio nacional e de aplicação tática, (iii) de controlo do mar enquanto afirmação económica e internacional e (iv) esta-enquadrando historicamente, não correlaciona com as teorias clássicas do poder terrestres nem com o eurasianismo e as prospetivas resultantes do controlo terrestre e marítimo destes espaços político-geográficos.

3. ENQUADRAMENTO TEÓRICO E CONCETUAL

A Geopolítica chegou tarde à Rússia, sendo irrelevante nos tempos czaristas e colidindo com a ideologia marxista-leninista dos tempos soviéticos. Contudo, após o fim da URSS, ganhou um renovado papel na política de estado da atual Rússia, nomeadamente recorrendo às teorias clássicas de Mahan, Mackinder ou Haushofer, mas com uma nova perspetiva centrada no eurasianismo de Dugin, Ivashov, Savin, Narochinskaya e Tsimbursky (Laqueur, 2015b, pp. 98-99). Por forma a facilitar a compreensão holística dos motivos e razões que orbitam a questão geoestratégica resultante do conflito russo-ucraniano, importa recordar alguns aspetos teóricos geopolíticos, bem como também enformar alguns conceitos anacrónicos centrais à presente investigação.

¹⁷ Vide 2.1.

3.1. DE MAHAN A DUGIN

Segundo Thayer Mahan (1840-1914), o Poder Marítimo assenta em cinco elementos básicos: (i) posição geográfica, (ii) configuração física e extensão do território, (iii) efetivo populacional, (iv) psicologia nacional e nas (v) características do governo. Desta forma, para controlo dos mares e oceanos, são necessários um forte poder naval e bases, portos e estaleiros de apoio (Sequeira, 2014). Para tal, os *choke points* e seu controlo eram fundamentais, pois nações sem acesso e controlo dos mares, tenderiam a colapsar (Norval, 2017).

Por sua vez, Halford Mackinder (1861-1947), contrastando com Mahan, postula a Teoria do Poder Terrestre, dando relevância ao *heartland* eurasiático (*pivot area*)¹⁸ e ao controlo do *inner crescent* (1904) enquanto *buffer zone*, que permitiria ou limitaria o acesso a mares quentes e ao expansionismo marítimo por parte da potência terrestre. Desta forma, o poder terrestre poderia sobrepor-se ao marítimo, onde a Rússia ganhava preponderância por ser inacessível a frota inimiga, mas com capacidade de projetar o seu poder para além do *inner* e *outer crescent* e, uma vez aí, aceder aos mares quentes e hegemonizar-se em terra e mar (Norval, 2017). Baseando-se na noção de *heartland*, Aleksandr Dugin (1962-) é a alma que anima o espírito do Eurasianismo, por contraponto ao Atlantismo¹⁹ de Trenin. Nesta teoria, o confronto com o mundo ocidental, liberal e cristão (não-ortodoxo) sobrepõe-se às necessidades de expansionismo russo para se criar, por intermédio de revolução, o Grande Império Continental Eurasiático (Dugin, 2014). Em concordância com Brzezinski (1996), Dugin (1999, p. 199) afirmava que a Ucrânia era a área geopolítica mais relevante para a Rússia e que, independente, “[...] apresenta um perigo imenso para toda a Eurásia...é infrutífero falar de geopolítica continental sem resolver o problema ucraniano [...]”, ambos conforme citado por Cheriet (2015, pp. 59-60). Este problema não se centraria somente na Crimeia, mas alargava-se à incorporação na Federação Russa da *Novorossya* e numa noção amplificada de eliminação do liberalismo, dando forma ao projeto eurasiático de Vladivostoque a Lisboa (Dugin, 2014). O eurasianismo, para além de teoria geopolítica, tem também o condão de ser movimento político (Laqueur, 2015b, p. 94).

3.2. CONTEXTUALIZAÇÃO CONCEPTUAL

O Neoimperialismo russo considera-se em direta associação ao expansionismo territorial (com enfoque para Ocidente) iniciado pelo czar Pedro I ‘o Grande’ a partir de 1721. A Crimeia e posteriormente a Ucrânia, foram absorvidas

¹⁸ Correspondendo ao *rimland*, à *buffer zone* central à teoria antagónica de Spykman (1944).

¹⁹ Ou globalização ocidental (Santos, 2008).

pela Rússia Imperial de Catarina II ‘a Grande’ em 1783, após as guerras russo-túrcicas que visavam controlar o Mar Negro e afirmar o poder czarista (Harris, 2014). De frisar que, a partir desta posição de força no Mar Negro e durante todo o século XIX, se tornou objetivo central à política externa de Moscovo garantir o acesso ao Mediterrâneo²⁰.

A Russificação e Sovietização, porquanto políticas sociais que, *latu sensu*, visavam o controlo estatal de uma população (de forma inopinada, administrativa ou cultural), de acordo com Thaden (s.d.) citado por Weeks (2010). Em sentido estrito, a russificação visava essencialmente a aculturação, enquanto a sovietação visava a total transformação e subjugação de todos os aspetos da vida (Weeks, 2010).

Russkiy Mir surge enquanto conceito contemporâneo congregando um mesmo espaço civilizacional, cultural, linguístico, espiritual e pan-étnico, traduzível a partir do idioma russo como Mundo Russo, diáspora russófona ou até civilização ortodoxa, conforme apresentado por Cirilo I, Patriarca da Igreja Ortodoxa de Moscovo e de Todas as Rússias, citado por Wawrzonek (2016, p. 38).

Revisionismo Histórico, enquanto fenómeno que, a partir da Historiografia, a reinterpreta a partir da ambiguidade de factos históricos e eventual tendenciosidade da sua descrição, facilitando a “[...] manipulação de determinados eventos históricos, visando efeitos políticos.” (Cattini, 2011).

Irredentismo, derivado do italiano *irredento*²¹, enquanto conceito político-ideológico que abarca movimentos político-populares de unificação de nações²² através da libertação de territórios e populações, que por razões históricas ou geográficas, tenham caído sobre o “jugo” de ocupação estrangeira (Palermo, 2010).

Putinismo, enquanto forma de autocracia conservadora, populista e personificada na figura do próprio Presidente da Federação Russa (Fish, 2017, p. 61). Citando Eltchaninoff (2015), engloba “[...] o conservadorismo contra a degeneração moral do Ocidente, a defesa de um caminho russo face às manobras hostis do estrangeiro, a afirmação de um poder euroasiático como contrabalanço à esfera atlânticista.”

A Doutrina Gerasimov²³, porquanto advoga uma visão renovada e *cross-*

²⁰ Numa lógica de Terceira Roma, de acesso a Constantinopla, origem histórica da Ortodoxia. Este anseio contribuiu para a Guerra da Crimeia de 1853/56, opondo Russos a Otomanos, Franceses e Britânicos (Harris, 2014), primeiro grande conflito internacional desde as Guerras Napoleónicas e a Grande Guerra (Encyclopaedia Britannica, 2018).

²¹ Remontando à pós-unificação italiana (1866), visando a inclusão de disputadas regiões austríacas (Treccani, s.d.).

²² No sentido clássico de partilha de uma mesma matriz étnica, linguística, geográfica e histórica, como definido por Moreira (1993, p. 29).

²³ De fevereiro de 2013 do General Valery Gerasimov, atual Chefe de Estado-Maior das Forças Armadas da Federação Russa (2016).

domain do *warfare*, combinando, de entre outras, táticas militares, tecnológicas, informacionais, diplomáticas, económicas e culturais com o propósito de alcançar objetivos estratégicos (Galeotti, 2014). Perceciona o emprego de violência indireta e cultural como argumento a utilizar na guerra híbrida e não linear; o *new type of war* (Galeotti, 2014).

Em sùmula, as teorias geopolíticas clássicas ganham uma nova dimensão sob o prisma do eurasianismo, consubstanciando-se a partir de conceitos anacrónicos que, para Moscovo, justificam e permitem a afirmação histórica do seu poder em regiões que considera na sua direta esfera de influência.

4. METODOLOGIA

Delimitando-se no tempo curto correspondente à atual conjuntura e no espaço geográfico centrado no Mar de Azov, Mar Negro, Crimeia, Ucrânia e Rússia, mas considerando igualmente os espaços político-geográficos com influência ou influenciáveis pelos efeitos decorrentes do conflito (como a Roménia, Moldávia, Turquia ou o Mar Mediterrâneo e a Grande Planície Europeia), procura-se assim contribuir para a compreensão e avaliação do impacto geopolítico que uma Crimeia russa tem nos Mares Negro e de Azov e, por consequência, nos espaços geopolíticos interdependentes.

Para tal, recorreu-se a uma a uma metodologia dedutiva e baseada em pesquisa interdisciplinar, elencando-se os aspetos de teoria geopolítica e fenómenos políticos, socioeconómicos e militares associados. Através do seu relacionamento, procura-se avançar com um novo ponto de vista crítico dos atuais acontecimentos, bem como elencar prospetivas. Visando dar corpo adequado a uma interpretação dos eventos analisados, considerou-se a consulta de fontes primárias, relevantes como garante de rigor incrementado para a pesquisa (Barros, 2010). Contudo, perante a impossibilidade de análise de fontes originais em russo, procurou-se em contrapartida dirimir tal impacto e maximizar a quantidade de perspetivas sobre a problemática em análise, efetuando-se uma consulta heterogénea de bibliografia, artigos científicos e outras fontes secundárias (Barros, 2010), tanto de autores ocidentais como russófonos com análises diferenciadas.

5. INVESTIGAÇÃO

[...] Acima de tudo, deveríamos reconhecer que o colapso da União Soviética foi um grande desastre geopolítico do século. Para o *Russkiy Mir*, tornou-se um verdadeiro drama. Dezenas de milhares dos nossos cidadãos e compatriotas encontraram-se fora de território Russo. Além disso, a epidemia de desintegração afetou a própria Rússia. (Putin, 2005)

Esta declaração proferida perante a Assembleia Federal, consta no discurso anual de 2005, sendo polarizada conforme a ótica Ocidental ou pró-Russa. Marca o início do receio do acordar do velho urso russo e do desenvolvimento do putinismo, nomeadamente através do reatear de vindicações imperialistas à economia, expansionismo territorial, população e sistema político centralizado (Ellis, 2015).

O Neoimperialismo russo, hoje como ontem, estabelece o paralelismo de “[...] maximização do expansionismo territorial para a realização de interesses económicos e políticos, como um dos mais importantes princípios da política do estado (russo) [...]” cuja existência é produto de “[...] uma inquebrável cadeia de expansão territorial, conquista, anexação e da sua defesa, perdas temporárias e novas conquistas.”, conforme Nikolsky (2014, cit. por Kowalewski 2014, p. 2). Um dos aspetos mais relevantes que agora potenciam Moscovo no retomar de espaço vital, foi o de a Ucrânia pós-soviética (entre 1994 e 1996)²⁴ ter passado da terceira potência nuclear para desnuclearizada, em troca de garantias russas de respeito pela sua integridade territorial (Kuzio, 2010, p. 37). De forma premonitória, Mearsheimer (1993) afirmava que uma Ucrânia nuclear era “[...] imperativa para manter a paz entre a Ucrânia e a Rússia... não pode defender-se com armas convencionais contra uma Rússia com armamento nuclear e nenhum estado, incluindo os EUA, lhe vai estender uma garantia significativa de segurança [...]”, conforme citado por Grossman (2014). Logo em 2003, a Rússia se esquecia das suas garantias e tentava anexar a ilha de Tuzla²⁵ no Estreito de Kerch (Felgenhauer, 2003). Dificilmente a posse de armas nucleares pela Ucrânia teria evitado este tipo de situação, mas sim aumentado o risco de holocausto nuclear, conforme defende Isaacs (2014) citado por Grossman (2014). Contudo, após o mais recente incidente de 25 de novembro de 2018 no Estreito de Kerch²⁶ e a aceção de que o mundo ocidental nada mais faz que protestar, poderá levar a que a Ucrânia (que possui tecnologia e recursos) procure desenvolver armas nucleares como *deterrence* à agressão russa (Milhazes, 2018c). Para Mearsheimer (2014) esta nuclearização levaria que a Rússia não ameaçasse invadir mas, contrapondo Isaacs (2014) talvez fosse como lançar fósforos para um vasilhame inflamável, onde os resultados seriam imprevisíveis mas prejudiciais à saúde, conforme citados por Grossman (2014).

À Russificação na Crimeia (com enfoque na Ucrânia Oriental), após a derrota russa na Guerra da Crimeia em 1856, assistiu-se à imposição do russo como idioma,

²⁴ Encetada com o Memorado de Budapeste de 05 de dezembro de 1994, seguindo-se o Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares (Grossman, 2014).

²⁵ Onde assenta a ponte que liga a Crimeia a Taman, destronando a lisboeta Ponte Vasco da Gama como maior ponte europeia (Roth, 2018).

²⁶ Resultando no ataque e apresamento de três navios ucranianos que “ilegalmente” navegaram águas territoriais russas (Osborn & Polityuk, 2018).

à conversão dos tártaros muçulmanos, à movimentação de colonos eslavos (e similar movimentação de autóctones para outros destinos), o que veio a ser intensificado com a soviétização. Por exemplo, eliminando-se a língua ucraniana nos atos oficiais em 1924 ou através da dissolução da Igreja Ortodoxa Autocéfala Ucraniana em 1930²⁷ (Yerofeyev, et al., 2019). Para além destes fenómenos terem permitido que, por exemplo, antes da anexação russa de 2014, existissem na Crimeia cerca de 60% de população etnicamente russa e que, presentemente, “[...] milhares de cidadãos ucranianos se tenham automaticamente tornado cidadãos russos, quer o quisessem ou não...reportadamente cerca de 247.000 russos foram movimentados para a Crimeia...enquanto cerca de 140.000 pessoas, maioritariamente ucranianos e tártaros, partiram [...]” (Paul & Zakrzewska, 2018, p. 3). De forma quase indissociável e complementar à russificação está a noção de *Russkiy Mir*. A sua face visível é a Fundação *Russkiy Mir* (FRM)²⁸, fundada em 2007 por Putin, visando promover o idioma e cultura russas e que não esconde que aplica “[...] um conjunto de medidas através do Estado para alcançar as sociedades de outros países, com o objetivo de popularizar a própria imagem e assim impulsionar a eficácia da política externa [...]” (Edelman, s.d., citado por Dolinsky, 2011). Por outro lado, a FRM efetiva-se em estreita ligação do Kremlin com a ocidentalmente valorizada legitimidade (aparentemente) proporcionada pela Igreja Ortodoxa Russa, visando formar um projeto global que desafia não só os valores ocidentais, mas permite projetar o *soft power* de Moscovo e assim manipular vontades e perceções (Kudors & Orttung, 2010, pp. 2-3-8). Associado aos discursos políticos de Círiilo I e de Putin de que a diáspora russa deve opor-se à aceção da universalidade dos valores ocidentais e de que o *Russkiy Mir* está para além das fronteiras geográficas e até étnicas da Federação Russa, encontra-se a convicção difundida por Schedrovitsk (s.d) citado por Kudors e Orttung (2010, p. 3) de que quem fala russo na sua vida diária, também pensa em russo e como resultado, age como russo. Desta forma, a Ucrânia efetuou uma das mais espetaculares e porventura eficazes formas de começar a se libertar tanto dos efeitos da russificação, como dos tentáculos do *Russkiy Mir*. Com o Patriarcado de Moscovo entendido como uma extensão das pulsões expansionistas e russificantes de Putin (Bogdanovski, 2018), Kiev patrocinou a cisão com a Igreja Ortodoxa Russa, a partir de 11 de outubro de 2018 com a intervenção do Patriarcado Ecuménico de Constantinopla²⁹, estabelecendo-se assim a nova Igreja Ortodoxa Ucraniana a 06 de janeiro de 2019. Quebrou-se assim a ligação de entronização do primaz de Kiev

²⁷ Voltaria a existir em 1989, pós-URSS (Yerofeyev, et al., 2019).

²⁸ À semelhança do *British Council*.

²⁹ “Primeiro entre iguais”, não existindo na ortodoxia cristã uma sede de Poder unificada (Bogdanovski, 2018).

por Moscovo, como vinha a ser feito desde 1686 (Milhazes, 2018a). O Presidente ucraniano Poroshenko (2018) afirma que esta autonomia é um acontecimento de uma importância similar à da aspiração de aderir à UE e à OTAN (Lusa, 2019) e que “Este dia ficará na história como o dia sagrado... da independência final da Rússia [...]” (Deutsche Welle, 2018), sendo que para Moscovo se reveste de um erro de dimensões históricas, como releva Soric (2019).

A aplicação do Irredentismo e Revisionismo prende-se com primeira noção de Estado Russo, intimamente relacionada com o Rus de Kiev³⁰ e a adoção da ortodoxia em 988 d.C., originando três povos eslavos *russkiy* (russos, bielorrussos e ucranianos). Desta deturpada noção histórica, como relembram Kuzio (2018) e Wilson (2014, pp. 99-119), que quase omite a existência prévia de povos ucranianos, passa-se ao pungente discurso de Putin na Cimeira da OTAN em Bucareste, afirmando que na Ucrânia:

[...] Um terço são russos étnicos. De 45 milhões de pessoas...17 milhões são russos. Há regiões onde só vivem populações russas, por exemplo, a Crimeia. 90% são russos... em termos gerais, a Ucrânia é um estado muito complicado...e presentemente nem todos os problemas foram resolvidos, tal como os da região fronteiriça com a Roménia no Mar Negro...A Crimeia foi meramente recebida pela Ucrânia com a decisão do Politburo. Não existem sequer procedimentos estatais sobre a transferência deste território. (Putin, 2008)

De recordar que a anexação da Crimeia se seguiu à referida transferência de 1954 ter sido considerada ilegal pela Procuradoria Russa, tendo provocado uma onda de indignação na Ucrânia (British Broadcasting Company, 2015). Desta forma, e igualmente subjacente a este conflito, está a retórica defendida pelo Kremlin de que “[...] a Rússia é o País onde o *Russkiy Mir* se encontra [...]” cujo maior garante é Putin (Coalson, 2014). Esta lógica assiste igualmente à afirmação de soberania sobre o Mar de Azov e o Estreito de Kerch, refletindo as opções de uso da força por parte de Moscovo para impor a sua vontade, tanto a Kiev como ao Ocidente (Marshall, 2015, pp. 17-18), amplificadas com a ocupação das plataformas energéticas ao largo da Crimeia, visando sufocar económica, política e militarmente o poder ucraniano no leste e sul do país (Blank, 2018). Assim, a reforçada presença naval e controlo quase absoluto no Mar de Azov, permitem a Moscovo ter a capacidade de realizar operações anfíbias ao longo da costa ucraniana (Herbst, 2019).

O Putinismo enquadra todos os demais aspetos supradetalhados. De facto, Gref (1999) conforme citado por Laqueur (2015a), ajudou Putin a delinear o plano de *gosudarstvenost* (traduzível em forte poder estatal) para a salvação da Rússia do seu maior período de crise (económica, moral e política). Os russos foram

³⁰ Primeiro Estado eslavo do Leste (Encyclopaedia Britannica, s.d.).

paulatinamente levados a acreditar que, para cumprir o seu destino, à Rússia só restará ser uma grande potência. Para tal, terá de reganhar o seu espaço vital perdido com a independência de 1991, onde as fronteiras ocidentais da Rússia recuaram aproximadamente para as do século XVI e mais marcadamente reganhar posição face à adesão dos Estados Bálticos à OTAN e UE em 2004, uma ameaça direta à existência do regime putinesco, (Puheloinen, 1999, p. 5). Desta forma a ideologia de Putin ganhou contornos de nacionalismo e de *zapadophobia* (medo do ocidente), sendo que a doutrina Gerasimov lhe proporcionou os meios para a necessidade de se proteger ofensivamente contra os seus perigosos e esquivos inimigos (Laqueur, 2015a).

Em síntese, a atual retórica política russa firma-se na geopolítica do euroasianismo marcadamente moldada por Putin, tendo vindo a ser construída ao longo dos tempos e cimentada com uma visão unitária da força da razão da noção alargada (histórica, ecuménica, social e cultural) da Nação russa e do cumprimento do seu destino civilizacional.

6. IMPLICAÇÕES

O confronto no Estreito de Kerch era previsível há já muito, reforçando a ideia de que a anexação da Crimeia é um facto consumado e sustentando as ideias duginistas de que se seguirá a *Novorossya* e mais além. Estas aceções encontram-se reforçadas com a possibilidade de um renovado ataque em direção a Mariupol e ao rio Dniepr; particularmente a partir do Mar de Azov, sendo expressão máxima do duginismo-mackinderismo que, assente no revisionismo, neoimperialismo e em defesa da *Russkiy Mir*, legitima a intervenção ordenada pelo regime putinesco, tal como na Geórgia em 2008 e podendo ter em vista a conquista de território até à Transnístria.

De igual modo era previsível, pela relevância da BNS e da FMN, que a Crimeia potenciase a transformação do Mar Negro numa plataforma para se almejar afetar a OTAN e seus aliados locais, o que, contando com a atual complacência da Turquia, lhe permite operar quase sem restrições entre a Crimeia e Tartus (Síria), com os Dardanelos a perderem (parte) da sua relevância limitadora. Também era expectável que, não absorvendo a Ucrânia de volta para o seu espaço estratégico, Moscovo procurasse alargar a sua cadeia de *Anti Access/Area Denial (A2/AD)* limitando as movimentações da OTAN no Mar Negro e procurando o mesmo no Mediterrâneo Oriental, possivelmente rumo ao Atlântico.

E era também previsível que OTAN, UE e EUA condenassem, apoiassem, mas não intervissem decisivamente. Não se espera que frotas da OTAN forcem a passagem pelo Estreito de Kerch até Mariupol, como forma de aviso e definição de linhas vermelhas.

Contudo, a conjugação de velhas e novas teorias geopolíticas com fenômenos políticos-socioeconômicos e militares não permitem dar a mesma roupagem de previsibilidade do passado. O Neoimperialismo sustentado no revisionismo e russificação, aplicado no apresamento da Ucrânia enquanto *buffer zone* com o ocidente (antes de reunidas as condições para novo expansionismo), já forçaram Kiev a aplicar mediadas disruptivas para as políticas putinescas.

A primeira foi dirigida ao âmago do *Russkyi Mir* e visa a desconstrução do revisionismo que justifica o irredentismo russo. A afirmação da Igreja Ortodoxa Ucraniana é dolorosa para Moscovo, pois com esta cisão, cerca de 14.000 paróquias³¹ ucranianas saem do seu alcance e facilitam a estruturação de uma nova identidade espiritual sediada em Kiev. Apesar do entusiasmo, oficializado por altos dignatários ocidentais como o Secretário de Estado dos EUA Pompeo, e da aparente menorização da influência externa do Kremlin através do Patriarcado de Moscovo, grande parte da população da Crimeia e do leste ucraniano estão agora amarradas à clarificação de em quais dos lados da cisão se posicionarão, extremando assim posições.

A segunda posição que Kiev poderá aplicar, em última instância, é resultante do extremar de posições neoimperialistas que poderá levar a que, possuindo meios e capacidade, a Ucrânia se nuclearize. Este posicionamento ucraniano, potenciado pela ambiguidade ocidental e constante agressão russa, tanto poderia ter o condão de restringir as ações belicosas de Moscovo, como contribuir para alimentar o risco de alastramento do conflito a outras coordenadas geográficas.

Como sùmula, da previsibilidade da ingerência de Moscovo neste espaço soberano ucraniano, advêm presentemente a constância que, perante a passividade ocidental em conjugação com a agressividade russa, a rutura entre estes dois povos irmãos se alargará, assumindo contornos perigosos e incertos. Sendo que a cissão histórico-cultural se encontra a ser firmada, aguarda-se pelos tempos vindouros que poderão levar a uma Ucrânia nuclear.

7. CONCLUSÕES

Relacionando velhas e novas teorias geopolíticas com conceitos enformantes ao conflito russo-ucraniano, procurou-se apresentar um ponto de vista diferenciador quanto ao impacto de uma Crimeia Russa no Mar Negro e de Azov e nos adjacentes espaços político-geográficos.

Como resultado, concluiu-se que a posse da Crimeia e o controlo efetivo do Mar Negro e de Azov permitem hoje à Rússia retomar espaço essencial não

³¹ Semelhante à quantidade de paróquias na Rússia (Kuzio, 2018).

só para o restabelecimento da *buffer zone* marítima e terrestre como, a partir daí, poder conter e desgastar tanto a OTAN como a UE, almejando alargar a sua influência para Ocidente, para além dos Cárpatos e dos Dardanelos. Contudo, poderá arrastar consigo uma cisão irreversível com a Ucrânia, já marcada a fogo com a criação da Igreja Ortodoxa Ucraniana, afastando-a para fora do alcance da Moscovo política e espiritual, em direção ao ocidente. E, mantendo-se a impotência ocidental perante a agressão *cross-domain* gerasimoviana, a Ucrânia poderá aplicar a nuclearização como forma de *deterrence*. As contribuições suprarelevadas foram suportadas numa análise diferenciada, porquanto sustentada em eventos atuais e em desenvolvimentos que, baseados em conceitos e teorias enquadrantes, são credíveis.

As limitações deste trabalho focam-se essencialmente com a dificuldade de acesso a fontes primárias, particularmente as vinculadoras ao ponto de vista russo e ucraniano, sem ser sob uma ótica ocidental ou através de traduções eventualmente redutoras. Desta forma a consulta de fontes primárias poderia providenciar um novo enfoque, sob uma ótica mais a leste. De igual modo, são conhecidas as limitações socioeconómicas da Rússia em manter e expandir, no longo prazo, um estado de conflitualidade permanente do Ártico ao Báltico, do Cáucaso ao Mediterrâneo, mas não existem estudos que focalizem os possíveis efeitos da falência do eurasianismo ou do putinismo. Uma outra possível linha de investigação seria a da análise dos efeitos da colaboração entre Rússia e Irão/ China, baseada respetivamente na intervenção síria e na realização de múltiplos exercícios militares, que executados no Mediterrâneo Oriental, tem origem na Crimeia e no Mar Negro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Allison, R. (2008). Russia resurgent? Moscow's campaign to 'coerce Georgia to peace'. *International Affairs*, 6(84), 1145-1171.
- Barros, J. D. (2010). Teoria e Metodologia. Retirado de <http://escritasdahistoria.blogspot.com/2011/01/fonte-historica-2-expansao-documental.html>
- Blank, S. (2018). Russia's Provocations in the Sea of Azov: What Should Be Done? Retirado de <https://www.atlanticcouncil.org/blogs/ukrainealert/russia-s-provocations-in-the-sea-of-azov-what-should-be-done>
- Bogdanovski, A. (2018). The long lead up to the separation of the Ukrainian church. Retirado de <https://www.thenational.ae/world/europe/the-long-lead-up-to-the-separation-of-the-ukrainian-church-1.806258>
- British Broadcasting Company. (2015). Russia examines 1991 recognition of Baltic independence. Retirado de <https://www.bbc.com/news/world-europe-33325842>

- British Broadcasting Company. (2018). Trans-Dniester profile- Overview. Retirado de <https://www.bbc.com/news/world-europe-18286268>
- Brzezinski, Z. (1997). *The Grand Chessboard: American Primacy and Its Geostrategic Imperatives*. Nova Iorque: Basic Books.
- Cattini, G. (2011). Historical Revisionism- The reiteration of history in contemporary politic debate. *Revista Transfer*, 32-33.
- Cheriet, T. (2015). Between Dugin's Eurasianism and Mahan's Sea Power Concept: Russia's Geopolitical Discourse within Foucault's Discursive Tree' before and After the Incorporation of the Crimea. Turku/ Glasgow: University of Turku/ Univerity of Glasgow.
- Coalson, R. (2014). Putin Pledges to Protect All Ethnic Russians Anywhere. So, Where Are They? Retirado de <https://www.rferl.org/a/russia-ethnic-russification-baltics-kazakhstan-soviet/25328281.html>
- Coffey, L. (2018). 10 years after Putin's invasion Russia still occupies parts of Georgia. Retirado de <https://www.heritage.org/global-politics/commentary/10-years-after-putins-invasion-russia-still-occupies-parts-georgia>
- Correia, P. (2016). A Importância Estratégica da Posse da Crimeia. *Estudos Estratégicos: Estratégia contemporânea e conflitualidades*, 135-149.
- Deutsche Welle. (2018). Ukrainian Orthodox leaders seal divorce from Russian church. Retirado de <https://www.dw.com/en/ukrainian-orthodox-leaders-seal-divorce-from-russian-church/a-46755901>
- Dolinsky, A. (2011). How to strenghten Soft Power? Retirado de <http://www.russkiymir.ru/russkiymir/en/magazines/archive/2011/03/article0002.html>
- Dugin, A. (2014). Alexander Dugin: Horizons of our Revolution from Crimea to Lisbon. Retirado de <https://openrevolt.info/2014/03/07/alexander-dugin-crimea/>
- Ellis, G. (2015). The Baltic and the Bear. Retirado de <https://www.aljazeera.com/programmes/peopleandpower/2015/07/baltic-bear-150726085956123.html>
- Eltchaninoff, M. (2015). What is Putinism? Retirado de https://www.huffingtonpost.com/michel-eltchaninoff-/what-is-putinism_b_8624088.html?guccounter=1
- Encyclopaedia Britannica. (2018). Crimean War. Retirado de <https://www.britannica.com/event/Crimean-War>
- Encyclopaedia Britannica. (s.d.). Kievan Rus- Historical State. Retirado de <https://www.britannica.com/topic/Kievan-Rus>
- Felgenhauer, P. (2003). From Tuzla to "Great Russia". Retirado de <https://www.aei.org/publication/from-tuzla-to-great-russia/>
- Fish, M. (2017). What is Putinism? *Journal of Democracy*, 28(4), 61-75.

- Galeotti, M. (2014). The 'Gerasimov Doctrine' and Russian Non-Linear War. Retirado de <https://inmoscowsshadows.wordpress.com/2014/07/06/the-gerasimov-doctrine-and-russian-non-linear-war/>
- Gerasimov, V. (2016). The Value of Science Is in the Foresight: New Challenges Demand Rethinking the Forms and Methods of Carrying Out Combat Operations. Retirado de <https://www.armyupress.army.mil/Journals/Military-Review/English-Edition-Archives/January-February-2016/>
- Grossman, E. (2014). Should Ukraine Have Gotten Rid of Its Cold War Nukes? Retirado de <https://www.nti.org/gsn/article/should-ukraine-have-gotten-rid-its-nukes/>
- Harris, C. (2014). When Catherine the Great Invaded the Crimea and Put the Rest of the World on Edge. Retirado de <https://www.smithsonianmag.com/history/when-catherine-great-invaded-crimea-and-put-rest-world-edge-180949969/>
- Heidelberg Institute for International Conflict Research. (2018). Conflict Barometer 2017 (26ª ed.). Heidelberga, Baden-Württemberg, Alemanha: HIIK. Retirado de <https://hiik.de/conflict-barometer/current-version/?lang=en>
- Herbst, J. (2019). Cheap Ways to Make Putin Pay in Ukraine. Retirado de <https://www.atlanticcouncil.org/blogs/ukrainealert/cheap-ways-to-make-putin-pay-in-ukraine>
- Kaplan, R. (2013). *The Revenge of Geography: What the map tells us about coming conflicts and the battle against fate*. Nova Iorque: Random House Trade Paperbacks.
- Kowalewski, Z. M. (2014). Russian Imperialism. Retirado de <http://www.internationalviewpoint.org/spip.php?article3743>
- Kudors, A., & Orttung, R. (2010). Russian Public Relations Activities and Soft Power. *Russian Analytical Digest*, 81, 2-11. doi:10.3929/ethz-a-006249299
- Kuzio, T. (2010). *The Crimea: Europe's Next Flashpoint*. Wahsington: The Jamestown Foundation.
- Kuzio, T. (2018). Why Independence for Ukraine's Orthodox Church Is an Earthquake for Putin. Retirado de <https://www.atlanticcouncil.org/blogs/ukrainealert/why-independence-for-ukraine-s-orthodox-church-is-an-earthquake-for-putin>
- Laqueur, W. (2015a). Why Putinism will survive Putin. Retirado de <https://www.politico.eu/article/why-putinism-will-survive-putin-2/>
- Laqueur, W. (2015b). *Putinism: Russia and Its Future with the West*. Nova Iorque: Thomas Dunne Nooks & St. Martin's Press.

- Lusa. (2019). Concluído processo de criação da Igreja Ortodoxa da Ucrânia. Retirado de <https://observador.pt/2019/01/06/concluido-processo-de-criacao-da-igreja-ortodoxa-da-ucrania/>
- Mackinder, H. J. (1904). The Geographical Pivot of History. (T. G. Journal, Ed.) The Geographical Journal, 23(4), 421-437.
- Marshall, T. (2015). Prisoners of Geography: Ten maps that tell you everything you need about global politics. Londres: Elliott and Thompson Limited.
- Milhazes, J. (2018a). Ucrânia: Guerra religiosa com a Rússia promete novas convulsões. Retirado de <https://observador.pt/opiniao/ucrania-guerra-religiosa-com-a-russia-promete-novas-convulsoes/>
- Milhazes, J. (2018b). Rússia-Ucrânia: Direito Internacional é só para alguns. Retirado de <https://observador.pt/opiniao/russia-ucrania-direito-internacional-e-so-para-alguns/>
- Milhazes, J. (2018c). E se a Ucrânia decidir voltar a ser uma potência nuclear? Retirado de <https://observador.pt/opiniao/e-se-a-ucrania-decidir-voltar-a-ser-uma-potencia-nuclear/>
- Ministry of Foreign Affairs of Ukraine. (2019). Ministry of Foreign Affairs of Ukraine. Retirado de <https://mfa.gov.ua/en/about-ukraine/info/regions>
- Moreira, A. (1993). A Crise do Estado Soberano. Revista Nação e Defesa (66), 29-37. Retirado de <http://www.idn.gov.pt/publicacoes/nacaodefesa/textointegral/NeD66.pdf>
- Norval, M. (2017). The Return of Mahan, Mackinder, and Spykman. Retirado de <http://sfppr.org/2017/02/the-return-of-mahan-mackinder-and-spykman/>
- Osborn, A., & Polityuk, P. (2018). Russia fires on and seizes Ukrainian ships near annexed Crimea. Retirado de <https://www.reuters.com/article/us-ukraine-crisis-russia/russia-blocks-ukrainian-navy-from-entering-sea-of-azov-idUSKCN1NU0DL>
- Palermo, F. (2010). Irredentism. Retirado de <http://opil.ouplaw.com/view/10.1093/law:epil/9780199231690/law-9780199231690-e838>
- Pan, P. (2010). Ukraine to extend Russia naval base lease, pay less for natural gas. Retirado de <http://www.washingtonpost.com/wp-dyn/content/article/2010/04/21/AR2010042103836.html>
- Paul, A., & Zakrzewska, M. (2018). Occupied Crimea: Europe's grey zone. Retirado de http://www.epc.eu/pub_details.php?cat_id=3&pub_id=8765
- Puheloinen, A. (1999). Russia's geopolitical interests in the Baltic area. Helsínquia: National Defense College.
- Putin, V. (2008). Text of Putin's speech at NATO Summit (Bucharest, April 2, 2008). Retirado de <https://www.unian.info/world/111033-text-of-putins-speech-at->

- nato-summit-bucharest-april-2-2008.html
- Roth, A. (2018). Putin opens 12-mile bridge between Crimea and Russian mainland. Retirado de <https://www.theguardian.com/world/2018/may/15/putin-opens-bridge-between-crimea-and-russian-mainland>
- Santos, E. (2008). A Geopolítica Russa: De Pedro “O Grande” a Putin, a “Guerra-Fria”, o Eurasianismo e os Recursos Energéticos. *Revista Militar*, 221-230.
- Sequeira, J. (2014). As Teorias Geopolíticas e Portugal. Retirado de <https://www.revistamilitar.pt/artigo/914>
- Soric, M. (2019). Opinion: Ukrainian Orthodox Church independence is a mistake. Retirado de <https://www.dw.com/en/opinion-ukrainian-orthodox-church-independence-is-a-mistake/a-47033350>
- Spykman, N. (1944). *The Geography of the Peace*. Harcourt, Brace and Company.
- State Statistics Service of Ukraine. (2001). All-Ukrainian population census ‘2001. Retirado de <http://2001.ukrcensus.gov.ua/eng/>
- Treccani. (s.d.). Irredentismo. Retirado de <http://www.treccani.it/enciclopedia/irredentismo/>
- Wawrzonek, M. (2016). “Russkiy Mir”: A Conceptual Model of the “Orthodox Civilization”. Em M. Wawrzonek, N. Bekus, & M. Korzeniewska-Wiszniowska, *Orthodoxy Versus Post-Communism? Belarus, Serbia, Ukraine and the Russkiy Mir* (pp. 37-71). Newcastle upon Tyne: Cambridge Scholars Publishing.
- Weaver, C. (2014). Ukraine’s rebel republics. Retirado de <https://www.ft.com/content/9f27da90-7b3f-11e4-87d4-00144feabdc0>
- Weeks, T. (2010). Russification / Sovietization. Retirado de <http://ieg-ego.eu/en/threads/models-and-stereotypes/russification-sovietization>
- Wilson, A. (2014). *Ukraine Crisis: What it means for the West*. New Haven: Yale University Press.
- Yerofeyev, I., Maluch, A., Hajda, L., Kryzhanivsky, S., Stebelsky, I., & Zazenko, O. (2019). Ukraine- Russification. Retirado de <https://www.britannica.com/place/Ukraine/The-famine-of-1932-33#ref404580>
- Zaráte, R. (2016). Víktor Yanukóvych. Retirado de https://www.cidob.org/biografias_lideres_politicos/europa/ucrania/viktor_yanukovykh

A CORRIDA AO ESPAÇO. DINÂMICAS CONFLITUAIS GLOBAIS

João Pedro Coixão dos Reis Bento

Major de Engenharia Militar

Auditor do Curso de Estado-Maior Conjunto 2018/19

Lisboa, Portugal

RESUMO

O presente estudo, subordinado ao tema “A corrida ao espaço. Dinâmicas conflituais globais”, tem como objetivo analisar a corrida ao espaço contemporânea, identificando as implicações para as principais potências. A proliferação da tecnologia reduziu a barreira para operar no espaço, abrindo este domínio a um conjunto alargado de atores, quer estatais quer privados, levando a que o domínio espaço se encontre cada vez mais contestado, disputado e ocupado. O espaço encontra-se num momento crucial da sua exploração e utilização. As ações conduzidas nos próximos anos vão determinar que futuro terá: desenvolvimento ou inutilização. Conclui-se que, para as principais potências, a atual corrida ao espaço representa uma mudança de paradigma que levam os Estados Unidos da América a tentar manter a predominância, ao mesmo tempo que a República Popular da China e Rússia desenvolvem esforços para que se equilibre a balança de poder espacial, com o objetivo de manterem a sua influência regional e salvaguardarem a sua Segurança Nacional.

Palavras-chave: Espaço, Dinâmicas conflituais, Militarização ativa do espaço

ABSTRACT

The present study, under the theme “The race to space. Global conflict dynamics”, aims to analyze the contemporary race to space, identifying the implications for the major powers.

The proliferation of technology has reduced the barrier to operate in space, opening up this domain to a wide range of actors, both state and private, leading space to be increasingly contested, disputed and occupied. Space is at a crucial moment in its operation and use. The actions taken in the coming years will determine what future will have: development or destruction. It is concluded that for the major powers, the current space race represents a paradigm shift that leads the United States of America to try to remain predominant, while the People’s Republic of China and Russia are making efforts to balance the space power, with the objective of maintaining their regional influence and safeguarding their National Security.

Keywords: Space, Conflict dynamics, Weaponization of space

1. INTRODUÇÃO

Em 4 de outubro de 1957, o satélite Sputnik 1, lançado pela ex-União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (ex-URSS) alcançou o espaço e sobrevoou na sua órbita o território dos Estados Unidos da América (EUA), enquanto emitia ondas rádio. Este facto, ocorrido durante a presidência de Dwight D. Eisenhower, denominado como a “Crise do Sputnik”, alertou as autoridades políticas e militares dos EUA para a possibilidade de que o mesmo vetor de lançamento poderia ser usado para atingir o território americano com armamento, nomeadamente uma ogiva nuclear. Esta constatação levou a que se iniciasse, em plena Guerra Fria, uma nova era na disputa entre as grandes potências (Sambaluk, 2015).

Passadas mais de sessenta décadas, em que se verificou um grande desenvolvimento da tecnologia associado ao espaço, constata-se uma aceleração da importância que os atores internacionais dedicam a este domínio, cada vez mais relevante em termos científicos, económicos, e decisivo em termos militares e geopolíticos. A grande maioria da tecnologia espacial apresenta uma natureza de uso-dual, ou seja, com valor positivo quer para a sociedade civil quer para militares (Costa, 2018). Conjugando este fator dissimétrico com a incapacidade de diferenciar a sua vocação ofensiva ou defensiva torna o espaço uma área particularmente suscetível para o surgimento de um dilema de segurança (Johnson-Freese, 2017).

Segundo Costa (2018), a exploração espacial encontra-se atualmente na sua 4ª corrida³², que poderá ser caracterizada pela colocação de armamento no espaço, ou seja, a militarização ativa³³ deste domínio.

Atualmente, o sector espacial atravessa mudanças profundas, observando-se simultaneamente uma integração crescente de tecnologias e serviços espaciais na vida quotidiana dos cidadãos e no desenvolvimento de negócios (Figura 1). O investimento privado no sector espacial atingiu novos recordes nos últimos anos, alimentando um número crescente de pequenas empresas de base científica que se constituem num novo ecossistema empresarial, denominado “*New Space*” (Pekkanen, 2016).

³² A primeira ocorrida no período da Guerra Fria, entre EUA e ex-URSS, a segunda no pós-Guerra Fria marcada pela hegemonia Norte-Americana, e a terceira corrida entre atores não-estatais, lançada pelo reconhecimento do valor proporcionado pelo espaço.

³³ O conceito militarização ativa diz respeito à tradução do termo “*weaponization*”, geralmente entendido como a colocação em órbita de dispositivos com capacidade destrutiva.

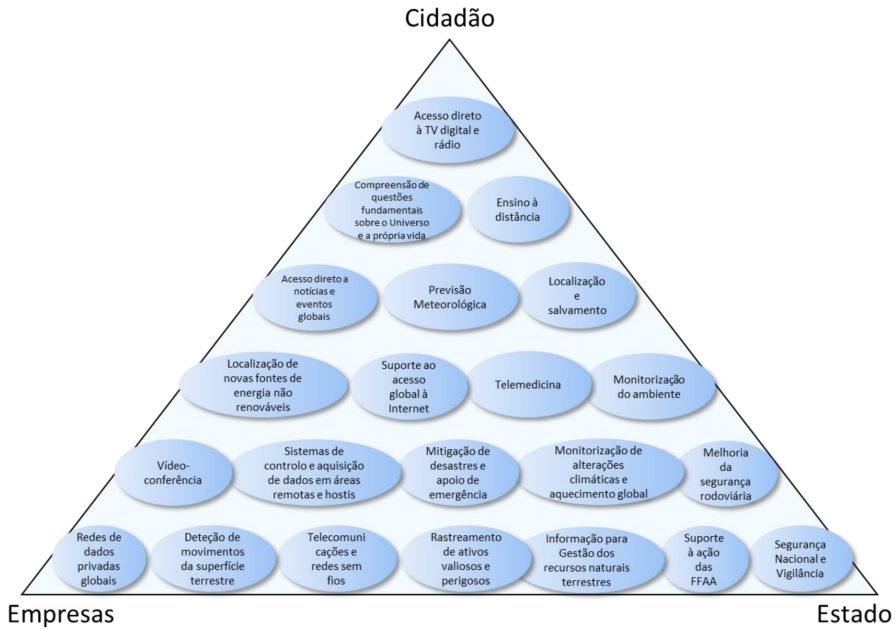


Figura 1 – Aplicações do espaço

Fonte: Adaptado a partir de IST (2004, p. 55)

A atualidade torna pertinente a análise desta temática sob a lente do seu emprego em contexto militar.

O relatório de riscos globais de 2019, define o espaço contestado como um dos eventos futuros com maior potencial de provocar uma deterioração repentina e disruptiva das condições de segurança global, podendo fazer com que os riscos, em efeito dominó, se cristalizem numa velocidade vertiginosa. No futuro, à medida que o acesso ao espaço se vai tornando mais acessível, novas ameaças de ataques terroristas no domínio espaço poderão emergir (World Economic Forum, 2019, p. 72).

Neste sentido, o presente trabalho tem como objeto de estudo a corrida contemporânea ao espaço e quais as implicações que esta representa para as principais potências. Será delimitado, espacialmente ao domínio espaço, temporalmente à atualidade, e no referente ao conteúdo, a investigação avalia as implicações que a corrida ao espaço representa para os EUA, Rússia e República Popular da China (RPC).

O objetivo geral (OG) desta investigação consiste em relacionar as tendências globais na atual corrida ao espaço com as suas implicações, no contexto militar, para as grandes potências. Com vista a alcançar o OG identificado, formula-se a

seguinte questão central (QC): Quais as implicações da corrida ao espaço, para as grandes potências? Decorrente do OG e da QC foram identificados objetivos específicos (OE) e questões derivadas (QD) expressos na figura 2.

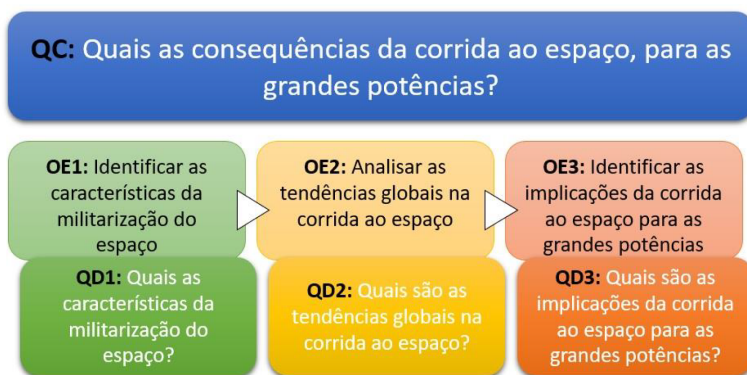


Figura 2 – Questões de investigação

Para o desenvolvimento deste estudo, adotou-se uma metodologia qualitativa, baseada num raciocínio dedutivo, com recurso à análise documental e pesquisa bibliográfica permitindo assim desta forma apoiar a investigação e sustentar as implicações e conclusões apresentadas.

O argumento assenta num conjunto de conceitos-chave que importa destacar, nomeadamente:

Domínio espaço, é delimitado, conforme convencionado pela **Federation Aeronatique Internationale**, pela linha de Karman, localizada teoricamente a 100km de altitude permitindo separar a atividade aeronáutica (abaixo dessa linha), da atividade astronáutica (acima dessa linha) (Córdoba, 2004).

Estratégia militar, definida como “a ciência e arte de edificar, dispor e empregar meios de coação num dado meio e tempo, para se materializarem objetivos fixados pela política, superando problemas e explorando eventualidades em ambiente de desacordo” (Ribeiro, 2009, p. 22).

No que concerne ao estado da arte, as questões relacionadas com a militarização do espaço revestem-se de um elevado grau de confidencialidade o que torna difícil determinar em concreto o atual estado de desenvolvimento destas tecnologias. No entanto, algumas obras desvendam parcialmente o estado da arte, destacando-se em termos internacionais a obra **Space Strategy** (2017) do Coronel Lefebvre que reúne numa abordagem multidisciplinar exaustiva a tecnologia espacial e as suas implicações estratégicas. Em termos nacionais destaca-se o estudo

do Tenente-Coronel Costa relativo ao Poder Espacial (2018), que aborda de forma transversal as formas de coação que podem ser empregues a partir do espaço, destacando os interesses que promovem a militarização ativa do mesmo. Assim, a presente investigação pretende colmatar o estudo relativo às implicações que a tendência de militarização ativa do espaço representa para as principais potências.

O espaço caracteriza-se por ser um domínio contínuo, não-homogêneo gravitacionalmente, apresentando órbitas de importância relativa distinta. Neste âmbito as órbitas terrestres dividem-se em três classes, nomeadamente Baixa³⁴, Média³⁵ e Alta³⁶ consoante a sua altitude. Na figura 3, mostra-se que a finalidade do equipamento colocado em órbita, define qual a que melhor que se adequa à sua função (NASA, 2009).

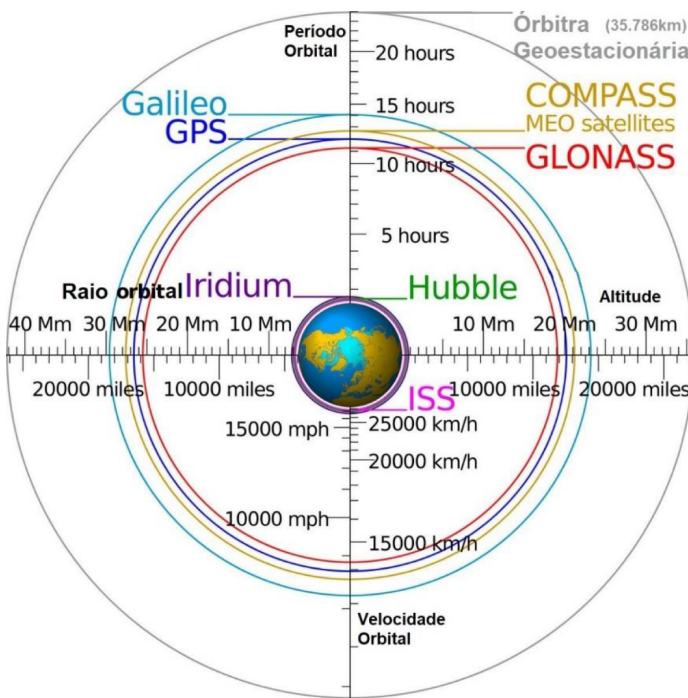


Figura 3 – Diagrama de órbitas de satélites

Fonte: Adaptado de Gini (2014)

À data de 30 de novembro de 2018, encontravam-se ativos 1957 satélites, dos quais 1.232 em LEO, 126 em MEO, 558 em GEO e 41 HEO (UCSUSA.org, 2018).

³⁴ Low Earth Orbit (LEO), entre os 100km e os 2000km de altitude;

³⁵ Medium Earth Orbit (MEO), entre os 2000km e os 35.786km de altitude. O limite superior define-se como geosynchronous equatorial orbit (GEO);

³⁶ Highly Elliptical Orbit (HEO), órbita elíptica que em parte da trajetória se encontra acima de 35.786km altitude.

Importa também referir os pontos de Lagrange, apresentados na Figura 4, que correspondem a posições orbitais onde os efeitos gravitacionais resultantes da interação Terra e Lua se equilibram, permitindo que um objeto colocado nestes locais se mantenha estabilizado por longos períodos de tempo, requerendo reduzido consumo de combustível para se manter em órbita. Assemelham-se a “lugares de estacionamento espaciais” (NOAA, 2015).

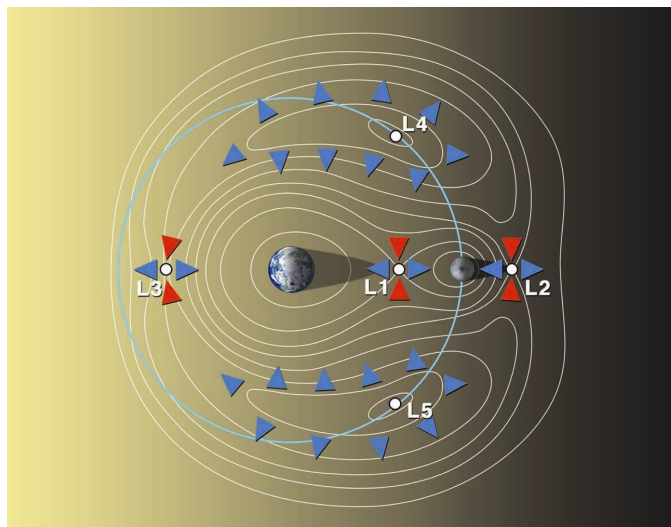


Figura 4 – Pontos de Lagrange Terra-Lua L1 a L5 (sem escala)

Fonte: Disponível em Kring (2015)

2. A MILITARIZAÇÃO DO ESPAÇO

A questão da militarização do espaço encontra-se sujeita a debate: para alguns autores já começou, a maior parte refere-se à sua inevitabilidade, enquanto que uma minoria de observadores espera que a conflitualidade não se estenda ao espaço.

O recente conceito, difundido pelas Forças Armadas dos EUA, de *Multi-domain Battle* inova na consideração de que existe uma base de igualdade entre os cinco domínios³⁷, ao trazer o espaço e o ciberespaço para o mesmo patamar de relevância dos restantes. Em contexto militar, o espaço inclui, para além do próprio domínio, os meios espaciais e terrestres necessários para os operar. As capacidades espaciais contribuem para o sucesso da missão através da obtenção de informação, monitorização da situação, comunicações por satélite, sistemas de alerta, navegação, facilitando assim a liberdade de manobra nos restantes

³⁷ Ar, terra, mar, espaço e ciberespaço.

domínios (Pires, 2018, p. 17).

O uso crescente e a dependência no uso do espaço para a segurança nacional levam também mais países a desenvolver as suas próprias capacidades de militarização ativa do espaço, através da aquisição de armas antissatélite (ASAT) que podem ser usadas para “enganar, destruir, negar, degradar ou destruir” sistemas espaciais (US DoD, 2018, p. 28).

2.1. AMEAÇAS ASAT

Os meios espaciais estão vulneráveis a uma ampla gama de ameaças, descritas no quadro 1. Embora alguns sistemas espaciais incorporem proteções contra certos de tipo de ataque, todos apresentam algum grau de vulnerabilidade (Harrison & Johnson, 2018).

Quadro 1 – Resumo das ameaças ASAT

Tipologia	Forma de ataque	Principais características
Armas cinéticas	Ascensão direta; Co-orbital.	Produção de detritos; Requerem elevado grau de sofisticação para guiamento.
Armas não-cinéticas (efeitos físicos) ³⁸	Lasers; Microondas de alta-potência; Impulso eletromagnético.	Ataques realizados à velocidade da luz; Dificuldade em determinar a origem do ataque.
Armas eletrónicas	<i>Jamming</i> ; <i>Spoofing</i> .	Efeitos temporários nos meios; Tecnologia facilmente acessível, de fácil proliferação e de difícil deteção.
Ciberataques	Sobre sistemas; Sobre dados.	Requer um elevado grau de sofisticação tecnológica; Danos permanentes ou temporários.

Fonte: Adaptado de Harrison e Johnson (2018).

2.2. O OBSTÁCULO LEGAL À MILITARIZAÇÃO

O espaço é um domínio de interesse supranacional e, portanto, mais propenso a ser regulado através da cooperação internacional. Desde o início da aventura da humanidade no espaço, a comunidade internacional encetou diversas tentativas para definir e regular a militarização ativa, mas com sucesso limitado (DeFrieze, 2014, p. 110).

A base do legalismo assenta nos tratados e acordos, sob a égide da Organização das Nações Unidas (ONU), elencados no Quadro 2, sendo de destacar como principal base do Direito do espaço o *Outer Space Treaty*, em vigor desde 1967.

³⁸ A detonação de uma arma nuclear no espaço é uma forma indiscriminada de ataque não cinético. Afeta os sistemas através do impulso eletromagnético e da criação de um ambiente radioativo que acelera a deterioração dos componentes dos satélites.

Quadro 2 – Principais tratados e acordos relativos ao Direito do espaço

Designação de Tratados e Acordos	Situação	Entrada em vigor
<i>Treaty banning Nuclear weapon tests in the atmosphere, in the outer space, and under water (Partial Test Ban treaty)</i>	Ratificação por 123 Estados incluindo EUA e Rússia. PRC não ratificou.	10 / 10 / 1963
<i>Treaty on Principals Governing the Activities of States in the Exploration and Use of Outer Space, including the Moon and Other Celestial Bodies (Outer Space treaty)</i>	Ratificação por 107 Estados, incluindo EUA, PRC e Rússia.	10 / 10 / 1967
<i>Agreement on the Rescue of Astronauts, the Return of Astronauts and the Return of Objects Launched into the Outer Space (Rescue Agreement)</i>	Ratificação por 92 Estados, incluindo EUA, PRC e Rússia	03 / 12 / 1968
<i>Convention on International Liability for Damage Causer by Space Objects (Liability Convention)</i>	Ratificação por 89 Estados, incluindo EUA, PRC e Rússia.	01 / 09 / 1972
<i>Convention on Registration of Objects Launched into Outer Space (Registration Convention)</i>	Ratificação por 68 Estados, incluindo EUA, PRC e Rússia.	15 / 09 / 1976
<i>Agreement Governing the Activities of States on the Moon and Other Celestial Bodies (Moon Agreement)</i>	Ratificação por 18 Estados. (EUA, PRC e Rússia não ratificaram o acordo).	11 / 07 / 1984

Fonte: Adaptado de ONU (2018)

Os tratados e acordos em vigor, apenas referem a proibição de armas de destruição massiva no espaço, mas não restringem a colocação de qualquer outro tipo de armamento. É com base neste vazio legal, já por diversas vezes tentado colmatar, que os EUA, a RPC e a Rússia se encontram a desenvolver sofisticadas tecnologias de capacidade ASAT.

2.3. SÍNDROME DE KESSLER

O número crescente de satélites condiciona as órbitas disponíveis para operação, e tendo em conta a persistência dos equipamentos que perduram longo tempo em órbita, mesmo após a sua desativação, a probabilidade de ocorrência de colisões entre eles aumenta (Costa, 2018, p. 10). Um dos mais significativos desafios que se prendem com a utilização do domínio espaço prende-se com o perigo que representa o lixo espacial.

Kessler e Cour-Palais (1978), teorizaram que o choque de satélites em órbita resultaria num aglomerado de detritos que poderiam, numa reação em cadeia, chocar entre eles levando a que as atividades espaciais e o uso de satélites se tornem impossíveis por várias gerações. Eles previram que o número de objetos lançados na LEO pode criar um ambiente tão denso que as colisões se tornam inevitáveis resultando num efeito dominó (Kessler, 2009).

Devido ao real perigo que deriva do crescimento exponencial de detritos

acumulados no espaço, tal como representado na Figura 5, têm sido adotadas medidas de mitigação e proteção sob a égide do Comité da ONU para o Uso Pacífico do Espaço Exterior (ESA, 2018).

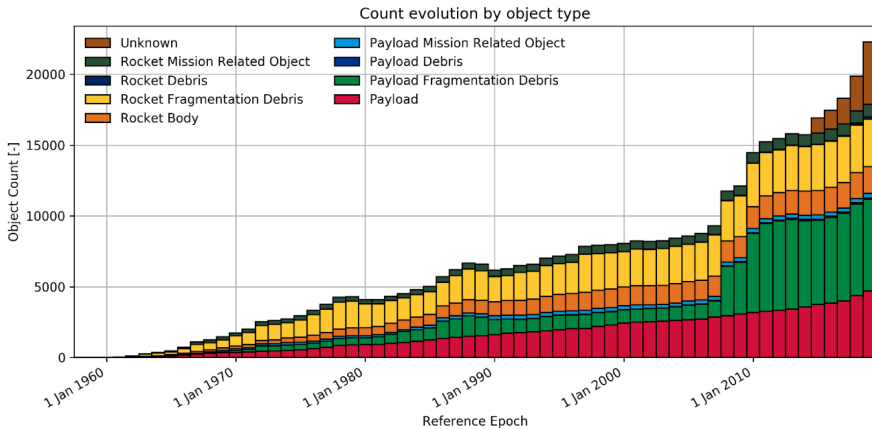


Figura 5 – Evolução detritos espaciais (1957-2017)
Fonte: Disponível em ESA (2017)

3. TENDÊNCIAS GLOBAIS NA CORRIDA AO ESPAÇO

O progresso tecnológico espacial tem sido marcado por várias evoluções tecnológicas, das quais se destaca a redução dos custos de colocação de equipamento em órbita, através da reutilização dos vetores de lançamento e a miniaturização dos satélites. Ambos os fatores colaboram para a democratização do espaço permitindo que novos atores participem neste domínio.

A miniaturização significa menor custo, portanto, permite maior acessibilidade para atores, tais como pequenos laboratórios de pesquisa, empresas privadas e universidades, que não possuem recursos financeiros para adquirir lançamentos exclusivos e dedicados. Mesmo para aqueles que possuem maior capacidade financeira, a miniaturização de satélites e outros equipamentos espaciais, oferece uma oportunidade potencialmente lucrativa, já que permite a formação de sistemas distribuídos em rede. Uma constelação adaptável, em mudança dinâmica, de um grande número de pequenos satélites pode realizar órbitas de formação coordenadas, orientadas para a missão e apresentar potencialidades técnicas não prontamente disponíveis em redes de satélites convencionais (Levchenko, Xu, & Bazaka, 2019). Neste âmbito destaca-se o projeto *Starlink*³⁹, promovido pela empresa privada *SpaceX*, que obteve autorização para o lançamento de 2.215 satélites até

³⁹ Infraestrutura de fornecimento de internet que permitirá competir com os sistemas por fibra e cabo.

2024, e 9.728 satélites até 2027, perfazendo assim uma constelação em LEO com um total de 11.943 satélites (Brodkin, 2018).

Segundo Costa (2018), no seio dos atores dominantes, o domínio espaço encontra-se presentemente distribuído por EUA, Rússia e China, não só pelo número de satélites operacionais, como também, pelo número de lançamentos realizados nos anos recentes. A Figura 6 permite constatar que, de acordo com os dados mais recentes disponibilizados, os EUA são o ator dominante na utilização do espaço.

No entanto, apesar de dominante, os EUA têm capacidade limitada para proteger os seus recursos espaciais ou negar as ações dos outros no espaço, o que tornou a “superioridade do espaço” apenas um conceito e não uma realidade operacional. (Hayden, 2013, p. 217).

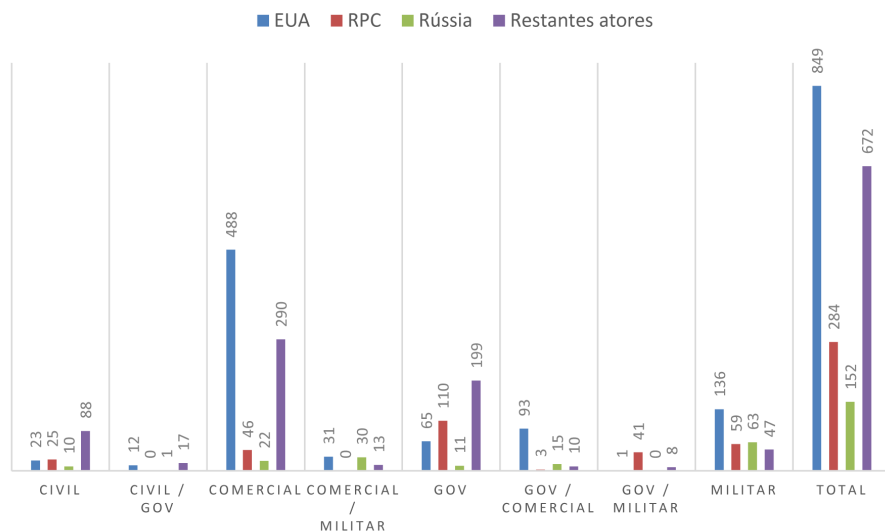


Figura 6 – Âmbito de utilização de satélites ativos por ator

Fonte: Adaptado a partir de UCSUSA (2018).

3.1. EUA

As capacidades espaciais em desenvolvimento por países em todo o mundo aumentaram a percepção de ameaça dentro da comunidade militar dos EUA em relação à vulnerabilidade dos ativos espaciais dos EUA num ambiente descrito como “congestionado, contestado e competitivo”. O programa espacial demonstra uma tendência cada vez mais agressiva em relação à proteção desses ativos por meio de uma estratégia de “deter, defender e derrotar” (Johnson-Freese, 2017).

O atual presidente dos EUA, alterou o rumo da política norte-americana relativamente ao espaço, que ficou marcada durante a administração Obama, por uma abordagem tendencialmente idealista. Sob a administração Obama, através do ajuste estratégico dos EUA, presentes na vontade de controlar a defesa antimíssil, e na situação moderada do Estreito de Taiwan, o ambiente estratégico entre a RPC e os EUA alterara-se significativamente (Baohui, 2011).

Ciente das ameaças decorrentes das atuais tendências globais, a mudança de rumo dos EUA, materializa-se pela implementação da *Space Policy Directive 3* (SPD-3), cuja face mais mediática diz respeito ao anúncio presidencial, da constituição de um sexto ramo das Forças Armadas, o *United States Space Force*, decorrente da promoção e incremento das capacidades que se encontram atualmente sob a alçada da Força Aérea Norte-americana.

A SPD-3 foca-se principalmente na gestão do tráfego de satélites, e mitigação de detritos no espaço, por forma a dar resposta aos desafios decorrentes do congestionamento orbital (Trump, 2018).

3.2. REPÚBLICA POPULAR DA CHINA

As evidências indicam fortemente que a RPC tem um esforço sustentado para desenvolver uma ampla gama de capacidades ASAT⁴⁰. A RPC conduziu múltiplos testes de tecnologias para uma abordagem próxima em LEO e GEO que poderiam constituir-se como capacidades ASAT co-orbital. No entanto, até o momento, a RPC não conduziu uma interceptação destrutiva real de um alvo, e não há provas de que essas tecnologias de abordagem e encontro em órbita estejam a ser desenvolvidas para uso ASAT, em oposição à recolha de informações ou outros propósitos (Secure World Foundation, 2018).

A RPC parece privilegiar os ataques cibernéticos, tendo sido acusada pelos EUA de estar implicada em diversos ataques a satélites norte-americanos. Em 2007, e 2008 foi alvo de ataque o Landsat-7⁴¹, tendo ficado em ambas ocasiões inoperacional por doze minutos ou mais. Em 2008, dois ataques direcionados a um satélite de observação terrestre, permitiram aos hackers obter controlo completo do satélite, mas optaram por não emitir qualquer comando. Já em 2014, alegados hackers chineses atacaram um satélite meteorológico norte-americano, que forçou a Administração Oceanográfica e Atmosférica dos EUA, a encerrar a prestação de serviço meteorológico durante 48 horas. Apesar de, em todas as situações, a RPC ter negado qualquer envolvimento, as autoridades norte-americanas estão seguras

⁴⁰ Em janeiro de 2007 a RPC conduziu uma ação ASAT de ascensão direta destruindo um satélite próprio a 865km de altitude (Harrison & Johnson, 2018, p. 8).

⁴¹ Satélite operado pelo Serviço Geológico dos EUA.

que a RPC possui estas capacidades e intenção de as demonstrar. (Harrison & Johnson, 2018).

3.3. RÚSSIA

A Rússia sustenta que a militarização do espaço é uma ameaça à segurança e um dos seus principais perigos militares externos. A doutrina militar russa aprovada em 2010 afirma que a garantia da supremacia em terra, no mar, no ar e no espaço exterior tornar-se-á fator decisivo para a consecução dos objetivos. Segundo o mesmo documento, uma das principais tarefas da nação para dissuadir e prevenir conflitos militares consiste em desenvolver um tratado internacional que proíba o emprego de quaisquer tipos de armas no espaço. Em 2008, a Rússia e a RPC propuseram o “Tratado sobre a Prevenção da Colocação de Armas no Espaço, a Ameaça ou o Uso da Força Contra os Objetos do Espaço Exterior” à Conferência da ONU sobre desarmamento. Os EUA rejeitaram a proposta, sinalizando-a como uma manobra diplomática, recusando-se a assiná-la. Enquanto a Rússia alega considerar o espaço como um domínio pacífico e querer impedir o desenvolvimento e o uso de armas no espaço, as suas atividades e programas de armas ASAT sugerem o contrário (Harrison & Johnson, 2018, p. 13).

Há fortes evidências de que a Rússia, à semelhança do programa espacial chinês, desenvolveu um conjunto de programas ao longo da última década para recuperar parte de sua capacidade ASAT. Desde 2010, a Rússia vem testando tecnologias que se podem constituir como uma capacidade ASAT co-orbital, e alguns desses esforços têm ligações com o programa co-orbital ASAT da era da Guerra Fria (Secure World Foundation, 2018, p. 43).

No entanto, apesar de uma deterioração nas relações diplomáticas e militares nos últimos anos, a Rússia e os EUA mantêm uma forte parceria no espaço; as duas nações partilham treino, comunicações, operações e capacidades de lançamento em apoio à Estação Espacial Internacional (Harrison & Johnson, 2018, p. 13).

4. IMPLICAÇÕES

As principais potências identificadas no capítulo 3 procuram utilizar o domínio espaço na medida em que melhor sirva os seus interesses nacionais, pelo que importa analisar o que a corrida espacial contemporânea implica para cada uma delas individualmente.

4.1. EUA

Ao longo das últimas décadas os EUA beneficiaram largamente das vantagens de operar no espaço, o que permitiu melhorar o desempenho nos

setores de defesa, segurança nacional, e comercial.

As atividades espaciais desempenham um papel fundamental para o modo Norte-Americano de conduzir a guerra. A crescente vertente comercial do espaço tem implicações potencialmente radicais para a segurança nacional dos EUA através do seu impacto numa série de funções militares e na capacidade da nação para projetar efetivamente o poder em todo o mundo (Stockdale, Aughenbaugh, & Boensch, 2018).

Sendo o estilo estratégico dos EUA caracterizado sobretudo pelo princípio da massa e pela preservação da hegemonia no campo militar, refletida também no conceito de *full-spectrum superiority*⁴², que permite a realização de operações conjuntas sem oposição efetiva ou interferência proibida, a contestação do domínio espaço por outros atores, representam uma ameaça real à manutenção do *status quo* (DOD, 2017, p. 96).

De acordo com Joan Johnson-Freese, (2017, p. 165) os analistas do Pentágono consideram inevitável que ocorram batalhas, existindo até planeamento para uma guerra limitada, no espaço.

No entanto, outros autores refutam esta inevitabilidade, tal como Lyle Goldstein (2015), que propõem uma abordagem para a relação EUA-RPC similar aquela que é estabelecida com outras nações, tais como a Arábia Saudita ou o Paquistão, onde a preferência dos EUA passaria por mudanças na estrutura ou nas políticas de governação, mas ainda assim encontra formas de trabalhar com eles, porque favorece os interesses nacionais dos EUA. Goldstein propõe tentar desanuviar as espirais de competição - dilemas de segurança - e substituí-las por espirais de cooperação que proporcionem medidas de política bilateral para alcançar progressos substanciais numa série de difíceis questões (Goldstein, 2015).

4.2. REPÚBLICA POPULAR DA CHINA

A RPC tem empenhado esforços substanciais no desenvolvimento da capacidade espacial, sobretudo no pós-Guerra Fria, ao perceber o seu efeito potenciador, evidenciado pela rápida e esmagadora vitória dos EUA na Operação Tempestade do Deserto. A RPC lançou o primeiro satélite em 1970 e 33 anos depois, em 2003, a indústria espacial chinesa, alcançou um relevante marco político e tecnológico ao colocar em órbita o seu primeiro “taikonauta”⁴³ (Harrison & Johnson, 2018).

Hoje, a China assume a liderança no estabelecimento de um discurso

⁴² Efeito cumulativo da supremacia nos domínios aéreo, terrestre, marítimo e espacial, espectro eletromagnético e ambiente informacional (que inclui o ciberespaço).

⁴³ Tenente-Coronel Yang Liwei alcançou o espaço em 15 de outubro de 2003, a bordo da *Shenzhou-5*.

ambicioso relativamente aos seus objetivos para o domínio espaço, envolvendo as instituições civis e militares relevantes que possam assegurar uma presença espacial efetiva e estabelecer predominância, o que, por sua vez, aumentaria o rejuvenescimento nacional da nação chinesa (Goswami, 2018).

A par do grande objetivo estratégico para o desenvolvimento denominado “*Belt and Road Initiative*”, o espaço tem vindo a ser uma temática recorrente no discurso do Presidente Xi, revelando que o governo chinês considera a indústria espacial como uma parte importante da estratégia de desenvolvimento integral da RPC. O livro branco relativo à política e atividades espaciais, publicado em 2016, deixa ficar bem claro que a China pretende melhorar a compreensão do “planeta Terra e do Cosmos”, “utilizar o espaço para fins pacíficos”, “realizar cooperação espacial internacional”, mas, ao mesmo tempo, usar o espaço para “salvaguardar os direitos e interesses nacionais da China” (CE RPC, 2016).

A alunagem chinesa, no lado não visível da Terra, anunciada em 3 de janeiro de 2019, representa mais para além do prestígio tecnológico de terem sido a primeira nação a alcançar tal feito. O módulo lunar *Chang’e-4* estabelece o primeiro passo no objetivo de explorar os recursos lunares, que contribuem para os objetivos de longo prazo de exploração espacial da RPC (Goswami, 2019).

A vantagem tecnológica dos EUA que permite a sua predominância espacial, levou a uma elevada dependência da componente militar nas suas capacidades baseadas no espaço. Consequentemente, a RPC considera essa dependência como uma vulnerabilidade por parte dos EUA, tentando explorar este facto (Cordesman, 2018, p. 141).

As intenções militares da RPC no espaço consistem na visualização deste domínio como uma nova e crítica dimensão da guerra futura, fazendo com que o programa espacial militar da China seja visto, como parte de uma ampla estratégia assimétrica, projetada para compensar quer as vantagens militares convencionais dos EUA, bem como a assimetria da sua capacidade nuclear em relação às duas principais potências nucleares (Baohui, 2011).

4.3. RÚSSIA

Desde a década de 60 do séc. XX, que a URSS, e posteriormente a Rússia tem sido um dos principais atores na arena do espaço. Hoje apesar de não possuir paridade com os EUA no investimento e capacidades espaciais, mantém ainda um papel muito relevante, com principal destaque nas infraestruturas de lançamento. Embora o legado da tecnologia espacial soviética continue a fornecer uma vantagem competitiva para a Rússia, o país não continuou a fazer avanços no espaço na mesma proporção que o fez durante a Guerra Fria (Harrison & Johnson, 2018).

Ao observarem, durante as últimas décadas, o modo de conduzir a guerra por parte dos EUA, a liderança política e militar russa, considera o domínio da informação como pré-requisito para a vitória militar, tendo assim incorporado o domínio espaço como essencial para vencer conflitos atuais e futuros. Consubstanciando este desígnio, sob a liderança do Presidente Putin, a Rússia renovou a vontade política de obter capacidades ASAT por forma a reforçar o seu poder regional, e garantir a sua liberdade de ação, reforçando assim a salvaguarda da Defesa (Secure World Foundation, 2018).

Com base em declarações e iniciativas públicas russas, como a promoção de acordos relativos à limitação de armamento no espaço, poder-se-ia inferir que a preocupação russa com a militarização do espaço é uma resposta às iniciativas dos EUA. É mais provável, no entanto, que os russos vejam o espaço como um domínio no qual a competição e o conflito irá ocorrer. Não sendo possível determinar com certeza a motivação, os líderes militares russos estão empenhados em alcançar as capacidades destrutivas e não destrutivas ASAT como forma de salvaguardarem a Defesa da nação.

5. CONCLUSÕES

No presente trabalho, para melhor compreender as implicações da atual corrida ao espaço, estudou-se e interpretou-se, sob o prisma dos fatores estratégicos, a influência que as dinâmicas globais representam para as principais potências.

Observa-se que, historicamente o espaço tem sido um domínio dispendioso, apenas ao alcance das maiores potências. No entanto, a proliferação da tecnologia reduziu a barreira para operar no espaço, abrindo este domínio a um conjunto alargado de atores, quer estatais quer privados. Esta “democratização” conduz a um maior congestionamento do seu uso, trazendo consigo incerteza quanto à intenção das ações dos diversos atores, levando a que as principais potências considerem imperativo assegurar a liberdade de ação no espaço, ao mesmo tempo que ambicionam manter uma presença dominante no mesmo.

As actividades espaciais caracterizam-se pela sua natureza altamente tecnológica e cientificamente complexa, multidisciplinar, em que a cooperação internacional se torna uma evidente mais-valia. Com o acesso “*low-cost*” ao espaço, desvanesce uma parte da motivação para a cooperação, levando a um incremento de um maior individualismo por parte dos atores num ambiente altamente competitivo.

No mundo atual, cada vez mais países dão importância e tomam parte ativa no desenvolvimento de actividades espaciais. Tendo em conta todas as incertezas

que caracterizam um sector que evolui tecnologicamente de tal forma acelerada, muitas regiões e países têm vindo a definir novas estratégias de posicionamento estratégico, de modo a influenciar investimentos futuros no sector espacial. Isto é tão mais verdade quanto este sector tem o potencial de afetar um vasto leque de atividades humanas a nível global.

A contestação do domínio espaço por outros atores, representam uma ameaça real à manutenção do *status quo* por parte dos EUA. A recente iniciativa que consiste na constituição, até 2020, de um sexto ramo independente das Forças Armadas, o *United States Space Force*, é reveladora da importância que a liderança política da superpotência dedica ao domínio espaço.

Como resposta a esta intenção estratégia de unilateralismo por parte dos EUA, a Rússia, mas particularmente a RPC, em simultâneo, têm dedicado um conjunto vasto de recursos ao desenvolvimento de tecnologia espacial. Atualmente, embora esteja atrasada em relação às capacidades dos EUA, a RPC demonstra elevada determinação, ao acelerar o seu programa espacial, que permitirá mitigar os efeitos desta diferença e eventualmente até, conduzir a nação chinesa ao lugar cimeiro no que ao domínio espacial diz respeito. Aliás, a RPC tem assumido um posicionamento mais vanguardista nesta área, evidenciado pela execução do teste ASAT em 2007, contraditório à sua tradicional postura estratégica. As intenções militares da RPC no espaço consistem na visualização deste domínio como uma nova e crítica dimensão da guerra futura, fazendo com que o programa espacial militar da China seja visto como parte de uma ampla estratégia assimétrica, projetada para compensar quer as vantagens militares convencionais dos EUA, bem como a assimetria da sua capacidade nuclear em relação às duas principais potências nucleares.

A Rússia pretende mitigar a superioridade da capacidade espacial dos EUA, recuperando alguns dos programas ASAT da Guerra Fria, como forma de recuperar a paridade com os EUA no que concerne ao espaço. Este investimento russo na tecnologia espacial permitir-lhe-á reforçar o seu poder regional, garantir a sua liberdade de ação e renovar o seu complexo de indústria de Defesa.

Assim, observa-se que o espaço constitui o mais recente campo de batalha das grandes potências no séc. XXI, que procuram aumentar a sua predominância no SI através do desenvolvimento do Poder Espacial.

Importa por fim evidenciar que o domínio espaço se encontra num momento crucial da sua exploração e utilização. As ações conduzidas nos próximos anos vão determinar que futuro terá: desenvolvimento ou inutilização.

Ao contrário de outros domínios, a militarização ativa do espaço, na eventualidade de resultar num conflito alargado, pode condenar a Humanidade a

permanecer indefinidamente no planeta Terra, frustrando o desejo explorador que sempre caracterizou a espécie Humana. A eventual colocação de armas no espaço, reveste-se de perigos, que se sobrepõem de sobremaneira aos eventuais benefícios temporários da sua utilização. Tal como Kessler teorizou, perante uma reação em cadeia de choques entre detritos espaciais, as órbitas terrestres, particularmente as LEO, poderão permanecer inutilizáveis por várias gerações.

Assim, a conflitualidade poderá passar tendencialmente por armamento eletrónico, não cinético, e ciberataques aos equipamentos militares em órbita, ou negação de órbitas através de objetos pré-posicionados. As missões tripuladas também poderão verificar um acréscimo, como forma de dissuasão de ataques, visto que as consequências de um ataque a um qualquer equipamento espacial que acarretasse baixas teria uma resposta mais robusta pela Nação afetada.

A expansão do domínio espaço, seja para fins estatais ou comerciais, para que se possa realizar de forma sustentada, tem de ser obrigatoriamente acompanhada e regulada. Torna-se imperativo que a espiral de ação/reação entre os principais atores seja travada ou minimizada, por forma a controlar o recurso a armas no espaço com vista ao seu exclusivo uso pacífico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Baohui, Z. (2011). The Security Dilemma in the U.S.-China Military Space Relationship: The Prospects for Arms Control. *Asian Survey*, 51(2), 311-332.
- Brodkin, J. (2018). *SpaceX raising \$500 million to help build satellite broadband network*. Retirado de <https://arstechnica.com/information-technology/2018/12/spacex-raising-500-million-to-help-build-satellite-broadband-network/>
- CE RPC. (2016). *White paper on China's space activities in 2016*. Retirado de http://english.gov.cn/archive/white_paper/2016/12/28/content_281475527159496.htm
- Cordesman, A. H. (2018). *Chinese Strategy, Military Forces, and Economics: The Metrics of Cooperation, Competition and/or Conflict*. Washington, DC: Center for Strategic and International Studies.
- Córdoba, S. F. (2004). *Presentation of the Karman separation line, used as the boundary separating Aeronautics and Astronautics*. Retirado de <https://www.webcitation.org/618QHms8h?url=http://www.fai.org/astronautics/100km.asp#>
- Costa, P. (2018). Poder Espacial. *Abertura Solene do Ano Letivo 2018-2019 Oração de Sapiência*. Lisboa: IUM.
- DeFrieze, D. C. (2014). Defining and Regulating the Weaponization of Space. *Joint Force Quarterly*, 74, 110-115. Retirado de https://ndupress.ndu.edu/Portals/68/Documents/jfq/jfq-74/jfq-74_110-115_DeFrieze.pdf

- DOD. (2017). *DOD Dictionary of Military and Associated Terms*. Retirado de http://www.dtic.mil/doctrine/new_pubs/dictionary.pdf
- ESA. (2017). *Debris Object Evolution*. Retirado de https://www.esa.int/spaceimages/Images/2017/04/Debris_object_evolution
- ESA. (2018). *Orbital Debris: Overview of Space Debris*. Retirado de <https://directory.eoportal.org/web/eoportal/satellite-missions/o/orbital-debris>
- Gini, A. (2014). *satellite-orbits-geo-leo-meo*. Retirado de <http://www.spacesafetymagazine.com/space-on-earth/malaysia-flight-370/losing-aircraft-todays-world/attachment/satellite-orbits-geo-leo-meo/>
- Goldstein, L. (2015). *Meeting China Halfway: How to Defuse the Emerging US-China Rivalry*. Georgetown: University Press.
- Goswami, N. (2018). Waking Up to China's Space Dream. *The Diplomat*. Retirado de <https://thediplomat.com/2018/10/waking-up-to-chinas-space-dream/>
- Goswami, N. (2019). Why the Chang'e-4 Moon landing is unique. *The Space Review*. Retirado de <http://www.thespacereview.com/article/3639/1>
- Harrison, T., & Johnson, K. (2018). *Space Threat Assessment 2018*. Washington, DC: Center for Strategic and International Studies.
- Hayden, D. (2013). Space Strategic Deterrence. Em O. Johnson (Ed.), *Thinking about Deterrence Enduring Questions in a Time of Rising Powers, Rogue Regimes, and Terrorism*, 217-248. Alabama: Air University Press.
- IST. (2004). *Estratégia Nacional para o Espaço: 2003 – 2008*. IST. Retirado de <https://web.ist.utl.pt/orfeu.bertolami/Estrategiaespaco612004.pdf>
- Johnson-Freese, J. (2017). *Space Warfare In The 21st Century: Arming the heavens*. New York: Routledge.
- Kessler, D. J. (2009). *The Kessler Syndrome: As Discussed by Donald J. Kessler*. Retirado de <https://web.archive.org/web/20100527195029/http://webpages.charter.net/dkessler/files/KesSym.html>
- Kessler, D. J., & Cour-Palais, B. G. (1978). Collision Frequency of Artificial Satellites: The Creation of a Debris Belt. *Journal of Geophysical Research*, 83(A6), 2637-2646.
- Kring, D. A. (2015). *Lunar and Planetary Institute*. Retirado de <https://space.stackexchange.com/questions/4050/is-there-a-lot-of-space-trash-at-the-earth-moon-lagrange-points>
- Lefebvre, J.-L. (2017). *Space Strategy*. London: ISTE Ltd.
- Levchenko, I., Xu, S., & Bazaka, K. (2019). Small thrusters for small satellites: trends and challenges. *The Space Review*. Retirado de <http://www.thespacereview.com/article/3637/1>

- NASA. (2009). *Three Classes of Orbit*. Retirado de Earth observatory: <https://earthobservatory.nasa.gov/features/OrbitsCatalog/page2.php>
- NOAA. (2015). *Points of Lagrange: A Satellite a Million Miles from Home*. Retirado de <https://www.nesdis.noaa.gov/content/points-lagrange-satellite-million-miles-home>
- ONU. (2018). *Status of International Agreements relating to activities in outer space as at 1 January 2018*. Vienna: Committee on the peaceful uses of outer space.
- Pekkanen, S. M. (2016). *What Does It Take To Compete In NewSpace?* Retirado de <https://www.forbes.com/sites/saadiampekkannen/2016/06/28/what-does-it-take-to-compete-in-newspace/#53c2cfb41f8d>
- Pires, N. L. (2018). *O Novo Conceito De “Multi-Domain Battle” E Suas Implicações Na Edificação De Capacidades Militares Do Exército*. Pedrouços: IUM.
- Ribeiro, S. (2009). *Teoria Geral da Estratégia - O essencial ao processo estratégico*. Coimbra: Almedina.
- Sambaluk, N. M. (2015). *The other space race: Eisenhower and the quest for aerospace security*. Annapolis: Naval Institute Press.
- Secure World Foundation. (2018). *Global Counterspace Capabilities: An Open Source Assessment*. (B. Weeden, & V. Samson, Edits.) Secure World Fundation.
- Stockdale, P., Aughenbaugh, S., & Boensch, N. (fevereiro de 2018). *Low-Cost Access to Space: Military Opportunities and Challenges*. *Defense Horizons(83)*. Institute for National Strategic Studies. Retirado de www.ndu.edu/inss
- Trump, D. J. (2018). *Space Policy Directive-3, National Space Traffic Management Policy*. *Presidential Memoranda*. Washington, D.C.: The White House. Retirado de <https://www.whitehouse.gov/presidential-actions/space-policy-directive-3-national-space-traffic-management-policy/>
- UCSUSA.org. (2018). *UCS Satellite Database*. Retirado de https://www.ucsusa.org/nuclear-weapons/space-weapons/satellite-database?_ga=2.145149811.698897318.1548290036-1054216781.1548290036#.XEKINlz7QdU
- US DoD. (2018). *JP 3-14*. US DoD.
- World Economic Forum. (2019). *The Global Risks Report 2019*, 14th Edition. Geneva. Retirado de <http://wef.ch/risks2019>

PARTE II
ESTRATÉGIA

IRÃO NUCLEAR. IMPACTOS REGIONAIS FUTUROS

Paulo Miguel dos Santos Gonçalves

Tenente-coronel GNR Infantaria
Auditor do Curso de Estado-Maior Conjunto 2018/19
Lisboa, Portugal

RESUMO

Entre a República Islâmica do Irão e os cinco membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU (Estados Unidos, China, Rússia, França e Reino Unido) e Alemanha, a 14 de julho de 2015, em Viena, foi assinado o *Joint Comprehensive Plan of Action*. O acordo internacional estabeleceu restrições às atividades nucleares do Irão, prevendo a retirada gradual e condicional das sanções internacionais impostas, em troca da garantia de que Teerão não desenvolva armas nucleares. A recente saída dos EUA do *Joint Comprehensive Plan of Action* criou constrangimentos à aplicabilidade do documento internacional. Com efeito, à luz dos acontecimentos contemporâneos, procurou-se apurar qual o impacto de um Irão dotado de armas de destruição massiva. As perspetivas quanto ao impacto de um Irão nuclear diferem, havendo uma distinção clara entre uma visão mais neorrealista e outra neoliberal. Caracterizados e analisados os formatos de atuação quer do Irão quer da Arábia Saudita, concluímos que, dado o passado recente, nomeadamente face à atuação e ao investimento militar realizado, um Irão nuclear originará uma Arábia Saudita nuclear, com a conseqüente proliferação das Armas de Destruição Massiva na região do Médio Oriente.

Palavras-chave: Irão, Médio Oriente, Nuclear, Conflitos Armados, Armas de Destruição Massiva

ABSTRACT

Between the Islamic Republic of Iran and the five permanent members of the UN Security Council (United States, China, Russia, France and United Kingdom) and Germany, on July 14, 2015 in Vienna, was signed the Joint Comprehensive Plan of Action. The international agreement has established restrictions on Iran's nuclear activities, providing for the gradual and conditional withdrawal of international sanctions imposed, in exchange for ensuring that Tehran does not develop nuclear weapons. Recent US exit from the Joint Comprehensive Plan of Action has created constraints on the applicability of the international document. In the light of contemporary events, it was sought to ascertain the impact of an Iran endowed with weapons of mass destruction. Prospects for the impact of a nuclear Iran differ, with a clear distinction between a more neo-neolistic and a neo-liberal view. Iranian and Saudi Arabian regions have been characterized and analyzed. We conclude that given the recent past, in particular in the face of military action and investment, a nuclear Iran will originate a nuclear Saudi Arabia, with the consequent proliferation of Weapons of Mass Destruction in the region the Middle East.

Keywords: Iran, Middle East, Nuclear, Armed Conflict, Weapons of Mass Destruction.

1. INTRODUÇÃO

Após 12 anos de crise e 21 meses de negociações, entre a República Islâmica do Irão (RII) e os cinco membros permanentes do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU) (Estados Unidos, China, Rússia, França e Reino Unido) e Alemanha, a 14 de julho de 2015, em Viena, foi assinado o Joint Comprehensive Plan of Action (JCPOA). O acordo internacional estabeleceu restrições às atividades nucleares do Irão, prevendo a retirada gradual e condicional das sanções internacionais impostas, em troca da garantia de que Teerão não desenvolva armas nucleares (JCPOA, 2015).

A Arábia Saudita sempre se opôs à assinatura do Acordo. Na sua perspetiva, qualquer acesso que o Irão pudesse ter ao enriquecimento de urânio significaria, para além de lhe proporcionar uma melhoria da sua posição económica, um aumento da sua capacidade de criar uma arma nuclear (Nascimento & Vilas Boas, 2018).

Ao nível político, é entendimento geral que um Irão dotado de armas nucleares causa instabilidade regional e internacional. Por outro lado, ao nível académico, as perspetivas quanto ao impacto de um Irão nuclear diferem, havendo uma distinção clara entre uma visão mais neorrealista e outra neoliberal.

Em 2018, Donald Trump, anunciou a retirada do acordo nuclear do Irão criando constrangimentos à sua aplicabilidade. Face à saída dos EUA do JCPOA, importa avaliar, à luz dos acontecimentos contemporâneos, qual o impacto de um Irão nuclear. Considerando as condutas recentes dos países do Conselho de Cooperação do Golfo (CCG)⁴⁴, encabeçado pela Arábia Saudita, entendemos que estes não assistirão ao aumento de capacidade nuclear do Irão de forma passiva, sendo presumível que ocorra uma corrida ao armamento.

Com efeito, o objetivo da presente investigação é identificar os impactos regionais futuros de um Irão nuclear. Face a tal, é necessário dissecar a estratégia militar do Irão em relação ao Médio Oriente e, por outro lado, importa observar qual tem sido a resposta dos restantes países, em especial da Arábia Saudita, seu eterno rival.

Metodologicamente, o presente estudo assenta numa estratégia de investigação qualitativa, consubstanciado num raciocínio dedutivo. Para alcançar os objetivos propostos, inicia-se, na primeira parte, com um estudo do estado da arte, o enquadramento teórico e a metodologia a aplicar. Posteriormente, serão analisados os formatos de atuação do Irão nos conflitos do Médio Oriente e a reação da Arábia Saudita a esta atuação, nomeadamente, ao nível do investimento militar. Para a final, deslindar qual será o impacto regional de um Irão nuclear.

⁴⁴ É constituído pela Arábia Saudita, Bahrein, Catar, Emirados Árabes Unidos, Kuwait e Omã.

2. ESTADO DA ARTE

Waltz (2012) defende que no Médio Oriente perdura um desequilíbrio de poder, decorrente da inexistência de Estados com capacidade de dissuasão nuclear para enfrentar Israel que, apesar de ainda não ser reconhecido, desde há quatro décadas detém o monopólio nuclear regional.

Para este autor, o poder “implora por equilíbrio”, acrescentando que, tal como aconteceu com a Índia e o Paquistão, se por ventura o Irão se nuclearizar, originará uma mútua dissuasão entre este país e Israel, tal como sempre aconteceu entre as potências nucleares (Waltz, 2012, p. 3).

Por conseguinte, os políticos e os cidadãos do mundo árabe, da Europa, dos EUA e de Israel, podem estar “descansados” uma vez que quando emergem as capacidades nucleares emerge também a estabilidade e a paz. Porém, quando se trata de “armas nucleares, agora como sempre, mais pode significar melhor” (Waltz, 2012, p. 5).

Por seu turno, Mearsheimer (2001) sufraga uma posição idêntica. Segundo este, a supremacia evidenciada por Israel gera um dilema de segurança nos seus rivais que procuram mitigar este desequilíbrio através, por um lado, do desenvolvimento de armamentos convencionais e, por outro, do desenvolvimento dos seus próprios arsenais nucleares. Para este defensor do realismo ofensivo, um Irão dotado de armas nucleares proporciona uma maior estabilidade à região porquanto estas “são armas de paz, são armas de dissuasão” (Mearsheimer, 2012).

Não obstante esta posição, e ainda que remotamente, Mearsheimer não exclui a possibilidade de que um futuro conflito entre duas potências nucleares passe de um nível convencional para um nível nuclear, motivo pelo qual se deve ser muito prudente quanto à possibilidade de um Irão nuclear. No entanto, na sua opinião, a solução passaria sempre pelos EUA, que teriam de proteger “nuclearmente” os restantes estados do Médio Oriente, designadamente a Arábia Saudita, tal como o fez no passado com o Japão e com a Alemanha (Mearsheimer, 2012).

Por seu turno, Joseph Nye (2006) pugna uma perspetiva distinta. Para o autor, no âmbito da perspetiva teórica, o equilíbrio de poder nunca poderá ser considerado um mecanismo suficiente para mitigar os efeitos negativos da anarquia do sistema internacional e, desse modo, garantir a paz e estabilidade entre os Estados. Adita que, num mundo anárquico, os Estados concorrem pelo poder no contexto de um intenso dilema de segurança, no qual a dinâmica defensiva de um ator pode ser entendida como ofensiva por outro, desencadeando assim uma corrida ao armamento.

Na perspetiva de Nye (2008) subsistem fatores específicos na região do Médio Oriente que geram dificuldades para a aplicação das teorias do equilíbrio

de poder e da dissuasão nuclear, designadamente, a rivalidade entre o Irão e os Estados árabes do CCG, liderados pelo reino da Arábia Saudita, assente em diferentes razões ideológicas e rivalidades geopolíticas na península arábica e na região do Golfo Pérsico. Consequentemente, ressalta que “a ambição nuclear do Irão poderia desencadear uma onda de proliferação nuclear no Médio Oriente” entre aqueles outros atores regionais (Nye, 2008, p. 1).

A par de tal, e uma vez que no Médio Oriente os Estados do Golfo são ricos em petróleo e tem abundância de recursos económicos para iniciar um programa nuclear, caso o Irão adquira armas nucleares, o autor salienta ser improvável que a Arábia Saudita, o Egito e outros países se sentem passivamente enquanto os persas adquirem armas nucleares. Possivelmente, diz, seguirão o exemplo e quanto mais armas proliferarem no volátil Médio Oriente, mais probabilidades existem de ocorrer acidentes e erros de cálculo (Nye, 2006).

Com efeito, o conceito de equilíbrio de poder compreende este dilema de segurança, onde o restabelecimento do equilíbrio entre Irão e Israel poderia gerar um desequilíbrio entre Irão e os países do CCG árabes, principalmente a Arábia Saudita. A atitude agressiva da teocracia xiita para com outros Estados, as suas ambições hegemónicas regionais e os justificados temores dos vizinhos, fazem com que os argumentos de uma possível escalada nuclear, na região, não estejam mal fundados (Nye, 2006).

Contudo, o problema geral é a proliferação nuclear dentro dos desafios mundiais que enfrenta o regime do Tratado de Não Proliferação Nuclear (TNP) e as medidas que devem ser adotadas para evitar o não-cumprimento do tratado. O TNP constitui a principal barreira legal e política contra a proliferação de armas nucleares (Nye, 2006).

Por tais motivos, no contexto de perigos atuais de proliferação nuclear, este autor coloca o foco na responsabilidade da comunidade internacional e dos EUA, em particular, frente a flagrantes casos de violação do TNP.

Assim, defende a necessidade de uma ativa política norte-americana que tenha como estratégia uma combinação de soft power e hard power, que garanta o compromisso do Irão com o TNP, do qual faz parte, aplicando o poder dos EUA para persuadir os iranianos de que a melhor opção para os seus próprios interesses e para a sua segurança nacional é encontrar um ponto de equilíbrio antes da aquisição de armas nucleares (Nye, 2008). Na verdade, o acordo concretizado entre o Irão e o G5 + 1 é coerente com tais considerações e sugestões.

Independentemente destas posições, segundo Schake and Yaphe (2001) caso o Irão adquira armas nucleares, é certo que irá causar impacto regional.

Por fim, em termos militares, de acordo com diversos estudos, do qual

destacamos *The Strategic Implications of a Nuclear-Armed Iran* e *The sky is Not Falling: Regional Reaction to a Nuclear-Armed Iran*, a estratégia de resposta passará por três opções: os países do CCG não fazem nada (wait and see); juntam-se a uma potência nuclear, em particular à OTAN/EUA (Joint Nuclear Umbrella) ou adquiram as suas próprias armas nucleares (Domestic Nuclear Programs) (Madson, 2006, pp. 54-55; Schake & Yaphe, 2001, p. 32).

Através da análise do estado da arte, concluiu-se que a visão de teóricos e académicos de renome internacional são distintas, quanto ao impacto de um Irão nuclear. Uma visão mais neorrealista indica que o Irão nuclear traria equilíbrio e consequente estabilidade à região através da deterrence. Por outro lado, uma visão mais neoliberal salienta que subsistem fatores específicos na região do Médio Oriente que geram dificuldades para a aplicação das teorias do equilíbrio de poder e da deterrence, designadamente, a rivalidade entre o Irão e os Estados árabes do CCG, liderados pela Arábia Saudita. Nesta perspetiva, um Irão nuclear iria criar um desequilíbrio entre o Irão e os países árabes, em especial os do CCG.

Por sua vez, perante um Irão nuclear, também não se vislumbra, em termos militares, qual será a estratégia de resposta dos países do CCG, uma vez que poderão adotar três posições: não fazem nada; juntam-se a uma potência nuclear; ou encetam uma corrida ao armamento e adquirem as suas próprias armas nucleares.

Assim, perante esta indefinição, o que importa realmente apurar é qual será a reação dos países vizinhos. A questão que se coloca é: a nuclearização do Irão irá originar uma corrida ao armamento e consequente destabilização da região?

3. ENQUADRAMENTO TEÓRICO OU CONCRETUAL

Em 1968 foi assinado o TNP, tendo em vista a limitação da detenção e uso de armas nucleares. Este tratado, entrou em vigor em 1970, tendo sido ratificado por 189 estados. Israel, Índia e o Paquistão não o ratificaram. A Coreia do Norte, embora o tenha assinado e ratificado, saiu do mesmo em 2003 (Silva, 2016a).

O TNP tem como propósito impedir a proliferação da tecnologia utilizada na produção de armas nucleares, bem como promover o desarmamento nuclear, encorajando os seus membros a usarem este tipo de energia apenas para fins pacíficos (Silva, 2016a).

Apesar do acordado, no início de 2018, nove estados - Estados Unidos, Rússia, Reino Unido, França, China, Índia, Paquistão, Israel e a Coreia do Norte - possuíam aproximadamente 14.465 armas nucleares. Destas, 3750 encontravam-se posicionadas junto a forças operacionais (SIPRI, 2018b).

Tabela 1 – Forças nucleares mundiais – janeiro 2018

Country	Year of first nuclear test	Deployed warheads ^a	Stored warheads ^b	Other warheads	Total inventory
United States	1945	1 750 ^c	2 050 ^d	2 650 ^e	6 450
Russia	1949	1 600 ^f	2 750 ^g	2 500 ^e	6 850
United Kingdom	1952	120	95	-	215
France	1960	280	10	10	300
China	1964	-	280	-	280
India	1974	-	130-140	-	130-140
Pakistan	1998	-	80	-	80
Israel	-	-	80	-	80
North Korea	2006	-	-	(10-20)	(10-20) ^h
Totalⁱ		3 750	5 555	5 160	14 465

Fonte: SIPRI (2018b)

Não obstante a redução de armamento, os EUA e a Rússia têm em desenvolvimento programas extensos e onerosos para substituir e modernizar as suas ogivas nucleares, mísseis e restantes sistemas de apoio (meios de transporte e instalações) (SIPRI, 2018b).

Por sua vez, os restantes estados com armas nucleares – apesar de consideravelmente menores – também estão a desenvolver novos sistemas de armas ou anunciam a intenção de o fazer. Acredita-se que a China, Índia, Coreia do Norte e Paquistão também estejam a expandir os seus arsenais nucleares.

Atualmente, nesta segunda era nuclear, enquanto que o número total de armas nucleares no mundo diminuiu, os estados com este tipo de capacidade estão no processo de atualizar os seus arsenais (Ministério da Defesa do Reino Unido, 2018).

Destarte, o poder destrutivo de cada ogiva nuclear aumentou significativamente desde que as primeiras armas nucleares foram usadas na Segunda Guerra Mundial (II GM), tendo dado início à primeira era nuclear (Ministério da Defesa do Reino Unido, 2018).

A primeira era nuclear, decorreu entre 1945 (fim da II GM) e 1991 (queda do Bloco de Leste). Foi dominada pela *deterrence* e pela dissuasão nuclear, através da ameaça de utilização das armas estratégias existentes e na capacidade de retaliação (*second strike*), que conferiam uma elevada estabilidade assente na destruição mútua assegurada (DMA) (Correia A. M., 2014). Numa perspetiva nuclear, os conceitos de dissuasão e *deterrence* estão interrelacionados, “ambos se focam no adversário e pretendem influenciar as suas decisões”. Neste âmbito, podemos afirmar que a *deterrence* visa a não utilização de armas de destruição massiva (ADM), a dissuasão visa a sua não aquisição. A eficácia da *deterrence* pressupõe a racionalidade das partes envolvidas e esta deve ser entendida

num determinado quadro cultural e de valores (Correia A. M., 2014, pp. 158-163).

Com o fim do Pacto de Varsóvia iniciou-se a segunda era nuclear, estendendo-se até à atualidade. Os contornos desta segunda era nuclear ainda estão a ganhar forma. Mas os próximos anos serão sobretudo perigosos, porque a própria novidade em si faz com que os perigos passem a ser regras e as linhas vermelhas sejam redefinidas (Bracken, 2013). Nesta segunda era nuclear “os critérios de sucesso da *deterrence* ainda não estão corretamente definidos ou caracterizados” (Correia J. M., 2018, p. 14).

Atualmente, vivemos “numa Desordem Nuclear”. A atual estrutura do Sistema Político Internacional tende a ser multipolar, constituída por atores estatais e não-estatais. Pressupõe-se que estes atores não-estatais agem de forma racional, originando assim uma hipotética validação dos princípios da *deterrence* (Correia J. M., 2018, pp. 14 - 15).

Independente desta validação, o surgimento destes novos atores têm potenciado uma descrença na *deterrence*, e, por sinal, um crescente sentimento de insegurança, uma vez que a *deterrence* pressupõe o conhecimento claro da origem do ataque. Perante atores não-estatais, esta clareza dissipa-se dando lugar à ambiguidade, aumentando desse modo o sentimento de insegurança.

Perante atores não-estatais, a cooperação internacional é fundamental para evitar que estes transponham a “linha vermelha”. É igualmente fulcral identificar quem são os seus apoiantes. Se os apoios provierem de “atores estatais, deverá atuar-se sobre estes com recurso à dissuasão nas várias formas de coação, incluindo a punitiva” (Correia J. M., 2018, p. 20).

Acresce que, nesta segunda era nuclear, os países dotados de ADM não devem abandoná-las pelo que o número de países com armas nucleares deverá aumentar, à velocidade de dois por década. Hodiernamente, é mais fácil obter ADM (Ministério da Defesa do Reino Unido, 2018).

4. METODOLOGIA

Definido o estado da arte e o enquadramento conceptual, assente em estudos científicos elaborados por teóricos de renome internacional, importa refletir sobre o método mais adequado para atingir o OG deste trabalho, ou seja, analisar os impactos regionais futuros de um Irão nuclear.

Para tal, é necessário caracterizar o perfil de atuação do Irão nos conflitos recentes do Médio Oriente e dissecar a resposta atual dos seus rivais diretos para, a final, apurar qual será o eventual resultado de um Irão nuclear. Em concreto, importa refletir se originará uma corrida ao armamento e conseqüente destabilização da região.

Dado a diversidade de atores envolvidos, entendeu-se delimitar o presente estudo de caso à análise da possível reação da Arábia Saudita, eterno rival do Irão, com objetivos idênticos de se constituir potência diretora regional e líder do GCG.

Após uma breve caracterização do perfil da Arábia Saudita, efetua-se uma análise do seu investimento militar desde o início do século XXI, recorrendo primariamente aos relatórios sobre as dinâmicas militares desenvolvidos pelo *Stockholm International Peace Research Institute* (SIPRI).

5. INVESTIGAÇÃO

Após séculos de rivalidade religiosa e política, as relações do mundo árabe com o Irão continuam marcadas por uma profunda desconfiança.

Desde a Revolução Islâmica, a animosidade entre o Irão e os países árabes tem sido permanente, sobretudo com a Arábia Saudita, não só em virtude das diferenças religiosas, mas também pela conquista da influência no mundo muçulmano. Ambos, anseiam tornar-se a potência diretora regional (Silva, 2016b).

Neste capítulo, pretendemos expor qual tem sido a postura político-militar destes dois países para a final, deslindar qual será a reação da Arábia Saudita a um Irão nuclear.

5.1. A ATUAÇÃO DO IRÃO NO MÉDIO ORIENTE

Tendo em vista a concretização da sua ambição, o Irão pretende estabelecer uma linha contínua de entidades pró-iranianas entre a fronteira Iraque-Irão e o mar Mediterrâneo e, também, projetar a sua influência para o lado árabe do Golfo Pérsico (Marshall, 2017).

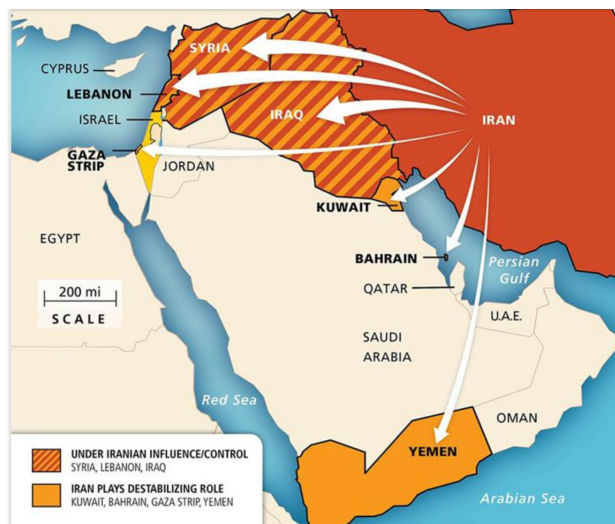


Figura 1 – Projeção de influência do Irão
Fonte: Firester (2017)

Para alcançar estes objetivos o Irão tem estado muito interventivo nos conflitos do Médio Oriente. A sua atuação caracteriza-se, essencialmente, por uma intervenção indireta através de milícias armadas que cria, financia e treina, tais como o Hezbollah no Líbano, através do seu Corpo de Guardas da Revolução Islâmica (CGRI) (Spyer, 2016).

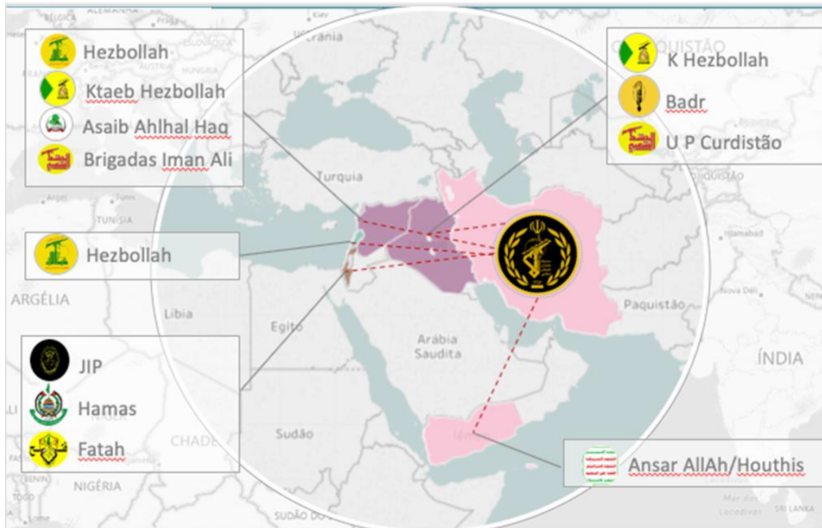


Figura 2 – Ligação do Irão a atores não-estatais

Fonte: Adaptado de Fund for Peace (2018)

Com base numa atuação assente, essencialmente, nas guerras por procuração e nos conflitos assimétricos, o Irão construiu um “brilhante império militar pós-moderno sem os habituais acompanhamentos de poder - designadamente, blindados e porta-aviões” (Kaplan, 2012).

No presente, esta forma de atuação permitiu ao Irão alcançar vitórias militares, tanto na Síria, como no Iraque. Estas vitórias, para além de permitir acesso direto ao Mar Mediterrâneo, possibilita o estabelecimento de bases de apoio, e conseqüente projeção de poder, para junto dos seus principais rivais regionais: Israel e Arábia Saudita. Esta proximidade tem causado um elevado sentimento de insegurança na região, em especial em Israel que pressente que poderá ser atacado de forma indiscriminada a partir de bases situadas junto à sua fronteira e não poderá responder de igual forma contra o Irão, uma vez que tal poderá ser considerado uma resposta exagerada a um ataque próximo (Firester, 2017).

Estas circunstâncias representam uma clara mudança no equilíbrio das forças regionais.

No entanto, a opção por esta estratégia de atuação revela não só a aversão

ao risco por parte de Teerão, mas também a sua incapacidade de projetar as suas forças militares convencionais para além das suas fronteiras (Spyer, 2016).

Apesar de gastar cerca de dez por cento do Produto Interno Bruto (PIB) na Defesa, o seu investimento no instrumento militar convencional não lhe permite uma ação direta sobre os seus inimigos da região que, para além de contarem com o apoio dos EUA, estão mais e melhor equipados (Stratfor, 2018).

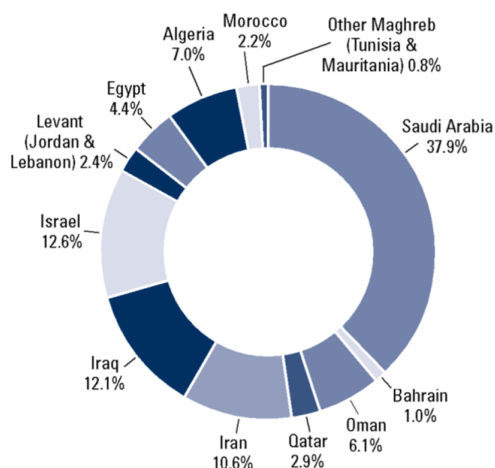


Figura 3 – Estimativa de gastos com a Defesa no Médio Oriente e Norte de África

Fonte: The Military Balance (2017).

Entretanto, para superar esta desvantagem, o Irão tem ainda apostado no desenvolvimento de um programa de mísseis balísticos e no desenvolvimento de pequenas embarcações de defesa costeira e veículos aéreos não tripulados (UAV's), elementar para controlar – e destabilizar - o Golfo Pérsico e o Estreito de Ormuz, “chokepoint” de especial importância para as rotas marítimas internacionais (Spyer, 2016).

Apesar da sua preferência pela ação indireta, o Irão vem encetando ações diretas fazendo uso dos meios anteriormente referidos. Refira-se, a título de exemplo, que em 2017, interpelou com frequência navios dos EUA e outras embarcações internacionais no Golfo Pérsico e, em 2018, disparou mísseis contra posições curdas no Iraque e contra posições do Estado Islâmico na Síria (CRS, 2018).

Com efeito, a utilização dos mísseis balísticos e de UAVs, a par do uso recorrente das embarcações de defesa costeira que desenvolveu, conferem ao Irão uma credível *deterrence* de âmbito convencional. Se a tal associarmos os métodos assimétricos, aplicados nas guerras por procuração, nas quais se especializou,

assente em atores não estatais, podemos afirmar que, de momento, tal lhe concede uma grande vantagem na luta pela hegemonia regional.

Ademais, se a estas capacidades se adicionar, ainda, a capacidade nuclear, o Irão para além de confirmar a supremacia regional, elevará os níveis de perceção do risco dos seus rivais diretos para níveis intoleráveis, o que os obrigará a reagir.

Assim, o resultado desta atuação para além de ter provocado a fragmentação interna de vários Estados, como se constata atualmente no Iémen, tem originado uma grande desconfiança, não só nos países vizinhos, em especial na Arábia Saudita e em Israel, como em toda a Comunidade Internacional.

5.2. A REAÇÃO DO ETERNO RIVAL: A ARÁBIA SAUDITA

Após o regime de Saddam no Iraque ser deposto, o “amortecedor” que separava a Arábia Saudita do Irão desapareceu (Marshall, 2017, p. 291).

O JCPOA, assinado em 2015, não garantiu aos estados do Golfo uma diminuição da ameaça representada pelo Irão. Pelo contrário: a tensão entre a Arábia Saudita e o Irão aumentou consideravelmente (Marshall, 2017).

Na realidade, durante muito tempo a Arábia Saudita destacou-se por uma política externa prudente. Contudo, com a ascensão ao trono, em janeiro de 2015, do rei Salman, e com o aumento do domínio do seu filho e príncipe herdeiro Mohammed bin Salman (MBS), a tendência alterou. Desde então, Riade tem procurado afirmar o seu poder. Primeiro, com uma guerra no Iémen, iniciada em março de 2017 e, depois, com um bloqueio imposto a outro Estado vizinho – Qatar –, desde junho de 2017. É o sentimento de estar cercado pelo Irão, o seu grande rival no Golfo Pérsico, que dita esta política. É também o medo de um Irão com ambições nucleares que transformou o reino num fervoroso aliado de Trump, e que o aproximou de Israel (Foreign Affairs, 2018).

Todavia, esta nova política externa da Casa Saud, assente em vários vetores, teima em produzir resultados: a guerra no Iémen já dura há mais de três anos e o Qatar não obedece às ordens de Riade. No Líbano, a influência saudita tem vindo a diminuir, enquanto na Síria, MBS teve de conformar-se em ver Bashar al-Assad continuar na presidência (Foreign Affairs, 2018).

Em contraponto, a influência iraniana continua a aumentar como vimos anteriormente.

Para fazer face a esta dinâmica, as tradicionais ferramentas da diplomacia saudita, têm sido substituídas pelo uso real da força em diferentes países, como no Bahrein, na Síria e no Iémen, demonstrando um grande pragmatismo e ousadia no uso das suas capacidades militares e financeiras, para a defesa dos seus interesses.

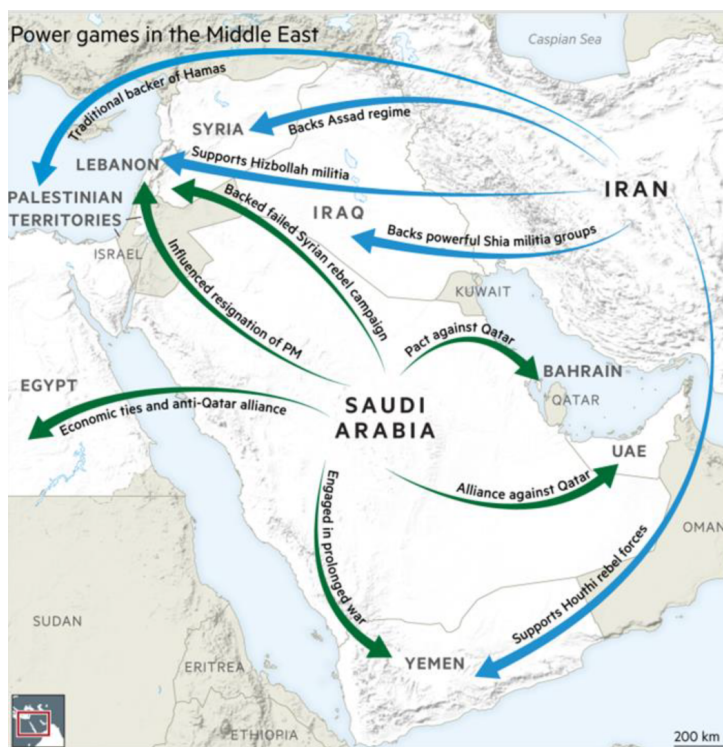


Figura 4 – Jogos de Poder no Médio Oriente: Arábia Saudita - Irão
Fonte: Financial Times (2017).

Para o prosseguimento desta política, a Arábia Saudita tem apostado no armamento das suas forças armadas. Em 2017, encontrava-se no grupo de países – 3.ª posição - constituído pelos cinco maiores investidores em despesas militares, em conjunto com os Estados Unidos, China, Rússia e Índia (SIPRI, 2018a).

Tabela 2 – Lista ordenada dos quinze países com maiores despesas militares 2016-2017

Rank		Country	Spending, 2017 (\$ b.)	Change, 2008-17 (%)	World share, 2017 (%)	Spending as a share of GDP (%) ^b	
2017	2016 ^a					2017	2008
1	1	USA	610	-14	35	3.1	4.2
2	2	China	[228]	110	[13]	[1.9]	[1.9]
3	4	Saudi Arabia	[69.4]	34	[4.0]	[10]	7.4
4	3	Russia	66.3	36	3.8	4.3	3.3
5	6	India	63.9	45	3.7	2.5	2.6
6	5	France	57.8	5.1	3.3	2.3	2.3
7	7	UK	47.2	-15	2.7	1.8	2.3
8	8	Japan	45.4	4.4	2.6	0.9	0.9
9	9	Germany	44.3	8.8	2.5	1.2	1.3
10	10	South Korea	39.2	29	2.3	2.6	2.6
11	13	Brazil	29.3	21	1.7	1.4	1.4
12	11	Italy	29.2	-17	1.7	1.5	1.7
13	12	Australia	27.5	33	1.6	2.0	1.8
14	14	Canada	20.6	13	1.2	1.3	1.2
15	15	Turkey	18.2	46	1.0	2.2	2.2
Total top 15			1 396	-	80	-	-
World total			1 739	9.8	100	2.2	2.4

Fonte: SIPRI (2018a).

Contudo, uma análise de gastos por percentagem do PIB, permite constatar que a Arábia Saudita se encontra em primeiro lugar, com um share de 10 % superior em quase sete pontos percentuais relativamente ao segundo classificado – Rússia – e quase oito pontos percentuais relativamente à média mundial. Estes dados, revelam a importância da componente militar do país para a concretização dos seus objetivos.

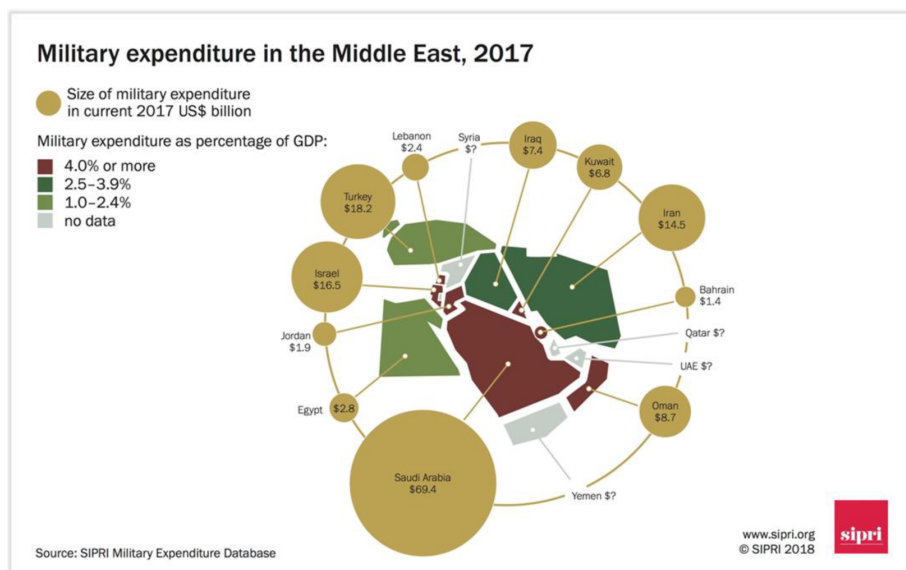


Figura 5 – Percentagem gastos militares em relação ao PIB 2017

Fonte: SIPRI (2018)

A Arábia Saudita é, com uma margem destacada, o maior investidor militar no Médio Oriente. As suas despesas militares aumentaram 74 % entre 2008 e 2015 para um montante de 90,3 bilhões de dólares americanos. Em 2016, diminuíram 29 %, mas em 2017 aumentaram novamente para 9 %, ou seja, para 69,4 bilhões de dólares americanos (SIPRI, 2018a).

Esta tendência da Arábia Saudita, consequência da rivalidade verificada em todo o Médio Oriente, está a impulsionar uma corrida ao armamento na região, não só dos países do Conselho do Golfo, mas também do Irão e do Iraque. Estes, em 2017, também aumentaram as suas despesas militares em 19 % e 22 %, respetivamente, apesar da descida do preço do petróleo (Cordesman & Harrington, 2018). Porém, estes dados dizem apenas respeito ao armamento convencional.

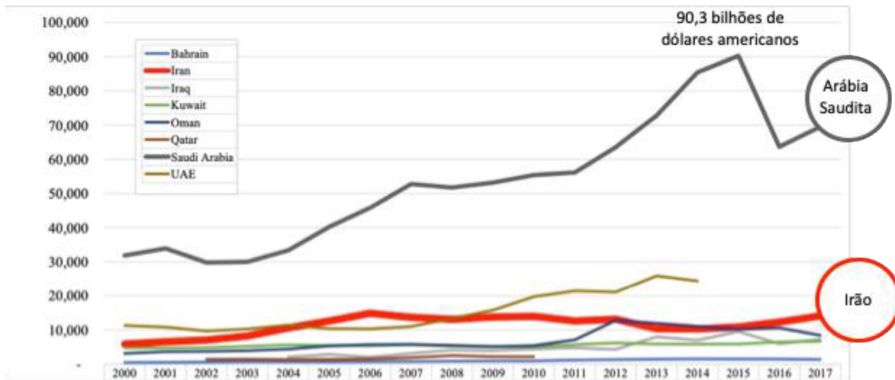


Figura 6 – Despesas militares GCC, Irão e Iraque - 2016-2017

Fonte: Adaptado de Cordesman & Harrington (2018)

No que concerne ao armamento nuclear, MBS já afirmou que se o Irão adquirir armas nucleares, a Arábia Saudita também o fará. Para já, o país não detém essa capacidade. No entanto, pretende implementar um programa nuclear de energia civil, semelhante ao que fez os Emirados Árabes Unidos. Para esse efeito, já encetou contatos para adquirir os seus dois primeiros reatores até ao final do ano (Conca, 2018).

Várias projeções afixam que um dos maiores riscos para 2019 é a proliferação nuclear. Assim, para além do perigo do surgimento de novas armas, de segundo nível, táticas e estratégicas, pelas grandes potências, é previsível que mais países adquiram essa capacidade. Hodiernamente, para os países da segunda era nuclear também é mais fácil, mais rápido e menos arriscado adquirir a capacidade nuclear, bastando um fator ignidor para optarem por essa solução.

Assim, dado o perfil de atuação do regime da Arábia Saudita e o seu investimento ao nível militar, não é expectável que, perante um Irão nuclear, MBS fique passivamente a observar ou se sujeite a um nuclear umbrella.

6. IMPLICAÇÕES

Considerado como um todo, o estudo anteriormente realizado sugere que um Irão nuclear implicará uma Arábia Saudita nuclear e, por conseguinte, levará à proliferação nuclear no Médio Oriente e na maioria dos países do Conselho do Golfo.

A estratégia político-militar adotada pelo Irão, assente sobretudo numa ação indireta, tem permitido projetar o seu poder para além das respetivas fronteiras. Estas ações permitiram-lhe, ademais, alcançar vitórias militares quer na Síria, quer no Iraque e, por conseguinte, granjear bases de apoio junto às fronteiras dos

seus inimigos regionais diretos – Israel e Arábia Saudita. Todavia, esta ação tem provocado um sentimento de insegurança nos seus rivais, não só pela proximidade atingida, mas também pela sua estreita relação com atores não-estatais que coordena e controla.

Dado o perfil dos atuais líderes do reino da Arábia Saudita, em especial do príncipe herdeiro MBS, não é expectável que o mesmo, perante um Irão nuclear, nada faça (*wait and see*) ou se contente, juntando-se a uma potência nuclear, em particular aos EUA (*Joint Nuclear Umbrella*).

Como já suprarreferido, MBS privilegia a *realpolitik* e dado o histórico recente analisado, nomeadamente o elevado investimento militar, é totalmente provável que adquira a capacidade nuclear para fins estritamente militares (*Domestic Nuclear Programs*), sobretudo numa época nuclear em que as grandes potências nucleares modernizam os seus arsenais nucleares, sendo mais fácil adquirir tal capacidade.

Esta proliferação, como anteriormente analisamos, segundo Waltz e Meisheimer, poderá acarretar uma maior estabilidade regional através de uma mútua *deterrence* e do conseqüente efeito estabilizador das armas nucleares, pela imposição de uma elevada racionalidade e cautela por parte das potências nucleares, tal como se verificou na primeira era nuclear. Ou, por outro lado, como refere Nye, poderá aumentar consideravelmente a instabilidade existente. Cada um dos cenários dependerá, pois, da ação das administrações de cada Estado e do desenvolvimento dos conflitos do Médio Oriente.

Importa, todavia, ressaltar que as conclusões de Waltz e Meisheimer remontam à análise do período da primeira era nuclear (guerra fria), época caracterizada pela dissuasão e pela *deterrence*, assente na ameaça de uso de armas nucleares estratégicas e que pressupunha a racionalidade das partes envolvidas.

Porém, atualmente, a natureza sectária dos regimes, tanto no Irão como na Arábia Saudita, e a postura de ambos nos conflitos no Médio Oriente, remete-nos para um estado de elevada prudência que importa acautelar, nomeadamente ao nível da racionalidade.

Como supra constatamos, o Irão especializou-se na criação, treino e financiamento de atores não estatais (alguns classificados como grupos terroristas, como o Hezbollah).

Com esta forma de atuação obteve vitórias militares, quer na Síria, quer no Iraque, ocupando, por esta via, posições privilegiadas nestes países através das suas forças *proxie*. Este facto, aliado à sua posição geoestratégica, confere-lhe uma vantagem desmesurável sobre os seus adversários diretos, designadamente, sobre a Arábia Saudita e Israel.

Para além destas ações, o comportamento e a composição do seu CGRI, a par das medidas tomadas, coloca-nos dúvidas sobre a racionalidade dos seus líderes. Por outro lado, o Irão pode usar a posição geoestratégica a seu favor, isolando-se e protegendo-se de retaliações através de milícias armadas que controla e coordena. Estas duas circunstâncias permitem-lhe, assim, alcançar uma vantagem significativa ao nível da *deterrence*, impondo uma manipulação do equilíbrio do poder através da utilização dos atores não-estatais.

Face a tal, a probabilidade de ocorrer um erro de cálculo é deveras elevada e a possibilidade de ocorrer um conflito entre potências nucleares nestas circunstâncias é iminente, devendo os Estados preparem-se para esse efeito.

Por sua vez, a proliferação nuclear originada pela nuclearização do Irão, acarretará claramente uma perda de influência dos EUA nos desígnios do Médio Oriente. Nestas circunstâncias, terão que obrigatoriamente agir com maior prudência com consequências evidentes para a geopolítica regional.

Por fim, importa relevar que a nuclearização para fins militares da região produzirá impactos no TNP. Seria prematuro afirmar que, por si só, originaria um colapso dos esforços concorrentes para a não proliferação. No entanto, originará um sério revés que poderá abrir uma janela de oportunidade para reforçar o Tratado, tornando-o mais eficaz e, desse modo, evitar uma futura proliferação em massa e respetivo uso das ADM.

7. CONCLUSÕES

“Nunca subestimar a estupidez humana”.

(Harari Y. N., 2018, p. 201).

Na presente investigação propusemo-nos analisar os impactos futuros de um Irão nuclear. Concluímos que um Irão nuclear originará necessariamente uma Arábia Saudita nuclear, com a consequente proliferação das ADM na região.

Face à diversidade dos múltiplos atores envolvidos, e sendo irrealizável uma abordagem de todos os países integrantes da região, optamos por delimitar o estudo à análise da possível reação da Arábia Saudita, mormente por se tratar de um país que se mantém como eterno rival do Irão, com objetivos idênticos de se constituir potência diretora regional e, ainda, por se assumir como o líder do CCG.

Através do estudo do estado da arte sobre o impacto de um Irão nuclear, apuramos que a visão de teóricos e académicos de renome internacional são distintas.

Uma visão mais neorrealista, encabeçada por Waltz e Mearsheimer, indica que um Irão nuclear trará equilíbrio e consequente estabilidade à região através da *deterrence*, reiterando que esta nuclearização não implicaria uma consequente

corrida ao armamento. Por outro lado, uma visão mais neoliberal, liderada por Joseph Nye, revela que subsistem fatores específicos na região do Médio Oriente que geram dificuldades para a aplicação das teorias do equilíbrio de poder e da *deterrence*, designadamente, a rivalidade entre o Irão e os Estados árabes do CCG, liderados pelo reino da Arábia Saudita, assente em diferentes razões ideológicas e rivalidades geopolíticas na península arábica e na região do Golfo Pérsico. Nesta perspectiva, sufragam que um Irão nuclear irá criar um desequilíbrio entre o Irão e os países árabes, em especial os do GCG.

No presente artigo, a análise das características da segunda era nuclear e dos dados investigados, bem como a caracterização do perfil de atuação de MBS, para além de nos reconduzir a acompanhar a perspectiva neoliberal, permitem asseverar que um Irão nuclear originará uma Arábia Saudita nuclear, com a conseqüente proliferação das ADM na região.

Ademais, considerando os formatos de atuação do Irão – em particular a sua ligação a milícias armadas que cria e controla -, o sectarismo dos regimes no poder e, bem assim, a permanente conflitualidade na região, é para tal cenário de propagação que nos devemos preparar.

É certo que as potências nucleares nunca se confrontaram, mas será imprudente e ingénuo pensar que a guerra é irrealizável e impossível. Na verdade, a insensatez humana não deve ser subestimada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Aneja, A. (2015). *China's Silk Road diplomacy willing to enmesh India's projects*. Retirado de <https://www.thehindu.com/news/international/china-silk-road-india-mausam-spice-route/article7073804.ece>
- Australia India Institute. (2015). *China and India at sea: A contest of status and legitimacy in the Indian Ocean*. Autor.
- Bekkevold, J. I. (2016). *The reconfiguration of China's geostrategic out-look*. Retirado de https://www.thinkchina.ku.dk/documents/2016-09-19_ThinkChinaPolicyBrief_Bekkevold.pdf
- Carriço, A. (2015). A cultura estratégica da China. *Proelium*, 57-88.
- Carriço, A. (2015). *A Diplomacia Militar da China: Tipologia, Objetivos e Desafios*. Lisboa: Instituto da Defesa Nacional.
- Chen, D. (2018). *The Indo-Pacific strategy: A background analysis*. Retirado de ISPI: <https://www.ispionline.it/it/publicazione/indo-pacific-strategy-background-analysis-20714>
- Chung, W. C. (2016). *The rise of the geopolitical thinking in asia: An analysis of the "one belt one road" and the AIIB policy of china from a perspective of Taiwan*. Retirado de The Central European Journal of Social Sciences and Humanities: <http://cejsh.icm.edu.pl/cejsh/element/bwmeta1.element>.

- desklight-a3dd87c2-ec9e-4df5-a999-c705bc1367ce
- Correia, P. P. (2018). *Manual de geopolítica e geoestratégia*. Lisboa: Edições 70.
- Ding, A. S. (2009). *China's growing military capability in search of a strategy*. The International Spectator, 95-110.
- Duarte, P. (2017). *A faixa e rota chinesa: a convergência entre terra e mar*. Lisboa: Instituto Internacional de Macau.
- Duarte, P. (2018). *A nova rota da seda: A convergência da terra e do mar na re-emergência da China*. Retirado de anrs: <http://www.anrs.pt/estudoseartigos.html>
- EIA, US. (2015). *China*. Retirado de www.eia.gov: https://www.energy.gov/sites/prod/files/2016/04/f30/China_International_Analysis_US.pdf
- EIA, US. (2017). *Japan*. Retirado de www.eia.gov: <https://www.eia.gov/beta/international/analysis.php?iso=JPN>
- EUA. (2015). *National Security Strategy*. Washington: The White House.
- Freitas, M. S. (2018). *O pdernaval ao serviço da energia - caso de estudo: China*. In T. Rodrigues, & R. (Santos, A República Popular da China no mundo global do século XXI (Atas do seminário, 09 de maio de 2017) (pp. 89-99). Lisboa: Instituto Universitário Militar.
- Gaspar, C. (2013, junho). A China e a transformação da Ásia. *Relações Internacionais*, 9-22.
- Graceffo, A. (2016). *China Middle East Relations*. Shangai: Shangai Jiaotong University.
- Haynes, K. (2017). *Would China be a benign hegemon?* Retirado de <https://thediomat.com/2017/06/would-china-be-a-benign-hegemon/>
- HKTDC Research. (2017). *The Belt and Road Initiative*. Retirado de HKTDC Research: <http://china-trade-research.hktdc.com/business-news/article/The-Belt-and-Road-Initiative/The-Belt-and-Road-Initiative/obor/en/1/1X000000/1X0A36B7.htm>
- Hongzhou, Z., & Guschin, A. (2015). *China's Silk road economic belt: Geopolitical challenges in Central Asia*. Retirado de Rajaratnam Shool of International Studies: https://www.academia.edu/26743020/Chinas_Silk_Road_Economic_Belt_Geopolitical_Challenges_in_Central_Asia
- Jisi, W. (2017). *As distrust mounts, U.S. and China battle over new rules of global order*. Retirado de http://www.huffingtonpost.com/wangjisi/us-china-relations-global-order_b_12118556.html
- Khurana, G. (2016). *China in the Indian Ocean. Foreign policy and maritime power*. Retirado de https://www.academia.edu/24650211/China_in_the_Indian_Ocean_Foreign_Policy_and_Maritime_Power

- Lin, C. (2017). *The belt and road and China's long-term visions in the Middle East*. Retirado de ISPSW: www.ispsw.com/wp-content/uploads/2017/10/512_Lin.pdf
- Lin, C. Y. (2013). *China's strategic shift toward the region of the four seas: The middle kingdom arrives in the middle east*. Retirado de Rubin Center: <http://www.rubincenter.org/2013/03/chinas-strategic-shift-toward-the-region-of-the-four-seas-the-middle-kingdom-arrives-in-the-middle-east/>
- Liu, T. C. (2014). *China's economic engagement in the Middle East and North Africa*. Retirado de Fride.org: http://fride.org/descarga/PB_173_China_economic_engagement_in_MENA.pdf
- Luttwak, E. (2012). *The rise of China vs. The logic of strategy*. Londres: Harvard University Press.
- Martins, R. M. (1996). Geopolítica e geoestratégia. O que são e para que servem. (IDN, Ed.) Revista Nação e Defesa, 22-78.
- Miranda, L. (2017). *Geopolítica e segurança no mar do sul da China*. Retirado de Janus: http://janusonline.pt/images/anuario2017/1.19_LeonelMiranda_GeopoliticaMarChina.pdf
- Moita, L., & Pinto, L. V. (2017). *Espaços económicos e espaços de segurança*. Lisboa: UAL.
- Perwita, A., & Tertia, J. (2018). *Maritime Security in Indo-Pacific: Issues, challenges and prospects*. Retirado de https://www.researchgate.net/publication/325364779_Maritime_Security_in_Indo-Pacific_Issues_Challenges_and_Prospects
- Qi, X., Erickson, A., & Goldstein, L. (2006). *Maritime geostrategy and the development of the chinese navy in the early twenty-first century*. Retirado de Researchgate: https://www.researchgate.net/publication/235116954_Maritime_Geostrategy_and_the_Development_of_the_Chinese_Navy_in_the_Early_Twenty-First_Century
- Rihmo, H. I. (2018). *China's pervasive power: An overview on Indo-Pacific power equation*. Retirado de Review of Research: <http://oldror.lbp.world/UploadedData/5804.pdf>
- Silva, R. (2018). Os estados unidos da América e a China. Interesses e instrumentos de coação. In L. Saraiva, R. Vieira, & J. Correia (Coords.), *Estudos Estratégicos. Coleção "ARES", 2*, 36-59. Lisboa: Instituto Universitário Militar.
- Sousa, F. (2005). *Dicionário de relações internacionais*. Santa Maria da Feira: Edições Afrontamento.
- Thomas, T. (2011). *Geothinking like the chinese: A potential explanation of china's geostrategy*. Retirado de www.usafa.edu: <https://www.usafa.edu/app/uploads/Thomas-Geothinking-Like-the-Chinese-2011.pdf>

- Times, T. S. (2018, outubro). *Time for an Indo-pacific trade bloc*. Retirado de The Strait Times: <https://www.nst.com.my/opinion/letters/2018/10/420265/time-indo-pacific-trade-bloc>
- Tomé, L. (2008). China e Médio Oriente: Energia, claro, mas não só.... *Nação e Defesa*, 87-134.
- Upadhyaya, S. (2017). Expansion of chinese maritime power in the Indian Ocean. *Defence Studies*, 17(1), 63-83. Retirado de <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/14702436.2016.1271720?journalCode=fdef20>
- Us DoD. (2018). *Annual report to congress. Military and Security Developments Involving the People's Republic of China 2018*. Autor.
- Vitoria, A. (2017). *China new geopolitics: One Belt – One Road*. Retirado de https://www.academia.edu/36130836/China_new_Geopolitics_One_Belt_One_Road

UMA CHINA SUPERPOTÊNCIA. DESAFIOS AO SEU PENSAMENTO E CULTURA ESTRATÉGICA

Miguel Ângelo de Jesus Cabrita

Major de Farmácia
Auditor do Curso de Estado-Maior Conjunto 2018/19
Lisboa, Portugal

RESUMO

A China enquanto ator do Sistema Político Internacional, procura desenvolver os seus instrumentos de poder de modo a assegurar um crescimento tanto interno como externo e almejar o estatuto de potência regional e global enquanto superpotência. A persecução desse objetivo, faz com que a China seja percebida como ameaça para vizinhos próximos e também potências globais. Partindo de um raciocínio dedutivo e tendo a China como objeto de estudo, a análise teve em conta de que forma a cultura e o pensamento estratégico chinês influenciam o sonho chinês de se tornar superpotência, também condicionado pelos desafios e ameaças que se lhe opõem. Procurou-se ao longo do presente estudo, numa primeira fase abordar conceptualmente pensamento e cultura estratégica. Na fase de investigação foi avaliado de que forma a linha do pensamento estratégico chinês, pode sofrer descontinuidade perante os desafios e ameaças atuais, e que implicações as mesmas têm no instrumento militar. O sonho chinês poderá ser real, não obstante a existência de descontinuidades no seu pensamento estratégico. A mudança de paradigma, bem como o cumprimento de objetivos de longo prazo no que se refere às políticas de desenvolvimento chinesas, contribuirão para o estatuto almejado.

Palavras-chave: Pensamento Estratégico, Cultura Estratégica, Superpotência

ABSTRACT

China, as an actor in the International Political System, seeks to develop its instruments of power to ensure both internal and external growth and attain the status of regional and global power as a superpower. The pursuit of this goal makes China being perceived as a threat to nearby neighbors and global powers. Based on deductive reasoning and with China as the object of study, the analysis considered how Chinese culture and strategic thinking influence the Chinese dream of becoming a superpower, also conditioned by the challenges and threats that oppose it. Throughout the present study, it was sought, initially, to approach conceptually strategic thinking and culture. At the research stage it was assessed how the Chinese strategic thinking line, can suffer discontinuity before the present challenges and threats, and what implications the same has in the military instrument. The Chinese dream may be real, despite the existence of discontinuities in its strategic thinking. The paradigm shift, as well as the achievement of long-term goals for Chinese development policies will contribute to the desired status.

Keywords: Strategic Thinking, Strategic Culture, Superpower

1. INTRODUÇÃO

A compreensão dos efeitos da cultura estratégica permite reduzir o impacto do etnocentrismo na formulação e cálculo estratégico. Torna-se necessário compreender a importância da história, conhecer as motivações e padrões comportamentais e sua influência na definição do conceito. Percepcionando a interação entre o sistema de valores da comunidade estratégica e a formulação da política de segurança é possível antever como esta última será materializada num contexto de segurança externa e defesa dos interesses de um Estado (Moore II, 1998).

A adoção distinta de soluções não violentas, ou com recurso ao uso mínimo e estritamente necessário da violência, na resolução de problemas ligados à sua segurança, é uma característica distinta da estratégia chinesa (Graff, 1997).

Num período de grandes mudanças na forma de fazer a guerra, e na influência que esta exerce na convergência e divergência nas relações humanas, a relevância da história, da experiência, e competência daqueles, cuja experiência é fundada na própria arte da guerra, assume cada vez maior importância (Bull, 1968).

A constante mutação do ambiente estratégico requer uma atenta supervisão de teorizadores, políticos e militares, na medida que obriga os Estados a adaptar o seu instrumento militar e modo de emprego, bem como outras ferramentas, no interior e exterior do seu território (Barroso, 2009).

Nesse sentido, o presente estudo tem como objeto de estudo a China característica de Superpotência, sendo o objetivo geral (OG) deste estudo analisar as linhas de descontinuidade do pensamento estratégico chinês. Com vista a alcançar o OG definido, identificaram-se três objetivos específicos (OE) independentes e concorrentes:

- OE1: Caracterizar o pensamento estratégico chinês na atualidade;
- OE2: Identificar ameaças e desafios às linhas estratégicas chinesas;
- OE3: Identificar implicações no instrumento militar chinês;

Com vista a nortear a investigação formulou-se a seguinte questão central (QC): De que forma o desenvolvimento do instrumento militar se poderá traduzir em linhas de descontinuidade do pensamento estratégico chinês? Concorrendo para a QC levantaram-se as seguintes questões derivadas (QD):

- QD1: Como se caracteriza o pensamento estratégico chinês atual?
- QD2: Quais as ameaças e desafios à prossecução das linhas estratégicas chinesas?
- QD3: Quais as implicações no instrumento militar chinês?

A resposta às três QD permitirá alcançar os OE1 e OE2, e conseqüentemente dar resposta à QC e alcançar o OG.

Para o desenvolvimento deste estudo, utilizou-se uma metodologia qualitativa,

baseada num raciocínio dedutivo, com recurso à análise documental, através da utilização de um desenho de pesquisa apoiado num estudo de caso. A atual investigação encontra-se delimitada nas dimensões, conceptual e espacial. Conceptualmente o estudo é delimitado ao domínio da estratégia e à área de conhecimento do pensamento estratégico, sendo delimitado espacialmente à China e região Ásia, Índico e Pacífico.

Para cumprir este desiderato, o trabalho encontra-se organizado em sete capítulos. O segundo enquadra conceptualmente Pensamento Estratégico e Cultura Estratégica, conceitos fundamentais para a identificação e análise dos desafios que se opõem à prossecução do estatuto de Superpotência pelo Estado chinês e influência no seu instrumento de poder militar, estando o terceiro dedicado ao estado da arte; no quarto capítulo será caracterizado o pensamento estratégico chinês e serão identificadas as ameaças e desafios à linha estratégica chinesa; no quinto capítulo será feita a análise do caso em estudo e identificadas as implicações ao desenvolvimento do instrumento militar chinês. Finalizar-se-á com uma breve conclusão dando resposta à QC levantada e concorrente para o alcançar do OG do estudo. Concluir-se-á se a aspiração da China ao estatuto de Superpotência, constituirá descontinuidade ao seu pensamento estratégico.

2. ENQUADRAMENTO TEÓRICO

Para a prossecução do presente estudo, importa definir e aprofundar alguns conceitos estruturais condicionantes da política chinesa.

2.1. PENSAMENTO ESTRATÉGICO

A estratégia, de modo geral, é a arte ou ciência de moldar os meios para alcançar ou promover um determinado fim, em qualquer campo de conflito. Sendo a estratégia intermutável com a estratégia militar, pode ser então definida como a arte ou ciência de explorar o uso da força militar para atingir determinados objetivos da política (Bull, 1968).

O pensamento estratégico pode ser entendido como um modo de pensar distinto que utiliza intuição e criatividade, resultando numa perspetiva integrada da organização (Mintzberg, 1994). O pensamento estratégico contribui assim para a definição dos conceitos ou linhas gerais e abrangentes, que enfocam a direção futura de uma organização com base nas condições ambientais previstas (Goldman, Cahill, Filho, & Merlis, 2009).

Podendo então o pensamento estratégico ser definido como a forma organizativa conceptual da exploração da estratégia, atualmente, o mesmo não se restringe exclusivamente ao modo eficiente de conduzir a guerra. (Bull, 1968).

O pensamento estratégico sempre foi especulativo. Sempre teve que lidar com o futuro, e sempre envolveu a elaboração de planos, cujo cumprimento depende de decisões tomadas pelos intervenientes oponentes no espectro relacional (Bull, 1968).

O pensamento estratégico deve ser visto como fator fundamental para criar e sustentar a vantagem competitiva (Liedtka, 1998).

2.2. CULTURA ESTRATÉGICA

O conceito de cultura estratégica contribui para a definição da estratégia necessária à concretização dos objetivos políticos de um Estado.

A cultura estratégica pode ser definida como o somatório de ideias, respostas emocionais condicionadas e padrões comportamentais regulares, que os elementos de uma comunidade estratégica de dimensão nacional adquiram através da instrução ou imitação social, e compartilhem entre si, relativamente à estratégia nuclear (Snyder, 1977).

Pode igualmente ser caracterizada como um modo de pensar e agir, no que ao emprego da força diz respeito, dos quais derivam (i) percepções da experiência histórica nacional; (ii) aspirações a um comportamento responsável pelo que é nacional; (iii) incorporar de uma cultura cívica e modo de vida. Produz tendências, não determinando, contudo, o comportamento no seu todo (Gray, 1981).

Uma cultura estratégica assume-se como um corpo distinto de crenças, atitudes e práticas em relação ao uso da força. Incorporada por um coletivo, surge gradualmente ao longo do tempo através de um processo histórico único e prolongado. Sendo temporalmente persistente, tende a suplantar o período temporal que se lhe precedeu. A cultura estratégica é moldada e influenciada pelos períodos formativos, sendo mutável, num nível fundamental ou parcial, em momentos decisivos das experiências do coletivo (Longhurst, 2004).

A cultura estratégica integra três componentes essenciais: (i) os elementos fundamentais, que se referem às qualidades nucleares, mais profundas, com origem nas fases primordiais ou formativas de uma dada cultura estratégica. Compreendem as crenças básicas sobre o uso da força, conferindo à cultura estratégica o seu caráter nuclear. Estes são altamente resistentes a mudanças; (ii) as práticas regulatórias, que se traduzem na manifestação observável da cultura estratégica. Incluem as políticas e práticas de longa duração que ativamente relacionam a aplicação da essência nuclear da cultura estratégica com o ambiente externo. As práticas regulatórias são menos resistentes a mudanças; (iii) a perspectiva da política de segurança, que são não mais que as interpretações amplamente aceites e atuais sobre como os melhores valores nucleares deverão ser replicados através do canal político, para se estabelecerem as linhas orientadoras da política (Longhurst, 2004).

O conceito de cultura estratégica refere-se às tradições, valores, atitudes, padrões de comportamento, hábitos, símbolos, realizações de uma nação, bem como às formas particulares de adaptação ao meio envolvente, e à solução de problemas decorrentes de uma ameaça ou uso da força (Booth, 1990).

Por outro lado, de acordo com *Yitzhak Klein* (1991) que procura operacionalizar o conceito, cultura estratégica é entendida como o conjunto de atitudes e crenças mantidas no seio de uma estrutura ou organização militar relativamente ao objetivo político da guerra, e à estratégia e metodologia operacional mais eficaz para o alcançar.

Para a integração e definição do conceito de cultura estratégica, concorrem os aspetos de carácter (i) geográfico; (ii) histórico; (iii) religioso, ideológico e cultural; (iv) económico; bem como os relacionados com a própria (v) organização governativa e (vi) instituições militares (Grimsley & Murray, 1994). No mesmo sentido, *Carnes Lord* (1985) refere contribuir para a cultura estratégica (i) o enquadramento geopolítico; (ii) as relações internacionais; (iii) a cultura e ideologia política; (iv) a cultura militar; (v) as relações civil-militares; (vi) a burocracia organizacional; e (vii) o armamento e tecnologia militar. Já *Colin Gray* (1990) refere cultura estratégica como a conjugação de hábitos socialmente transmitidos, tradições e metodologia de emprego operacional, que são mais ou menos específicas de uma comunidade de segurança específica, e condicionados pela geografia.

A cultura estratégica não pode ser definida separadamente do comportamento estratégico porque as pessoas com determinado tipo de comportamento fazem parte dessa cultura e agem de acordo com ela, assim o comportamento estratégico influencia a cultura estratégica, e que por sua vez influencia o pensamento estratégico (Gray, 1999).

2.3. ESTADO DA ARTE

A globalização tem assumido contornos cada vez mais intensos na relação entre Estados, sendo incontornável a necessidade por um maior conhecimento intercultural da parte das organizações em relação aos seus parceiros e competidores diretos. Como tal, a perceção dos diferentes tipos de pensamento estratégico e da própria cultura estratégica inerente, que os definem e condicionam, permitirá adquirir vantagem nas relações no seio da comunidade internacional.

De acordo com *Zhangetal.*, 2016, cit. por *Chin* (2018) a complementaridade e a harmonia do Yin-Yang enquanto base filosófica de equilíbrio são inevitáveis para decodificar o pensamento estratégico chinês. As organizações chinesas assumem frequentemente uma posição pacifista ao invés de uma atitude agressiva ou bélica em relação aos seus rivais, espelhando a dinâmica única conflitante, mas complementar das estratégias nesse contexto.

A mudança do paradigma ao pensamento chinês e a mudança organizacional

iniciada por *Xi Jinping* em 2016 tem, de acordo com *Cooper* (2018), como principal objetivo a garantia da lealdade absoluta do Exército de Libertação do Povo (ELP) ao Partido Comunista Chinês (PCC) e ao próprio *Xi Jinping*, enquanto líder supremo do partido. Se bem-sucedida, esta “reforma” permitirá reforçar o controle do PCC, orientando a China na sua ascensão enquanto potência global, e alcançar o “Sonho Chinês”.

As linhas orientadoras constantes do livro branco de defesa do Estado chinês, datado de 2015, direcionam o ELP para “ganhar guerras locais informatizadas”, dando particular preponderância na luta no domínio marítimo (*Cooper*, 2018).

Segundo *Heath, Gunness e Cooper* (2016) cit. por *Cooper* (2018), além do foco na guerra informatizada local, a estratégia chinesa destaca a importância da “defesa ativa”, um termo que tem profundas raízes históricas no pensamento militar chinês, mas evoluiu para se adequar a um novo ambiente de segurança e uma nova era da guerra. Realça igualmente que a defesa ativa na sua forma atual requer capacidade de projeção de força regional ofensiva para defender os interesses da China além das suas fronteiras terrestres.

A liderança chinesa refere frequentemente os três interesses centrais específicos da estratégia política de soberania, segurança e desenvolvimento. Estes orbitam em torno da estabilidade dos sistemas político, social, da soberania, segurança e unificação nacional, bem como da integridade territorial, e do próprio desenvolvimento económico (*Yahui*, 2014) e cit. por *Cooper* (2018).

Wang Shibin (2017) refere que aquando da participação do Presidente chinês numa reunião da delegação do ELP no Congresso Nacional do Partido em março de 2017, *Xi Jinping* reforçou a importância de proteger os interesses estrangeiros da China, defendendo igual argumento em relação aos interesses da China nos novos domínios estratégicos, como o espaço e o ciberespaço.

Segundo *Engstrom* (2018), a abordagem do ELP ao treino, organização e equipamento como preparação para as guerras modernas, foi na última década extremamente influenciada pelo pensamento sistémico. O conflito militar moderno é atualmente percecionado pelo ELP como o confronto entre sistemas operacionais opostos. Para o ELP a guerra deixou de ser uma disputa entre unidades específicas, armas, serviços ou mesmo plataformas de armas específicas de adversários concorrentes, assumindo-se como uma disputa entre numerosos sistemas operacionais adversários.

Ainda de acordo com *Engstrom* (2018), para o ELP, a definição dos diversos campos de batalha onde ocorre o confronto dos sistemas de armas, a tipologia de operações, e a própria metodologia de combate e emprego da Força mudaram. Consequentemente, de acordo com o ELP, os sistemas operacionais deverão ser multidimensionais e multifuncionais, permitindo-lhes o empenhamento do instrumento militar em todos os domínios.

A direção estratégica da liderança de *Xi Jinping* é evidente, exercendo um profundo impacto na vida política e económica chinesa, bem como na afirmação internacional do país. Grande parte do mundo continua mal preparado para entender e navegar nessas mudanças (Economy, 2018).

3. METODOLOGIA

O pensamento estratégico chinês é condicionado e caracterizado pela forte influência da sua cultura estratégica, influenciando por sua vez o instrumento económico, político e militar, na sua materialização. A estratégia chinesa para a região Sudoeste da Ásia, Oceânia, Ásia Central, Sul da Ásia, Médio Oriente, passa pelo estabelecimento de relações com países em vias de desenvolvimento, essenciais para garantir (i) o acesso a recursos naturais; (ii) desenvolver o seu mercado de exportação; (iii) expandir a sua influência geoestratégica e (iv) ganhar vantagens na sua competição global com os Estados Unidos da América (EUA) (Scobell, et al., 2018).

Embarcando em 2013 numa iniciativa ambiciosa para promover o envolvimento da China com o mundo em desenvolvimento *Xi Jinping* promoveu um esforço extremamente ambicioso para edificação de uma vasta rede de infraestrutura - estradas, ferrovias, portos, canais e oleodutos - destinada a ligar a China à sua vizinhança e ao resto do mundo. Designada a partir de 2017 por “*Belt and Road Initiative*”, inclui uma rota terrestre e uma rota marítima da Rota da Seda. Enquanto que a primeira consiste numa série de redes propostas que ligam a Ásia Central ao Sul da Ásia, Médio Oriente, África e Europa; a segunda prevê rotas marítimas pelo Mar do Sul da China e pelo Oceano Índico rumo ao Sul da Ásia, Médio Oriente, África e Europa (Scobell, et al., 2018).

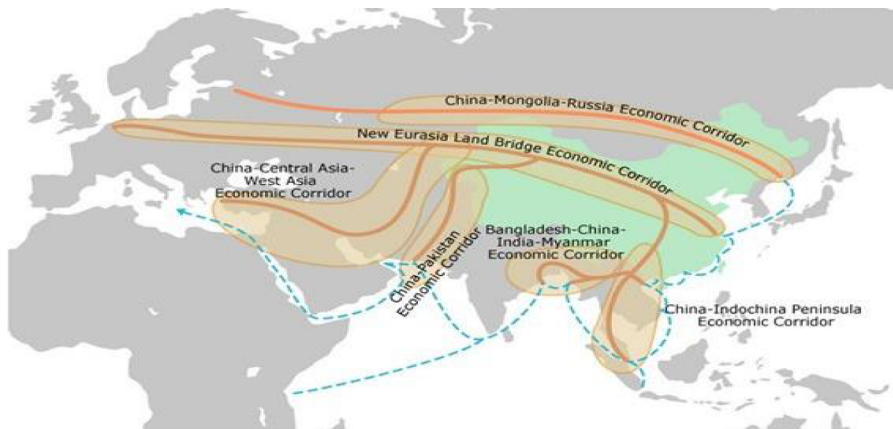


Figura 1 – Corredores Terrestres e Marítimos da Belt and Road Initiative
Fonte: HKTDC Research (2017).

O desenvolvimento do vetor militar de acordo com o pensamento estratégico chinês passa numa primeira fase pela necessidade de “proteger” e garantir o poder do vetor económico, e com este assegurar a política do Estado chinês.

Assim sendo, o estudo do pensamento estratégico chinês deverá focar a sua análise nos vetores político e de soberania, de segurança, militar e económico, e de afirmação regional e internacional, havendo interdependência entre os mesmos, tendo presente como catalisadores ao próprio modelo, os aspetos que definem a cultura estratégica, e que por si condiciona o próprio pensamento estratégico. O modelo apresentado na figura 3 constituirá referência para análise a realizar.

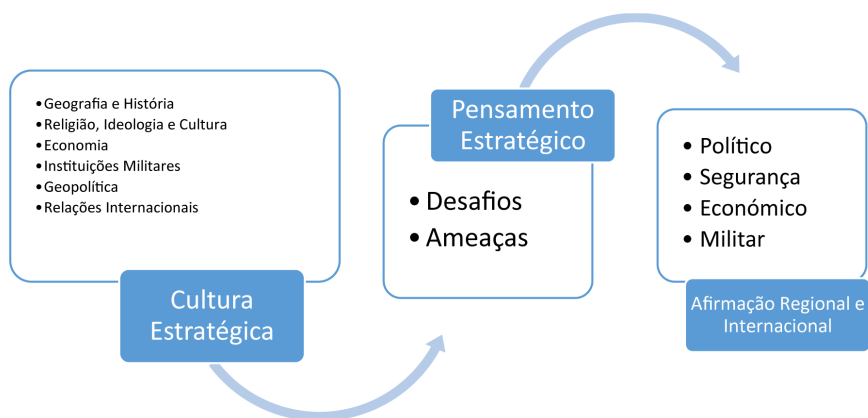


Figura 2 – Modelo e vetores de análise
 Fonte: Adaptado de Grimsley e Murray (1994).

4. INVESTIGAÇÃO

4.1. PENSAMENTO ESTRATÉGICO CHINÊS

A perceção do conceito de estratégia, de acordo com o pensamento filosófico chinês diverge do conceptualmente assumido pelo ocidente. A estratégia deve assim ser vista como uma abordagem complementar do pensamento, que orienta as pessoas a fazer uso da guerra como metáfora paradoxal para alcançar um estado de coexistência harmoniosa com os seus opositores, ao invés de assumir a iniciativa de eliminar ou combater os rivais numa luta por recursos (Chin, Rowley, Redding, & Wang, 2018). Assim, as organizações chinesas podem optar por ser reativas e passivas na competição, evitando o conflito direto se a sua sobrevivência não for comprometida.

O pensamento estratégico chinês é assim capaz de priorizar a complementaridade em vez de assumir o controlo sobre conflitos concorrentes. Tal revela concordância com a adoção de uma mentalidade harmoniosa enraizada no

sistema ideológico chinês (Chin, Rowley, Redding, & Wang, 2018).

A China interiorizou com *Mao Tsé-Tung* uma estratégia de Guerra Popular. A materialização do conceito introduzido pelo líder chinês no ELP passava por atrair os exércitos invasores para o interior profundo do território chinês, envolvê-los e destruí-los lentamente travando uma prolongada guerra de atrição. Em contraste, *Deng Xiaoping* e sucessores assumiram e defenderam novas teorias de “Guerra Local” e “Guerra Rápida e de Resolução Rápida” (Carter & Bulkeley, 2007).

A construção de uma capacidade militar dimensionada para fazer face às suas ambições globais, e que em simultâneo lhe permita assumir como um ator com elevada influência e prevalência a nível regional, faz com que a China possa ser encarada como uma ameaça para os seus vizinhos próximos. A China não possui ainda um instrumento militar forte o suficiente que lhe permita posicionar-se como dominante e capacitada para impedir e subjugar os Estados que se lhe possam constituir ameaça. Entre estes estão a Índia, Japão, Rússia e Estados Unidos (Carter & Bulkeley, 2007).

A modernização da China e a caminhada para o estatuto de Superpotência, iniciou-se numa primeira fase com a adaptação do legado deixado por *Mao Tsé-Tung* no que se refere ao instrumento militar. A redução do ELP permitiu o desenvolvimento do I&D no setor da defesa, tornando a indústria tecnológico-militar mais eficiente. As reformas na defesa visavam aumentar os níveis de prontidão da força, introduzir treino intensivo e realizar exercícios com carácter realístico. Num momento posterior o desenvolvimento do instrumento militar passaria pelo desenvolvimento das capacidades de Comando e Controlo, Comunicações e Informática, *Intelligence*, Reconhecimento e Vigilância (C4ISR). O desenvolvimento do instrumento militar permite não só à China assumir-se como potência regional, mas também assegurar a estabilidade interna, sendo capaz de responder eficazmente a eventuais ameaças dentro do seu território. (Carter & Bulkeley, 2007).

Com *Xi Jinping* o PCC iniciou a mais extensa reestruturação do sistema de defesa nacional chinês desde as reformas levadas a cabo por *Deng Xiaoping*, nos anos 80 do século XX. Se os contributos de *Jiang Zemin* e *Hu Jintao* na redefinição da estratégia e doutrina chinesa, bem como a modernização dos meios do ELP assumiram relevo, as mudanças em curso desde o início de 2016 refletem uma maior ambição em termos de alinhamento dos feitos militares da China com os seus interesses regionais e globais (Cooper, 2018).

A prossecução da reestruturação do sistema de defesa nacional chinês concorre para a visão estratégica de *Xi Jinping* na construção de uma nação socialista moderna, rica, poderosa, democrática, civilizada e harmoniosa. Para tal deverão ser concretizados até 2021 e 2035 um conjunto de objetivos políticos, abrangendo as componentes política,

militar, social, cultural e económica. A mudança definirá e determinará as missões e capacidades do instrumento militar chinês nas próximas décadas (Cooper, 2018).

A contestação inequívoca dos vários domínios na região dos Oceanos Índico e Pacífico poderá ser uma realidade até 2035 (Cooper, 2018).

A estratégia chinesa assenta em três pilares ou interesses centrais específicos da estratégia política. São eles a soberania, a segurança e o desenvolvimento do Estado. Correspondendo de forma geral a segurança à manutenção do controle do PCC sobre a amplitude e profundidade do Estado chinês, a soberania refere-se portanto à integridade territorial e interesses de unificação nacional, focalizados especificamente em Taiwan, Tibete e Xinjiang (Embassy of the People's Republic of China in the United States of America, 2008), mas também em reivindicações de soberania marítima nos mares do Leste e do Sul da China (Jianhua, 2015). Por sua vez, o desenvolvimento refere-se aos interesses económicos, bem como outros considerados vitais para o crescimento económico sustentado, fundamental para o desenvolvimento da nação. De acordo com o exposto no livro branco da defesa chinês, a proteção de recursos, rotas comerciais e cidadãos residentes no exterior do território chinês assume crescente importância à prossecução da estratégia da China (Ministry of National Defense of The People's Republic of China, 2013).

O desenvolvimento de uma defesa nacional forte e de FFAA poderosas, é visto como uma tarefa estratégica à modernização da China e uma garantia de segurança para o desenvolvimento pacífico da China. Estando subordinada, e atendendo ao objetivo estratégico nacional, a estratégia militar chinesa reflete uma orientação abrangente para planear, construir e empregar as FFAA do país (The State Council Information Office of the People's Republic of China, 2015).

4.2. AMEAÇAS E DESAFIOS À LINHA ESTRATÉGICA CHINESA

Um dos grandes desafios e simultaneamente ameaça ao sonho chinês advém do relacionamento da China com os EUA. Prevendo-se que nas próximas décadas o relacionamento entre estas duas Superpotências possa assentar numa (i) relação sinérgica, com a criação e fortalecimento de uma relação de amizade, ou (ii) numa relação antagónica com ambos os Estados a perceberem o outro como inimigo. O destino militar do Estado chinês será, em última instância, (i) determinado pelas futuras gerações de líderes, e continuidade ou descontinuidade do seu pensamento estratégico; (ii) desenvolvimentos internos, tanto de cariz tecnológico, como militar e económico; (iii) e o futuro das relações entre os dois Estados. Contudo, o futuro desta relação será igualmente consequência da resposta estratégica americana (Carter & Bulkeley, 2007).

A modernização do ELP concorrerá para a resposta pronta dos EUA. A mesma poderá passar por manter ou aumentar a perceção da China para o risco proibitivo

associado ao uso da força na resolução de disputas regionais ou ameaçar os interesses dos EUA e, por outro, sinalizar à China que os EUA e os seus aliados manterão a vantagem na aplicação de tecnologias avançadas para fins militares. A postura e a adoção de medidas por parte dos EUA concorrerão naturalmente para uma contrarresposta chinesa, constituindo-se como ameaça ao “Sonho Chinês” (Cooper, 2018).

A detenção de capacidade de dissuasão nuclear estratégica permitiria à China constituir-se como ameaça à superpotência hegemónica norte americana, não obstante a superioridade militar dos EUA. Tal permitiria igualmente que a China possa desafiar o domínio global, explorando potenciais vulnerabilidades nas principais capacidades dos EUA, tais como as superioridades espaciais, navais, aérea e de guerra informacional, impedindo o domínio e sucesso americano em caso de confronto (Carter & Bulkeley, 2007).

Se por um lado a China se constitui como ameaça à hegemonia norte americana, por outro, a própria política externa dos EUA constituirá ameaça e desafio ao sonho chinês. A preservação e reforço de alianças na região asiática, preservando alianças com o Japão, Coreia do Sul (ROK) e Austrália, e criando sinergia militares com as Filipinas, Singapura e Índia com o desenvolvimentos de operações aéreas, especiais e navais semipermanentes na região, e exercícios ou patrulhas conjuntas com o Vietname (Cooper, 2018), bem como o fortalecimento da aliança com a ROK e a presença em Guam permitirá aos EUA assegurar a dissuasão à Coreia do Norte e demonstrar compromisso com os seus parceiros da região, e como tal pressionar o Estado chinês. Contudo, os EUA deverão, abster-se de criar ou participar numa aliança “anti” China, ou assumir formalmente a garantia de defesa incondicional de Taiwan conferindo-lhe inerentemente a capacidade de dissuasão nuclear (Carter & Bulkeley, 2007), podendo tal significar a rotura da China com a linha de continuidade do seu pensamento estratégico e o assumir de uma postura ofensiva e não de defesa ativa.

Constituem-se como ameaças e desafios de segurança aos interesses e ambições da China na sua busca pelo estatuto de Superpotência os seguintes indicadores constantes do livro branco da defesa chinês: (i) o ajuste da estratégia norte americana para a região da Ásia-Pacífico com vista ao fortalecimento de alianças e expansão da sua presença militar; (ii) a ameaça japonesa à soberania territorial e direitos marítimos da China; (iii) a questão separatista de Taiwan; (iv) a identificação de desastres naturais, acidentes de segurança e incidentes de saúde pública; (v) os fatores que afetam a estabilidade e harmonia social interna; (vi) o aumento do risco para os investimentos estrangeiros da China; (vii) o desenvolvimento de tecnologias espacial e cibernética mais sofisticadas pelas grandes potências (Ministry of National Defense of The People’s Republic of China, 2013).

A rivalidade entre a China e o Japão intensificou-se nos últimos anos, em

parte devido à crescente paridade entre as duas grandes potências asiáticas. Competindo por oportunidades comerciais e influência na região asiática. Apesar da dependência económica mútua, os líderes e os povos dos dois países mantêm uma postura de desconfiança e cautela. Para tal contribui a disputa em relação à soberania sobre as ilhas *Senkaku* (Burke, et al., 2018).

Assumindo-se como área de interesse e de influência para a China, a região da Ásia Central, Sul e Sudeste Asiático e Oceânia constituem igualmente regiões de insegurança para o Estado chinês, devido à presença e influência dos seus principais opositores (Figura 3).

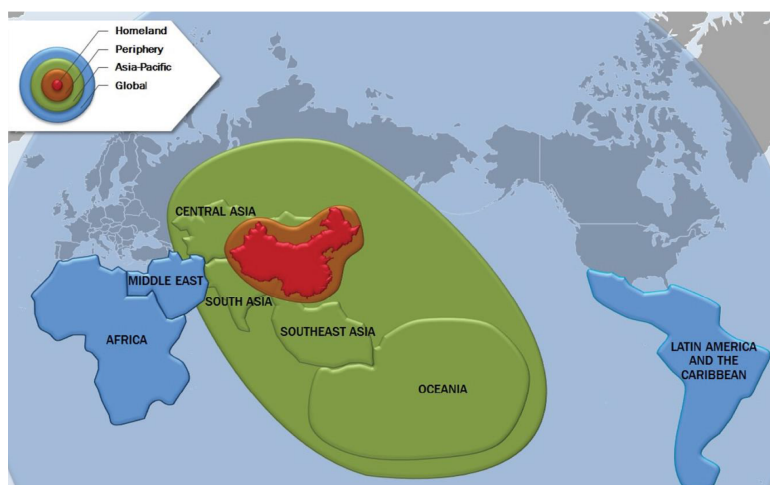


Figura 3 – As quatro regiões de insegurança para a China

Fonte: Scobell et al. (2018)

Apesar do ELP estar longe de alcançar as forças militares norte americanas em termos de capacidades agregadas, possui, contudo, vantagem sobre os EUA para o domínio militar da sua periferia próxima (Cooper, 2018).

5. IMPLICAÇÕES

5.1. IMPLICAÇÕES NO INSTRUMENTO MILITAR CHINÊS

A cultura estratégica de um Estado é condicionada e influenciada pelos vetores apresentados no modelo de análise. A ambição chinesa passa pelo concretizar do seu projeto a longo prazo, “*Belt and Road Initiative*”, traduzindo-se não só no desenvolvimento económico, como pelo assegurar das fontes de recursos naturais imprescindíveis à sobrevivência chinesa.

A necessidade de desenvolver o seu instrumento militar, concorrerá para que num período entre cinco a 15 anos, a China e a região asiática assistam a uma cada

vez mais recuada permanência e domínio das forças militares norte americanas na região Ásia-Pacífico. Sendo previsível a prevalência dos EUA num qualquer conflito prolongado em virtualmente qualquer área do globo, o Estado chinês não deverá inferir pelo facto de poder vir a ter um instrumento militar equiparável ou capaz de responder às forças norte americanas, como estando numa posição que lhe permita ganhar o conflito. O confronto entre as duas potências traduzir-se-ia em perdas a uma escala que nenhuma das duas sofreu nas últimas décadas (Heginbotham et al., 2015).

O ELP poderá ser capaz de estabelecer a superioridade aérea e naval local temporária no início de um conflito, e em certas contingências regionais, essa superioridade temporal ou local poderá permitir que o ELP atinja objetivos limitados sem “derrotar” as forças dos EUA (Engstrom, 2018).

Os sistemas operacionais do ELP não existem em tempo de paz, sendo desenvolvidos quando existe uma necessidade premente ao cumprimento de objetivos estratégicos, e quando é iminente a sua necessidade a nível operacional (Engstrom, 2018). Como tal, cada sistema operacional será único para o conflito ou operação para a qual foi projetado. A geração real de um sistema operacional começa pela combinação de uma “ampla gama de forças operacionais, módulos e elementos” por meio de redes de informações integradas que estão “perfeitamente ligadas”. (The State Council Information Office of the People’s Republic of China, 2015).

O desenvolvimento do instrumento militar chinês no sentido do ELP possuir capacidade para contestar o domínio regional, poderá levar a uma incorreta ou desajustada avaliação do seu real poder, fazendo com que os líderes chineses acreditem ser capazes de impedir a intervenção dos EUA num conflito entre a China e um ou mais dos seus vizinhos (Heginbotham, et al., 2015).

A longo prazo, o desenvolvimento das capacidades tecnológicas, e especialmente, económicas determinarão se e quando a tendência crescente que se verifica atualmente relativamente à implicação e aplicação do instrumento militar pode ser revertida ou alcançado um estado de equilíbrio entre potências. Por outro lado, os eventos políticos entre China e EUA determinarão a importância do poder militar e definição da relação entre Washington e Pequim (Heginbotham, et al., 2015).

Os diferentes vetores contribuirão de forma diferente para a persecução dos objetivos de longa duração chineses, verificando-se que alguns tenderão a uma descontinuidade do pensamento estratégico chinês, enquanto outros por seu lado constituirão continuidade mantendo um equilíbrio global no pensamento estratégico atual.

No que diz respeito ao vetor fator geografia, a China encontra-se condicionada no sentido de que a sua elevada densidade populacional e a escassez

de recursos naturais constituem limitação ao crescimento e desenvolvimento interno. Tal orienta para o vetor geopolítico e das relações internacionais, que permitirão colmatar a limitação imposta pela geografia da China.

O vetor económico concorre para o desenvolvimento do vetor militar, imprescindível para o assegurar dos interesses da China no campo externo e na esfera internacional.

O vetor definido pela cultura, religião e ideologia chinesa, constituem a linha de continuidade ao pensamento estratégico chinês.

Face aos desafios e ameaças que surgem no horizonte chinês, a China terá que se desenvolver internamente e externamente de forma concomitante. Se por um lado se verifica uma obrigatória descontinuidade dos vetores geografia, economia e militar, por outro a continuidade e o assegurar dos vetores geopolítico, relações internacionais, cultura, ideologia e religião permitem que a China almeje o estatuto de superpotência.

6. CONCLUSÕES

A estratégia chinesa, e conseqüentemente o pensamento estratégico que a define, bem como a cultura estratégica que a suporta e contextualiza, faz com que a China em plena revolução e renovação militar, económica e política, mantenha ainda em pleno século XXI uma forte ligação histórica e cultural à filosofia pacifista assumida desde *Sun Tzu*.

A assunção de um posicionamento concorrente para a adoção de soluções não violentas, ou com recurso ao mínimo e estritamente necessário emprego da força, tem sido desde sempre uma característica da estratégia chinesa. Contudo, se na sua génese a posição pacifista, inerente às suas bases filosóficas de equilíbrio de Yin-Yang, se traduziam a nível militar numa China passiva e reativa face ao conflito, constata-se a partir de 2016 a mudança de paradigma no pensamento estratégico chinês, com o assumir de uma postura mais ativa em relação a possíveis ameaças à soberania, segurança e desenvolvimento do Estado chinês.

Com *Xi Jinping*, o instrumento militar chinês vai ser reformado de modo a permitir não só reforçar o controlo do PCC sobre a própria China, como orientar o Estado chinês na sua ascensão ao estatuto de Superpotência.

Para alcançar tal desiderato, a reforma do ELP deverá ter presente o claro e necessário desenvolvimento naval, permitindo ao Estado chinês assumir preponderância no domínio marítimo regional, e a capacidade de projeção de força para defesa dos interesses além das suas fronteiras terrestres. Pesa igualmente não só a importância de defesa dos interesses estrangeiros, mas também os interesses da China nos novos domínios estratégicos. O desenvolvimento do instrumento militar chinês

visa conferir aos sistemas operacionais carácter multidimensional e multifuncional.

A China pretende com o desenvolvimento do seu vetor militar, proteger e garantir o poder do vetor económico, assegurando a política de desenvolvimento e prosperidade do Estado chinês. Pretende igualmente responder eficazmente a ameaças à sua integridade territorial e interesses de unificação nacional, como é o caso de Taiwan, Tibete e Xijiang. Contudo é percecionada não só como uma ameaça aos seus vizinhos próximos, mas também a potências como a Índia, Japão, Rússia e EUA.

A relação entre a China e os EUA, concretizar-se-á em sinergia com criação e fortalecimento de amizade, ou antagonismo levando à agressão mútua. O desenvolvimento militar chinês poderá levar no futuro a uma incorreta ou desajustada avaliação do seu poder real.

O destino de ambos será determinado pelas futuras gerações de líderes, e conseqüente continuidade ou descontinuidade do seu pensamento estratégico, desenvolvimentos internos e relação entre os dois Estados.

A estabilidade regional e a aceitação da China enquanto Superpotência, passará não só pela continuidade do seu pensamento estratégico, mas também da resposta da Comunidade Internacional.

O equilíbrio entre descontinuidade e continuidade do pensamento estratégico chinês, refletido no balanceamento entre os vetores que contribuem para a definição de cultura estratégica, permitirá à China assumir o estatuto de superpotência.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Barroso, L. (2009). Da Guerra: Lições de Conflitos Armados. *Revista Militar*, 43-66.
- Booth, K. (1990). The Concept of Strategic Culture Affirmed. Em C. G. Jacobsen, *Strategic Power: USA/USSR* (pp. 121-128). Londres: The Macmillan Press, Ltd.
- Bull, H. (1968). Strategic Studies and Its Critics. *World Politics*, 20(n.º 4), 593-605. Retirado de <http://www.jstor.org/stable/2009685>
- Burke, E. J., Heath, T. R., Hornung, J. W., Ma, L., Morris, L. J., & Chase, M. (2018). *China's Military Activities in the East China Sea - Implications for Japan's Air Self-Defense Force*. Santa Monica, California: RAND Corporation.
- Carter, A. B., & Bulkeley, J. C. (2007). America's Strategic Response to China's Military Modernization. *Harvard Asia Pacific Review*, 9(1), 50-52. Retirado de <https://www.belfercenter.org/publication/americas-strategic-response-chinas-military-modernization>
- Chin, T., Liu, R. H., & Yang, X. (2015). Reverse internationalization in Chinese firms: a study of how global startup OEMs seek to compete domestically. *Asia Pacific Business Review*, 22(2), 201-219.

- Chin, T., Rowley, C., Redding, G., & Wang, S. (2018). Chinese strategic thinking on competitive conflict: insights from Yin-Yang harmony cognition. *International Journal of Conflict Management*, 29(5), 683-704. doi:<https://doi.org/10.1108/IJCMA-09-2017-0101>
- Clausewitz, C. (2007). *On War* (Tradução de Howard e Paret ed.). Oxford: Oxford World's Classics.
- Cooper, A. C. (2018). PLA Military Modernization: Drivers, Force Restructuring, and Implications. *Testimony of Cortez A. Cooper III Before the U.S.-China Economic and Security Review Commission*. EUA: The RAND Corporation.
- Economy, E. (2018). *The Third Revolution*. Oxford, Reino Unido: Oxford University Press.
- Embassy of the People's Republic of China in the United States of America. (2008). <http://www.china-embassy.org/chn//zgyw/glyw/t709316.htm>. Retirado de <http://www.china-embassy.org>: <http://www.chinaembassy>.
- Engstrom, J. (2018). *Systems Confrontation and System Destruction Warfare: How the Chinese People's Liberation Army Seeks to Wage Modern Warfare*. Santa Monica, California, EUA: RAND Corporation.
- Goldman, E., Cahill, T., Filho, R., & Merlis, L. (2009). Experiences That Develop the Ability to Think Strategically. *Journal of Healthcare Management*, 54(n.º6), 403-416.
- Graff, D. A. (1997). Reviewed Work: Cultural Realism: Strategic Culture and Grand Strategy in Chinese History. Princeton Studies in International History and Politics by Alastair Iain Johnston. *China Review International*, 4(Revisão de Livro), 450-453. New Jersey, Hawaii, EUA: Hawai'i Press. Retirado de https://www.jstor.org/stable/23729105?read-now=1&seq=1#page_scan_tab_contents
- Gray, C. (1984). Comparative Strategic Culture. *Journal of the US Army War College*, 14(4), 26-33.
- Gray, C. (1990). *War, Peace, and Victory: Strategy and Statecraft for the Next Century*. New York, EUA: Simon & Schuster.
- Gray, C. (1999). *Modern Strategy*. Oxford: Oxford University Press.
- Gray, C. S. (1981). National Style in Strategy: The American Example. *International Security*, 6(2), 21-47.
- Grimsley, M., & Murray, W. (1994). Introduction: On Strategy. Em A. H. Bernstein, W. Murray, & M. Knox, *The Making of Strategy: Rulers, States, and War* (pp. 1-23). New York: Cambridge University Press.
- Haycock, K., Cheadle, A., & Bluestone, K. S. (2012). Strategic Thinking - Lessons for Leadership from the Literature. *Library Leadership & Management*, 1-23.

- Heath, T. R., Gunness, K., & Cooper, C. A. (2016). *The PLA and China's Rejuvenation: National Security and Military Strategies, Deterrence Concepts, and Combat*. Santa Monica, California, EUA: RAND Corporation.
- Heginbotham, E., Nixon, M., Morgan, F. E., Heim, J. L., Hagen, J., Li, S., . . . Morris, L. J. (2015). *U.S. - CHINA - Military Scorecard*. Santa Monica, California: RAND Corporation.
- Heuser, B. (2010). *The Evolution of Strategy: Thinking War from Antiquity to the Present*. Cambridge, Reino Unido: Cambridge University Press.
- HKTDC Research. (2017). *The Belt and Road Initiative*. Retirado de HKTDC Research: <http://china-trade-research.hktdc.com/business-news/article/The-Belt-and-Road-Initiative/The-Belt-and-Road-Initiative/obor/en/1/1X000000/1X0A36B7.htm>
- Jianhua, R. B. (2015). China's Core Interests Are Not to Be Challenged". *People's Daily*. Retirado de <http://politics.people.com.cn/n/2015/0525/c70731-27053920.html>
- Klein, Y. (1991). A Theory of Strategic Culture. *Comparative Strategy*, 10, 3-23.
- Lian, S. (2018). *Council on Foreign Relations*. Retirado de: <https://www.cfr.org/blog/china-and-russia-collaborators-or-competitors>
- Liedtka, J. (1998). Linking strategic thinking with strategic planning. *Strategy & Leadership*, 26(4), 30-35.
- Longhurst, K. (2004). On strategic culture. Em K. Longhurst, *Germany and the use of force* (pp. 5-24). Manchester and New York, EUA: Manchester University Press. Retirado de: www.oapen.org/download/?type=document&docid=341339
- Lord, C. (1985). American Strategic Culture. *Comparative Strategy: An International Journal*, 5(3), 269-293.
- Ministry of National Defense of The People's Republic of China. (2013). Retirado de <http://www.mod.gov.cn>: http://www.mod.gov.cn/affair/2013-04/16/content_4442839_3.htm
- Mintzberg, H. (1994). *The Rise and Fall of Strategic Planning*. New York: Free Press.
- Moore II, R. A. (1998). *Strategic Culture - How It Affects Strategic Outputs*. USA Marine Corps, Defence Technical Information Center. Virginia: MARINE CORPS COMMAND AND STAFF COLL QUANTICO VA. Retirado de <https://apps.dtic.mil/dtic/tr/fulltext/u2/a525913.pdf>
- Redding, G. (2017). Components and process in social science explanation: is there a role for yin yang. *Cross Cultural & Strategic Management*, 24(1), 152-166.
- Scobell, A., Lin, B., Shatz, H. J., Johnson, M., Hanauer, L., Chase, M. S., . . . Ma, L. (2018). *At the Dawn of Belt and Road - China in the Developing World*. Santa Mónica, California, EUA: RAND Corporation.
- Shibin, W. (2017). Retirado de <http://www.mod.gov.cn>: <http://www.mod.gov.cn/>

- leaders/2017-03/12/content_4775317.htm
- Silva, J. (1998). Os conceitos de Clausewitz aplicados aos Estudos Estratégicos do Mundo Contemporâneo. *Revista da Escola Superior de Guerra*, 185-194.
- Snyder, J. L. (1977). *The Soviet Strategic Culture: Implications for Limited Nuclear Operations*. California, EUA: The Rand Corporation.
- Song, T., & Yongpeng, M. (2014). *Research of Operational Capabilities Based on Information Systems—Operations Book*. Pequim: Military Affairs Yiwen Press.
- The State Council Information Office of the People's Republic of China. (2015). *China's Military Strategy*. Pequim, China. Retirado de <https://jamestown.org/wp-content/uploads/2016/07/China%E2%80%99s-Military-Strategy-2015.pdf>
- Tzu, S. (1991). *The Art of War*. (T. Cleary, Trad.) Boston: Shambala.
- Xiaojie, Z., & Yi, L. (2010). *Research of Operational Capabilities Based on Information Systems—Operations Book*. Pequim: Military Affairs Yiwen Press.
- Yahui, F. (2014). Xi Jinping Attends PLA Delegation Plenary Meeting. (D. Xinyi, Ed.) *People's Daily*. Retirado de <http://lianghui.people.com.cn/2014npc/n/2014/0312/c376707->
- Zhang, W. R., Peace, K. E., & Han, H. J. (2016). YinYang bipolar dynamic organizational modeling for equilibrium-based decision analysis: logical transformation of an indigenous philosophy to a global science. *Asia Pacific Journal of Management*, 33(3).
- Zhang, Y., Waldman, D. A., Han, Y. L., & Li, X. B. (2015). Paradoxical leader behaviors in people management antecedents and consequences. *Academy of Management Journal*, 58(2), 538-566.

PARTE III
CONFLITUALIDADE

A CONFLITUALIDADE NO NORTE DE MOÇAMBIQUE. DAS CAUSAS E DAS CONSEQUÊNCIAS

José Arlindo Varela Pereira

Tenente-coronel de Infantaria/GNR
Auditor do Curso de Estado-Maior Conjunto 2018/19
Lisboa, Portugal

RESUMO

O objetivo deste trabalho é analisar as causas e as consequências das dezenas de ataques ocorridos desde 5 de outubro de 2017 na província de Cabo Delgado, Moçambique, e que vitimaram mais de uma centena de pessoas. Para este efeito, analisou-se, especialmente, as diversas publicações nas agências de notícias que têm acompanhado estes ataques, as posições quanto a este novo fenómeno por parte de estudiosos em assuntos moçambicanos e analistas, nacionais e internacionais, e líderes religiosos muçulmanos. Também foram analisados os relatórios de Organizações não Governamentais que desenvolveram trabalho de campo em Cabo Delgado. Este trabalho defende que se está perante um movimento que utiliza o terrorismo como manobra de flagelação ou tática. Existem três causas possíveis para o surgimento deste fenómeno: revolta por pobreza e miséria sem associação direta ao islamismo radical; revolta por pobreza e miséria associada a uma radicalização islâmica de jovens ocorrida nos últimos anos; recrutamento de jovens islâmicos, mediante pagamento, por motivos ligados à exploração de minerais e gás natural. Quanto às consequências, os ataques já criaram deslocados, manifestações, acusações de abuso policial e à intenção de garantir a segurança dos investimentos na exploração de gás natural com recurso a privados.

Palavras-chave: Cabo Delgado, terrorismo, ataques, aldeias

ABSTRACT

The objective of this work is to analyze the causes and consequences of the dozens of attacks occurring since October 5, 2017 in the province of Cabo Delgado, Mozambique, and who have victimized more than a hundred people. To this end, the various publications in the news agencies that have accompanied these attacks have been analysed, the positions on this new phenomenon by scholars in Mozambican affairs and analysts, national and international, and Muslim religious leaders. The reports of non-governmental organizations that developed fieldwork in Cabo Delgado were also analyzed. This paper argues that one is facing a movement that uses terrorism as a flagellation or tactic maneuver. There are three possible causes for the emergence of this phenomenon: revolt for poverty and misery without direct association with radical Islamism; Revolt for poverty and misery associated with an Islamic radicalisation of young people occurring in recent years; Recruitment of Islamic Youth for reasons related to the exploitation of minerals and natural gas. As for the consequences, the attacks have already created displaced persons, demonstrations, accusations of police abuse and the intention to ensure the safety of investments in the exploitation of natural gas with recourse to private.

Keywords: Cabo Delgado, terrorism, attacks, villages

1. INTRODUÇÃO

No dia 5 de outubro de 2017, a Vila de Mocímboa da Praia, na província de Cabo Delgado, situada a 1800 quilómetros da capital de Moçambique, Maputo, confrontou-se, pela primeira vez, com um ataque armado perpetrado por 30 elementos, associados ao islamismo radical, contra postos policiais (Lusa, 2017a). A partir dessa data registaram-se dezenas de ataques a aldeias remotas que resultaram em mais de uma centena de vítimas mortais e de casas incendiadas e milhares de deslocados. Mesmo com a detenção, durante o ano de 2018, de cerca de 200 supostos atacantes e dos seus líderes, os ataques têm continuado e já no presente ano foram vitimadas mais de uma dezena de pessoas.

A província de Cabo Delgado situa-se na região norte de Moçambique, fazendo fronteira, através do rio Rovuma, a norte com a Tanzânia. Em termos demográficos, apresenta 2.333.278 habitantes (Instituto Nacional de Estatística, 2017). Juntamente com Nampula, em 2008, tinha a maior taxa de incidência de pobreza em Moçambique, na ordem dos 86% (Cunguara & Hanlon, 2010, p. 7).

Os estudos relativos a este fenómeno são quase inexistentes, o que pode estar a suceder por diversas razões, nomeadamente, pela dificuldade de recolha de informações junto de aldeias remotas e por alguma contenção pública pela relevância económica futura de Cabo Delgado para o desenvolvimento de Moçambique. Procurar-se-á, com esta investigação, colmatar esta ausência de contextualização e estudo sistematizado, apresentando uma visão global deste fenómeno, onde se reunirá um número significativo de informações produzidas.

De acordo com este contexto, e pelas suas repercussões internas e regionais, constitui objetivo central deste trabalho analisar as causas e as consequências destes ataques. Para este efeito, serão apresentadas as diversas posições que investigadores, analistas, especialistas em assuntos moçambicanos e líderes religiosos e as medidas desenvolvidas no terreno pelas autoridades policiais e judiciárias. Em consequência desta análise, será enunciada a componente teórica relacionada com a insurgência e o terrorismo e, posteriormente, apresentada a investigação desenvolvida, que assenta nas principais fontes que têm publicado notícias sobre o tema. Nas implicações, será correlacionada a investigação com a componente teórica. Consequentemente, formulam-se os seguintes objetivos específicos: i) Identificar a tipologia dos ataques que têm sido perpetrados na província de Cabo Delgado; ii) Caracterizar este fenómeno; iii) Analisar se as causas que têm vindo a ser apontadas estão de acordo com o padrão cientificamente estudado das causas do terrorismo; iv) Identificar as consequências atuais dos ataques.

2. ESTADO DA ARTE

Em primeiro lugar, apresenta-se uma descrição da província de Cabo Delgado e, numa fase posterior, as várias perspetivas que estudiosos e analistas têm expressado. Serão também expostas as posições das entidades públicas e, em particular, as diligências desenvolvidas pelas autoridades judiciais e policiais, por último, uma contextualização regional.

Para Morier-Genoud mais do que o jihadismo ou motivações religiosas, os ataques revelam problemas ligados à pobreza e assumem uma lógica de revolta popular com a adoção de uma estratégia típica de guerrilha, existindo muitas dúvidas sobre quem está envolvido nos ataques, e que ganhou dinâmica após o ataque inicial de uma seita islâmica radical reprimida em Mocímboa da Praia, em outubro de 2017 (Lusa, 2018a). Afirma, ainda, que até poderão ter uma agenda religiosa, mas não é semelhante ao *Al-Shabab* ou ao Estado Islâmico e ninguém sabe ao certo se há ligações com um certo jihadismo que vem da costa do norte de África ou de outro lado ou se é um levantamento popular.

Numa outra perspetiva, que converge com a anterior nas causas, para Adam, os ataques são uma revolta contra a miséria, não são jihadismo, na base da violência estão povos revoltados, uma sublevação camponesa popular, pessoas que se sentem discriminadas e sem acesso a benefícios sociais e económicos. Adianta, que atacam com objetivos claros, procurando determinado indivíduo, normalmente, políticos ligados ao governo ou pessoas que denunciam os grupos armados (Lusa, 2018b).

No que se refere à relevância da religião, Bussoti referiu que a radicalização islâmica já acontece há alguns anos, atuando em Nampula e Cabo Delgado, critica a ausência de políticas públicas que deixaram a população numa miséria extrema, facilitando a adesão ao movimento, e pelo sigilo do Governo, que não tem dado informações, nomeadamente, dos seus responsáveis e das possíveis motivações (Lusa, 2018c).

De forma mais incisiva no aspeto religioso, Cardoso defendeu que os ataques contra civis no norte de Moçambique são financiados por radicais islâmicos com o objetivo de desestabilizar, no entanto, afasta o cenário de criação de um movimento endógeno de longo prazo (Lusa, 2018d). Este analista, atribui a autoria da situação a uma seita de dentro do Islão, que vem a atuar na região desde há cerca de duas décadas, que teve a sua origem na cisão no interior do Conselho Islâmico de Moçambique, ocorrida em 2000, que levou à edificação no norte de Cabo Delgado de mesquitas e a uma abordagem radical do Corão, não sendo uma insurgência de natureza étnica ou social contra o Estado ou contra as companhias petrolíferas (Lusa, 2019b).

Pela profundidade de análise e trabalho de campo que a sustenta, merece destaque o estudo apresentado por Habibe, Forquilha e Pereira (2017), estes investigadores concluíram que o grupo, constituído por jovens islâmicos oriundos

de Mocímboa da Praia e distritos vizinhos, surgiu na zona norte de Cabo Delgado, primeiro, como um grupo religioso, conhecido por *Ahlu Sunnah Wa-Jama* e, em finais de 2015, passou a incorporar células militares. Posteriormente, as populações passaram a chamar o grupo por *Al Shabaab*, em árabe juventude. Estes autores apresentaram as conclusões que se expõe, sinteticamente, na Tabela 1.

Tabela 1 – Conclusões do estudo apresentado por Habibe, Forquilha e Pereira

Características	Conclusões
Origem e natureza	Líderes com ligações a círculos religiosos, comerciais e militares de grupos islâmicos radicais na Tanzânia, Somália, Quênia e região dos Grandes Lagos Procuraram a diferenciação com a utilização de indumentária própria Andam munidos de armas brancas para simbolizar o Jihad Não aceitam o diálogo com as estruturas administrativas locais e líderes religiosos
Base Social	Jovens sem escolarização, sem emprego, a maioria da etnia Mwani Jovens imigrantes de outros países Líderes religiosos, maioritariamente jovens, formados fora do país e que não tinham espaço nas mesquitas locais Alguns homens de negócio locais
Motivações para a radicalização	Várias: condições sociais degradantes; exclusão política, sentimento de exclusão em relação aos macondes Desafio ao sistema instituído Oportunidade para reconhecimento e valorização social
Estruturação do Grupo	Primeira fase: células autónomas com cadeia de comando flexível, geridas pelas lideranças religiosas do grupo Cada célula pode definir a sua estratégia para administrar a sua área territorial
Recrutamento	Direto: através da rede familiar, grupos de amigos, mesquitas Indireto: com recurso a material vídeo, proveniente do Quênia e Tanzânia; redes sociais
O que prega	Não tem doutrina elaborada Propaganda baseada na recuperação dos valores do Islão Implementação da Sharia Acabar com a educação das crianças, adotando a educação corânica Acabar com a relação do Estado para com as lideranças das mesquitas Mudar comportamentos das mulheres
Financiamento	Atividades ilícitas (madeira, carvão vegetal, marfim, rubis), envolvendo redes de comércio internacionais Doações internas e externas provenientes de pessoas com ligações à liderança do grupo de Mocímboa da Praia

Fonte: Habibe, Forquilha, e Pereira (2017).

Pereira, co-autor deste estudo, pormenorizou que as células dos atacantes variam entre 10 a 20 pessoas, e conseguem multiplicar-se num distrito para 20 ou 30 células e que eram pelo menos mil jovens que estavam direta ou indiretamente ligados a essas mesquitas, operando nas redes informais visando criar instabilidade para permitir o negócio ilícito no qual as suas lideranças estão envolvidas (Caldeira, 2018a).

Chabal, estudioso da África lusófona, afirmou que os atacantes são jovens da zona, recrutados em troca de valores monetários, não existindo traço islâmico e que em 2019, passaram a incendiar viaturas civis nas rodovias que vão dar a Palma, onde já estão implementados os acampamentos da ENI, Anadarko e Exxon Mobil, a fim de

inviabilizarem os investimentos. Estas empresas terão, na sua opinião, de contratar empresas de segurança, o que levará ao descontrolo da fiscalização moçambicana da exploração de recursos, sendo de investigar a presença, através da empresa Tunamar, de Erick Prince em Moçambique (Carta de Moçambique, 2019).

O líder da Comunidade Islâmica de Moçambique, Abdul Rashid Ismail, tem vindo a afirmar que a instabilidade está a ser criada por interesses provenientes do exterior, ligados à exploração de minerais e gás natural, e as pessoas que têm ideais radicais, extremistas e fundamentalistas, são pessoas que estudaram maioritariamente na Arábia Saudita e aprenderam o fanatismo e o wahabismo, pretendendo tirar a população das suas aldeias e ocupar o espaço (Lusa, 2018e).

No que se refere ao âmbito criminal, desde abril de 2018, mais de 130 pessoas encontram-se em prisão preventiva em Moçambique, incluindo 32 estrangeiros, entre os arguidos, incluem-se 32 tanzanianos (Lusa, 2018f).

O julgamento de 189 suspeitos, onde 42 são mulheres e 147 são homens, acusados de pertencerem aos grupos de atacantes, começou em 3 de outubro de 2018, o juiz que preside às sessões afirmou que a preparação dos atos começou nas mesquitas e que os suspeitos têm dificuldade em compreender a língua portuguesa, falando *kimuani* e macua (Lusa, 2018g). Entre os arguidos estão moçambicanos, tanzanianos, somalis e cidadãos naturais do Burundi e República Democrática do Congo (Lusa, 2018h).

Em 24 de dezembro de 2018, o Ministério Público de Moçambique acusou mais 5 suspeitos dos ataques, que se juntaram aos suspeitos que já estavam, nessa data, a serem julgados. Nesta recente acusação, o empresário sul-africano Andre Hanekom era apontado como financiador, responsável pela logística e coordenador dos ataques, pagando cerca de 142 euros a cada membro, cujo objetivo era criar instabilidade e impedir a exploração de gás natural na província de Cabo Delgado. É também referido que os coarguidos pretendiam criar instabilidade e impedir a exploração de gás natural em Palma, para posteriormente criarem um Estado independente que venha a anexar os distritos da região de Cabo Delgado e a região sul da Tanzânia. Do grupo faziam parte cidadãos tanzanianos e possuíam um total de cinco bases militares distribuídas pelo posto administrativo de Mpundanhar, distrito de Palma, e nas aldeias de Lilembo e Muangaz, no distrito de Mocímboa da Praia (Lusa, 2019c).

O suposto financiador do movimento, Andre Hanekom, vivia em Cabo Delgado há mais de duas décadas, explorando um negócio marítimo de logística para algumas petrolíferas, tendo sido detido simultaneamente com mais dois tanzanianos pelas autoridades moçambicanas no dia 31 de dezembro de 2018 (Frabricius, 2019). Saliente-se que, em 2018, foi detido por duas vezes, ficando

ferido numa delas, por suspeitas de ligação aos ataques, acabando por ser libertado (Human Rights Watch, 2019, p. 408). Sucede, porém, que Andre Hanekom faleceu, em circunstâncias ainda não esclarecidas, no dia 23 de janeiro de 2019 no Hospital provincial de Cabo Delgado, quando ainda se encontrava sob custódia das autoridades moçambicanas, contudo, já tinha autorização judicial para aguardar o julgamento na sua residência (A Verdade, 2019).

Rafael Bernardino, Comandante-Geral da Polícia da República de Moçambique, afirmou que os grupos armados que protagonizam ataques em Cabo Delgado são dirigidos por Abdul Faizal, Abdul Remane, Abdul Raim, Nuno Remane, Ibn Omar e um sexto identificado apenas por Salimo (Lusa, 2018i). No dia 25 de janeiro de 2019, esta polícia apresentou em Nampula três ugandeses, dois homens e uma mulher, suspeitos de serem os líderes dos grupos armados, um dos suspeitos afirmou ser líder de um dos grupos do *Al-Shabaab* no Uganda, e vieram resgatar o seu líder que foi capturado (Lusa, 2019d). Entre os detidos está Abdulrahim Faizal, considerado pela polícia moçambicana como o líder do grupo (Sualehe, 2019).

No dia 9 de janeiro de 2019 foi detido um jornalista que recolhia testemunhos de deslocados (Lusa, 2019e). O Ministério Público acusa-o de instigação pública com recurso a meios informáticos (Lusa, 2019f).

Em termos de exploração de gás natural, ao largo de Cabo Delgado e na bacia do Rio Rovuma, foram constituídas duas áreas – Áreas 1 e 4. O consórcio respeitante à Área 1 é liderado pela petrolífera norte-americana Anadarko. O seu plano de desenvolvimento foi aprovado pelo Governo moçambicano em fevereiro de 2017 para a península de Afungi, junto à vila de Palma. Este projeto já está em construção e destina-se à instalação de uma fábrica de liquefação de gás (Lusa, 2018j). No entanto, a decisão final de investimento deste consórcio é esperada para 2019. Por seu turno, o arranque da produção de gás natural liquefeito está previsto para 2022. A multinacional norte-americana Anadarko anunciou em 5 de dezembro de 2018 a sua intenção de contratar empresas de seguros para as suas operações em Moçambique (Lusa, 2018k).

No que se refere à Área 4, cujo consórcio é liderado pela ENI, é esperada uma decisão final de investimento também em 2019 (Lusa, 2018c).

A consultora *Control Risks* considerou que os ataques vão provavelmente estender-se a estrangeiros, mas, não serão capazes de impedir as multinacionais de continuarem a apostar no gás natural (Lusa, 2018l).

O Comando-Geral da Polícia da República de Moçambique e a congénere da Tanzânia assinaram em janeiro de 2018 um memorando de entendimento, que estabelece as bases para a prestação de assistência mútua no domínio do combate à criminalidade transfronteiriça e terrorismo (Agência de Informação de

Moçambique, 2018).

As autoridades de Cabo Delgado, com o acompanhamento do Conselho Islâmico e o Congresso Islâmico no norte de Moçambique, estão a encerrar mesquitas da província que se supõe terem sido frequentadas por atacantes (Lusa, 2018m).

Através de comunicado de 4 de dezembro de 2018, a *Human Rights Watch* denunciou que as forças de segurança detiveram aleatoriamente, maltrataram e executaram sumariamente, dezenas de indivíduos suspeitos de pertencerem a um grupo islâmico armado (Human Rights Watch, 2018).

Num vídeo disponibilizado online, um dos elementos de um grupo de 6 indivíduos, empunhando armas de fogo, falando principalmente em português, apela insistentemente para à junção da população ao seu movimento, afirmando que muitos já não conhecem o islão, dando o exemplo de Mocímboa da Praia (Jalane, 2018).

Face ao exposto, Cabo Delgado apresenta uma taxa de pobreza significativa, existem dúvidas quanto às motivações do grupo, na sua base estão muçulmanos, embora exista divergência se se trata de um movimento islâmico radical. No entanto, o estudo mais aprofundado até ao momento realizado, apresenta-o como um movimento islâmico radicalizado, com ligações aos países vizinhos, que visa desafiar o sistema instituído.

3. ENQUADRAMENTO TEÓRICO

Pretende-se, neste enquadramento, efetuar uma aproximação teórica às ações violentas que ocorrem no interior dos Estados, designadamente, à Guerra Subversiva e, mais pormenorizadamente, o terrorismo.

As guerras internas, que visam a conquista do poder pela força, podem ser prosseguidas através de quatro formas principais de ações violentas: Revolução; Golpe de Estado; Revolta Militar; Guerra Subversiva (Couto, 1988, p. 153). Por razões de economia vamos dedicar especial atenção à Guerra Subversiva. Segundo Couto (1988, p. 158), a Guerra Subversiva é uma luta conduzida no interior de um território, por parte da população contra a autoridade de direito ou de facto, com o fim de lhe retirar o controlo desse território ou, pelo menos, de paralisar a sua ação, sendo uma luta prolongada, conduzida metodicamente, por forma a obterem-se objetivos intermédios específicos que levam, finalmente, à conquista do poder. Ainda segundo este autor, o conjunto de ações violentas intermitentes, de muita curta duração e distribuídas em superfície, dirigidas contra forças militares e militarizadas, pessoas, bens e infraestruturas, a que denomina de manobra de flagelação, é executado, entre outros meios, por terrorismo (1989, p. 243). Note-se, o facto de não existir unanimidade doutrinária quanto à distinção entre os conceitos

de insurgência e terrorismo, no entanto, e conforme refere Metz (2012, p. 38) é mais adequado tratar o terrorismo como uma tática ou método operacional que pode ser usado num largo espectro de estratégias, incluindo uma estratégia de insurgência, salientando que os insurgentes usam frequentemente o terrorismo na fase inicial da sua estratégia.

Conforme se pode verificar na figura 1, em termos teóricos, pode a subversão ser decomposta em fases (Couto, 1989, pp. 257-265).

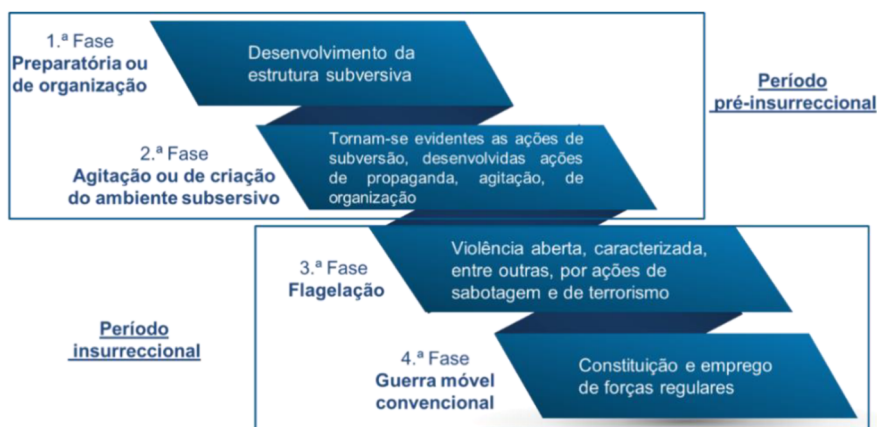


Figura 1 – Fases da subversão

Fonte: Adaptado de Couto (1989, pp. 257-265).

Pela sua pertinência, de seguida, será abordado especificamente o terrorismo.

Segundo Schmid (2011, p. 39) existem centenas de definições de terrorismo. Ainda segundo este autor, através do estudo comparado entre as definições académicas e (inter)governamentais, pode ser apresentada uma lista de 10 elementos que cobrem as características do terrorismo. Estes elementos são os seguintes: 1) uso (demonstrativo) da violência contra seres humanos; 2) a ameaça (condicional) de mais violência; 3) a produção deliberada de terror ou medo em determinado grupo alvo; 4) os alvos são civis, não combatentes e inocentes; 5) a intenção de intimidação, coerção e propaganda; 6) é um método, tática ou estratégia do conflito; 7) importância de comunicar os atos de violência a um público maior; 8) natureza ilegal, criminal e imoral dos atos de violência; 9) carácter eminentemente político do ato; 10) o seu uso como ferramenta de guerra psicológica para mobilizar ou imobilizar setores do público (2004, pp. 401, 402).

Embora existam muitas definições nacionais e regionais de terrorismo,

não vigora nenhuma definição universal aprovada pela Assembleia Geral das Nações Unidas. No entanto, através da Resolução do Conselho de Segurança n.º 1566(2004), foi apresentada uma definição que contém elementos semelhantes aos apresentados por Schmid, contudo, é mais incisiva nos seus fins quando refere que se destina a intimidar a população ou obrigar um governo ou uma organização internacional a fazer ou a abster-se de praticar qualquer ato.

Schmid (2011, p. 86) define terrorismo como sendo, por um lado, uma doutrina sobre a suposta eficácia de uma forma especial ou tática de violência política coerciva, geradora de medo e, por outro lado, uma prática conspiratória de ação violenta calculada, demonstrativa e direta, sem restrições legais ou morais, cujos alvos são principalmente civis e não combatentes, executada visando os seus efeitos propagandísticos ou psicológicos em várias audiências e partes do conflito.

A Organização da União Africana, agora designada simplesmente por União Africana em 1999, adotou a Convenção sobre a Prevenção e o Combate ao Terrorismo. Nesta Convenção define-se ato terrorista como sendo “todo o ato que afeta bens jurídicos pessoais e danos patrimoniais graves e que visa, entre outras situações, intimidar, provocar uma situação de terror, ou perturbar o funcionamento normal dos serviços públicos essenciais ou criar uma situação pública de emergência” (Organização da União Africana, 2019).

No que respeita às causas ou razões para o terrorismo, Bjorgo (2005, pp. 256-257), apresenta determinados mitos e as causas que concorrem para o seu aparecimento. No que respeita aos mitos, conclui o seguinte: que apenas existe uma relação fraca e indireta entre pobreza e terrorismo; o apoio estatal não é uma causa para o terrorismo; os terroristas não são atores irracionais. Apresenta Bjorgo (2005, pp. 256-261), entre outras, as causas seguintes para o terrorismo: Estados falhados e frágeis; modernização rápida; ideologias extremistas; antecedentes históricos de violência política.

No que se refere especificamente à ligação existente entre o terrorismo e os níveis de investimento nas últimas décadas em diversas partes do mundo, Lutz e Lutz (2017, pp. 164-165) concluem que não é possível afirmar que o terrorismo resulte em efeitos negativos sobre os investimentos estrangeiros, não prejudicando as atividades, existindo uma limitada interferência e, como hipótese, refere que os proventos dos investimentos superam, em larga medida, os riscos envolvidos.

Em suma, do contexto descrito dos ataques ocorridos em Cabo Delgado, é possível enunciar os conceitos que estão relacionados, nomeadamente, de insurgência, terrorismo, a fim de expor, de forma abstrata, as suas causas. De seguida, apresenta-se a investigação efetuada aos ataques.

4. METODOLOGIA

Para execução da investigação foi efetuada uma pesquisa nas várias publicações das agências de notícias e órgãos de comunicação social de referência. Visa-se, com este objetivo, perceber as datas e locais dos ataques, o número de vítimas mortais, o tipo de armamento utilizado, locais e número de casas queimadas e, por último, o número de atacantes.

O seu resultado é apresentado com recurso a uma tabela. Para levar a efeito esta tarefa, selecionou-se a principal fonte de informação, a Agência Lusa, e outros órgãos de comunicação social que procuram sempre fontes primárias. Desta análise, e em desenvolvimento dos objetivos específicos expressos na introdução, formulam-se as seguintes questões derivadas (QD):

QD1 – Qual tem sido a tipologia dos ataques que têm sido perpetrados na província de Cabo Delgado?

QD2 – Qual é a caracterização deste fenómeno?

QD3 – Qual a ligação existente entre as causas que têm vindo a ser apontadas com as causas do terrorismo cientificamente estudadas?

QD4 - Quais as consequências atuais dos ataques?

5. INVESTIGAÇÃO

Para compreensão global do fenómeno, apresenta-se, na tabela 2, os ataques que foram difundidos publicamente desde 5 de outubro de 2017 até 20 de janeiro de 2019.

Tabela 2 – Ataques ocorridos na província de Cabo Delgado desde 5 de outubro de 2017

Datas dos ataques	Local	Número de Vítimas mortais	Utilização de Catanas	Utilização de armas de fogo	Número de Casas queimadas	Número de atacantes	Fonte
5 de outubro de 2017	Vila de Mocimboa da Praia	3	sim	sim		Várias dezenas	(Lima A. , 2017)
Início de dezembro de 2017	Aldeia de Mitumbate	2			27		(Diário de Notícias, 2017)
17 de dezembro de 2017	Acesso de Mitumbate	1	sim	sim			(Lusa, 2017a)
12 de janeiro de 2018	Posto de Olumbi	5					(Lusa, 2018n)
12 de março de 2018	Aldeia de Chitolo	1			50		(Diário de Notícias, 2018a)
27 de maio de 2018	Aldeia de Monjane e Aldeia 25 de Junho	10, todos por decapitação	sim	sim			(Caldeira, 2018b)
31 de maio de 2018	Aldeia de Muti	1					(Lusa, 2018o)
3 de junho de 2018	Aldeia de Rueia	5, todos por decapitação					(Caldeira, 2018c)
4 de junho de 2018	Aldeia de Naunde	7	sim	sim	164		(Lusa, 2018p)
6 de junho de 2018	Aldeia de Mamaluco	6, algumas decapitadas	sim	sim	200		(Lusa, 2018q)
11 de junho de 2018	Acampamento de forças de defesa e segurança junto da Aldeia de Changa	2					(Diário de Notícias, 2018b)
11 de junho de 2018	Aldeia de Changa	4	sim	sim	7		(Caldeira, 2018b)
12 de junho de 2018	Aldeia de Nathuko	1			100		(Caldeira, 2018b)
19 de junho de 18	Aldeia de Litandakua	4	sim	sim	40		(Lusa, 2018r)
22 de junho de 2018	Aldeia de Maganja	5			120		(Lusa, 2018s)
6 de julho de 2018	Aldeia de Macanga	4			5		(Jornal de Notícias, 2018)
10 de julho de 2018	Aldeia de Quisingule	2		Sim	Algumas	20	(Lusa, 2018t)
24 de agosto de 2018	Aldeia de Cobre		sim	sim		42	(Lusa, 2018u)
7 de setembro de 2018	Aldeia de Ilala				Incendiaram a aldeia	10	(Diário de Notícias, 2018c)
20 de setembro de 2018	Junto de Pundanhar	5					(Lusa, 2018v)

Datas dos ataques	Local	Número de Vítimas mortais	Utilização de Catanas	Utilização de armas de fogo	Número de Casas queimadas	Número de atacantes	Fonte
20 de setembro de 2018	Aldeia de Ntoni	12		sim	30		(Lusa, 2018v)
20 setembro de 2018	Vila de Paqueue	12, 10 decapitadas			55		(The Defense Post, 2018)
3 de novembro de 2018	Aldeia Unidade				45		(Lusa, 2018w)
23 de novembro de 18	Vila de Chicuaia Velha	12	sim	sim			(Lusa, 2018x)
27 de novembro de 2018	Aldeia de Nacutuco	1	sim	sim			(Lusa, 2018y)
3 de dezembro de 2018	Acampamento de agricultores em Natchunde	4	sim	sim			(Lusa, 2018z)
3 de dezembro de 2018	Aldeia de Lilongo				56		(Lusa, 2018aa)
12 de dezembro de 2018	Aldeia de Malamba	6		sim	14		(Lusa, 2018bb)
19 de dezembro de 2018	Aldeia de Mwangaza	1	sim	sim	5		(Lusa, 2018cc)
21 de dezembro de 2018	Aldeia de Chicomo				103	10	(Carta de Moçambique, 2018)
20 de dezembro de 2018	Aldeia de Milamba	3	sim	sim	70		(Lusa, 2018dd)
26 de dezembro de 2018	Aldeia de Inguane	1	sim	sim	6	7	(Lusa, 2018ee)
5 de janeiro de 2019	Aldeia de Mussemuku						(Beúla, 2019)
6 de janeiro de 2019	Estrada que liga Palma e Mpundanhar	7	sim	sim			(Lusa, 2019g)
10 de janeiro de 2019	Aldeia de Manilha	3	sim		6		(Lusa, 2019a)
20 de janeiro de 2019	Aldeia de Maganja	2			4		(Carta de Moçambique, 2019a)

No ataque à Vila de Mocímbo da Praia em 5 de outubro de 2017, as vítimas foram dois polícias e um líder comunitário, tendo ainda sido mortos 14 atacantes. (Lima, 2017). No acesso para Mitumbate foi morto um membro da Unidade de Intervenção Rápida da Polícia (Lusa, 2017b). No ataque ocorrido nas proximidades de Pundanhar foram mortos 5 militares que se encontravam em patrulha móvel (Lusa, 2018v). Foram mortos dois militares no ataque ao acampamento de forças de defesa e segurança junto da Aldeia de Changá (Diário de Notícias, 2018b). No ataque ao Posto de Olumbi queimaram as barracas do mercado e entraram na sede do Posto (Lusa, 2018n). Roubaram gado e saquearam a população nos ataques à Aldeia

de Litandakua (Lusa, 2018r), Aldeia de Maganja (Lusa, 2018ff), Aldeia de Cobre (Lusa, 2018u), Aldeia Unidade (Lusa, 2018w), Aldeia de Nacutuco (Lusa, 2018y). No ataque à Aldeia de Quisingule foi denunciado que o grupo era constituído por cerca de 20 elementos e roubaram armamento das forças de segurança (Lusa, 2018t).

Contabilizam-se, até à presente data, cerca de 134 vítimas mortais, podendo ser verificada sua evolução na figura 2.

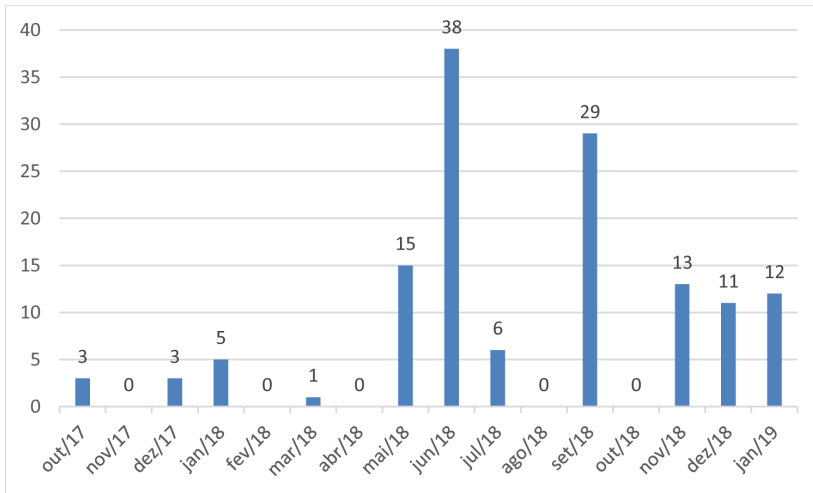


Figura 2 – Vítimas mortais no período de 5 de outubro de 2017 a 10 de janeiro de 2019

Pela mudança de *modus operandi*, no ataque de 6 de janeiro de 2019, executado na estrada que liga Palma e Mpundanhar, as 7 vítimas foram intercetadas numa carrinha de caixa aberta, sendo o motorista decapitado (Lusa, 2019a). No ataque à Aldeia de Manilha, uma das vítimas era o líder tradicional da aldeia, que foi decapitado.

Com características de alguma similitude, até ao dia 20 de janeiro de 2019 contabilizam-se cerca de 36 ataques, quase sempre contra aldeias.

Na sequência da detenção de 104 suspeitos, que tentavam chegar a Cabo Delgado, pelas autoridades tanzanianas, o inspetor Geral da Polícia da Tanzânia, em outubro de 2018, afirmou que foi lançada uma operação contra radicais que tentam estabelecer bases radicais em Moçambique, e que na operação realizada na Tanzânia alguns escaparam, atravessando a fronteira (Reuters, 2018).

Já no que se refere a deslocados, no dia 11 de janeiro de 2019, foi reportado que uma vagas de deslocados da Aldeia de Manilha procurou refúgio na Vila de Mocímboá da Praia, depois de terem sido atacados na sua aldeia no dia anterior

(VOA, 2019). No dia 13 de janeiro de 2019, cerca de 200 residentes de Palma concentraram-se em locais normalmente destinados a comícios políticos, exigindo a suspensão das atividades ligadas à exploração de gás natural em Afungi, tendo como destinatário da sua mensagem o novo administrador de Palma, Valigy Tuaubo (Carta de Moçambique, 2019b). Os ataques em Cabo Delgado geraram uma onda de deslocados para a Ilha de Ibo. A fim de evitar fome e minimizar o sofrimento dos deslocados, o Governo Distrital, por não estar em condições prestar ajuda, lançou um movimento de solidariedade, tendo a Comunidade Islâmica de Cabo Delgado doado sete toneladas de produtos diversos (Achá, 2019).

No que se refere à localização dos ataques não é possível traçar qualquer tendência, embora tenham ocorrido nos distritos para norte de Quissanga, nomeadamente, Macomia, Mocímboa da Praia, Nangade e Palma.

O Relatório Mundial 2019, referente a 2018, da *Human Rights Watch*, é particularmente contundente no que se refere às autoridades moçambicanas (Human Rights Watch, 2019, p. 407). Neste relatório, é referido que as forças de segurança foram implicadas em violações graves dos direitos humanos na resposta aos ataques, e que deram origem a milhares de deslocados.

6. IMPLICAÇÕES

Nesta fase, serão enunciadas as respostas às questões derivadas formuladas anteriormente.

No que concerne especificamente à tipologia dos ataques, podemos descrevê-los como tendo as seguintes características: o número de atacantes é variável, tendo apenas sido relatados dois ataques com um número igual ou superior a 10, designadamente à Vila de Mocímboa da Praia (Lima, 2017) e à Aldeia de Ilala; utilizam catanas e armas de fogo, registando-se quatro ataques em que decapitaram vítimas; atearam fogo na maioria das situações às habitações das aldeias, visando sempre atingir grande parte das povoações; atacaram elementos policiais e funcionários públicos em 4 ataques; os ataques são na sua maioria noturnos; raramente ocorrem nas proximidades de empreendimentos ligados à exploração de minerais e gás natural, exceto nos dois ataques à aldeia de Maganja, que se localiza a cerca de 5 quilómetros do empreendimento ligado à exploração de gás natural em Afungi e a 7 quilómetros do acampamento da Anadarko. Em termos territoriais, têm ocorrido por toda a província de Cabo Delgado, embora com maior concentração na faixa litoral. Denota-se a intenção em atingir as populações das aldeias no seu todo, visando, por mera hipótese, submetê-las ao seu controlo ou seu afastamento. O ataque que apresenta características mais diferenciadas é o primeiro, ocorrido em Mocímboa da Praia, eventual catalisador do movimento.

Esta caracterização apresenta vários elementos do conceito de terrorismo de Schmid (2004, pp. 401-402), nomeadamente, o uso de violência contra seres humanos, a produção de terror e medo em determinado grupo alvo, composto por civis, a intenção de intimidação e a natureza ilegal, criminal e imoral dos atos de violência. Contudo, na atualidade, não é possível afirmar com elevada certeza o seu carácter como eminentemente político e, pelo facto de não comunicarem ao público a importância destes atos de violência para fins determinados, pode significar a ausência de uma base ideológica de raiz, o que coloca o terrorismo enquanto causa instrumental para outras finalidades, estando assim mais próximo de um fenómeno de criminalidade organizada. No entanto, considerando os estudos mais relevantes, encontram-se verificados todos os elementos da definição de Guerra Subversiva apresentada por Couto (1988, p. 158), destacando-se que visa, através de ataques terroristas, a conquista do poder, realçando-se o carácter prolongado, metódico das ações e alvos pré-determinados em determinadas situações. No presente, a subversão encontra-se na fase da flagelação, ou seja, na 3.ª fase.

Os ataques são, de acordo com a definição constante da Convenção sobre a Prevenção e o Combate ao Terrorismo da União Africana, a que o Estado Moçambicano está sujeito, atos terroristas, pois, visam intimidar e provocar uma situação de terror nas aldeias.

Os analistas ou estudiosos do problema apresentam como causas para os ataques os fenómenos da pobreza, miséria, revolta popular local, ausência de políticas públicas, que terá tido o seu início numa seita islâmica radical reprimida. Os ataques têm alvos determinados e são dirigidos, em certos ataques, a pessoas concretas. Embora na sua origem, natureza e base social, seja muçulmana, não existe um fenómeno de natureza transnacional, embora parte do grupo seja oriundo de outros países da região, nomeadamente, da Tanzânia. Não têm uma agenda de comunicação, sendo apenas divulgado um vídeo onde apelam à mobilização para um novo islamismo. As sucessivas detenções não têm travado os ataques que têm vindo a ocorrer desde novembro de 2017. Pode concorrer para o fenómeno o facto de as decisões finais de investimento para a exploração de gás natural para a Bacia do Rovuma estarem agendadas para 2019, e prevista o início da exploração para 2022.

Conforme foi recolhido, são apontadas três grandes causas para o surgimento dos ataques: i) pobreza e miséria sem associação direta ao islamismo radical; ii) pobreza e miséria associada a uma radicalização islâmica de jovens ocorrida nos últimos anos; iii) recrutamento de jovens islâmicos, mediante pagamento, por motivos ligados à exploração de minerais e gás natural. Pela importância do seu papel, importa perceber a contribuição de Andre Hanekom para o fenómeno. No que respeita à ligação existente entre as causas apontadas com as causas do terrorismo

cientificamente estudadas, e enunciadas por Bjorgo (2005), embora muito referida, a pobreza não tem uma relação direta com o terrorismo. Efetivamente, confirma-se que os terroristas não são atores irracionais, porquanto, é possível traçar um padrão para o fenômeno estudado.

Por último, e no que se reporta às consequências dos ataques, foi gerado um movimento de deslocados, particularmente para as principais povoações e ilhas próximas da costa, onde esperam vir a ter maior segurança. Foi também reforçada a presença policial e das Forças Armadas, não se distinguindo as competências próprias de cada uma destas entidades, sendo relatados episódios de detenções em quartéis militares. Atendendo aos proventos económicos decorrentes da exploração futura de gás natural, será muito difícil que os consórcios deixem de explorar esta atividade. Os ataques podem acarretar diversos efeitos, como por exemplo a contratação de segurança privada e a criação de aldeias protegidas por esta segurança para albergar trabalhadores dos empreendimentos industriais.

7. CONCLUSÕES

Pretendia-se analisar as causas e as consequências dos ataques ocorridos na província de Cabo Delgado. Para este efeito, identificou-se a sua tipologia, caracterização, análise das causas e as consequências atuais.

Os ataques, que já ultrapassaram as 3 dezenas, visam, essencialmente, aldeias remotas, normalmente são incendiadas a maior parte das habitações precárias, e quase sempre se registam vítimas mortais, a decapitação, quando ocorre, é executada em parte significativa das vítimas desse mesmo ataque. Para a concretização dos ataques, são utilizadas armas de fogo e catanas e, por vezes, visam determinados alvos, como é disso exemplo agentes policiais, comerciantes ou líderes locais. O número de atacantes raramente ultrapassa a dezena. Portanto, conclui-se que as células visam provocar o terror e o medo entre as populações.

Quanto à sua caracterização, estes ataques são qualificáveis como terrorismo, que constitui uma tática ou método operacional, utilizada numa estratégia de insurgência, visando a conquista do poder. Não obstante, ainda não é possível afirmar quais as reais pretensões do grupo, se de criminalidade organizada ou radicalismo islâmico que confronta o poder instituído.

São apontadas três grandes causas para o surgimento dos ataques e que aglutinam as várias posições que têm vindo a ser defendidas: i) revolta por pobreza e miséria sem associação direta ao islamismo radical; ii) revolta por pobreza e miséria associada a uma radicalização islâmica de jovens ocorrida nos últimos anos; iii) recrutamento de jovens islâmicos, mediante pagamento, por motivos ligados à exploração recursos. Atendendo ao número significativo de ataques e vítimas,

perpetrados numa fase decisiva quanto à decisão final dos investimentos de exploração de gás natural em Cabo Delgado, ao caráter instrumental do extremismo religioso e pobreza para outros fins, está por descortinar a causa principal que levou ao surgimento deste movimento terrorista. As consequências dos ataques já levaram à existência de deslocados, manifestações, detenção de jornalistas, a acusações de abuso policial, com ênfase especial nas mortes indiscriminadas.

Para aprofundamento da presente investigação, seria pertinente investigar os reflexos da ausência das instituições moçambicanas em grandes áreas de Cabo Delgado, e como este espaço está a ser ocupado por diversos atores, sendo disso exemplo, religiosos, internacionais com interesse na exploração de recursos, importância do fator étnico, com graus diferenciados de assimilação islâmica, como fator que pode contribuir para a criação de fenómenos de terrorismo em territórios pobres, mas, com promessa de grandes riquezas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- A Verdade. (2019). Sul-africano acusado de terrorismo em Cabo Delgado morreu detido pelo Governo de Moçambique que afirma não ter conhecimento. *A Verdade*. Retirado de <http://www.verdade.co.mz/nacional/67817-sul-africano-acusado-de-terrorismo-em-cabo-delgado-morreu-detido-pelo-governo-de-mocambique-que-afirma-nao-ter-conhecimento>
- Achá, H. (2019). Ataques armados em Cabo Delgado: deslocados necessitam de ajuda urgente. *O País*. Retirado de <http://opais.sapo.mz/ataques-armados-em-cabo-delgado-deslocados-necessitam-de-ajuda-urgente>
- Agência de Informação de Moçambique. (16 de janeiro de 2018). PRM e congénere da Tanzânia juntam-se no combate ao terrorismo. *Sapo Notícias*. Retirado de <https://noticias.sapo.mz/actualidade/artigos/prm-e-congenere-da-tanzania-juntam-se-no-combate-ao-terrorismo>
- Beúla, E. (2019). Sete pessoas mortas em ataque a uma viatura em Cabo Delgado. *O País*. Retirado de <http://opais.sapo.mz/sete-pessoas-mortas-em-ataque-a-uma-viatura-em-cabo-delgado>
- Bjorgo, T. (2005). *Root Causes of Terrorism: Myths, Reality and Ways Forward*. Londres: Routledge.
- Caldeira, A. (2018a). Al Shabaab moçambicano são jovens marginalizados que criam instabilidade para negócio ilícito de madeira, marfim e rubis das suas lideranças. *A Verdade*. Retirado de <http://www.verdade.co.mz/tema-de-fundo/35-themadefundo/65831-al-shabaab-mocambicano-sao-jovens-marginalizados-que-criam-instabilidade-para-negocio-ilicito-de-madeira-marfim-e-rubis-das-suas-liderancas->

- Caldeira, A. (2018b). Al Shabaab moçambicano desafia ministro do Interior e mata mais cinco civis e dois membros das FDS em Cabo Delgado. *A Verdade*. Retirado de <http://www.verdade.co.mz/tema-de-fundo/35-themadefundo/66021-al-shabaab-mocambicano-desafia-ministro-do-interior-e-mata-mais-cinco-civis-e-dois-membros-das-fds-em-cabo-delgado>
- Caldeira, A. (2018c). Al Shabaab mata mais seis pessoas no Norte de Moçambique elevando para 32 os civis mortos em menos de 2 semanas. *Verdade*. Retirado de <http://www.verdade.co.mz/nacional/65982-al-shabaab-mata-mais-seis-pessoas-no-norte-de-mocambique-elevando-para-32-os-civis-mortos-em-menos-de-2-semanas->
- Carta de Moçambique. (2018). Chicomo: mais uma aldeia de Macomia alvo dos insurgentes.... *Carta de Moçambique*. Retirado de <https://cartamz.com/index.php/politica/item/512-chicomo-mais-uma-aldeia-de-macomia-alvo-dos-insurgentes>
- Carta de Moçambique. (2019a). Ataque a 7 km do acampamento da Anadarko em Afungi. *Carta de Moçambique*. Retirado de <https://cartamz.com/index.php/politica/item/746-ataque-a-7-km-do-acampamento-da-anadarko-em-afungi>
- Carta de Moçambique. (2019b). Tensão em Palma: populares exigem suspensão dos projectos de gás. *Carta de Moçambique*. Retirado de <https://cartamz.com/index.php/politica/item/685-tensao-em-palma-populares-exigem-suspensao-dos-projectos-de-gas>
- Couto, A. C. (1988). *Elementos de Estratégia: Apontamento para um Curso* (Vol. I). Algés: Instituto de Altos Estudos Militares.
- Couto, A. C. (1989). *Elementos de Estratégia: Apontamentos para um Curso* (Vol. II). Algés: Instituto de Altos Estudos Militares.
- Cunguara, B., & Hanlon, J. (2010). *O fracasso da redução da pobreza em Moçambique*. Londres: Crisis States Research Centre.
- Deutsche Welle. (2018). Cabo Delgado regista dois ataques a aldeias em três dias. *Deutsche Welle*. Retirado de <https://p.dw.com/p/34a8z>
- Deutsche Welle. (2019). Quem é Andre Hanekom, o sul-africano acusado de atacar Cabo Delgado? *Deutsche Welle*. Retirado de <https://p.dw.com/p/3Aykq>
- Diário de Notícias. (2017). Polícia moçambicana diz que está controlada a situação em Mocimboa da Praia, norte de Moçambique. *Diário de Notícias*. Retirado de <https://www.dn.pt/lusa/interior/policia-mocambicana-diz-que-esta-controlada-a-situacao-em-mocimboa-da-praia-norte-de-mocambique-9009516.html>

- Diário de Notícias. (2018a). Um morto e casas queimadas após ataque de homens armados. *Diário de Notícias*. Retirado de <https://www.dn.pt/mundo/interior/um-morto-e-casas-queimadas-no-norte-de-mocambique-apos-ataque-de-homens-armados-9188006.html>
- Diário de Notícias. (2018b). Mais três pessoas assassinadas por grupos armados no norte de Moçambique. *Diário de Notícias*. Retirado de <https://www.dn.pt/lusa/interior/mais-tres-pessoas-assassinadas-por-grupos-armados-no-norte-de-mocambique-9444018.html>
- Diário de Notícias. (2018c). Grupo desconhecido incendeia aldeia no norte de Moçambique. *Diário de Notícias*. Retirado de <https://www.dn.pt/lusa/interior/grupo-desconhecido-incendeia-aldeia-no-norte-de-mocambique-9819980.html>
- Frabricius, P. (2019). Andre Hanekom is ‘an old sea dog’, not a jihadi terrorist, friends say. *Daily Maverick*. Retirado de <https://www.dailymaverick.co.za/article/2019-01-10-andre-hanekom-is-an-old-sea-dog-not-a-jihadi-terrorist-friends-say/>
- Governo de Cabo Delgado. (2017). *Geografia*. Retirado de: <http://www.cabodelgado.gov.mz/por/A-Provincia/Geografia>
- Habibe, S., Forquilha, S., & Pereira, J. (2017). *Technology*. Retirado de The Open University: <http://www.open.ac.uk/technology/mozambique/sites/www.open.ac.uk.technology.mozambique/files/files/Moci%CC%81mboa%20da%20Praia.pdf>
- Human Rights Watch. (2018). Moçambique: Suspeitos de insurgência abusados por forças de segurança. Retirado de <https://www.hrw.org/pt/news/2018/12/04/324796>
- Human Rights Watch. (2019). *World Report 2019*. Retirado de https://www.hrw.org/sites/default/files/world_report_download/hrw_world_report_2019.pdf
- Instituto Nacional de Estatística. (2017). *Divulgacao de Resultados Preliminares do IV RGPH 2017.pdf*. Retirado de Instituto Nacional de Estatística: <http://www.ine.gov.mz/operacoes-estatisticas/censos/censo-2007/censo-2017/divulgacao-de-resultados-preliminares-do-iv-rgph-2017.pdf/view>
- Instituto Nacional do Petróleo. (2014). *Mapas*. Retirado de Instituto Nacional do Petróleo: <http://www.inp.gov.mz/pt/Mapas/Mapa-de-Concessoes>
- Jalane, D. (2018). Vídeo confirma que os Homens Armados em Mocimboa da Praia são Membros do Al-Shabaab. Retirado de https://www.youtube.com/watch?v=mO3W5-009_M

- Jornal de Notícias. (2018). Novo ataque provoca quatro mortos em aldeia de Moçambique. *Jornal de Notícias*. Retirado de <https://www.jn.pt/mundo/interior/novo-ataque-provoca-quatro-mortos-em-aldeia-de-mocambique-9565925.html>
- Lima, A. (2017). Moçambique. Um novo palco para o radicalismo islâmico? *Jornal i*. Retirado de <https://ionline.sapo.pt/587731>
- Lusa. (2017a). Cinco mortos em ataques a postos de polícia no norte de Moçambique. *Lusa*. Retirado de https://www.lusa.pt/subscriber/article/23059120?srv_id=101&list_id=8205620000658809852
- Lusa. (2017b). Polícia morto em novo ataque em Mocímboa da Praia, norte de Moçambique. *Lusa*. Retirado de <https://www.lusa.pt/article/23433513/pol%C3%ADcia-morto-em-novo-ataque-em-moc%C3%ADmboa-da-praia-norte-de-mo%C3%A7ambique>
- Lusa. (2018a). Ataques no Norte de Moçambique revelam problemas locais - investigador. *Diário de Notícias*. Retirado de <https://www.dn.pt/lusa/interior/ataques-no-norte-de-mocambique-revelam-problemas-locais---investigador-10299718.html>
- Lusa. (2018b). Ataques em Moçambique são revolta contra a miséria, não são ‘jihadismo’ - historiador. *Diário de Notícias*. Retirado de <https://www.dn.pt/lusa/interior/ataques-em-mocambique-sao-revolta-contr-a-miseria-nao-sao-jihadismo---historiador-9954493.html>
- Lusa. (2018c). Renamo desviou as atenções dos riscos de terrorismo em Moçambique - investigado. *Sapo Notícias*. Retirado de https://www.sapo.pt/noticias/nacional/renamo-desviou-as-atencoes-dos-riscos-de_5c08f096dc9052286aae22d0
- Lusa. (2018d). Investigador diz que ataques em Moçambique são financiados por “radicais islâmicos”. *Lusa*. Retirado de <https://www.lusa.pt/article/24389767/investigador-diz-que-ataques-em-mo%C3%A7ambique-s%C3%A3o-financiados-por-radicais-isl%C3%A2micos>
- Lusa. (2018e). Comunidade islâmica de Moçambique critica ataques que prejudicam muçulmanos e denuncia “interesses”. *Diário de Notícias*. Retirado de <https://www.dn.pt/lusa/interior/comunidade-islamica-de-mocambique-critica-ataques-que-prejudicam-muculmanos-e-denuncia-interesses--10317309.html>
- Lusa. (2018f). Mais de 130 detidos após ataques atribuídos a grupo islâmico no norte de Moçambique. *Lusa*. Retirado de <https://www.lusa.pt/article/24082223/mais-de-130-detidos-ap%C3%B3s-ataques-atribu%C3%ADdos-a-grupo-isl%C3%A2mico-no-norte-de-mo%C3%A7ambique>

- Lusa. (2018g). Julgamento no norte de Moçambique não é processo contra muçulmanos - juiz. *Lusa*. Retirado de <https://www.lusa.pt/article/24936156/julgamento-no-norte-de-mo%C3%A7ambique-n%C3%A3o-%C3%A9-processo-contramu%C3%A7ulmanos-juiz>
- Lusa. (2018h). Moçambique julga 189 pessoas acusadas de ligação a ataques armados no norte. *Lusa*. Retirado de <https://www.lusa.pt/article/24907652/mo%C3%A7ambique-julga-189-pessoas-acusadas-de-liga%C3%A7%C3%A3o-a-ataques-armados-no-norte>
- Lusa. (2018i). Polícia moçambicana divulga nomes de supostos “cabecilhas” dos ataques no norte. *Lusa*. Retirado de <https://www.lusa.pt/article/24653244/pol%C3%ADcia-mo%C3%A7ambicana-divulga-nomes-de-supostos-cabecilhas-dos-ataques-no-norte>
- Lusa. (2018j). Tudo em marcha para gás do Norte de Moçambique fluir daqui a quatro anos - vice-ministro. *Lusa*. Retirado de <https://www.lusa.pt/article/25024755/tudo-em-marcha-para-g%C3%A1s-do-norte-de-mo%C3%A7ambique-fluir-daqui-a-quatro-anos-vice-ministro>
- Lusa. (2018k). Americana Anadarko vai contratar seguradoras para Moçambique. *Lusa*. Retirado de <https://www.lusa.pt/article/25235316/americana-anadarko-vai-contratar-seguradoras-para-mo%C3%A7ambique>
- Lusa. (2018l). Control Risks afirma que estrangeiros vão ser alvo no norte de Moçambique mas empresas mantêm investimentos. *Lusa*. Retirado de <https://www.lusa.pt/article/25195951/control-risks-afirma-que-estrangeiros-v%C3%A3o-ser-alvo-no-norte-de-mo%C3%A7ambique-mas-empresas-mant%C3%AAm-investimentos>
- Lusa. (2018m). Autoridades encerram mesquitas com supostas ligações a ataques armados em Moçambique. *Observador*. Retirado de <https://observador.pt/2017/11/17/autoridades-encerram-mesquitas-com-supostas-ligacoes-a-ataques-armados-em-mocambique/>
- Lusa. (2018n). Novo ataque de grupo armado faz cinco mortos no nordeste de Moçambique - moradores. *Lusa*. Retirado de <https://www.lusa.pt/article/23532231/novo-ataque-de-grupo-armado-faz-cinco-mortos-no-nordeste-de-mo%C3%A7ambique-moradores>
- Lusa. (2018o). Grupo armado faz mais seis mortos e incendia aldeia no norte de Moçambique. *Jornal de Notícias*. Retirado de <https://www.jn.pt/mundo/interior/grupo-armado-faz-mais-seis-mortos-e-incendia-aldeia-no-norte-de-mocambique-9418088.html>
- Lusa. (2018p). Grupo que matou sete no norte de Moçambique será o mesmo que fez 10 decapitações. *Lusa*. Retirado de <https://www.lusa.pt/article/24296531/grupo-que-matou-sete-no-norte-de-mo%C3%A7ambique-ser%C3%A1-o-mesmo-que-fez-10-decapita%C3%A7%C3%B5es>

- Lusa. (2018q). Grupo armado faz mais seis mortos e incendia aldeia no norte de Moçambique. *Lusa*. Retirado de <https://www.lusa.pt/article/24305929/grupo-armado-faz-mais-seis-mortos-e-incendia-aldeia-no-norte-de-mo%C3%A7ambique>
- Lusa. (2018r). *RTP*. Retirado de https://www.rtp.pt/noticias/mundo/quatro-mortos-e-40-casas-incendiadas-em-aldeia-remota-do-norte-de-mocambique_n1082911
- Lusa. (2018s). Novo ataque a aldeia remota faz cinco mortos e destrói 120 casas em Moçambique. *RTP Notícias*. Retirado de https://www.rtp.pt/noticias/mundo/novo-ataque-a-aldeia-remota-faz-cinco-mortos-e-destroi-120-casas-em-mocambique_n1083490
- Lusa. (2018t). Grupo mata duas pessoas e rouba armamento no norte de Moçambique. *Lusa*. Retirado de <https://www.lusa.pt/article/24500219/grupo-mata-duas-pessoas-e-rouba-armamento-no-norte-de-mo%C3%A7ambique>
- Lusa. (2018u). Grupo mata duas pessoas em aldeia remota do norte de Moçambique. *Lusa*. Retirado de <https://www.lusa.pt/article/24697852/grupo-mata-duas-pessoas-em-aldeia-remota-do-norte-de-mo%C3%A7ambique>
- Lusa. (2018v). Número de mortos em ataque no norte de Moçambique sobe de 10 para 12. *Lusa*. Retirado de <https://www.lusa.pt/article/24871927/n%C3%BAmero-de-mortos-em-ataque-no-norte-de-mo%C3%A7ambique-sobe-de-10-para-12>
- Lusa. (2018w). Grupo armado rouba e incendia aldeia no norte de Moçambique. *TSF*. Retirado de <https://www.tsf.pt/internacional/interior/grupo-armado-rouba-e-incendia-aldeia-remota-no-norte-de-mocambique-10128741.html>
- Lusa. (2018x). Moçambique. Ataque atribuído a islâmicos radicais fez 12 mortes no norte do país. *Observador*. Retirado de <https://observador.pt/2018/11/25/mocambique-suspeitas-de-ataque-de-islamicos-radica-is-que-fez-12-mortes-no-norte-do-pais/>
- Lusa. (2018y). Grupo armado mata uma pessoa em novo ataque no norte de Moçambique. *Lusa*. Retirado de <https://observador.pt/2018/11/28/grupo-armado-mata-uma-pessoa-em-novo-ataque-no-norte-de-mocambique/>
- Lusa. (2018z). Quatro mortos em dois ataques no norte de Moçambique. *Observador*. Retirado de <https://observador.pt/2018/12/02/quatro-mortos-em-dois-ataques-no-norte-de-mocambique/>
- Lusa. (2018aa). População mata três homens acusados de ataques a aldeias no norte de Moçambique. *Observador*. Retirado de <https://observador.pt/2018/12/06/populacao-mata-tres-homens-acusados-de-ataques-a-aldeias-no-norte-de-mocambique/>

- Lusa. (2018bb). Grupo mata seis pessoas no norte de Moçambique perto de sede distrital. *Lusa*. Retirado de <https://www.lusa.pt/article/25272067/grupo-mata-seis-pessoas-no-norte-de-mo%C3%A7ambique-perto-de-sede-distrital>
- Lusa. (2018cc). Homens armados matam uma pessoa e ferem outra em aldeia do norte de Moçambique. *Lusa*. Retirado de <https://www.lusa.pt/article/25310094/homens-armados-matam-uma-pessoa-e-ferem-outra-em-aldeia-do-norte-de-mo%C3%A7ambique>
- Lusa. (2018dd). Ataque causa três mortos e um ferido no norte de Moçambique. *Observador*. Retirado de <https://observador.pt/2018/12/21/ataque-causa-tres-mortos-e-um-ferido-no-norte-de-mocambique/>
- Lusa. (2018ee). Homens armados matam uma pessoa e destroem seis casas no norte de Moçambique. *Lusa*. Retirado de <https://www.lusa.pt/article/25334883/homens-armados-matam-uma-pessoa-e-destroem-seis-casas-no-norte-de-mo%C3%A7ambique>
- Lusa. (2018ff). Novo ataque a aldeia remota faz cinco mortos e destrói 120 casas em Moçambique. *Lusa*. Retirado de <https://sicnoticias.sapo.pt/mundo/2018-06-23-Novo-ataque-a-aldeia-remota-faz-cinco-mortos-e-destroi-120-casas-em-Mocambique>
- Lusa. (2019a). Três mortos e um ferido em ataque de grupo armado no norte de Moçambique. *Lusa*. Retirado de <https://www.lusa.pt/article/25387886/tr%C3%AAs-mortos-e-um-ferido-em-ataque-de-grupo-armado-no-norte-de-mo%C3%A7ambique>
- Lusa. (2019b). Analista recorda que violência no norte de Moçambique começou há quase duas décadas. *Diário de Notícias*. Retirado de <https://www.dn.pt/lusa/interior/analista-recorda-que-violencia-no-norte-de-mocambique-comecou-ha-quase-duas-decadas-10462812.html>
- Lusa. (2019c). MP moçambicano acusa mais cinco por envolvimento nos ataques armados em Cabo Delgado. *Lusa*. Retirado de <https://www.lusa.pt/article/25350389/mp-mo%C3%A7ambicano-acusa-mais-cinco-por-envolvimento-nos-ataques-armados-em-cabo-delgado>
- Lusa. (2019d). Detidos três ugandeses suspeitos de liderar ataques armados no norte de Moçambique. *Lusa*. Retirado de <https://www.lusa.pt/article/25483163/detidos-tr%C3%AAs-ugandeses-suspeitos-de-liderar-ataques-armados-no-norte-de-mo%C3%A7ambique>
- Lusa. (2019e). Amnistia Internacional exige libertação imediata de jornalista moçambicano detido em Cabo Delgado. *Lusa*. Retirado de <https://www.lusa.pt/article/25379317/amnistia-internacional-exige-liberta%C3%A7%C3%A3o-imediata-de-jornalista-mo%C3%A7ambicano-detido-em-cabo-delgado>

- Lusa. (2019f). Conselho Superior da Comunicação Social de Moçambique exige libertação de jornalista. *Lusa*. Retirado de https://www.lusa.pt/subscriber/article/25424459?srv_id=101&list_id=8205620000658809852
- Lusa. (2019g). Sete mortos em novo ataque na província moçambicana de Cabo Delgado. *Lusa*. Retirado de <https://www.lusa.pt/article/25365331/sete-mortos-em-novo-ataque-na-prov%C3%ADncia-mo%C3%A7ambicana-de-cabo-delgado>
- Lutxeque, S. (2018). Grupo armado faz mais 6 mortos e incendeia aldeia no norte de Moçambique. *Deutsche Welle*. Retirado de <https://p.dw.com/p/2z69R>
- Lutz, B., & Lutz, J. (2017). *Globalization and the Economic Consequences of Terrorism*. Londres: Palgrave Macmillan. doi:10.1057/978-1-137-50394-7
- Machava, R. (29 de maio de 2018). Decapitadas 10 pessoas em Palma em mais um ataque terrorista. *O País*. Retirado de <http://opais.sapo.mz/decapitadas-10-pessoas-em-palma-em-mais-um-ataque-terrorista>
- Metz, S. (2012). Rethinking insurgency. Em P. B. Rich, & I. Duyvesteyn, *The Routledge Handbook of Insurgency and Counterinsurgency* (pp. 32-44). Nova Iorque: Routledge.
- Opperman, J. (2018). Mozambique: Shadow violence that requires level-headed intervention. *Daily Maverick*. Retirado de <https://www.dailymaverick.co.za/article/2018-06-13-mozambique-shadow-violence-that-requires-level-headed-intervention/>
- Organização da União Africana. (2019). *OAU/AU Treaties, Conventions, Protocols & Charters*. Retirado de African Union: https://au.int/sites/default/files/treaties/7779-treaty-0020_-_oau_convention_on_the_prevention_and_combating_of_terrorism_p.pdf
- Reuters. (2018). Detidos 104 indivíduos suspeitos que tentavam chegar a Cabo Delgado. *Deutsche Welle*. Retirado de <https://www.dw.com/pt-002/detidos-104-indiv%C3%ADduos-suspeitos-que-tentavam-chegar-a-cabo-delgado/a-45975191>
- Schmid, A. (2004). Terrorism - The Definitional Problem. *Case Western Reserve Journal of International Law*, 2(36), 375-419.
- Schmid, A. P. (2011). The Definition of Terrorism. Em A. P. Schmid, *The Routledge Handbook of Terrorism Research* (pp. 39-157). Routledge.
- Solomon, H. (2015). *Terrorism and CounterTerrorism in Africa: Fighting Insurgency from Al Shabaab, Ansar Dine and Boko Haram*. Londres: Palgrave Macmillan.
- Sualehe, A. (2019). Polícia de Moçambique diz ter detidos cabecilhas dos ataques em Cabo Delgado. *VOA*. Retirado de <https://www.voaportugues.com/a/pol%C3%ADcia-de-mo%C3%A7ambique-diz-ter-detido-um-dos-cabecilhas-dos-ataques-em-cabo-delgado/4759100.html>

- The Defense Post. (2018). At least 12 killed in attacks in Mozambique's Cabo Delgado province. *The Defense Post*. Retirado de <https://thedefensepost.com/2018/09/21/mozambique-attacks-cabo-delgado-paqueue/>
- United Nations. (2019). *Resolutions adopted by the Security Council in 2004*. Retirado de United Nations: [https://undocs.org/S/RES/1566\(2004\)](https://undocs.org/S/RES/1566(2004))
- United States Department of State Publication. (2018). *Country Reports on Terrorism 2017*. United States Department of State , Bureau of Counterterrorism. Retirado de <https://www.state.gov/documents/organization/283100.pdf>
- VOA. (2019). Vaga de deslocados chega a Mocímboa da Praia. *VOA*. Retirado de <https://www.voaportugues.com/a/vaga-de-deslocados-chega-a-moc%C3%ADmboa-da-praia/4738693.html>

IDLIB (SÍRIA). OPÇÕES DE RESPOSTA MILITAR

Flávio Luiz Lopes dos Prazeres (Brasil)

Tenente-coronel de Infantaria do Exército Brasileiro
Auditor do Curso de Estado-Maior Conjunto 2018/19
Lisboa, Portugal

RESUMO

Idlib tem se tornado um ponto fulcral na longa Guerra da Síria. A província tem abrigado civis deslocados de outras localidades do país e também rebeldes e *jihadistas* que lá foram colocados como parte da estratégia síria de isolar seus dissidentes e conseguir retomar o controlo territorial. Com um número bastante significativo de atores estatais e não estatais envolvidos diretamente neste conflito as Opções de Resposta Militar tornam-se complexas e de difícil execução. A presente investigação tem como objetivo analisar as Opções de resposta militar para Idlib (Síria), no contexto desta Província constituir-se como último reduto rebelde de resistência ao governo de Bashar al-Assad. Para o efeito, suportado numa metodologia assente no raciocínio dedutivo, baseado numa estratégia de investigação qualitativa, será concluído sobre a adequabilidade, praticabilidade e aceitabilidade de cada opção de resposta militar proposta, contribuindo para a visualização de um resultado possível para o fim da Guerra da Síria.

Palavras-chave: *Idlib*, Guerra da Síria, Opções de Resposta Militar, Rebeldes

ABSTRACT

Idlib has become a fulcral point in the long Syria War. The Province has sheltered displaced civilians of other localities of country as well as rebels and "jihadists" who were put there like part of syrian strategy in isolating its dissidents and to take over of its territory. Due to a great number of actors such as states and non-states involved directly in this conflict the Military Response Options (MRO) are complex and difficult to carry out. The current research aims to analyze the MRO to Idlib (Syria), in the context of this Province like the last rebel stronghold of the resistance against the Bashar al-Assad Government. To this end, based on qualitative research strategy based on deductive reasoning, it is to be asserted about adequability, practicability and acceptability of each MRO in purpose, providing the usage of a view of the possible result to the end of War Syria.

Keywords: *Idlib*, Syrian War, Military Response Options, Rebels

1. INTRODUÇÃO

As Opções de Resposta Militar (ORM) para Idlib na Síria não pode ser dissociada de uma visão ampla do que está ocorrendo no país desde 2010. Iniciou com a Primavera Árabe, que foi uma série de revoltas populares no Médio Oriente tendo como principais causas a insatisfação contra os regimes autoritários e neste caso, em março de 2011, eclodiu uma Guerra Civil contra o Governo de Bashar al-Assad, que perdura até os dias atuais com grandes consequências para a geopolítica internacional.

Segundo Tomás (2014), o conflito sírio começou como uma revolta popular, mas tornou-se uma guerra sectária, que representou o descontentamento da maioria sunita contra o regime vigente, governado majoritariamente pelos xiitas – alaúitas -, atraindo o apoio de grandes potências do contexto mundial.

Neste conflito, onde grupos rivais, sendo eles atores estatais ou não estatais, se enfrentam contra e a favor do ditador Bashar al-Assad em uma intrigante teia de relações, surge a cidade de Idlib, no noroeste da Síria, como um último possível reduto das tropas rebeldes e/ou *jihadistas*, que pretendem derrubar o governo; e mesmo lugar onde há milhares de civis afetados por esta guerra. “[...] 3 milhões de mulheres, crianças e homens em Idlib e arredores estão em risco[...]” (ONU, 2018a). De igual modo, em Idlib formou-se um núcleo terrorista que dificulta qualquer saída diplomática para a sua situação (Peskov, 2018). “[...] o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (Acnur) calcula que mais de 5 milhões já deixaram o país – o maior êxodo da história recente [...]” (BBC, 2018a).

As tentativas diplomáticas para resolver a situação de Idlib não tem obtido o efeito desejado. Nem mesmo o acordo firmado entre Rússia, Turquia e Irão, em 2018, criando uma área desmilitarizada, foi capaz diminuir as hostilidades das diversas partes que se enfrentam em território sírio, tornando o ambiente ainda mais tenso e insolúvel.

Nesse sentido, as ORM para a resolução de Idlib são bastante complexas. Elas envolvem um grande número de fatores e relações, que atingem temas de grande evidência no global como a situação da população civil, radicalismo religioso e os atores geopolíticos mundiais com seus interesses diversos. Identificar estas opções de resposta militar são necessárias e fundamentais, e, possivelmente, por meio delas se encontrará um fim para o conflito sírio que já dura praticamente oito anos.

2. ANTECEDENTES

O conflito da Síria é considerado o mais letal do mundo. Atualmente, ele tem provocado o maior número de mortos por um país em guerra, o que gera uma evidente

preocupação da comunidade internacional sobre o seu desfecho (Bellal, 2018, p. 66).

Esta Guerra possui atores das mais diversas dimensões e vem colocando em situação de grande fragilidade as populações, que são obrigadas a deslocar-se para lugares mais seguros dentro e fora do seu próprio território. Os crimes de guerra são frequentes e, a médio prazo, não se vê uma plausível solução, tornando a apuração de responsabilidades a nível internacional, no momento, complicadas e bastante difíceis (Pinheiro, 2018).

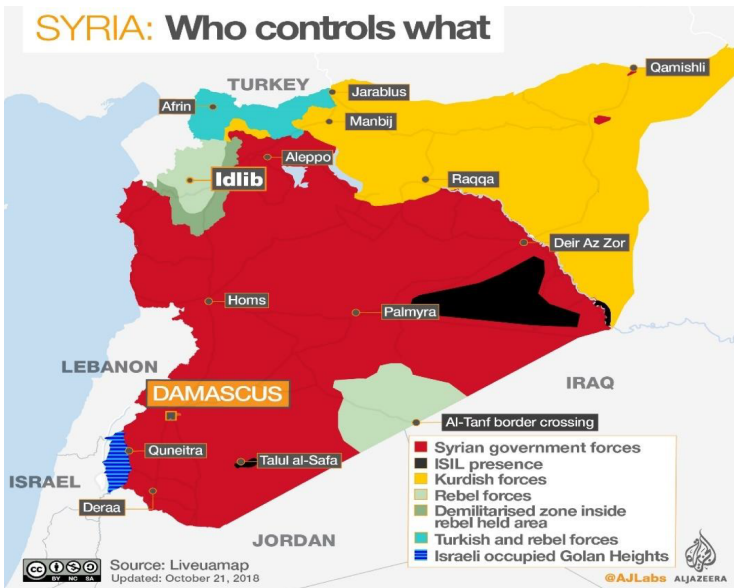


Figura 1 – Mapa da Guerra na Síria

Fonte: Al Jazeera (2018)

Este conflito deu origem um número significativo de pessoas que sofrem todos os tipos de necessidades. Elas saem dos centros de conflitos por busca de locais seguros, quer seja em outros países, quer seja na própria Síria. O número de refugiados e deslocados cresce ao tempo, fazendo urgir a necessidade de uma resolução imediata por parte da comunidade internacional (ICRC, 2018).

Nesse tabuleiro sírio cruzam-se diversos países de extrema relevância internacional. Rússia, Irão, Israel, Turquia, Arábia Saudita, China, Qatar, Líbano, França e Reino Unido são os principais atores estatais que se disputam espaço neste confronto (Lima, 2015, p. 36). Cabe destacar, que a saída total de tropas norte-americanas do território sírio, declarada ao final de 2018, pode trazer consequências ao desfecho da Guerra.

Segundo Lima (2015), a Síria está fatiada, ceifada, dilacerada, queimada, esquartejada, entre uma faixa de domínio do governo e um território, especialmente a província de Idlib, controlado por combatentes anti-regime, grupos rebeldes e terroristas bem treinados, fortemente armados e equipados, que lutam pela deposição do ditador Bashar al-Assad, para a imposição de um novo governo.

A província de Idlib está localizada no noroeste da Síria. Sua capital, Idlib, possuía uma população de 128.840 pessoas, no ano de 2010, constituindo-se na cidade mais populosa de sua província (Worldatlas, 2018). Sendo essencialmente rural, a província abriga, atualmente, cerca de 3 milhões de sírios, aproximadamente 1 milhão de crianças, tendo esta população crescido exponencialmente durante a Primavera Árabe, o que agravaram as condições de vida neste espaço. Neste contexto, cabe destacar que um grande número de rebeldes armados se deslocaram para a província, sendo este número estimado em torno de 25.000 dissidentes do governo Bashar al-Assad (O'Grady, 2018, p. 1).

A província teve especial destaque a partir do estabelecimento de campos de refugiados em sua região. Milhares de sírios deslocaram-se para Idlib fugindo de cidades, principalmente, como Aleppo, Hama e Damasco, que foram severamente afetadas pelos combates da Guerra da Síria (BBC, 2018b).

Tem importância estratégica relevante, por estar localizada perto da fronteira com a Turquia, país favorável à rebelião, e da província costeira de Latáquia, feudo do regime e da família do presidente Assad (ver Figura 2).

Militarmente, Idlib representa a fortaleza da oposição na Síria desde que a coalizão liderada por jihadistas Jaish al-Fatah assumiu o controle do território em março de 2015. A Turquia continua a ser um dos principais apoiantes da oposição e está vinculada à Frente Nacional de Libertação (NLF), uma coalizão de grupos armados de oposição formada em maio de 2018, e anteriormente a Hayat Tahrir al-Sham (HTS) ligada à al-Qaeda, que tem cerca de 10 mil membros e agora está em oposição ao NLF. Os partidários da al-Qaeda Huras al-Din também operam fora do Idlib, com uma força de cerca de 2.000 (Timep, 2018, p. 1).



Figura 2 – Localização Geográfica de Idlib

Fonte: Adaptado a partir de Worldatlas (2018)

Em março de 2015, o Exército da Conquista (*Yaish al-Fatah*), composto por uma coalisão de grupos rebeldes islamitas tais como o *Ahrar al-Sham*, e grupos extremistas como a Frente *al-Nusra* (ex-facção síria da *Al-Qaeda*), apoderou-se de Idlib, onde a população é majoritariamente sunita – maioria religiosa, porém governada pela minoria xiita dos alauítas.

Desde então vem dominando a Província e realizando acordos com outros grupos rebeldes para o total controle da região. Algo que se concretizou no mês de janeiro de 2019, ao derrotar grupos rebeldes apoiados pela Turquia e assim estabelecendo o “Governo da Salvação” (Yeşiltaş & Ozkizilcik, 2019, p. 8). Com isso, continua desenvolvendo a ampliação de controle territorial, por meio de iniciativas para “Os Serviços para a Administração Civil”, realizando o papel do Estado para cada vez mais angariar o apoio da população, não se impondo pela violência ou por frequentes violações dos direitos humanos, como se poderia sugerir. Na verdade, tenta suprir as necessidades civis com a presença de um Estado paralelo ao central, fortalecendo com isso os valores de sua causa maior (Haid, 2017, p. 5).

3. ENQUADRAMENTO TEÓRICO

Este trabalho pretende analisar, sob a perspectiva da Guerra na Síria, a situação de Idlib, como um último refúgio de resistência ao regime de Bashar al-Assad e as possíveis ORM para o desfecho desta guerra, que assola o país há oito anos, causando um número muito expressivo de mortos, refugiados e deslocados. Estes, em grande parte mulheres e crianças.

Neste contexto, as ORM são consideradas como uma ou mais, bem como a

combinação de várias alternativas, que constituem: a presença militar, operações psicológicas, bloqueios, intervenções, operações estratégicas ou de ampliação de conflito em diversas dimensões (Bonn & Baker, 2000, p.348).

Dessa forma, Idlib ao ser considerada como último reduto pode ser definida como a província que abriga as forças que, atualmente, ainda podem continuar mantendo a instabilidade do governo de Assad. Ou seja, este termo refere-se a um derradeiro foco de resistência, formada por grupos *jihadistas*, rebeldes e radicais, que em torno de 20 mil pessoas podem, a partir dali irradiar novos conflitos em território sírio com o básico intuito da deposição de Bashar al-Assad do governo.

Nesta investigação o termo deslocados será tratado como pessoas que dentro de seu país se movimentam, em busca de proteção, sem atravessar as fronteiras e refugiados serão considerados as pessoas que estão fora de seu país de origem devido à grave e generalizada crise causada por conflitos armados (Unhcr, 2019).

As ORM propostas serão baseadas por sua adequabilidade, praticabilidade e aceitabilidade. A **adequabilidade** refere-se a possibilidade de se alcançar os efeitos desejados – as premissas – para o seu desenvolvimento. Ele deve ter um efeito compatível em essência, tempo e magnitude. A **praticabilidade** diz a respeito dos meios necessários para a sua execução. Isto se relaciona com meios financeiros, pessoais e custos totais a serem dispendidos comparados ao das forças opositoras, neste caso, grupos rebeldes em Idlib. Logo, a **aceitabilidade** observa que os resultados alcançados devem compensar os custos estimados (Ministério da Defesa do Brasil, 2011).

É necessária a compreensão destes termos como parte fundamental do pleno entendimento das reflexões propostas sobre as questões que envolvem Idlib nos dias de hoje e serão abordadas nesta investigação.

4. ESTADO DA ARTE

Com a finalidade de garantir uma pesquisa idónea e atual, foi analisado o Estado da Arte, onde diversos aspectos foram levantados e estudados sobre o assunto. Nesse diapasão, as fontes jornalísticas se mostraram de grande importância, especialmente pelo fato da Guerra da Síria e a questão central de Idlib, estar ainda em curso e submetidas a uma instável dinâmica.

Idlib é considerada o último reduto rebelde da Síria. O Governo de Assad e seus aliados pretendem com esta luta dar uma resposta final contra os rebeldes e seus apoiadores civis. Assim como Aleppo, Homs, Ghouta e Daraa, Idlib é a última maior batalha desta Guerra que já dura quase oito anos (Clovekvtisni, 2018). Neste contexto, Idlib é tratada como um último ponto capaz de manter as

agressões militares contra o regime do governo sírio, sendo tratado como última linha de resistência.

Para o Secretário Geral das Nações Unidas, Guterres (2018), a batalha em grande escala em Idlib deve ser evitada, pois pode desencadear um grande pesadelo humanitário sem precedentes dos já observados neste conflito. Ele acrescenta que, esta última zona de refúgio no país não pode ser transformada em um “banho de sangue”, destacando que a solução política, e não a militar, é a única alternativa para o fim das hostilidades.

A solução para Idlib não é obviamente perceptível, tampouco a neutralização dos *jihadistas* é simples. A resposta, naturalmente, não pode ser para a Síria e a Rússia lançarem uma ofensiva destrutiva em Idlib. Enquanto isso alcançaria seus objetivos primários - a destruição dos jihadistas, se não todos os rebeldes, – também exigem um preço terrível na vida síria e serão atingidos com um alto custo político para a Rússia. A Turquia e o Ocidente deveriam tornar esses custos tão claros quanto possível para Moscou (Crisis Group Middle East Briefing, 2018, p. 11).

Por ser um assunto atual e ainda em andamento, da análise e procura de fontes acadêmicas sobre as possíveis, o assunto tema desta investigação não foram substancialmente encontradas. Dessa forma, este autor elabora suas premissas e implicações baseado no contexto da situação atual de Idlib, nas escassas fontes acadêmicas, relatórios, *papers* em relatos jornalísticos recentes, elaborando com isso suas ORM.

5. METODOLOGIA

Esta investigação está baseada em um raciocínio dedutivo, abrangendo uma estratégia qualitativa, onde as questões sobre a situação de Idlib serão analisadas e a partir deste ponto se concluirá sobre as ORM adequadas.

Neste contexto, para se alcançar o resultado final, são elaboradas as premissas, que são os fatos iniciais que a partir dos quais se inicia o raciocínio da investigação em tela (Dicio.com, 2019).

Dessa forma, o autor apresenta a Guerra da Síria e as questões que envolvem Idlib, tanto como reduto de rebeldes e civis deslocados, quanto as possibilidades de ORM disponíveis para o governo sírio e a comunidade internacional, baseado na dinâmica dos fatos desenvolvidos e em proposições iniciais que guiam seu estudo. Tudo com o intuito de apresentar uma perspectiva para o desfecho deste conflito.

6. INVESTIGAÇÃO

A província de Idlib é amplamente dominada pelo HTS. No entanto, o apoio popular não é integral, enfrentando, em algumas partes a resistência de domínio e apoio da população (Haid, 2017).

Ela tornou-se destino de milhares de sírios, que para fugir de locais afetados pela guerra, procuraram abrigo na região e se encontram em condições subumanas de vida. Além disso, o governo tem deslocado para a província rebeldes e dissidentes, formando na região um grande reduto de resistência ao seu governo (Meijnders, Lijn, & Mierlo, 2017).

A utilização de armas químicas também foi assunto de destaque no contexto de Idlib. Em agosto de 2018, a Rússia, principal aliada de Bashar al-Assad, acusou os rebeldes de simularem um ataque químico contra civis, para dificultar os combates contra os grupos rebeldes na região (Agência Brasil, 2018). Isso depois das acusações da comunidade internacional da utilização deste tipo de armamento pelo governo sírio contra civis no ano de 2018.

Quanto aos atores estatais diretamente interessados e ligados com Idlib, pode-se citar a Turquia, por fazer fronteiras com a província rebelde síria e receber um grande número de refugiados provenientes deste conflito. Após acordo firmado com Irão e Rússia, na criação de uma zona desmilitarizada de cerca de 20 km na fronteira, os turcos têm reforçado seus postos no local para assegurar sua proteção (ver figura 3). Ela fornece apoio a grupos insurgentes e teme que as ações nas proximidades de sua fronteiras possam eclodir em um grande fluxo de refugiados para seu território, em especial, de jihadistas (Crisis Group Middle East Briefing, 2018, p. 2).

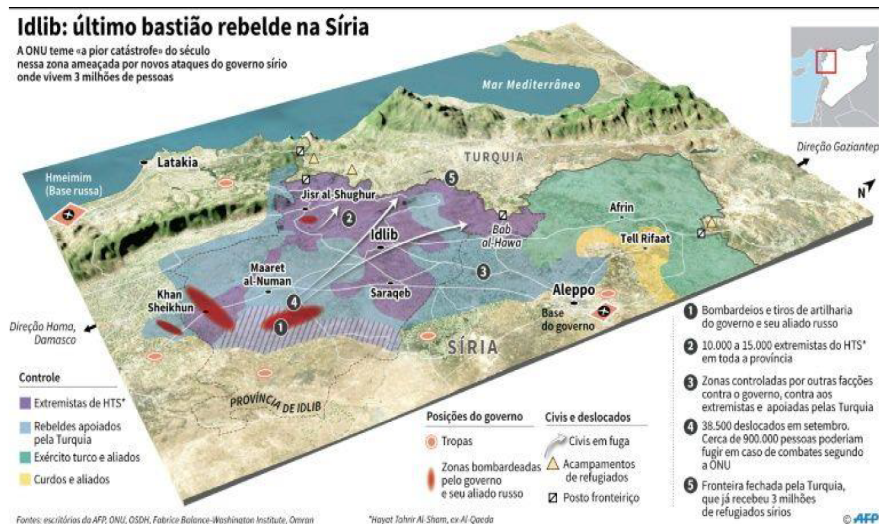


Figura 3 – Infográfico Idlib

Fonte: Yahoo (2018)

Além disso, o Irão, apesar de inicialmente mostra-se ponderado para uma alternativa militar desta magnitude. Em alguns momentos preferiu posicionar-se contra uma ação militar mais contundente em Idlib porque causaria reflexos humanitários negativos. No entanto, demonstra atitudes de que apoiará Assad em uma operação ofensiva na província. “Estamos nos movendo nessa direção. Nós nunca quisemos uma operação militar [em Idlib] e temos trabalhado para evitá-la porque sabemos que qualquer tipo de ação militar lá se transformaria em uma catástrofe. No entanto, outras abordagens falharam [...]” (Zarif, 2019).

A Rússia garante que não é a favor de uma ofensiva deliberada em Idlib, demonstrando estar preocupada com a proteção de civis e respeito a sua integridade. “[...] não haverá uma ofensiva em Idlib [...]” (Putin, 2018). “[...] faremos tudo para que a população civil não seja afetada [...]” (Lavrov, 2018).

Ademais, os países ocidentais são contrários a uma ação ofensiva em Idlib, pois ela poderia trazer consequências catastróficas para a província e para o conflito armado. Tendo como foco a proteção dos civis e a própria infraestrutura síria, que podem sofrer graves consequências em caso de um conflito mais direto na província.

Dentro das tentativas de resolução para Idlib foi realizado um Acordo entre Turquia, e Rússia. Neste acordo firmado em 17 de setembro de 2018, chamado de Acordo de Sochi estabeleceu uma área desmilitarizada sob controle russo-turco, de 15 a 20 km de largura e deve servir como uma zona intermediária entre os territórios insurgentes de Idlib e as áreas circunvizinhas mantidas pelo regime, devendo ter ocorrido a deposição das armas em seu interior (Yeşiltaş & Ozkizilcik, 2019).

É importante salientar que a saída de tropas dos EUA da Síria é um fator de fortalecimento de Bashar al-Assad, Irão e Rússia, que poderão discutir mais livremente para encontrar a saída desta situação sem ter o ator norte-americano com um peso tão influente no conflito.

Todos estes aspectos fornecem uma base de compreensão da atual situação de Idlib, o que sugere uma reflexão apurada sobre a verdadeira dimensão dos desafios que a comunidade internacional pode considerar como uma resposta militar plausível e adequada para esta questão.

A província de Idlib encontra-se em uma situação bastante peculiar no contexto da Guerra da Síria. Ele representa tanto o refúgio de civis, que deslocados de suas áreas, encontraram abrigos na região quanto de grupos rebeldes, que buscam reorganizar-se constituindo-se no último bastião de resistência contra o governo. Ademais, os atores estatais diretamente envolvidos no conflito, nomeadamente a Turquia, Irão e Rússia parecem possuir opiniões divergentes sobre a solução para este cenário.

Soma-se a isso as observações feitas pela ONU e a comunidade internacional, em geral sobre os possíveis efeitos de uma ação militar ofensiva para a resolução da situação desta província. Como o alerta dado pelo Presidente dos EUA, Donald Trump, para que Síria e Rússia não utilizem ataques com armas químicas, considerado uma prática por estes Estados durante a Guerra da Síria, para não causar um sofrimento desnecessário aos civis (O’Hanlon & Heydemann, 2018).

Dessa forma, as ORM possíveis devem ser formuladas com base em algumas premissas:

a. Há 3 milhões de civis deslocados sírios na região. Dentre os quais há 25 mil rebeldes e jihadistas que lutam contra Assad;

b. A utilização de armas químicas pode ser considerada pelo governo sírio contra seu próprio povo.

c. A Guerra da Síria necessita terminar. A comunidade internacional já deu sinais de que não suporta mais a série de acontecimentos que ocorrem em seu curso.

d. Como último reduto rebelde, pode-se supor que uma vitória militar sobre este território representa a vitória do regime de Bashar al-Assad e a sua permanência no poder. Neste sentido, Rússia e Irão aumentam a influência no Oriente Médio, representando uma vitória sobre os EUA – que já anunciaram sua retirada do local.

e. A divergência de opiniões sobre a melhor opção militar a ser tomada pelos atores relacionados é um fator complicador de grande relevância para a decisão final.

Nesse sentido, algumas opções podem ser elencadas para a situação de Idlib. A primeira é uma ofensiva militar em grande escala desenvolvida pela Síria ou até mesmo somente nas áreas controladas pelo HTS, que representam cerca de 60% do território da província. Esta opção de resposta é elencada pelo fato de Idlib ser considerada o último reduto rebelde contra o governo sírio. Uma vitória militar sobre este território atenderia, em princípio, uma das premissas estabelecidas, que é o fim da Guerra da Síria. Muito embora sem o desfecho inicialmente desejado pela população no contexto da Primavera Árabe, que era a deposição de Assad.

Uma segunda alternativa de opção de resposta militar para Idlib é uma ação controlada de bloqueio da cidade, com prioridade para as áreas controladas pelo seu grupo mais rebelde, podendo ser combinada com uma retirada de civis. Esta seria uma opção mais plausível em termos de número de baixas, pois atenderia, em parte, aos anseios da Comunidade Internacional, em especial, após as declarações do Secretário Geral da ONU, o que poderia ser justificada pela satisfação da premissa que aborda o fim das hostilidades que chocam o mundo atualmente.

Por sua vez, a terceira alternativa é de não agir sob Idlib, tentando uma

negociação com rebeldes e *jihadistas* para a deposição de suas armas e retirada pacífica. Isto seria uma opção de caráter mais humanitário e de pouca consistência militar, atenderia a premissa de não possibilidade de utilização de armas químicas e de fim de hostilidades, no entanto, não daria um desfecho, em prazo razoável ao conflito, o que deixaria uma carência no atendimento de outras premissas.

7. IMPLICAÇÕES

Ao analisar a primeira opção de resposta militar, sob a ótica das premissas supracitadas, possivelmente, como já mencionado, levaria a uma vitória do regime de Assad, sob custos altos em perdas de pessoais e materiais, além das já tidas em seu próprio território até o presente momento. “[...] o regime sírio e seus aliados parecem prontos para lançar uma ofensiva no país província do noroeste de Idlib, citando como motivo os contingentes de militantes *jihadistas* presente neste último grande reduto da rebelião armada da Síria [...]” (Crisis Group Middle East Briefing, 2018, p. 1).

Neste contexto, uma ofensiva militar de grande vulto sobre Idlib pode ser considerada adequada, sob a visão do governo sírio. Ela pode ser vista como uma forma possível e evidente de que os efeitos desejados pela coalizão política que apoia Assad, que é a recuperação total de todo território sírio do controle de forças rebeldes e *jihadistas* podem ser alcançados.

Uma ofensiva militar em Idlib pode ser considerada prática. Isto porque o Exército Sírio, embora bastante desgastado por oito anos de conflito, mas, apoiado por forças externas, possui capacidade operacional de investir sob Idlib com ataques maciços em alvos pré-selecionados e reconquistar a província, assim como o fez em todo o território desde o início do conflito em 2011.

O Exército Sírio está em torno de 50.000 homens, incluindo pessoal de administração. Possuem em torno de vinte Brigadas regulares, cinco Regimentos de Forças Tigre e outras vinte Brigadas/Regimento da Guarda Republicana, lutando na linha de frente e experimentadas em quase oito anos de combates. Cabe destacar, que estes números excluem a Força Aérea e a força de defesa aérea, que mesmo com as deserções e perdas da guerra, constituem-se em organizações de consideráveis capacitações (Ripley, 2017).

O Exército sírio vem dando provas de sua capacidade operacional ao reconquistar regiões que outrora foram dominadas por rebeldes e terroristas, o que garante estar em boas condições de enfrentar estes grupos em Idlib (EFE, 2018). Assad segue [...] apoiado nas tropas fiéis, em efetivos dos Guardas da Revolução iranianos, nas forças do Hezbollah libanês, em milícias xiitas [...] em mercenários russos e em aviões de combate deste país [...] (Morais, 2018).

Ademais, uma ofensiva militar poderia destruir ainda mais a infraestrutura síria, o que provocaria a atuação de fundos de reconstrução estrangeiro, sobretudo russos, dificultando a recuperação financeira de Assad após a guerra, pois seria inevitável o atendimento aos interesses da Rússia (Crisis Group Middle East Briefing, 2018, p. 2).

Por outro lado, esta opção não é considerada aceitável perante a comunidade internacional. A Turquia vem tentando convencer os grupos rebeldes a entregarem suas armas. Algo que, possivelmente, não farão até confronto final com o regime de Assad. “[...] Se não o fizerem, será difícil evitar outra rodada de combates [...], com tudo o que isso implica - mais civis mortos, mais lares perdidos, mais horror e mais dor [...]” (BBC, 2018c). “[...] Uma solução militar aqui seria um desastre, não apenas para a região de Idlib, mas um desastre em termos do futuro da Síria [...]” (Cavusoglu, 2018).

Cabe destacar as declarações feitas por Guterres, Secretário Geral das Nações Unidas, em 2018, sobre uma possibilidade de ação ofensiva em Idlib: “[...] tomem todas as medidas necessárias para salvaguardar vidas civis, permitir a liberdade de movimento e proteger a infraestrutura civil, incluindo instalações médicas e educacionais, de acordo com o direito internacional humanitário e a lei de direitos humanos [...]”, o que uma investida militar sobre Idlib, provavelmente, ignoraria tais aspectos e arruinaria ainda mais a infraestrutura da cidade, causando várias vítimas entre os civis.

A respeito da segunda opção de resposta militar, o cerco à cidade, com bloqueio de meios, de tal modo que force os rebeldes a negociarem em piores condições pode ser considerada. [...] “Ele (Guterres) pede aos negociadores [...] intensifiquem esforços para encontrar uma solução pacífica para a situação em Idlib”, [...] que desde o ano passado tem [...] o estabelecimento de zonas de cessar-fogo progressivo nas áreas devastadas pela guerra na Síria [...] (ONU, 2018b).

Esta opção atende parcialmente os anseios da Comunidade Internacional por não se constituir em uma séria ameaça a vida de civis sírios na região. Ademais, ela é capaz de manter a infraestrutura síria em melhores condições sob o ponto de vista de reconstrução do país no pós-guerra.

Ela pode ser vista como adequada, pois colocaria os dissidentes de Assad em condições desfavoráveis para uma possível negociação no futuro, muito embora isso poderia levar um longo prazo para ser concretizado.

Ainda assim, esta opção também pode ser considerada prática, pois os meios que a Síria possui para esta ação são suficientes, necessitando apenas de auxílios de seus aliados mais próximos como a Rússia e o Irão. Algo que, mediante a opinião pública internacional também pode ser considerado aceitável pelo fato

de que vidas civis serão poupadas e o “banho de sangue” citado por Guterres não terá ocorrido.

Em relação à terceira opção de resposta militar, que é a tentativa de negociação entre o governo de Assad e os grupos rebeldes, pode ser vista como a saída mais pacífica para a situação do último reduto rebelde sírio. Ela pouparia vidas de civis e preservaria a infraestrutura local. No entanto, não daria uma vitória ao regime de Assad no curto ou médio prazo, o que poderia ocasionar um fortalecimento de *jihadistas* e rebeldes não somente na Síria como no Médio Oriente.

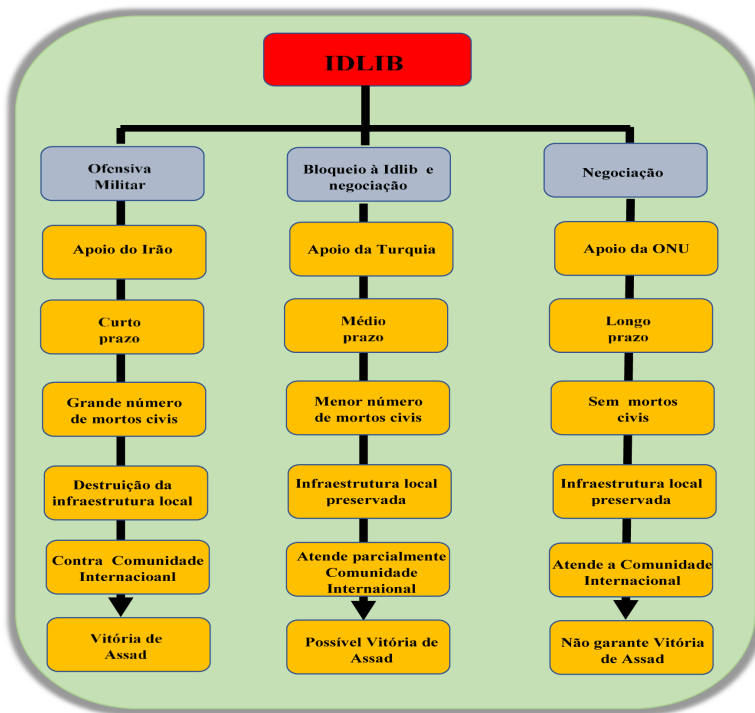


Figura 4 – Opções de resposta militar para Idlib

Ao analisar a terceira opção de resposta militar, ela pode não ser considerada adequada plenamente para o Governo de Bashar al-Assad porque ele poderia ser considerado derrotado. Isso dificultaria a reconstrução da unidade nacional e o seu controle integral do território sírio a um médio prazo. Neste contexto, a sua praticabilidade é evidente, pelo fato do possível envolvimento da Comunidade Internacional nas negociações, contribuindo para um desfecho para esta situação. Assim como sua aceitabilidade pela ONU, por exemplo. Ao se evitar mais combates com o envolvimento de mortos civis, o

governo sírio manteria bases fortes para o seu ressurgimento no âmbito interno e até mesmo mundial.

“[...] existe uma alternativa a uma ofensiva militar: Rússia, Turquia e Irão devem voltar a negociações trilaterais e, em conjunto, concordar com um roteiro para o Idlib [...]” (Crisis Group Middle East Briefing, 2018, p. 10). Estas afirmações tornam uma negociação possível e plausível mediante a visão da Comunidade Internacional, contribuindo para a solução da situação controversa da Província Síria.

Por outro lado, esta opção representaria um fortalecimento dos grupos rebeldes e *jihadistas*, que deste reduto de resistência poderiam voltar a se articular no Médio Oriente. Eles, declarando vitória sobre o regime de Assad, “exportariam” radicalismo e separatismo ao nível internacional, sendo capazes de insuflar outros grupos em diferentes regiões do mundo, o que não corrobora com as visões políticas, militares e sociais dos Estados e da comunidade internacional em geral.

Tendo em vista o mencionado, pode-se inferir que as opções de resposta militar para Idlib são divergentes por considerar os efeitos causados e viabilidade para a opinião pública em sua prática, cabendo uma profunda reflexão sob todos os seus aspectos para o atingimento de seu objetivo: o fim da Guerra da Síria.

8. CONCLUSÕES

As ORM para Idlib são complexas e envolvem muitos fatores de consideração. Os diversos atores que estão diretamente envolvidos possuem determinante influência sobre o desfecho que se pretende dar a esta questão e consequentemente à Guerra da Síria.

Uma Ofensiva Militar, um Bloqueio ou um Negociação envolvem diversos aspectos, apoios e controvérsias, que na verdade, colocam nas mãos de Bashar al-Assad e seus principais aliados o resultado desta situação.

O fato de Idlib estar próxima da Turquia, com consequências diretas para este país e também localizar-se no entrono de Latáquia, dão um tom ainda mais improtante a decisão das ORM.

A adequabilidade de cada opção ainda pode ser vista de forma relativa, pois o que pode ser adequado para o governo sírio e seus aliados, pode ser totalmente fora de questão para a Comunidade Internacional em geral, tornando ainda mais difícil a solução do último reduto rebelde sírio.

A praticabilidade de cada opção, por sua vez, pode ser considerada mais evidente, pois, em princípio, quem pode fazer a guerra, tende a possuir a capacidade de negociar a paz. E como o governo sírio tem o poder da decisão como base, deve escolher por quaisquer ORM que terá a capacidade de desenvolvê-la, em especial, com ajuda de seus aliados.

Além disso, o grau de aceitabilidade de perda de vidas de civis inocentes é levada em consideração nesta composição, pelo fato das mais brutais violações dos direitos humanos já terem ocorrido nesta guerra, tornando a intolerância mundial para ainda mais atos desta natureza.

Quadro 1 – Análise de APA situação de Idlib

	Ofensiva Militar		Bloqueio à Idlib		Negociação	
Adequabilidade	SIM (Regime de Assad)	NÃO (Comunidade Internacional)	Em Parte (Regime de Assad)	SIM (Comunidade Internacional)	NÃO (Regime de Assad)	SIM (Comunidade Internacional)
Praticabilidade	SIM		SIM		SIM	
Aceitabilidade	NÃO		SIM		SIM	

Por fim, não haverá desfecho fácil para Idlib. A comunidade internacional, a Síria e seus aliados devem entender que as propostas de solução são de difícil compreensão, o que deixa sem esperanças imediatas para um final pacífico a curto prazo. Ou um satisfatório a longo prazo. Estas opções recaem sempre no equilíbrio de se ter uma grande batalha final para reconquista da região, com todas as suas consequências advindas; ou um período de negociações com o fortalecimento do radicalismo islâmico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Agência Brasil. (2018). www.agenciabrasil.ebc.com.br. Retirado de <http://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2018-08/russia-entrega-onu-prova-de-suposto-plano-de-ataque-quimico-na-siria>
- AlJazeera. (2018). www.aljazeera.com. (A. Chugthai, Produtor, & AlJazeera Media Network) Retirado de <https://www.aljazeera.com/indepth/interactive/2015/05/syria-country-divided-150529144229467.html>
- Amnesty. (2018). *O Estado dos Direitos Humanos no Mundo*. Londres: Anistia Internacional.
- Ávila, R. (2010). *Conceitos Básicos em Relações Internacionais - a epistemologia de uma ciência contemporânea*. Retirado de <https://pt.slideshare.net/rafaelavilabh/conceitos-bsicos-em-relaes-internacionais>
- BBC. (2018a). www.bbc.com. (British Broadcasting Corporation) Retirado de <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-43764607>
- BBC. (2018b). www.bbc.com. Retirado de: <https://www.bbc.com/news/world-middle-east-45403334>

- BBC. (2018c). www.bbc.com. (J. Bowen, Editor) Retirado de <https://www.bbc.com/news/world-middle-east-45796263>
- Bellal, A. (2018). *The War Report - Armed Conflicts in 2017*. Geneva: The Geneva Academy of International Humanitarian Law and Human Rights.
- Cavusoglu, M. (2018). www.reuters.com. Retirado de <https://www.reuters.com/article/us-mideast-crisis-syria-turkey-russia/turkey-says-military-solution-for-syrias-idlib-would-be-a-disaster-idUSKCN1L913L>
- Cepuritis, M. (2016). Russia's Strategy in Syria: Multiple Aims. *T. C. Studies, The War in Syria: lessons for the West*, 137-138. Riga: University of Latvia Press.
- Clovekvitsni. (2018). www.clovekvitsni.cz. Retirado de <https://www.clovekvitsni.cz/en/10-things-you-need-to-know-about-idlib-province-in-syria-today-5262gp>
- Costa, R. (2015). A Construção Ocidental Do Oriente Médio Como Instrumentalização Das Relações Internacionais. *Revista Esboços*, 21(32), 159-181. Fonte: <http://dx.doi.org/10.5007/2175-7976.2014v21n32p159>
- Costa, R. P. (2016). *Uma história da Síria do século XXI para além do sectarismo religioso*. São Paulo: Faculdade de filosofia, Letras e Ciências Humanas da cidade de São Paulo.
- Crisis Group Middle East Briefing. (2018). *Saving Idlib from Destruction*. Beirute-Brussels: International Crisis Group.
- Cunha, A. P. (2009). Conhecer o Islão. (A. Têlo, Ed.) *Cadernos do IDN(3)*, 21. Retirado de https://www.idn.gov.pt/publicacoes/cadernos/caderno3_II.pdf
- Danese, S. F. (1987). Os novos Estados como novos atores nas relações internacionais. *Revista de Informação Legislativa*, 121-134. Retirado de <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/181767/000431531.pdf?sequence=3>
- Dias, J. D., Costa, J. M., & Magalhães, M. A. (2015). *O conflito da Síria*. Lisboa: Instituto de Estudos Superiores Militares.
- Dicio.com. (2019). www.dicio.com.br. Retirado de <https://www.dicio.com.br/premissa/>
- EFE. (2018). www.noticiasuol.com.br. Retirado de <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/efe/2018/05/21/exercito-sirio-anuncia-que-assumiu-controle-total-de-damasco-e-arredores.htm?cmpid=copiaecola>
- Eileen Babbitt, A. B. (2017). *Negotiating Conflict in the Middle East and North Africa*. The MENA Negotiation Report, Interdisciplinary Center Herzliya. Cambridge: Harvard Kennedy School Negotiation Project (KSNP).
- Estado de Minas. (2018). www.em.com.br. (Agence France Presse) Retirado de https://www.em.com.br/app/noticia/internacional/2018/10/15/interna_internacional,997281/idlib-ultimo-grande-reduto-rebelde-e-extremista-na-siria.shtm

- Estado de Minas a. (2018). www.em.com.br. Retirado de https://www.em.com.br/app/noticia/internacional/2018/10/07/interna_internacional,995289/assad-diz-que-acordo-de-idlib-e-temporario-e-que-siria-recuperara-a.shtml
- Euronews. (2018). www.pt.euronews.com. Retirado de <https://pt.euronews.com/2018/09/03/irao-apoia-assad-na-ofensiva-de-idlib>
- Exame. (2018). www.exame.com.br. (A. Brasil, Produtor, & Grupo Abril Mídia S.A.) Retirado de <https://exame.abril.com.br/mundo/entenda-as-causas-da-guerra-na-siria/>
- Fujii, W. (2015). *O Estado Islâmico E O Xadrez Geopolítico Dos Conflitos Na Síria E No Iraque*. São Carlos: Universidade Federal de São Carlos.
- G1. (2018). www.g1.com.br. Retirado de <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2018/12/19/eua-admitem-retirada-total-das-forcas-norte-americanas-na-siria.ghtml>
- Gaier, M., & Senge, K. (2016). The Syrian Conflict and the Refugee Crisis in the European Union — A German Perspective. A. Kudors, & A. Pabriks, *The War in Syria: Lessons for the West*, 17-34. Riga: University of Latvia Press.
- Globo. (2018). www.oglobo.com.br. (A. F. Presse, Produtor) Retirado de <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2018/09/08/intensos-bombardeios-russos-na-provincia-siria-de-idlib.ghtml>
- Group, C. (2018). www.crisisgroup.org. (I. C. group, Produtor) Retirado de <https://www.crisisgroup.org/middle-east-north-africa/gulf-and-arabian-peninsula/iraq/186-saudi-arabia-back-baghdad>
- Guedes, A. M. (2014). *Proxy Wars*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa.
- Guimarães, F., & Carvalho, P. N. (2017). A Atuação do Conselho de Segurança das Nações Unidas na Guerra Civil da Síria: conflitos de interesse e impasses entre os P5 e a conseqüente falta de resolução para a questão. *Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais*, 6(12), 66-83.
- Guterres. (2018). www.news.un.org. Retirado de <https://news.un.org/pt/story/2018/09/1637432>
- Haid, H. (2017). *Syrian Civil Society on the Frontlines*. Leipzig: Adopt a Revolution.
- Hourani, A. (1962). *O pensamento árabe na era liberal (1798 – 1939)*. (R. E. (2005), Trad.) São Paulo: Companhia das Letras.
- HRW. (2018). *Iraq*. Nova Iorque: Human Rights Watch.
- ICRC. (2017). www.icrc.gov. Retirado de <https://www.icrc.org/pt/doc/resources/documents/article/other/armed-conflict-article-170308.htm>
- ICRC. (2018). www.icrc.org. Retirado de <https://www.icrc.org/pt/pessoas-refugiadas-da-siria>

- International Crisis Group. (2018). [www.crisisgroup.org](https://www.crisisgroup.org/middle-east-north-africa/eastern-mediterranean/syria/b63-saving-idlib-destruction). Retirado de <https://www.crisisgroup.org/middle-east-north-africa/eastern-mediterranean/syria/b63-saving-idlib-destruction>
- Jonhson, J. A. (1860). *The Massacre in Syria*. Letter from the American Consul at Beirute. New York Times, p. 8.
- Khan, H. U., & Khan, W. (2017). Syria: History, The Civil War and Peace Prospects. *Journal of Political Studies*, 24, 587- 601.
- Kissinger, h. (2015). *A Ordem Mundial*. (C. Figueiredo, Trad.) Rio de Janeiro: Objetiva.
- Kofman, M. (2016). US and Russia in Syria 's War: cooperation and copetition. Em A. P. Andis Kudors, *The War in Syria: lessons for the West*, 65 - 86. Riga: The Centre for East European Policy Studies.
- Kudors, A. (2016). Introdução. Em A. P. Andis Kudors, *The War in Syria: lessons for the west*, 13. Riga.
- Lavrov, S. (2018). [www.br.sputnik.com](https://br.sputniknews.com/russia/2018091412209434-russia-fara-tudo-evitar-vitimas-civis-idlib-chancelar/). Retirado de <https://br.sputniknews.com/russia/2018091412209434-russia-fara-tudo-evitar-vitimas-civis-idlib-chancelar/>
- Lêus, L. R., Fontes, D. R., Júnior, V. C., & Filho, M. C. (2017). Ministério da Defesa da República Federativa do Brasil. Retirado de https://www.defesa.gov.br/arquivos/ensino_e_pesquisa/defesa_academia/cadn/artigos/xiv_cadn/o_corredor_xiita.pdf
- Lima, B. P. (2015). *A Síria em pedaços*. Lisboa, Portugal: Tinta da China.
- Majid, R. (2014). *The Syrian Civil War: Four Concentric Forces of*. Tampa, Florida, USA: University of South Florida.
- Marilawa, A. (2017). *The Syrian Civil War - Regime of Bashar al-Assad*. Stanford Model United Nations Conference 2014. Palo Alto.
- Mariwala, A. (2014). *The Syrian Civil War - regime of bashar al-assad*. Stanford model united nations conference. Palo Alto: Stanford University.
- Marshall, A. (2016). From civil war to proxy war: past history and current dilemmas. *Small Wars & Insurgences*, 27, 183-195. Retirado de <https://www.tandfonline.com/doi/pdf/10.1080/09592318.2015.1129172?needAccess=true>
- Meijnders, M., Lijn, J. v., & Mierlo, B. v. (2017). *Syria in 2019: four scenarios*. Haia: Netherlands Institute of International Relations 'Clingendael'.
- Ministério da Defesa do Brasil. (2011). *Doutrina de Operações Conjuntas*. Brasília: EGGCF.
- Morais, A. C. (2018). [www.dn.pt](https://www.dn.pt/mundo/interior/assad-resiste-a-sete-anos-de-guerra-civil-e-vai-ficar-no-poder-em-damasco-9187723.html). Retirado de <https://www.dn.pt/mundo/interior/assad-resiste-a-sete-anos-de-guerra-civil-e-vai-ficar-no-poder-em-damasco-9187723.html>
- Mucznik, M. (2014). A "primavera" árabe: Dinâmicas regionais e desafios para a comunidade internacional. *Lusíada Política Internacional e Segurança*(5), 97-108. Acesso em 05 de janeiro de 2019, disponível em http://repositorio.ulusiada.pt/bitstream/11067/1017/1/LPIS_n5_5.pdf

- National. (2018). [www.thenational.ae](https://www.thenational.ae/opinion/comment/the-story-of-idlib-is-being-rewritten-by-the-syrian-regime-but-facts-matter-1.693849). Retirado de <https://www.thenational.ae/opinion/comment/the-story-of-idlib-is-being-rewritten-by-the-syrian-regime-but-facts-matter-1.693849>
- NATO. (2018). [www.nato.org](https://www.nato.int/cps/en/natohq/news_160039.htm?selectedLocale=en). Retirado de https://www.nato.int/cps/en/natohq/news_160039.htm?selectedLocale=en
- O’Grady, B. (14 de setembro de 2018). *The Battle for Idlib*. Lexington: Advisor Perspective.
- O’Hanlon, M., & Heydemann, S. (2018). [www.brookings.edu](https://www.brookings.edu/blog/order-from-chaos/2018/09/12/how-to-prevent-a-massacre-and-the-creation-of-isis-2-0-in-syrias-idlib-province/). Retirado de <https://www.brookings.edu/blog/order-from-chaos/2018/09/12/how-to-prevent-a-massacre-and-the-creation-of-isis-2-0-in-syrias-idlib-province/>
- ONU. (2018a). *Statement by Adama Dieng, United Nations Special Adviser on the Prevention of Genocide, on the situation in Idlib, Syrian Arab Republic*. New York. Retirado de <http://www.un.org/en/genocideprevention/documents/2018-09-06-SA-Statement%20on%20Syria.pdf>
- ONU. (2018b). [www.nacoesunidas.org](https://nacoesunidas.org/siria-chefe-da-onu-adverte-que-ofensiva-em-idlib-pode-desencadear-catastrofe-humanitaria/). Retirado de <https://nacoesunidas.org/siria-chefe-da-onu-adverte-que-ofensiva-em-idlib-pode-desencadear-catastrofe-humanitaria/>
- Palazzo, C. L. (2014). As múltiplas faces do Islã. *Revista de História*, 161-176.
- Paracleto. (2016). [www.instituto-paracleto.org](https://instituto-paracleto.org/2016/10/22/estado-islamico-alautas-entre-russos-e-ira-parte-ii/). Retirado de <https://instituto-paracleto.org/2016/10/22/estado-islamico-alautas-entre-russos-e-ira-parte-ii/>
- Pinheiro, P. S. (2018). ‘Guerra síria é monumento do desprezo à população’, diz chefe da ONU. (G. Online, Entrevistador) São Paulo. Retirado de <https://www.gazetaonline.com.br/noticias/mundo/2018/03/-guerra-siria-e-monumento-do-desprezo-a-populacao--diz-chefe-da-onu-1014122956.html>
- Rafizadeh, M. (2014). *The Syrian Civil War: Four Concentric Forces of Tensions*. Flórida: University of South Florida. Retirado de <http://scholarcommons.usf.edu/etd/5812>
- Ramos, L. F. (2015). *Origens da Primavera Árabe: Uma proposta de classificação analítica*. Brasília: Universidade de Brasília. Retirado de http://bdm.unb.br/bitstream/10483/11377/1/2015_LuizFelipeGondimRamos.pdf
- Reis, U., & Medeiros, R. (2015). O Conflito Armado Sírio À Luz Das Armas Químicas: Perspectivas Para O Conselho De Segurança Da Onu. *Revista do Programa de Pós-Graduação em Direito da UFC*, 35, 351-370.
- Reuters. (2018). [www.reuters.com](https://www.reuters.com/article/us-mideast-crisis-syria-idlib-explainer/why-idlib-matters-and-the-obstacles-assad-faces-there-idUSKCN1LX1VW). Retirado de <https://www.reuters.com/article/us-mideast-crisis-syria-idlib-explainer/why-idlib-matters-and-the-obstacles-assad-faces-there-idUSKCN1LX1VW>
- Ripley, T. (2017). Syrian army prepares for post-conflict challenges. *Jane’s Defence Weekly*, 1-8.

- Salameh, Z. (2016). *A fragmentação como legado colonialista na Síria*. Brasília: Centro Universitário de Brasília.
- Sampaio, J. (2016). A Evolução Dos Conflitos E Da Ordem Mundial Num Mundo Multipolar. (O. Político, Ed.) Lisboa: Work paper #62. Retirado de http://www.observatoriopolitico.pt/wp-content/uploads/2016/06/WP_Jo%C3%A3o-Sampaio-62-20161.pdf
- Santos, L. A., Garcia, F. M., Monteiro, F. T., Lima, J. M., Silva, N. M., Silva, J. C., . . . Afonso, C. D. (2016). *Orientações Metodológicas para a elaboração de Trabalhos de Investigação*. Lisboa: Instituto de Estudos Superiores Militares.
- Santos, S. J. (2014). www.redeangola.info. Retirado de <http://www.redeangola.info/especiais/siria-retrato-de-um-pais-em-guerra/>
- Silva, A. K., & Silva, R. S. (2018). A Guerra na Síria e a luta pela unidade territorial. *Revista de Geopolítica*, 9(1), 80-93. Retirado de <http://www.revistageopolitica.com.br/index.php/revistageopolitica/article/viewFile/202/194>
- Soares, J. V. (2018). *A Guerra Civil na Síria: atores, interesses e desdobramentos* (Vol. 5). (P. D. Aguiar, Ed.) Marília, São Paulo, Brasil: Observatório de Conflitos Internacionais da Faculdade de Filosofia e Ciências (FFC) da Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho (UNESP) - Campus de Marília – SP. Retirado de <http://www.marilia.unesp.br/Home/Extensao/observatoriodeconflitosinternacionais/serie---a-guerra-civil-na-siria---atores-interesses-e-desdobramentos.pdf>
- Sputnik. (2018). www.br.sputniknews.com. Retirado de https://br.sputniknews.com/oriente_medio_africa/2018091612222860-eua-turquia-siria-ofensiva-idlib-armas-quimicas/
- Timep. (2018). *Situation in Syria's - Idlib Province*. Washington, DC, US: The Taihir Institute for Middle East Policy.
- Times, T. N. (2015). www.nytimes.com. (E. Schmitt, Produtor, & NYT) Retirado de <https://www.nytimes.com/2015/03/17/world/middleeast/iran-sent-arms-to-iraq-to-fight-isis-us-says.html>
- Tomás, M. J. (2014). A Guerra na Síria. Em R. Vieira, & T. Rodrigues, *O conflito da Síria: as dinâmicas de globalização, diplomacia e segurança*. Lisboa: IESM.
- tsf. (2018). www.tsf.pt. (D. Pires, Editor) Retirado de <https://www.tsf.pt/internacional/interior/nao-havera-uma-ofensiva-em-idlib-garante-ministro-russo-9858875.html>
- Unhcr. (2019). www.unhcr.org. Retirado de <https://www.acnur.org/portugues/quem-ajudamos/refugiados/>

- Villaverde, R., Alves, R., & Boto, G. (2014). Avaliação Estratégica. Em R. Vieira, & T. Rodrigues, *O conflito da Síria: as dinâmicas de globalização, diplomacia e segurança*, 27-38. Lisboa: Instituto de Ensino Superior Militar.
- Worldatlas. (2018). www.worldatlas.com. Retirado de <https://www.worldatlas.com/as/sy/id/where-is-idlib.html>
- www.dicio.com.br. (2018). Retirado de <https://www.dicio.com.br/jihad/>
- Yahoo. (2018). www.yahoo.com.br. Retirado de <https://br.noticias.yahoo.com/idlib-%C3%BAltimo-grande-reduto-rebelde-extremista-s%C3%ADria-135215267.html?guccounter=1>
- Yeşiltaş, M., & Ozkizilcik, O. (2019). *The Future of Idlib*. Istanbul: Seta Analysis.
- Zahreddine, D. (2013). A Crise Na Síria (2011-2013): Uma Análise Multifatorial. *Revista Conjuntura Austral*, 4(20), 6-23.
- Zarif, M. J. (2019). (B. Zeitung, Entrevistador)

PARTE IV
POLÍTICAS DE SEGURANÇA

A IMPORTÂNCIA DO INSTRUMENTO MILITAR NA ESTRATÉGIA GLOBAL DA UE

Ricardo Filipe da Silva Cortinhas

Tenente-coronel da Guarda Nacional Republicana
Auditor do Curso de Estado-Maior Conjunto 2018/19
Lisboa, Portugal

RESUMO

As missões e operações da Política Comum de Segurança e Defesa são um importante instrumento da política externa da União Europeia, visando a promoção da segurança internacional. O instrumento militar é parte integrante destas missões e operações. A implementação da Estratégia Global da União Europeia, com vista à promoção da paz e da segurança dentro e fora das suas fronteiras, requer um nível de ambição militar adequado. Este trabalho tem como objeto de estudo o instrumento militar, enquanto meio que permite à União se constituir como um “ator global”, sendo objetivo geral analisar o seu papel e contributo nessa ambição. Assim, procedemos à identificação das ameaças à segurança da União e à análise do contributo do instrumento militar na implementação da Política Comum de Segurança e Defesa e o nível de ambição militar que a União Europeia deve assumir. A metodologia utilizada assenta no raciocínio dedutivo, através de uma estratégia qualitativa, sendo a recolha de dados baseada na análise documental e pesquisa bibliográfica. Concluímos que a União Europeia deve assumir um nível de ambição militar que permita desempenhar várias missões e operações em simultâneo e de forma autónoma, devendo ter um instrumento militar adequado a esse nível de ambição.

Palavras-chave: Estratégia Global da União Europeia, Instrumento militar, Nível de ambição, Autonomia estratégica.

ABSTRACT

The missions and operations of the Common Security and Defense Policy are an important instrument of the European Union's foreign policy, aiming at the promotion of international security. The military instrument integrates these missions and operations. The implementation of the EU's Global Strategy, aiming the promotion of peace and security within and beyond its borders, requires an adequate level of military ambition. The purpose of this paper is to study the military instrument as a means that allows the Union to be a “global actor”, with main objective to analyze their role and contribution in this ambition. Thus, we identified the threats to the Union's security and analyzed the contribution of the military instrument to implement the Common Security and Defense Policy and the level of military ambition that the European Union should take. The methodology used is based on deductive reasoning, through a qualitative strategy, and data collection is based on documental analysis and bibliographic

research. We conclude that the European Union must assume a level of military ambition that allows it to carry out various missions and operations simultaneously and autonomously and must have an appropriate military instrument at that level of ambition.

Keywords: *European Union's Global Strategy, Military instrument, Level of Ambition, Strategic autonomy.*

1. INTRODUÇÃO

A necessidade de uma União Europeia (UE) forte nunca foi percebida tão intensamente como é hoje (Mogherini, 2017). Novos desafios e ameaças se apresentam à Europa. A invasão da Crimeia pela Rússia, os recorrentes atentados terroristas no centro da Europa ou a mudança do foco americano para a Ásia, levam a Europa a ter de assumir uma maior responsabilidade pela sua própria segurança e defesa regional (Missiroli, 2016).

As ameaças à segurança da UE e dos seus cidadãos não estão longe e não podem ser contidas pelas fronteiras nacionais (Comissão Europeia, 2017). A segurança interna e externa está cada vez mais interligada: a segurança na Europa depende da paz além-fronteiras europeias (EEAS, 2018).

Para responder a estes novos desafios e ameaças, foi definida a Estratégia Global para a Política Externa e de Segurança da União Europeia (EGUE), em 2016, delineando-se as prioridades de atuação da política externa da UE. Esta estratégia assenta na visão e na ambição de uma UE mais forte, disposta e capaz de fazer uma diferença positiva no mundo (EEAS, 2018).

O objeto de estudo da presente investigação centra-se no instrumento militar, enquanto meio que permite à UE se constituir como um “ator global”, delimitado em três domínios: tempo, espaço e conteúdo (Santos, et al., 2016). Temporalmente, a investigação será limitada ao período pós-EGUE; espacialmente, ao território da UE e sua vizinhança próxima; em termos de conteúdo, a investigação estará delimitada pelas premissas da EGUE e da Política Comum de Segurança e Defesa (PCSD) da UE.

O argumento do presente trabalho assenta na necessidade da UE possuir um instrumento militar (hard power), que lhe permita desenvolver diversos tipos de operações e missões no âmbito da PCSD em simultâneo e de forma autónoma, por forma a apoiar a intenção da UE em se tornar um “ator global”.

O objetivo geral (OG) desta investigação é “analisar o papel e o contributo do instrumento militar na ambição da UE em se constituir como um “ator global”.

Para se alcançar o objetivo geral da investigação, torna-se necessário atingir os seguintes objetivos específicos (OE):

OE 1 – Analisar o papel do instrumento militar no âmbito da PCSD da UE;

OE 2 – Avaliar o nível de ambição militar da UE.

A Questão Central (QC), que concorre diretamente para o OG, da investigação é: “De que modo o instrumento militar apoia a UE nos objetivos de se constituir como um ator global?”.

Atendendo à questão central, foram elencadas as seguintes questões derivadas (QD):

QD 1 – Qual o contributo do instrumento militar na implementação da PCSD da UE?

QD 2 – Qual o nível de ambição militar da UE?

O trabalho está organizado em sete capítulos. No segundo capítulo procura-se apresentar o estado atual do conhecimento sobre o tema em estudo; no terceiro capítulo definem-se os conceitos essenciais para a análise; o quarto capítulo apresenta a metodologia prosseguida na investigação; o quinto capítulo aborda as prioridades estratégicas da UE, as ameaças à segurança da União, e o papel do instrumento militar na implementação da PCSD da UE; no sexto capítulo, identificam-se as implicações que a resposta a diferentes cenários de ameaças tem no nível de ambição (LoA) militar e na autonomia estratégica da UE. Por fim, tecem-se as conclusões que respondem à QC, analisando o papel e o contributo do instrumento militar na ambição da UE se tornar um ator global.

2. ESTADO DA ARTE

A EGUE, aprovada em 2016, declara que a UE promoverá a paz e garantirá a segurança dos seus cidadãos e do seu território (UE, 2016, p. 14).

Com vista a ultrapassar as ameaças que colocam em risco os cidadãos e o território da UE, é necessário reforçar a segurança da União, mediante cinco linhas de ação: Segurança e Defesa; Luta contra o terrorismo; Cibersegurança; Segurança energética; e Comunicação estratégica (UE, 2016, pp. 14-18).

Quanto à segurança e defesa, a UE deve estar preparada e ser capaz de impedir, dar resposta e proteger-se de ameaças externas, devendo assumir um LoA apropriado para ser capaz de promover a paz e garantir a segurança dentro e fora das suas fronteiras (UE, 2016).

Em 14 de novembro de 2016, foi apresentado o Plano de Implementação sobre Segurança e Defesa, sendo identificado o LoA para a UE: desenvolver uma União mais forte em matéria de segurança e defesa, capaz de enfrentar as ameaças e os desafios atuais de forma mais eficaz, com as capacidades, ferramentas e estruturas certas para proporcionar mais segurança aos seus cidadãos (Conselho da União Europeia, 2016).

No entanto, Coelmont (2017) afirma que falta definir um claro LoA militar na EGUE, devendo esta ser vista como uma chamada para identificar coletivamente o LoA militar que deve sustentar o LoA político que a EGUE expressa. Para poder empreender uma ação rápida e decisiva em apoio do LoA e das suas três prioridades estratégicas, em todo o espectro de tarefas de gestão de crises, a PCSD deve ser apoiada por capacidades civis e militares credíveis, destacáveis, interoperáveis, sustentáveis e multifuncionais (Conselho da União Europeia, 2016).

Para Zandee (2016), o LoA da UE não deve ser expresso em número de militares a mobilizar, mas sim nos tipos de operações que a UE poderá conduzir. Na gestão de crises externas, a UE deve poder cobrir todo o espectro, desde a estabilização, formação e assistência a operações de intervenção, quando necessário. Para operações autónomas de espectro total a curto prazo, a UE deve ter como alvo uma força do tamanho de uma Brigada, com elementos marítimos e aéreos adequados, conforme necessário (Zandee, 2016).

Além da gestão de crises externas, Zandee (2016) defende que a PCSD deve desempenhar um papel “na defesa da Europa”, dando resposta às ameaças híbridas⁴⁵ do Leste e aos efeitos colaterais dos conflitos a Sul.

Para Coelmont (2017), deve-se identificar coletivamente o LoA militar quantitativo e qualitativo que é consistente com o LoA político declarado. Uma estratégia de segurança sem capacidades militares nada mais é do que uma alucinação.

A UE emprega instrumentos de segurança e defesa (hard power) juntamente com a diplomacia, a imposição de sanções, a cooperação para o desenvolvimento e as trocas comerciais (soft power), a fim de prevenir conflitos. Enquanto o soft power, isoladamente, pode ser insuficiente num contexto mundial caracterizado pela instabilidade, uma abordagem integrada constitui o cerne da segurança sustentável (Comissão Europeia, 2017, p. 6).

Para Grant (2004), o soft power isolado é muitas vezes incapaz de resolver conflitos, mas o hard power por si só também não dirige um país devastado ao longo do caminho para a recuperação.

Os EM e a CE trabalham hoje para sustentar a influência global da UE, adicionando as suas próprias capacidades de hard power às suas alavancas de soft power (Motoc, 2017). Assim, segundo Zandee (2016), parece que a essência

⁴⁵ Combinação de atividades coercivas com atividades subversivas, de métodos convencionais com métodos não convencionais (diplomáticos, militares, económicos, tecnológicos) que podem ser utilizados de forma coordenada por intervenientes estatais ou não estatais para atingir objetivos específicos, mantendo-se, no entanto, abaixo do limiar de uma guerra formalmente declarada (CE & Alta Representante da União, 2016, p. 2). As ameaças híbridas podem englobar ataques cibernéticos contra sistemas de informação críticos, a interrupção de serviços críticos (como fornecimento de energia ou serviços financeiros), o enfraquecimento da confiança pública nas instituições do governo ou o aprofundamento das divisões sociais (EEAS, 2018).

da EGUE é reunir instrumentos de soft e hard power numa abordagem conjunta e reconhecer que a UE tem um papel importante a desempenhar como provedor de segurança na vizinhança próxima e distante.

Olhando para o futuro imediato, a UE deve ser capaz de lidar com cenários como os da Líbia ou do Sahel, sendo esta uma ambição alinhada com a EGUE e também um desafio razoável para a Europa (Coelmont, 2017).

No entanto, Biscop e Coelmont (2016) defendem que é necessária uma tradução inequívoca do LoA político expresso na EGUE num LoA militar realista. Esta ambição é um projeto a ser realizado no futuro, orientando a aquisição de novas capacidades, a longo prazo. Assim, a Europa deve decidir quais os recursos que precisa daqui a vinte anos para enfrentar as possíveis ameaças e desafios.

Para Motoc (2017), existe hoje uma sensação clara de que o futuro da Europa também está relacionado com a defesa e este capítulo é provavelmente uma característica proeminente da futura União.

Verifica-se assim que é necessário definir o LoA militar da UE, no que diz respeito ao tipo de operações que pretende ser capaz de desenvolver e às capacidades militares que deve possuir, e que permita à UE se tornar um “ator global”.

3. ENQUADRAMENTO TEÓRICO

Neste capítulo procede-se à definição dos principais conceitos utilizados na abordagem ao tema, nomeadamente: estratégia global; instrumento militar; nível de ambição; e autonomia estratégica.

Estratégia é a “arte e ciência de desenvolver e usar os poderes político, económico, sociopsicológico e militar de um Estado, de acordo com a orientação política, de modo a criar efeitos que protegem ou vingam os interesses nacionais, relativamente a outros Estados, atores e circunstâncias” (Yarger, 2006). A EGUE emprega um amplo leque de políticas e instrumentos da UE, centrando-se tanto nas capacidades militares como nas oportunidades de emprego, na inclusividade das sociedades e nos direitos humanos, ou na consolidação da paz e a resiliência dos Estados dentro e em torno da Europa (Mogherini, 2016). No entanto, apesar da sua designação como “Estratégia Global”, a mesma é, na essência, um documento político que apresenta intenções e orientações (abstratas) quanto à política externa e de segurança da UE, sendo um resumo de vontades gerais em vez de estratégias específicas e sua implementação concreta (Hokovský, Janda, Kovář, & Zdrálek, 2016), tendo na opinião de Techau (2016) pouco impacto no comportamento dos Estados-Membros.

A EGUE define-se ainda como “global” segundo duas aceções. Geograficamente, reflete a presença e as aspirações globais da UE, reconhecendo

as preocupações securitárias da UE com a sua vizinhança, mas também com ambientes mais afastados. Funcionalmente, abrange toda a gama de capacidades de ação externa da UE (Tocci, 2017). A EGUE descreve como a ação externa da UE deve ser conduzida nos próximos anos e inclui numerosas indicações sobre a forma como o instrumento militar à disposição da UE deve ser utilizado, desenvolvido e ligado a outros atores internos e externos (Wosolsobe, 2016).

A EGUE define que é importante que a Europa assuma um LoA apropriado para ser capaz de promover a paz e garantir a segurança dentro e fora das suas fronteiras (UE, 2016, p. 14). Este LoA será enquadrado pela própria EGUE, as missões do artigo (art.º) 43.º do Tratado da União Europeia (TUE), os cenários militares ilustrativos e os “headline goals”⁴⁶, definindo o que a UE e seus EM pretendem ser capazes de fazer (Barrie, et al., 2018).

O instrumento militar é um dos meios disponíveis para um governo prosseguir os objetivos nacionais (os restantes são o diplomático, económico e informativo) (US DoD, 2013), sendo composto por diferentes atividades militares (operações militares, dissuasão, demonstração de força, tamanho e composição da força ou tecnologia militar) (The Lightning Press, 2019). As atividades militares que apoiam a estratégia e os objetivos nacionais podem variar da dissuasão e coação até à aplicação da força para combater uma ameaça específica (UK MoD, 2014). Desde dezembro de 2000, a UE possui estruturas militares permanentes no âmbito da PCSD da UE (EEAS, 2016).

A EGUE estabeleceu o nível político geral de ambição para assuntos externos, segurança e defesa (Drent & Zandee, 2016). O LoA da UE tem uma dimensão política e militar. A dimensão política dá orientação sobre o que os atores querem ser capazes de fazer em termos de política externa e de segurança. A dimensão militar explica que tipo de tarefas militares os EM da UE querem assumir no quadro da PCSD da UE (Barrie, et al., 2018).

O nível da ambição pretendido para a UE visa desenvolver uma União mais forte em matéria de segurança e defesa, capaz de enfrentar as ameaças e os desafios atuais de forma mais eficaz (Conselho da União Europeia, 2016), no seu território, nas suas fronteiras e na sua periferia (Wosolsobe, 2016).

Um dos componentes mais importantes deste nível de ambição é que a UE

⁴⁶ O “Helsinki Headline Goal”, aprovado no Conselho Europeu de Helsínquia, em 1999, definiu que os EM, em 2003, deveriam estar em condições de destacar e sustentar uma força de 50000 a 60000 homens, destinada a responder a toda a gama de missões de Petersberg (EUMC, 2006). Por sua vez, o “Headline Goal 2010”, aprovado em 2004, definia que a UE deveria estar pronta até 2010 a responder de forma rápida e decisiva à totalidade de operações de gestão de crises previstas no TUE, tendo sido então criados os Battlegroups, unidades militares com cerca de 1.500 efetivos destinadas a ser projetadas em curto espaço de tempo até 6.000 km de Bruxelas (Conselho de Assuntos Gerais e Relações Externas, 2004).

deve poder desempenhar tarefas de defesa de forma autónoma (Drent & Zandee, 2016), correspondendo à ambição de alcançar para a UE uma autonomia estratégica (Mogherini, 2016).

O conceito “autonomia estratégica” é mencionado por diversas vezes na EGUE, mas não é definido de forma clara (Arteaga, 2017). Assim, a autonomia estratégica refere-se às capacidades militares indispensáveis necessárias para permitir que um ator estratégico se envolva em ações autónomas. (Arteaga, 2017). No que se refere à UE, é a capacidade em realizar exigentes operações militares expedicionárias, pelo menos nas vizinhanças da Europa (Varga, 2017) ou a capacidade da UE realizar operações militares por conta própria, quando necessário (Raik & Järvenpää, 2017).

A autonomia estratégica é geralmente definida como tendo três dimensões diferentes: política (capacidade de tomar decisões sobre políticas de segurança e agir sobre elas), operacional (capacidade de planear e realizar operações civis e/ou militares) e industrial (capacidade de desenvolver e construir as capacidades necessárias para atingir autonomia operacional) (Kempin & Kunz, 2017). A autonomia estratégica só pode ser alcançada quando as três dimensões são simultaneamente uma realidade (Drent, 2018).

4. METODOLOGIA

A estratégia de investigação adotada na elaboração deste trabalho assenta no raciocínio dedutivo, através de uma estratégia qualitativa, sendo a recolha de dados baseada na análise documental e pesquisa bibliográfica de diferentes fontes documentais (Santos et al., 2016, pp. 29-31), assumindo o desenho de pesquisa a forma descritiva.

O percurso metodológico seguido na presente investigação compreende três etapas distintas: fase exploratória, fase analítica e fase conclusiva (Santos, et al., 2016).

A fase exploratória foi constituída por um conjunto de atividades e procedimentos relativos à delimitação do tema, revisão do “estado da arte”, definição do objeto de estudo, concetualização geral da problemática, definição do objetivo geral e formulação da questão central da investigação, definição dos objetivos específicos e formulação das questões derivadas e definição da metodologia de investigação.

Na fase analítica, analisaram-se e interpretaram-se os dados recolhidos durante o processo de revisão bibliográfica, visando dar resposta às questões derivadas.

Por último, na fase conclusiva, procurou-se responder à questão central, e retirar conclusões que permitam formular contributos para o conhecimento.

5. INVESTIGAÇÃO

Neste capítulo pretende-se identificar as prioridades estratégicas da UE e as ameaças à segurança da União, bem como o papel do instrumento militar no desenvolvimento da PCSD da UE.

5.1. A ESTRATÉGIA GLOBAL DA UNIÃO EUROPEIA

A instabilidade e a insegurança têm vindo a crescer na região europeia em sentido lato, e as crises dentro e fora das fronteiras europeias afetam diretamente a vida dos cidadãos europeus (Mogherini, 2016).

Com a EGUE, a União procura responder a uma mudança radical na situação política geral da Europa: estados em colapso na sua vizinhança, terrorismo internacional, crescente agressão da Rússia na Europa Oriental e crescentes receios na Polónia e nos Estados bálticos de elementos de guerra “híbrida” poderem ser usados para desestabilizar as sociedades europeias (Bendiek, 2016). Por outro lado, a UE precisa responder à mudança do foco americano para a Ásia, às pressões migratórias, especialmente a sul, e à insegurança marítima (Drent, Landman, & Zandee, 2016).

A EGUE apresenta cinco grandes prioridades: melhorar a segurança da União (referindo-se especificamente a medidas destinadas a combater o terrorismo, as ameaças híbridas, as alterações climáticas e a segurança energética); reforçar a resiliência dos Estados e das sociedades na vizinhança a Leste e a Sul da UE e estabilizar as estruturas estatais frágeis nessas regiões; uma abordagem integrada para os conflitos e as crises (com base em parcerias regionais e internacionais amplas, profundas e duradouras); utilizar a experiência da UE com os efeitos de promoção da paz do processo de integração para apoiar ordens regionais em todo o mundo; e promover o processo de reforma da governação global com base no direito internacional (a fim de garantir o respeito pelos direitos humanos e os princípios do desenvolvimento sustentável) (Bendiek, 2016).

A EGUE identifica claramente as ameaças que colocam em perigo o território europeu e os seus cidadãos: o terrorismo, as ameaças híbridas, as alterações climáticas, a volatilidade económica, a insegurança energética, as pressões migratórias, a insegurança marítima e a criminalidade transfronteiriça (UE, 2016).

A UE, identificada na EGUE como um “ator mundial” e um “fornecedor de segurança”, deve ter um nível apropriado de ambição e de autonomia estratégica para ser capaz de promover a paz e garantir a segurança dentro e fora das suas fronteiras (UE, 2016).

O plano de implementação da PCSD traduz, em termos operacionais, a visão

definida na EGUE em relação às questões de segurança e de defesa (Turunen & Legrand, 2018), e apresenta um novo LoA em segurança e defesa, centrado em três prioridades: permitir que a UE responda de forma mais abrangente, rápida e eficaz às crises, em particular na sua vizinhança; ajudar a fortalecer os parceiros quando se trata de segurança e defesa; e reforçar a capacidade da UE para proteger os cidadãos europeus, trabalhando em estreita cooperação em matéria de segurança (EEAS, 2017).

5.2. A POLÍTICA COMUM DE SEGURANÇA E DEFESA DA UNIÃO EUROPEIA E O INSTRUMENTO MILITAR

De acordo com o art.º 42.º, n.º 1 do TUE, a PCSD garante à UE uma capacidade operacional assente em meios civis e militares que podem ser empregues em missões no exterior para assegurar a manutenção da paz, a prevenção de conflitos e o reforço da segurança internacional (UE, 1992). Em 2007, o Tratado de Lisboa alargou o leque de missões nas quais a UE pode utilizar meios civis e militares (Monge, 2012), abrangendo: ações conjuntas em matéria de desarmamento, missões humanitárias e de evacuação, missões de aconselhamento e assistência em matéria militar, missões de prevenção de conflitos e de manutenção da paz, missões de forças de combate para a gestão de crises, incluindo as missões de restabelecimento da paz e operações de estabilização no termo dos conflitos (UE, 1992).

A PCSD, normalmente associada a operações de “baixa intensidade” fora das fronteiras europeias, tem sido orientada recentemente para desafios de segurança transfronteiriços, como o terrorismo e a gestão das fronteiras externas da UE (Simón, 2016).

As operações da PCSD assumem-se, nos anos mais recentes, como um importante instrumento da política externa da UE, sendo uma das atividades da UE no domínio da segurança internacional (Tardy, 2015).

Através da PCSD, a UE procura dar resposta aos muitos desafios de segurança atuais e potenciais situações de crise.

À luz da mudança do foco americano para a Ásia, a Europa deve assumir a responsabilidade pela segurança da sua vizinhança, o que implica que a UE deve ser capaz de intervir ao nível mais elevado do espectro dos conflitos e crises, em complemento das operações e missões da PCSD que desenvolve atualmente. À luz das crescentes pressões migratórias, a UE deve garantir a segurança das suas fronteiras, contribuindo a PCSD para a resolução das crises migratórias, em especial no domínio marítimo. Em resposta às ameaças híbridas, a PCSD deve apoiar os EM na monitorização e aviso prévio, na recolha de informação e suporte

de comunicação estratégica, e na segurança de infraestruturas críticas. No “arco da instabilidade” desde a África Ocidental até ao Sahel e Corno de África, passando pelo Médio Oriente e o Cáucaso, a UE deve apoiar os seus parceiros na resolução de crises, na sua capacitação e reconstrução de Estados disfuncionais. No domínio marítimo, a PCSD deve continuar as operações contra a pirataria e atividades de apoio à segurança de fronteiras (Drent, Landman, & Zandee, 2016, pp. 3-4).

O instrumento militar tem sido empenhado nas diferentes missões e operações militares da PCSD.

Desde 2003, a UE lançou 13 missões e operações militares da PCSD, com o objetivo de apoiar os esforços para restaurar a estabilidade e reforçar a segurança nos estados e regiões da periferia da União (Tsitsikostas, 2017).

Atualmente, seis missões e operações militares lideradas pela UE estão ativas⁴⁷ (EEAS, 2018). Analisando as mesmas, sobressai o maior empenhamento do instrumento militar em missões e operações segundo o conceito “European Union Training Mission”, ou seja, com mandato orientado para o treino, mentoria e aconselhamento das forças armadas dos países onde decorrem, e não para intervenções armadas⁴⁸.

No entanto, importa salientar o empenhamento do instrumento militar no âmbito da PCSD e que contribui para a resposta às ameaças que podem afetar a Europa.

No que diz respeito às ameaças híbridas, Zandee (2016) afirma que as mesmas exigem respostas militares, bem como a abordagem da Organização do Tratado do Atlântico Norte contra ameaças híbridas são centradas em respostas militares (Thiele, 2016); a criminalidade transfronteiriça já é combatida através do instrumento militar, nomeadamente na EUNAVFOR MED Operation Sophia (no Mar Mediterrâneo), procurando-se identificar, capturar e dismantelar embarcações e ativos usados ou suspeitos de serem usados por contrabandistas ou traficantes de migrantes e perturbar o modelo de negócios das redes de contrabando e tráfico humano (EEAS, 2019); a mesma missão contribui também para mitigar as pressões migratórias do sul; a insegurança marítima é combatida na operação EUNAVFOR Somália, que previne e reprime a pirataria marítima no Corno de África (EEAS, 2019b); por fim, as missões que decorrem na zona do Sahel, e onde o instrumento militar tem contribuído ativamente, visam a estabilidade e segurança daquela região, procurando-se assim melhorar as condições de vida que permitam a fixação das populações locais, evitando-se as migrações em massa.

⁴⁷ ALTHEA/BiH (Bósnia-Herzegovina); EUTM Somália; EUTM Mali; EUTM RCA (República Centro-Africana); EUNAVFOR MED Operation Sophia (Mar Mediterrâneo); EUNAVFOR Somália (Corno de África)

⁴⁸ Como exemplo, o mandato da EUTM Mali define claramente que aquela missão não deve participar em operações de combate (EUTM Mali, 2019).

As missões e operações da PCSD apoiam assim as necessidades de segurança da própria Europa, promovendo a segurança humana, combatendo as causas profundas dos conflitos e resolvendo assim as crises e os seus efeitos colaterais na União (Conselho da União Europeia, 2016).

Sem a componente militar da PCSD, a UE não pode atuar como um provedor de segurança e assumir responsabilidades maiores em relação à segurança na sua vizinhança (Drent, Hendriks, & Zandee, 2015). O envolvimento militar nas atuais missões e operações da PCSD, no país anfitrião ou nos mares adjacentes às regiões instáveis, destina-se a projetar estabilidade e aumentar a segurança (Tsitsikostas, 2017).

A EGUE enfatiza a complexidade do ambiente internacional e deixa claro que os militares têm um papel na ação externa da UE, embora como parte de um conjunto mais amplo de instrumentos (Wosolsobe, 2016).

As operações da PCSD são, sem dúvida, uma componente importante para a implementação da EGUE (Tardy, 2015).

6. IMPLICAÇÕES

A EGUE tem implicações em muitas áreas de responsabilidade da UE, incluindo a PCSD (Drent, Landman, & Zandee, 2016).

O atual LoA da UE é delimitado pela EGUE, que estabelece três objetivos fundamentais para a ação da UE: responder a conflitos e crises externas; construir as capacidades dos parceiros; e proteger a UE e os seus cidadãos (Engel, 2017).

O LoA político-militar da UE fornece pressupostos sobre: os tipos de operações que a UE pretende realizar; o limite máximo em termos de dimensão global das operações; resposta rápida; e alcance geográfico (Barrie, et al., 2018).

A EGUE, as missões do art.º 43.º do TUE, os cenários militares ilustrativos e os “headline goals”, definem o que a UE e seus EM pretendem ser capazes de fazer, oferecendo parâmetros de planeamento, como escala, duração, distância dos teatros de Bruxelas e o tipo de operações militares que poderiam ser realizadas (Barrie, et al., 2018).

A base do atual LoA militar para a UE continua a ser a delineada pelas missões do art.º 43.º do TUE (Barrie et al., 2018).

Os “headline goals” servem também de base ao LoA militar da UE, descrevendo os tipos e quantidades de forças e meios que os EM da UE se devem comprometer a disponibilizar, a fim de cumprir o LoA político que esses governos estabeleceram para si próprios no âmbito da PCSD (Barrie, et al., 2018).

O “Catálogo de Requisitos 05”, de 2006, define cinco cenários militares ilustrativos, que ainda hoje são relevantes para o planeamento da capacidade militar da UE (Wosolsobe, 2016). Os cenários abrangem operações de Separação

das partes pela força (SOPF), Estabilização, Reconstrução e Assessoria Militar a países terceiros (SR), Prevenção de Conflitos (CP), Operações de Evacuação (EO), e Assistência a Operações Humanitárias (HA) (EUMC, 2006). Estes cenários indicam que tipo de operação e ação devem ser realizadas, e, assim, permitem operacionalizar em termos práticos, o que o LoA militar implica (Barrie, et al., 2018).

Segundo Wosolsobe (2016), a UE deve ser capaz de agir autonomamente: no seu território, por motivos de segurança, em questões de assistência humanitária e tarefas relacionadas com a resiliência, ameaças híbridas, terrorismo e migração; nas suas fronteiras, para protegê-las, o que implica um instrumento militar, dadas as principais vertentes donexo de segurança externa-interna (terrorismo, migração); e na sua periferia, para enfrentar as crises, o que combina elementos dos cenários SOPF, SR e CP.

Por outro lado, Mattelaer definiu o LoA militar designado “Three plus one”, que implica a capacidade de desenvolver pelo menos três pequenas operações conjuntas (acima do nível de Brigada), bem como uma grande operação conjunta (acima do nível de Corpo), simultaneamente. A UE precisa estar pronta para desenvolver várias operações simultaneamente (o que já faz atualmente com as diferentes missões e operações da PCSD) e deve preparar-se para realizar uma importante operação de estabilização intensiva de forma autónoma (Mattelaer, 2016).

A UE deve ainda esforçar-se para se tornar uma potência militar com credibilidade suficiente para enfrentar autonomamente contingências militares mais complexas e arriscadas do que a estabilização pós-conflito, a contra-pirataria ou o controle de fronteiras (Brustlein, 2018).

Assim, verifica-se que o LoA militar da UE pressupõe que os EM terão de realizar mais do que uma operação em simultâneo, de forma autónoma e em todo o nível do espetro das crises e conflitos (Barrie, et al., 2018).

Para alcançar este nível de ambição, a UE necessita de ter autonomia estratégica, parecendo ser este o principal problema atualmente.

Ao nível político, a UE possui capacidade para definir objetivos de política externa e de segurança (através da sua Política Externa e de Segurança Comum) e decidir sobre as ferramentas a serem usadas na sua prossecução (sendo a PCSD uma dessas ferramentas), pelo que possui autonomia política.

Ao nível industrial, a UE tem desenvolvido novos mecanismos (como a Cooperação Estruturada Permanente em defesa ou o Fundo Europeu de Defesa) que permitem aos EM e à UE planear, pesquisar, construir e comprar as capacidades militares necessárias a estarem aptos para enfrentar as ameaças e os desafios do futuro (EEAS, 2018).

Ao nível operacional, a UE desenvolve um conjunto de diferentes missões e

operações simultaneamente. No entanto, no que se refere ao Comando e Controlo, a dependência da UE de recursos de planeamento externos, nomeadamente dos Quartéis-Generais (QG's) da Organização do Tratado do Atlântico Norte, através do acordo Berlin Plus, ou dos QG's disponibilizados pela França, Alemanha, Grécia, Reino Unido e Itália, prejudica a capacidade da UE em planear e executar as suas próprias operações autonomamente (Tardy, 2017).

Por outro lado, a UE apresenta grandes deficiências nas capacidades militares necessárias para agir autonomamente. Barrie et al. (2018) analisaram cinco cenários⁴⁹ de atuação da UE, de forma autónoma e em diferentes áreas do globo terrestre, onde foram identificadas imensas deficiências de capacidades militares em cada cenário (diminuta capacidade anfíbia, falta de forças de operações especiais, de aviões de transporte pesado ou de aviões-tanque, entre outras), que limitam a atuação da UE. Combinando diferentes cenários, as deficiências de capacidades militares aumentam, até ao ponto da UE ser totalmente incapaz de responder autonomamente (Barrie, et al., 2018).

Ou seja, seguindo a definição de Kempin e Kunz (2017), atualmente a UE não dispõe de autonomia estratégica que permita alcançar o LoA militar pretendido, devendo ser desencadeadas iniciativas, como a Cooperação Estruturada Permanente (PESCO), a Revisão Anual Coordenada sobre Defesa (CARD) e o Fundo Europeu de Defesa, adequadas ao desenvolvimento de capacidades militares que permitam mitigar as deficiências identificadas.

7. CONCLUSÕES

A EGUE surge como resposta a uma mudança radical na situação política geral da Europa e para enfrentar as ameaças que colocam em perigo o território europeu e os seus cidadãos: o terrorismo, as ameaças híbridas, as alterações climáticas, a volatilidade económica, a insegurança energética, as pressões migratórias e a insegurança marítima.

A UE é identificada na EGUE como um “ator mundial” e um “fornecedor de segurança”, reiterando a necessidade da Europa desenvolver níveis apropriados de ambição e autonomia estratégica, para garantir a segurança da União e os seus cidadãos.

O presente trabalho teve como OG analisar o papel e o contributo do instrumento militar na ambição da UE em se constituir como um “ator global”.

Do OE1, que pretendeu “analisar o papel do instrumento militar no âmbito da PCSD da UE”, e a partir do qual se formulou a QD1 “qual o contributo do

⁴⁹ Relativos a operações e missões de imposição de paz, prevenção de conflitos, estabilização e apoio à capacitação, assistência a operações humanitárias e operações de evacuação.

instrumento militar na implementação da PCSD da UE?”, foi possível constatar que o instrumento militar à disposição da UE é empregue nas Missões e Operações da PCSD, essencialmente no âmbito do conceito “EU Training Mission”. Atualmente, estão ativas seis missões e operações militares lideradas pela UE, em diferentes pontos do mundo, com mandatos essencialmente orientados para o treino, mentoria e aconselhamento de forças armadas, mas que também contribuem para a resolução de crises e conflitos, bem como combatem as ameaças que colocam em causa a segurança do espaço europeu e dos seus cidadãos. Um conjunto alargado de tarefas da PCSD exigirá capacidades militares em todos os níveis do espetro. As missões e operações da PCSD têm sido um importante instrumento de atuação da UE em matéria de segurança internacional. O instrumento militar tem um papel ativo na ação externa da UE, sendo essencial para a UE alcançar projeção e visibilidade internacional e alcançar uma certa capacidade de influência sobre o ambiente internacional instável.

Do OE2, que pretendeu “avaliar o nível de ambição militar da UE”, e para o qual se formulou a QD2 “qual o nível de ambição militar da UE?”, constatou-se que a UE pretende ser capaz de responder a conflitos e crises externas, construir as capacidades dos parceiros e proteger o seu território e os seus cidadãos, procurando ser uma potência militar com credibilidade suficiente para enfrentar autonomamente contingências militares mais complexas e arriscadas do que a estabilização pós-conflito, a contra-pirataria ou o controle de fronteiras. Como tal, conclui-se que a UE apresenta como LoA militar a capacidade de desenvolver várias missões e operações da PCSD em simultâneo, de forma autónoma e que abranjam todo o espetro das crises e conflitos. Para atingir este LoA, a UE necessita ter autonomia estratégica, o que não acontece atualmente por falta de autonomia operacional, devendo desenvolver iniciativas que lhe permitam colmatar as deficiências de capacidades militares que se verificam atualmente.

À luz da intervenção do instrumento militar nas diversas missões e operações da PCSD, verifica-se que a UE assume um papel de liderança na manutenção da paz, na prevenção de conflitos e no reforço da segurança internacional, agindo sobre problemáticas tão disparees como o combate à pirataria, a capacitação e reconstrução de Estados disfuncionais ou a resolução de crises migratórias.

Em todas as missões e operações militares da PCSD, o instrumento militar está presente e desempenha um papel importante. Múltiplos são os exemplos em que o instrumento militar está empenhado (Somália, Mali, Mediterrâneo, entre outros locais) e contribui para combater as ameaças que colocam em causa a segurança da Europa e dos seus cidadãos. A componente militar da PCSD permite à UE atuar como um provedor de segurança e assumir maiores responsabilidades

em relação à segurança na sua vizinhança.

Por outro lado, o instrumento militar é essencial para a UE alcançar o LoA de atuar em todo o nível do espectro das crises e conflitos, em vários teatros em simultâneo e de forma autónoma.

Conclui-se assim que a UE deve possuir um instrumento militar, desenvolvendo as suas capacidades militares em falta, de modo a possuir autonomia estratégica que lhe permita alcançar o LoA militar ambicionado, permitindo que a UE desenvolva diversos tipos de operações e missões no âmbito da PCSD de forma autónoma e se afirme como um “ator global”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Arteaga, F. (2017). Strategic autonomy and European defence. Elcano Royal institute. Retirado de <http://www.realinstitutoelcano.org/wps/wcm/connect/6363d9e8-c223-4387-9937-d852b74bc3a1/ARI102-2017-Arteaga-Strategic-autonomy-European-defence.pdf?MOD=AJPERES&CACHEID=6363d9e8-c223-4387-9937-d852b74bc3a1>
- Barrie, D., Barry, B., Boyd, H., Chagnaud, M.-L., Childs, N., Giegerich, B., . . . Schütz, T. (2018). Protecting Europe: meeting the EU’s military level of ambition in the context of Brexit. The International Institute for Strategic Studies.
- Bendiek, A. (2016). The Global Strategy for the EU’s Foreign and Security Policy. *SWP Comments(38)*, 1-4. Retirado de https://www.swp-berlin.org/fileadmin/contents/products/comments/2016C38_bdk.pdf
- Biscop, S., & Coelmont, J. (2016). The EU Global Strategy and Defence: The Challenge of Thinking Strategically about Means. *Security Policy Brief(78)*. EGMONT Royal Institute for International Relations. Retirado de <http://www.egmontinstitute.be/content/uploads/2016/10/SPB78.pdf?type=pdf>
- Brustlein, C. (2018). European Strategic Autonomy: Balancing Ambition and Responsibility. *Éditoriaux de l’Ifri*. Institut Français des Relations Internationales.
- CE, & Alta Representante da União. (2016). *Quadro comum em matéria de luta contra as ameaças híbridas uma resposta da União Europeia*. Comunicação Conjunta ao Parlamento Europeu e ao Conselho. Bruxelas: Comissão Europeia. Retirado de <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:52016JC0018&from=PT>
- Coelmont, J. (2017). With PESCO brought to life, will European defence live happily ever after. *Security Policy Briefs(90)*. EGMONT Royal Institute for International Relations. Retirado de <http://www.egmontinstitute.be/content/uploads/2017/07/SPB90.pdf?type=pdf>

- Comissão Europeia. (2017). *Documento de Reflexão sobre o Futuro da Defesa Europeia*. Bruxelas. Retirado de https://ec.europa.eu/commission/sites/beta-political/files/reflection-paper-defence_pt.pdf
- Conselho da União Europeia. (2016). *Implementation Plan on Security and Defence*. Bruxelas: Conselho da União Europeia. Retirado de https://eeas.europa.eu/sites/eeas/files/eugs_implementation_plan_st14392.en16_0.pdf
- Conselho de Assuntos Gerais e Relações Externas. (2004). *Headline Goal 2010*. Bruxelas: Conselho Europeu. Retirado de http://www.europarl.europa.eu/meetdocs/2004_2009/documents/dv/sede110705headlinegoal2010_/sede110705headlinegoal2010_en.pdf
- Drent, M. (2018). *European strategic autonomy: Going it alone?* Hague: Clingendael - The Netherlands Institute of International Relations. Retirado de https://www.clingendael.org/sites/default/files/2018-08/PB_European_Strategic_Autonomy.pdf
- Drent, M., & Zandee, D. (2016). Contributions. Em *After the EU global strategy – Consulting the experts*, 23-25. Paris: European Union Institute for Security Studies. Retirado de https://www.iss.europa.eu/sites/default/files/EUISSFiles/After_Global_Strategy_online.pdf
- Drent, M., Hendriks, R., & Zandee, D. (2015). *New Threats, New EU and NATO Responses*. The Hague: Netherlands Institute of International Relations Clingendael. Retirado de https://www.clingendael.org/sites/default/files/pdfs/New%20Threats_New%20EU_Nato%20Responses_Clingendael_July2015.pdf
- Drent, M., Landman, L., & Zandee, D. (2016). *A New Strategy – Implications for CSDP*. Hague: Clingendael - Netherlands Institute of International Relations.
- EEAS. (2016). *European External Action Service*. Retirado de https://eeas.europa.eu/topics/common-security-and-defence-policy-csdp/5392/csdp-structure-instruments-and-agencies_en
- EEAS. (2017). The EU Global Strategy. Em J. Rehr (Ed.), *Handbook on CSDP - The Common Security and Defence Policy of the European Union*, 3 ed. 20-25. Vienna: Directorate for Security Policy of the Federal Ministry of Defence and Sports of the Republic of Austria.
- EEAS. (2018). *A Europe that Protects: Countering Hybrid Threats*. Retirado de https://eeas.europa.eu/headquarters/headquarters-homepage_en/46393/A%20Europe%20that%20Protects:%20Countering%20Hybrid%20Threats
- EEAS. (2018). *European External Action Service*. Retirado de https://eeas.europa.eu/topics/common-security-and-defence-policy-csdp/431/common-security-and-defence-policy-csdp_en

- EEAS. (2018). *Implementing the EU Global Strategy Year 2*. Brussels: European Union External Action. Retirado de https://eeas.europa.eu/sites/eeas/files/eugs_annual_report_year_2.pdf
- EEAS. (2019). *EUNAVFOR MED Operation Sophia*. Retirado de <https://www.operationsophia.eu/about-us/#mission>
- Engel, R. (2017). How to implement Strategy – Implementation Plan on Security and Defence. Em J. Rehr (Ed.), *CSDP Handbook*, 3 ed., Vol. 1, 35-39. Vienna: Directorate for Security Policy of the Federal Ministry of Defence and Sports of the Republic of Austria.
- EUMC. (2006). *Requirements Catalogue 05*. Bruxelas: Conselho da União Europeia. Retirado de <http://register.consilium.europa.eu/doc/srv?l=EN&f=ST%2013732%202005%20EXT%201>
- EUTM Mali. (2019). *EUTM Mali*. Retirado de <http://eutmmali.eu/en/mandates/>
- Grant, C. (2004). Conclusion: the significance of European defence. Em *A European Way of War*, 55-74. Londres: Centre for European Reform. Retirado de <https://issuu.com/centreforeuropeanreform/docs/120902163123-acdf7fd2e9034512a9158cf3e3616fab>
- Hokovský, R., Janda, J., Kovář, J., & Zdrálek, J. (2016). *EU Global Strategy: Empty Wishes, No Real Plan. European Values Think-Tank background paper*. Praga: European Values Protecting Freedom.
- Kempin, R., & Kunz, B. (2017). France, Germany and the Quest for European Strategic Autonomy. *Notes du Cerfa*(141), 10. Retirado de https://www.ifri.org/sites/default/files/atoms/files/ndc_141_kempin_kunz_france_germany_european_strategic_autonomy_dec_2017.pdf
- Mattelaer, A. (2016). *Three plus one: a military level of ambition for Europeans*. Retirado de <http://www.egmontinstitute.be/three-plus-one-a-military-level-of-ambition-for-europeans/>
- Missiroli, A. (2016). Introduction. Em J. J. Andersson, S. Biscop, B. Giegerich, C. Mölling, & T. Tardy, *Envisioning European Defence - Five Futures*, 9-12. Paris: EU Institute for Security Studies.
- Mogherini, F. (2016). Prefácio. Em U. Europeia, *Estratégia global para a política externa e de segurança da União Europeia* (pp. 2-4). Bruxelas: União Europeia.
- Mogherini, F. (2017). Foreword. Em J. Rehr (Ed.), *Handbook on CSDP - The Common Security and Defence Policy of the European Union* 3 ed., 10. Vienna: Directorate for Security Policy of the Federal Ministry of Defence and Sports of the Republic of Austria.
- Monge, P. (2012). A Política Comum de Segurança e Defesa e o posicionamento de Portugal. *Janus OnLine*, 150-151. Retirado de http://www.janusonline.pt/arquivo/popups2011_2012/2011_2012_3_3_6.pdf

- Motoc, M. (2017). In Defence of our Union. (L. C. Power, Ed.) *Impetus - Magazine Of The EU Military Staff*(24), 6-7. Retirado de https://cdn3-eeas.fpfis.tech.ec.europa.eu/cdn/farfuture/oiQvG0jgshFmGhIjSF_jJN_b4KByEzVwPsYoh0CtFsg/mtime:1512476356/sites/eeas/files/impetus_24_dp_final_1.pdf
- Raik, K., & Järvenpää, P. (2017). *A New Era of EU-NATO Cooperation: How to Make the Best of a Marriage of Necessity*. Tallinn, Estonia: International Centre for Defence and Security. Retirado de https://icds.ee/wp-content/uploads/2018/ICDS_Report_A_New_Era_of_EU-NATO.pdf
- Santos, L., Proença, F., Monteiro, F., Lima, J., Silva, N., Silva, J., . . . Afonso, C. (2016). *Orientações Metodológicas para a Elaboração de Trabalhos de Investigação*. Lisboa: Instituto de Estudos Superiores Militares.
- Simón, L. (2016). *EU Strategy and European Defence - What Level of Ambition?* Clingendael Policy Brief. Hague: 'Clingendael' - The Netherlands Institute of International Relations . Retirado de https://www.clingendael.org/sites/default/files/pdfs/PB_EU_strategy_and_European_Defence_0.pdf
- Tardy, T. (2015). *CSDP in action - What contribution to international security?* Paris: European Union Institute for Security Studies.
- Tardy, T. (2017). *MPCC: towards an EU military command?* Retirado de European Union Institute for Security Studies: <https://www.iss.europa.eu/content/mpcc-towards-eu-military-command>
- Techau, J. (2016). *The EU's New Global Strategy: Useful or Pointless?* Retirado de <https://carnegieeurope.eu/strategieurope/?fa=63994>
- The Lightning Press. (2019). Retirado de <https://www.thelightningpress.com/the-instruments-of-national-power/>
- Thiele, R. D. (2016). Hybrid Threats – And how to counter them. *ISPSW Strategy: Series: Focus on Defense and International Security*, 448, 1-12. Retirado de http://www.ispsw.com/wp-content/uploads/2016/09/448_Thiele_Oslo.pdf
- Tocci, N. (2017). *Framing the EU Global Strategy - A Stronger Europe in a Fragile World*. Cham, Switzerland: Palgrave Macmillan.
- Tsitsikostas, G. (2017). How to launch a CSDP Mission or Operation. Em *Handbook on CSDP - The Common Security and Defence Policy of the European Union*, 83-88. Vienna: Directorate for Security Policy of the Federal Ministry of Defence and Sports of the Republic of Austria.
- Turunen, T., & Legrand, J. (2018). *Política Externa: Objetivos, Instrumentos e Realizações*. Retirado de <http://www.europarl.europa.eu/factsheets/pt/sheet/158/politica-externa-objetivos-instrumentos-e-realizacoes>

- UE. (1992). *Tratado da União Europeia - Versão Consolidada*. Jornal Oficial da União Europeia. N.º C 202/13 (7-6-2016). Bruxelas: Official Journal of the European Communities. Retirado de https://eur-lex.europa.eu/resource.html?uri=cellar:9e8d52e1-2c70-11e6-b497-01aa75ed71a1.0019.01/DOC_2&format=PDF
- UE. (2016). *Estratégia global para a política externa e de segurança da União Europeia*. Bruxelas: União Europeia. Retirado de <https://europa.eu/globalstrategy/en/global-strategy-foreign-and-security-policy-european-union>
- UK MoD. (2014). *Joint Doctrine Publication 0-01 - UK Defence Doctrine* (5th ed.). Ministry of Defence. Retirado de https://assets.publishing.service.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment_data/file/389755/20141208-JDP_0_01_Ed_5_UK_Defence_Doctrine.pdf
- US DoD. (2013). *Joint Publication 1 - Doctrine for the Armed Forces of the United States*. US Department of Defense. Retirado de file:///C:/Users/rICARDO/Desktop/jp1_ch1.pdf
- Varga, G. (2017). *Towards European Strategic Autonomy? Evaluating the New CSDP Initiatives*. Budapest: Institute for Foreign Affairs and Trade.
- Wosolobe, W. (2016). *After the EUGS: specifying the military tasks*. Retirado de https://www.iss.europa.eu/sites/default/files/EUISSFiles/Alert_35_EUGS_military.pdf
- Yarger, H. R. (2006). *Strategic theory for the 21st century: the little book on big strategy*. Carlisle: Strategic Studies Institute, U.S. Army War College. Retirado de <http://www.comw.org/qdr/fulltext/0602yarger.pdf>
- Zandee, D. (2016). *European Union Global Strategy*. Retirado de <https://www.clingendael.org/sites/default/files/pdfs/EU%20Global%20Strategy%20-%20AP%20-%20August%202016.pdf>

A RELAÇÃO TRANSATLÂNTICA (UE E EUA) NA ERA TRUMP

Vitor Martins Afonso Salgueiro

Tenente-coronel da Guarda Nacional Republicana
Auditor do Curso de Estado-Maior Conjunto 2018/19
Lisboa, Portugal

RESUMO

O atual ambiente geoestratégico mutável e a chegada ao poder de Donald Trump originaram uma crise de confiança sem precedentes na Aliança e tem impulsionado os principais líderes europeus a aprofundarem os mecanismos de cooperação na área da Segurança e Defesa. Assim, o objetivo deste estudo é avaliar se o caminho que está a ser preparado na área da Política Comum de Segurança e Defesa vai pôr em causa a relação transatlântica, tendo sido possível concluir que a intensificação que atualmente ocorre nesta área, bem como as medidas que estão a ser preparadas vão complementar e estão parcialmente alinhadas com as posições norte-americanas, nomeadamente em resposta à ameaça russa e à intervenção em África. A União Europeia está a caminhar, de forma consistente e paulatina, para um exército com europeus, ciente que a Organização do Tratado do Atlântico Norte e os Estados Unidos da América continuarão a desempenhar um papel fulcral na Defesa coletiva da Europa, nomeadamente contra a ameaça comum a Leste.

Palavras-chave: União Europeia, EUA, Política Comum de Segurança e Defesa

ABSTRACT

The current radically changeable geostrategic environment and the coming to power of Donald Trump have given rise to an unprecedented crisis of confidence in the Alliance and has driven leading European leaders to deepen cooperation mechanisms in the area of Security and Defense. The aim of this study is therefore to assess whether the path being prepared in the area of the Common Security and Defense Policy will undermine the transatlantic relationship and it has been possible to conclude that the intensification currently taking place in this area as well as the measures that are being prepared will complement and are partially aligned with US positions, in particular in response to the Russian threat and the intervention in Africa. The European Union is moving steadily towards an army with Europeans, aware that the North Atlantic Treaty Organization and the United States of America will continue to play a pivotal role in Europe's Collective Defense, notably against the common threat to the East.

Keywords: European Union, USA, Common Security and Defense Policy

1. INTRODUÇÃO

Os últimos meses têm sido profícuos nas análises à relação transatlântica União Europeia (UE) – Estados Unidos da América (EUA) na era Trump. Tal interesse tem sido alimentado pela retórica crítica do atual Presidente dos EUA sobre vários países europeus e organizações internacionais, bem como das decorrentes implicações nas políticas securitárias em vigor, com impactos profundos no sistema de alianças (Keukeleire & Delreux, 2017; Shiffrinson, 2017).

As perspetivas que os diversos estudos têm utilizado para analisar esta temática têm-se centrado na utilização do instrumento militar, nomeadamente no âmbito da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), na recente vontade expressa pelo eixo franco-alemão em criar um exército europeu e na falta de eficácia da Política Comum de Segurança e Defesa (PCSD) da UE (Brandão, 2016; de la Parte, 2015; Posen, 2006; Servert, 2015).

Contudo, pouca atenção tem sido dada às políticas e às medidas que, no curto e médio prazo, poderão ser implementadas na área da Segurança e Defesa e de quais serão os seus impactos, pelo que este será o ponto de partida para o objetivo geral deste estudo: avaliar se o caminho que está a ser preparado na área da PCSD vai pôr em causa a relação transatlântica (UE-EUA).

O argumento deste estudo reside no facto de que, apesar do ruído atualmente existente, o caminho que está a ser preparado na área da Segurança e Defesa europeia é complementar e está parcialmente alinhado com os interesses norte-americanos, e que o principal impulsionador do reforço da cooperação nesta área está relacionado com as regras de reembolso da participação militar dos Estados-Membros (EM) na política externa da UE.

A metodologia adotada baseia-se no raciocínio dedutivo e a estratégia de investigação a utilizar é qualitativa, pois pretende-se alcançar um entendimento mais profundo e subjetivo do objeto de estudo, sem preocupação com análises estatísticas (Vilelas, 2009). A revisão da literatura acompanhará todo o percurso da investigação, de forma a assegurar a coerência com as ferramentas científicas e com as fontes documentais (Sousa & Baptista, 2011).

Para tal, o presente estudo está organizado nos seguintes pontos principais: a identificação dos principais contributos teóricos e os passos que já estão a ser dados na área da Segurança e Defesa; um ponto relativo à investigação empírica o qual será seguido de uma parte relativa à reflexão sobre os resultados, intitulado implicações, onde iremos sinalizar os denominadores comuns e analisar os impactos na relação. Por fim, nas conclusões iremos responder à questão central subjacente ao estudo.

2. ANTECEDENTES

A história da construção europeia demonstra que a decisão e as ações coletivas, designadamente no domínio da Segurança e Defesa, são geralmente desencadeadas e aceleradas como reação a crises e/ou ameaças (Brandão, 2016).

Desde 1945 houve dois momentos-chave na história das tentativas europeias para forjar uma capacidade de Segurança e Defesa integrada e potencialmente autónoma: o projeto de criação de uma Comunidade Europeia de Defesa (CED) e o lançamento da PCSD.

O primeiro fracassou por quatro razões principais: o receio francês em relação a uma Alemanha ressurgente em termos militares; a natureza tecnocrática da CED; a realidade emergente da OTAN como alternativa de defesa da Europa; e a recusa do Reino Unido em participar (Howorth, 2018).

O segundo rapidamente chegou a um impasse devido aos seguintes aspetos: i) as diferenças significativas na cultura estratégica dos EM, com implicações relevantes nas diferentes interpretações em relação às ameaças, níveis de ambição militar e definições de objetivos; ii) as tensões internas entre a europeização da Defesa, relacionadas com a crescente presença, centralidade e protagonismo das instituições europeias relacionadas com a Defesa e os EM (a maioria dos quais comprometida com uma firme soberania nacional); iii) o problema da liderança; e iv) a existência da OTAN, pois enquanto os EUA assumissem a responsabilidade da Defesa coletiva europeia havia pouca motivação para os europeus se prepararem e preocuparem (Brandão, 2016; Howorth, 2018).

Mesmo após a declaração de Saint Malo, em 1998, na qual a UE advogava uma capacidade autónoma de ação, a resposta americana e dos países europeus atlantistas foi da prevalência do modelo “OTAN primeiro” e que qualquer construção europeia deveria ser feita dentro da estrutura da Iniciativa de Defesa Europeia (IDE) da OTAN (Benavente, 2017).

Assim, a integração europeia foi sendo contruída em multidomínios, mas sob a égide da Defesa coletiva garantida pela OTAN e pela liderança indiscutível dos EUA (de la Parte, 2015). Como consequência, a PCSD transformou-se numa política sem substância, reveladora da falta de credibilidade da UE como ator internacional (Salmon & Shepard, 2003). Aliás, o artigo 42.º do Tratado da União Europeia resume o que é que pode ser a PCSD: as operações militares e as missões civis apenas se limitam a operações de manutenção da paz e prevenção de conflitos fora do território da UE e, portanto, não estão relacionados com a defesa do território deste; a UE tem de confiar nas capacidades dos seus EM oferecidas a título voluntário; e a PCSD tem que ser desenvolvida de forma complementar ou em apoio às políticas de defesa nacionais ou da OTAN (Rodríguez, 2018).

Em 2016, logo após o referendo que aprovou o Brexit e em plena campanha presidencial nos EUA, a qual conduziu à eleição de Donald Trump, foi aprovada a Estratégia Global para a Política Externa e de Segurança da União Europeia (EGPESUE) que estipula “*um nível adequado de ambição e autonomia estratégica é importante para a capacidade da Europa de promover a paz e a segurança dentro e fora das suas fronteiras*” (Barrie et al, 2018).

Ciente dos constrangimentos atrás referidos e das incapacidades resultantes, a UE tem tentado mitigar as consequências, seja articulando a cooperação com a OTAN, a fim de melhorar a complementaridade (Servert, 2015; Yeste, 2018), seja reforçando os instrumentos legislativos, do qual a aprovação do Tratado de Lisboa é um bom exemplo.

Contudo, tanto norte-americanos como europeus estão conscientes das deficiências nas capacidades estratégicas europeias e da dependência de Washington. O receio de perder autonomia, a sensibilidade política do setor de Defesa, a relutância em renunciar ou compartilhar a base industrial e tecnológica nacional continuam a ser apontadas como algumas das principais razões que têm impedido a alteração deste *status quo* (de la Parte, 2015).

3. ESTADO DA ARTE E ENQUADRAMENTO TEÓRICO

A UE admite que se vê cada vez mais cercada por um “arco de instabilidade” dentro de um contexto mais amplo de um mundo cada vez mais conectado, contestado e complexo. Em vez de um círculo de amigos e países bem governados, a UE foi cercada por um “arco de fogo” (Keukeleire & Delreux, 2017).

Por outro lado, a complexidade do sistema político da UE cria constrangimentos inibidores da eficácia do quadro multilateral (Brandão, 2016) e origina constrangimentos à definição da política de Defesa da UE, nomeadamente através da tensão entre uma política baseada numa maior solidariedade atlântica (corrente atlantista) ou uma Defesa puramente europeia (Rodríguez, 2018).

Com a aprovação da EGPESUE, a UE manifestou que precisa de ser autónoma em questões de Segurança e Defesa (Rodríguez, 2018), daqui resultando a necessidade de se clarificar o conceito de autonomia estratégica.

No que se refere à UE, a autonomia estratégica é a capacidade em realizar exigentes operações militares expedicionárias, pelo menos nas vizinhanças da Europa (Varga, 2017) ou a capacidade da UE realizar operações militares por conta própria, quando necessário (Raik & Järvenpää, 2017), sendo geralmente definida como tendo três dimensões: política (capacidade de tomar decisões sobre políticas de segurança e agir sobre elas), operacional (capacidade de planear e realizar operações civis e/ou militares) e industrial (capacidade de desenvolver e construir

as capacidades necessárias para atingir autonomia operacional) (Kempin & Kunz, 2017). A autonomia estratégica só pode ser alcançada quando as três dimensões, as quais são mutuamente dependentes (Kempin & Kunz, 2017), são simultaneamente uma realidade (Drent, 2018). A autonomia estratégica europeia plena, a qual inclui todo o conjunto de capacidades militares, implica a necessidade de um guarda-chuva nuclear europeu independente (Drent, 2018).

Esta vontade em obter a autonomia estratégica e a falta de reconhecimento da UE como um parceiro geopolítico nas questões de segurança internacional, inclusive pelo seu mais antigo aliado, os EUA (Rodríguez, 2018), tem originado vários debates sobre o futuro da aliança transatlântica. Contudo, quase todos os estudos se têm focado na criação de vários cenários tendo em consideração a relação UE-OTAN, o desenvolvimento e a implementação dos instrumentos normativos de cooperação relativos à PCSD, ou as interações entre os níveis de decisão europeus ou transatlânticos (Howorth, 2018; Manners & Whitman, 2000; Raik & Järvenpää, 2017).

Os diversos cenários epilogam o seguinte: i) a autonomia estratégica plena da UE é altamente improvável; ii) a UE precisa de 10 a 15 anos para desenvolver uma capacidade militar convencional credível; iii) a UE apenas conseguirá atuar na sua vizinhança sem a ajuda dos EUA (Drent, 2018).

Como crítica aos estudos, alguns autores referem que os mesmos subavaliam o papel dos EM e dos seus interesses próprios neste *puzzle* (Simón, 2018) ou subestimam a força da integração europeia (Lundestad, 2005).

Por outro lado, os últimos meses têm sido caracterizados por um contexto geoestratégico radicalmente mutável: a nova assertividade russa na vizinhança oriental (a anexação da Crimeia, a desestabilização na Ucrânia e a pressão no Mar Báltico); o caos no Médio Oriente e no Norte da África; a guerra contra o *Daesh*; o movimento em massa de migrantes através do Mediterrâneo; o Brexit e a incerteza sobre o futuro papel do Reino Unido na Defesa europeia; e a eleição de Donald Trump como presidente dos EUA e consequentes declarações perturbadoras sobre o compromisso dos EUA com a OTAN. Em conjunto, estes factos constituem uma mudança no tabuleiro de xadrez europeu (*European Commission*, 2017; Howorth, 2018) e um catalisador para uma ação europeia sem precedentes.

Tal contexto originou um forte empenho político ao nível dos principais líderes políticos da UE, na medida em que Emmanuel Macron, Angela Merkel e Jean-Claude Juncker têm vindo a referir que os cidadãos europeus estão ativamente à procura de «proteção» a nível europeu, a própria UE está profundamente interessada em demonstrar e forjar um sentimento de unidade e a Alemanha deu passos significativos para assumir um papel militar expedicionário ativo (Howorth,

2018), tendo já sido mencionado o desejo em criar um exército europeu – “*EU leaders should one day consider a real, true European army*”⁵⁰. “

Há, assim, um impulso político para avançar com o quadro de Cooperação Estruturada Permanente em matéria de Defesa, estão em andamento projetos-piloto para harmonizar os processos de planeamento de defesa entre os EM; a Comissão Europeia está a começar a disponibilizar dinheiro para pesquisa e desenvolvimento na área da Defesa e foi criado o *Military Planning and Conduct Capability*⁵¹ (Barrie et al, 2018; Howorth, 2018).

Não obstante tais desenvolvimentos, a EGPEUSUE é clara quando refere que quando se trata de defesa coletiva, a OTAN continua a ser o principal enquadramento para a maioria dos EM e que a UE aprofundará a cooperação com a OTAN em termos de complementaridade, sinergia e pleno respeito pelo papel institucional, enquadramento e autonomia de decisão dos dois (*European Commission, 2017; Howorth, 2017*).

Por outro lado, os EUA sempre foram o principal motor e parte interessada da OTAN (Daehnhardt, 2014), olhando para a parceria com a UE de uma forma ambivalente, querendo uma Europa mais forte, mas sem colocar em causa a existência da Aliança e o seu primado no âmbito da Segurança e Defesa regional e global (Lundestad, 2005; de Brito, 2016).

Também têm surgido momentos de tensão devido às diferenças culturais, pois diversos estudos têm constatado que quando se trata de estabelecer prioridades nacionais, determinar ameaças, definir desafios e criar e implementar Políticas Externas e de Defesa, os EUA e a UE têm visões do Mundo diferentes (Kagan, 2002; Lundestad, 2005; Hampton, 2013; Martín, 2017).

Em relação à crise de confiança e à postura do Presidente Trump, importa relembrar que a sua campanha se baseou na promoção do protecionismo económico e no isolacionismo internacional. Consubstanciado no *slogan* “*Make America Great Again*” ou “*America First*”, o presidente Trump sublinhou a priorização dos EUA e deu menos ênfase à segurança dos seus aliados, chegando a criticar os parceiros europeus na OTAN por não contribuírem suficientemente para a organização e manifestou desinteresse face ao destino do processo de integração europeia, aspetos considerados ruturas sérias da política tradicional americana em relação à Europa. A imprevisibilidade é agora considerada a característica definidora da atitude dos EUA em relação à Europa (Kaiser, 2017; Kanat, 2018; Keukeleire & Delreux, 2017; Martín, 2017).

⁵⁰ Declarações de Angela Merkel no Parlamento Europeu, em novembro 2018. Disponível em <https://www.theguardian.com/world/2018/nov/13/merkel-joins-macron-in-calling-for-a-real-true-european-arm>

⁵¹ Implementada em 08 de junho de 2017.

Esta imprevisibilidade e incerteza na política externa dos EUA (Kanat, 2018) tem originado um crescente ceticismo em ambos os lados do Atlântico. Merkel chegou mesmo a dizer que *“Nós, europeus, temos que tomar o nosso destino nas nossas próprias mãos - naturalmente em amizade com os Estados Unidos da América, [...] Mas temos de saber que nós, europeus, devemos lutar por nosso próprio futuro e destino”*⁵².

O desconforto é tão grande que o próprio Parlamento Europeu (2018), num ponto de situação entre o relacionamento UE-EUA, refere que após a eleição do Presidente Trump têm surgido divergências em várias áreas, as quais levantam dúvidas sobre a durabilidade das relações transatlânticas.

Ainda como fator de tensão está o facto de que a posição americana em relação à autonomia europeia na área da Segurança e Defesa se caracterizou, durante muitos anos, pelo *“yes, but,”*, pretendendo um maior reforço das capacidades dos europeus mas desconfiando de uma autonomia exagerada que levasse a uma duplicação desnecessária de capacidades (de Brito, 2016).

Tendo em vista analisar a atual relação UE-EUA, os diversos estudos têm-se centrado na relação UE-OTAN, na falta de eficácia presente da PCSD e na atual narrativa de tensões, (Lindley-French, 2005; de la Parte, 2015; Luzárraga, 2015; Benavente, 2017; Rodríguez, 2018; Howorth, 2017), existindo algum esquecimento em relação às políticas e as medidas que, no curto e médio prazo, poderão ser implementadas em ambos os lados do Atlântico na área da Segurança e Defesa e respetivos impactos.

Assim, o presente estudo está direcionado para a análise do impacto das medidas e políticas atrás referidas no futuro da PCSD e, conseqüentemente, no futuro da relação UE-EUA.

4. METODOLOGIA

Caracterizado, de forma breve, o processo de integração europeia na área de Segurança e Defesa, elencados os atuais constrangimentos da PCSD e descritas as principais tensões transatlânticas, importa consubstanciar a resposta ao objetivo geral deste estudo, formulando-se a seguinte questão central (QC): a atual trajetória de reforço da PCSD, em busca da obtenção de autonomia estratégica, vai colocar em causa a relação transatlântica?

De forma a conseguir cumprir com o objetivo geral da investigação, torna-se necessário atingir os seguintes objetivos específicos (OE):

⁵² Discurso de Angela Merkel em maio 2017, durante um comício na Baviera. Disponível em <https://www.bbc.com/news/av/world-europe-40078188/merkel-europe-must-take-fate-in-hands>

OE 1. Analisar eventuais sincronismos ao nível do quadro geral de ameaças; e

OE 2. Avaliar o impacto que as políticas e medidas que estão a ser preparadas na área da Segurança e Defesa poderão ter no futuro da PCSD.

A partir do objetivo geral e respetivos objetivos específicos, e atendendo à questão central, foram elencadas as seguintes questões derivadas (QD):

QD 1. Existe sincronismo ao nível do quadro geral de ameaças que paira sobre a UE e os EUA?

QD 2. Qual o impacto que as políticas e medidas que estão a ser preparadas na área da Segurança e Defesa poderão ter no futuro da PCSD?

5. INVESTIGAÇÃO

Descritos os antecedentes mais relevantes e após a caracterização das principais tensões transatlânticas UE-EUA, importa refletir sobre o quadro macro das ameaças.

A crescente assertividade e belicosidade russa originou três grandes mudanças no contexto securitário global: i) após o período de redefinição percorrido no final da Guerra Fria, a OTAN redescobriu-se a Leste, aparecendo mais relevante e resistente do que nunca, em consonância com o reconhecimento norte-americano de que a Europa voltou a ser o palco de uma competição geopolítica séria (Mitchell, 2018). Aliás, apesar da retórica pré-eleitoral em que caracterizou a OTAN como “obsoleta”, o Presidente Trump reforçou o contínuo compromisso dos EUA com a OTAN (MacDonald, 2017; Shiffrinson, 2017); ii) a UE deixou de ter apenas uma ameaça a Sul, caracterizada pela crescente presença de grupos jihadistas no Norte da África, pelos efeitos do aquecimento global e a capacidade limitada dos governos locais, e os consequentes problemas originados pelos fluxos migratórios e pela falta de Segurança, e voltou a ter uma frente a Leste, a qual não consegue combater de forma isolada (Varga, 2017; Rato, 2018); iii) os EUA deixaram de ter o foco apenas na Ásia-Pacífico, movimento iniciado pelo Presidente Obama, e voltaram a refocalizar-se no Leste europeu, para lidar com a Rússia (Cordesman, 2017; MacDonald, 2017; Raik & Järvenpää, 2017).

Este quadro geral de ameaças é validado pelo conteúdo dos documentos estruturantes, nomeadamente a Estratégia de Segurança Nacional (ESN) dos EUA, publicada em 2017, a EGPEUS, publicada em 2016, ou os diversos relatórios relativos à Política Externa e de Segurança Comum da UE.

Em relação à ESN, são referidas como ameaças, entre outros, os poderes revisionistas da Rússia e as organizações de ameaças transnacionais, particularmente os grupos terroristas jihadistas. Por outro lado, através da nova estratégia dos EUA para África, vão ser implementadas novas políticas, com enfoque na economia e na redução de

ajudas ao desenvolvimento. De acordo com os dados do Departamento de Defesa norte-americano⁵³, em setembro 2018, 60% dos militares dos EUA colocados no estrangeiro encontravam-se na Ásia, 34% na Europa (cerca de 65.000 militares) e apenas 1% em África (cerca de 1.500 militares), o que demonstra a importância que a Europa continua a desempenhar, não obstante o principal esforço se concentrar na Ásia, e, pelo contrário, o pouco empenhamento militar dos EUA em África. De salientar que, em março de 2017, os EUA tinham em África cerca de 3.500 militares e na Europa cerca de 62.000 militares.

Em relação à UE, as ameaças elencadas, entre outras, são o terrorismo, as ameaças híbridas, o contexto a Leste, no qual a ordem de segurança europeia foi violada, e o Norte de África. Na realidade, as ameaças do Sul - migração ilegal e terrorismo na sequência de Estados falhados ou falidos - têm um impacto direto na segurança de todos os membros da União (Varga, 2017). Aliás, ambas ameaças são corroboradas através da localização das atuais missões PCSD, sendo perceptível a forte presença europeia em África e no leste europeu, conforme figura 1.

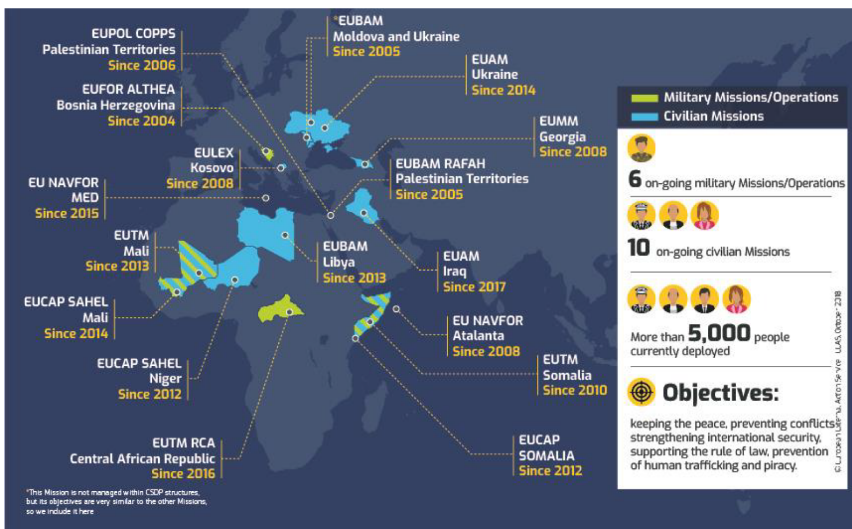


Figura 1 – Missões e operações PCSD em 2018

Fonte: European External Action Service (s. d.)

Assim, apesar de no âmbito global das ameaças podermos constatar que a ameaça russa é uma ponte que une as preocupações de ambos os lados do Atlântico, ambos os blocos enfrentam crescentes ameaças e desafios de natureza predominantemente não militar e multidimensional, dos quais se destacam as ameaças híbridas (Zandee, 2014; Raik & Järvenpää, 2017; Vargas, 2017). Conforme

⁵³ Disponível em https://www.dmdc.osd.mil/appj/dwp/dwp_reports.jsp#

Raik e Järvenpää (2017) enfatizaram, a UE e os EUA enfrentam perigos simultâneos no leste e sul da Europa bem como uma série de desafios de segurança não definidos pela geografia.

O sincronismo do quadro geral de ameaças deve ser complementado com a análise das medidas que estão a ser preparadas em ambos os lados do Atlântico, a fim de perceber se existe alinhamento entre as mesmas.

Do lado norte-americano, realce para o pedido de orçamento dos militares norte-americanos para a IDE, a qual visa fortalecer a capacidade imediata dos EUA em responder a qualquer ameaça da Rússia. O pedido do orçamento para o *Fiscal Year 2019* dos EUA para este programa é de US \$ 6,531 mil milhões, um aumento de 91% face ao valor solicitado durante a Administração Obama no ano de 2017 (Cordesman, 2018).

O IDE é uma das principais fontes de financiamento para o Comando Europeu dos EUA, e entre as 47 atividades propostas para o ano de 2019 importa destacar as seguintes: i) continuar a melhorar a postura de dissuasão e defesa em todo o teatro; ii) assegurar aos Aliados da OTAN o compromisso dos Estados Unidos com o Artigo 5 e a integridade territorial de todas as Nações; iii) aumentar a capacidade e prontidão das Forças dos EUA, aliados da OTAN e parceiros regionais, permitindo uma resposta mais rápida no caso de agressão por um adversário regional contra o território soberano das nações da OTAN (Cordesman, 2018).

Do lado europeu, a grande alteração está prevista para a implementação do *European Peace Facility*, um instrumento financeiro fora do Orçamento da EU, que irá alterar o atual Mecanismo *Athena* e que visa dotar a União com a capacidade para financiar ações no âmbito da PCSD com implicações militares ou no domínio da Defesa, em três áreas principais: i) operações militares da UE; ii) suporte às operações militares de apoio à paz dos parceiros, através de contribuições diretas para o financiamento de operações de apoio à paz; e iii) ações de natureza militar/defesa em apoio aos objetivos da PCSD, através do financiamento de atividades de reforço de capacidades das Forças Armadas de países terceiros (*European External Action Service*, 2018).

A fim de tornar mais eficiente o processo de tomada de decisão, as ações a financiar pelo instrumento serão decididas pelo Conselho ou, no âmbito de programas de ação aprovados pelo Conselho, pelo Alto Representante com o apoio do Comité Político e de Segurança (*European External Action Service*, 2018).

Por outro lado, a natureza mutável e a transformação da política externa dos EUA nas suas relações com os Aliados são um processo anterior à atual Presidência e têm sérias implicações para diferentes regiões do mundo. Na Europa, uma das consequências de uma eventual retirada norte-americana é a insegurança da

Alemanha, originando a necessidade desta se tornar uma potência nuclear, com os consequentes receios que tal facto poderia originar (Hacke, 2018; Hurlburt, 2018). Assim, poder confiar no compromisso nuclear dos EUA é, de longe, a melhor opção para a Europa (Drent, 2018).

Em relação ao problema da confiança entre UE e EUA, especial realce para o facto de que a ESN dos EUA ter sido revista e alterada com alguma profundidade pelo Presidente Trump, fazendo com que passe a representar os seus pontos de vista ao invés de serem um mero exercício burocrático (Cordesman, 2017). No seu cerne está uma perspetiva internacionalmente resoluto, incluindo uma dependência de Aliados e parceiros (Stavridis, 2017).

A falta de confiança UE-EUA tem vindo a aprofundar-se, com reflexos em questões-chave, tais como: o Irão, em que os EUA e as principais potências europeias estão ativamente a procurar minar o trabalho desenvolvido pelos outros (Kanat, 2018); pelas diferenças sobre como abordar uma cada vez mais assertiva e belicosa Rússia; ou pelas disputas comerciais que envolvem os dois blocos (Kanat, 2018; Parlamento Europeu, 2018).

Relativamente à atual narrativa de tensões transatlânticas, importa recordar que o cimento da aliança entre os EUA e a UE têm sido as parcerias institucionalizadas de segurança, as relações económicas intensas e as perceções comuns de ameaças (Kanat, 2028). Contudo, sempre existiram tensões UE-EUA (Lundestad, 2005) e, ao contrário da mensagem que é transmitida pelos *media* europeus, grande parte dessas tensões é anterior à era Trump (e.g. a menção de que os europeus contribuem de forma insuficiente para a defesa do continente (Kaiser, 2017; Martín, 2017)).

O que o Presidente Trump veio trazer foi uma forma de comunicação mais assertiva e ruidosa.

6. IMPLICAÇÕES

A análise ao quadro macro de ameaças permite-nos concluir que a contenção da ameaça russa é uma ponte que une ambos os lados do Atlântico e que, do ponto de vista das medidas a implementar, tanto a UE como os EUA estão a preparar medidas robustas que visam tornar mais eficiente a PCSD e a fortalecer a presença norte-americana na Europa, respetivamente, tendo em vista a dissuasão da ameaça russa. A realidade é que a atual assertividade russa fez com que a Europa voltasse a adquirir centralidade geopolítica, nomeadamente a leste, sendo que é do interesse dos EUA continuar a assegurar uma presença efetiva e dissuasora.

Assim, como resposta à QD1, podemos afirmar que existe algum sincronismo ao nível do quadro geral de ameaças que paira sobre a UE e os EUA, nomeadamente

em relação à ameaça russa.

Esta análise, reforçada com o atrás descrito ao nível da PCSD, leva-nos à conclusão de que a OTAN, mais vocacionada para a Defesa coletiva (de Brito, 2016), é o instrumento certo para gerir a ameaça a Leste. Por outro lado, a fim de reforçar o papel e a voz da UE enquanto ator global “que protege e fortalece” (Koenig & Walter-Franke, 2017), uma PCSD mais eficaz é capaz de fazer a diferença, particularmente na vizinhança sul.

Esta opção surge como a mais lógica na medida em que, apesar do interesse que continua a manifestar na Europa, começa a ser demasiado oneroso para os EUA assumirem a responsabilidade em exclusivo pela Defesa da UE, porque a retirada total dos EUA da Europa vai originar desequilíbrios de segurança que potenciarão a corrida ao armamento nuclear, nomeadamente da Alemanha, e porque os norte-americanos não têm laços históricos e culturais com África; ao invés, a UE não tem a capacidade isolada para se defender de uma Rússia (ainda) letal, tem a necessidade do chapéu nuclear norte-americano, de forma a manter os pressupostos em que os equilíbrios de segurança estão alicerçados, e possui em África uma vasta experiência operacional e laços históricos e culturais profundos, sendo esta uma área geográfica onde tem vindo a apostar em capacidades civis, de gestão de crises e capacitação que lhe conferem uma grande mais-valia e permitem complementar a nova estratégia norte-americana.

Assim, estamos perante um dilema: por um lado, a autonomia estratégica europeia é necessária para que a UE se possa afirmar como um ator credível; por outro lado, a autonomia estratégica europeia plena não é aconselhável, sobretudo devido à questão nuclear e às questões políticas que têm caracterizado a evolução da PCSD.

Contudo, do ponto de vista das ferramentas europeias para tornar mais eficaz a PCSD, o processo de tomada de decisão vai ser agilizado. Para além deste aspeto, a UE está a preparar a completa alteração do Mecanismo *Athena*, o qual se tem mostrado pouco motivador para o empenhamento militar dos EM na PCSD. Apesar de só vigorar a partir de 2021, esta mudança das regras de reembolso das despesas militares dos EM na PCSD vai ser um verdadeiro *game changer* e, à semelhança do processo em curso no âmbito da segurança interna e fronteiras, permitirá um processo de integração baseado na cooperação progressivamente intensa que se transformará, progressivamente, em integração (Lindley-French, 2005).

Na prática e como resposta à QD 2, a UE está a caminhar, de forma consistente e paulatina, para um exército com europeus, assente numa base voluntária de participação dos EM, o que permite manter a liberdade de ação política, tanto do ponto de vista doméstico como externo, financeiramente apetecível para as Forças

Armadas dos diversos países, o que permitirá a modernização de equipamentos e a uniformização de procedimentos.

Com as devidas adaptações, este é o caminho que tem vindo a ser percorrido com o processo de criação e reforço da Guarda Europeia de Fronteiras e Costeira.

Esta solução em nada afeta a participação de diversos EM na OTAN, apesar de poder criar tensões ao nível da atratividade entre PCSD e OTAN, e está perfeitamente alinhada com a atual limitação jurídica à aplicação da PCSD, nos termos do artigo 45º do Tratado da União Europeia.

Ao longo do estudo foi possível constatar a necessidade da autonomia estratégica europeia. Todavia, a autonomia estratégica europeia plena, a qual contempla a autonomia nuclear, não é aconselhável, motivo pelo qual se torna fulcral estabelecer e operacionalizar uma ambição estratégica condizente com as singularidades únicas do projeto europeu, pois a autonomia estratégica europeia plena vai originar tensões na relação transatlântica e, também, no seio da própria UE.

Conscientes deste dilema, o caminho que está a ser implementado vai no sentido da complementaridade e da partilha de responsabilidades, de capacidades e de instrumentos, nomeadamente nos palcos africanos e no leste europeu, e não na acomodação ou emancipação total, motivo pelo qual o conteúdo dos documentos estruturantes da UE e dos EUA estão relativamente alinhados e a UE está a implementar, paulatinamente, os mecanismos necessários à efetivação de uma PCSD credível.

7. CONCLUSÕES

A chegada ao poder de Donald Trump originou uma crise de confiança sem precedentes na Aliança e, em conjunto com um ambiente geoestratégico radicalmente mutável, tem impulsionado os principais líderes europeus a aprofundarem os mecanismos de cooperação na área da Segurança e Defesa.

Ciente que a OTAN e os EUA continuarão a desempenhar um papel fulcral na Defesa coletiva da Europa, nomeadamente contra a ameaça comum a Leste, a UE tem vindo a preparar a substituição do Mecanismo Athena, o qual se prevê que seja um instrumento fundamental na cooptação dos EM para a participação militar na PCSD, assumindo-se como uma oportunidade de modernização e normalização das Forças Armadas europeias e o principal impulsionador do reforço da cooperação nesta área.

A PCSD tem como corolário a obtenção de autonomia estratégica, e a atual intensificação está alinhada com a política isolacionista e de retração dos EUA que vigora, sendo possível constatar que as políticas que estão a ser preparadas por ambos os lados do Atlântico não são consentâneos com o ruído das declarações públicas dos principais dirigentes. Do lado da UE está-se a caminhar, de forma

consistente e paulatina, para um exército com europeus; do lado dos EUA, está a ser preparado um reforço efetivo para responder à ameaça russa.

Como corolário do atrás exposto e em resposta à QC, podemos afirmar que o caminho que está a ser percorrido na área da Segurança e Defesa é complementar e está parcialmente alinhado com as posições norte-americanas, nomeadamente em resposta à ameaça russa e à intervenção em África, não se vislumbrando como aconselhável à UE atingir a autonomia estratégica plena. Sustentado num alinhamento realista assente na complementaridade e na partilha de responsabilidades, de capacidades e de instrumentos, nomeadamente nos palcos africanos e do leste europeu, o principal impulsionador do reforço da cooperação nesta área está relacionado com as regras de reembolso da participação militar dos EM na PCSD.

O atual momento geoestratégico apresenta-se como uma janela estratégica para a UE impulsionar a PCSD e a necessidade de reforçar uma Defesa europeia, em alinhamento com o fortalecimento da natureza política, económica, securitária e cultural de uma União cada vez mais responsável pelo seu destino.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Arteaga, F. (2017). *Strategic autonomy and European defence*. Real Instituto Elcano. Retirado de <http://www.realinstitutoelcano.org/wps/wcm/connect/6363d9e8-c223-4387-9937-d852b74bc3a1/ARI102-2017-Arteaga-Strategic-autonomy-European-defence.pdf?MOD=AJPERES&CACHEID=6363d9e8-c223-4387-9937-d852b74bc3a1>
- Barrie, D., Barry, B., Boyd, H., Chagnaud, M. L., Childs, N., Giegerich, B., Mölling, C., & Schütz, T (2018). *Protecting Europe: meeting the EU's military level of ambition in the context of Brexit*. Retirado de <https://www.iiss.org/-/media/images/comment/analysis/2018/november/protecting-europe-meeting-the-eu-military-level-of-ambition-in-the-context-of-brexit-iiss-dgap.ashx?la=en&hash=EE373986518FD0A4B7FF1745210150CBC14DE778>
- Benavente, E. M. (2017). La OTAN y la UNIÓN EUROPEA, ¿por fin una cooperación eficaz?. In *OTAN: presente y futuro* (Cuadernos de Estrategia n.º 191). Madrid: Instituto Español de Estudios Estratégicos.
- Benedicto, M. A. (2018). *Trump y su Estrategia de Seguridad Nacional: una 'contradictio in terminis'*. bie3: Boletín IEEE, (9), 403-413.
- Brandão, A. P. (2016). PCSD – Política Comum de Segurança e Defesa: 'Europa a várias velocidades' e/ou em desaceleração?. *JANUS 2015-2016 - Integração regional e multilateralismo*, 110-111.

- Cordesman, A. H. (2017). *President Trump's New National Security Strategy*. Retirado de <https://www.csis.org/analysis/president-trumps-new-national-security-strategy>
- Cordesman, A. H. (2018). *The U.S., NATO, and the Defense of Europe: Shaping the Right Ministerial Force Goals?*. Retirado de https://csis-prod.s3.amazonaws.com/s3fs-public/publication/180703_US_Europe_NATO.pdf
- Daehnhardt, P. (2014). A Parceria União Europeia-NATO: A Persistência de uma Relação Complexa. In A. Carriço (Ed.), *Reflexões sobre a Europa* (pp. 45-73). Lisboa: Instituto de Defesa Nacional.
- de Brito, L. V. (2016). *NATO e União Europeia: uma cooperação inadiável*. Diário de Bordo.
- Decreto do Presidente da República n.º 31/2008, de 19 de maio. Ratifica o Tratado de Lisboa que altera o Tratado da União Europeia e o Tratado que institui a Comunidade Europeia. *Diário da República* n.º 96/2008, Série I. Lisboa: Assembleia da República.
- De la Parte, N. P. (2015). El occidente en la encrucijada: ¿actores o receptores de la agenda internacional?. In *UE-EE.UU.: Una relación indispensable para la paz y la estabilidad mundiales* (Cuadernos de Estrategia n.º 177). Madrid: Instituto Español de Estudios Estratégicos.
- Drent, M. (2018). *European strategic autonomy: Going it alone?*. Hague: Clingendael - The Netherlands Institute of International Relations. Retirado de https://www.clingendael.org/sites/default/files/2018-08/PB_European_Strategic_Autonomy.pdf
- Ehrhart, H. (2018). European Army: realities and chimeras. In *One Europe – One Army? On the Value of Military Integration* (Ethics and Armed Forces n.º 2/18). Retirado de http://www.ethikundmilitaer.de/fileadmin/ethics_and_armed_forces/Ethics-and-Armed-Forces-2018-2.pdf
- European Commission. (2017). *Reflection paper on the future of European Defence*. Disponível em https://ec.europa.eu/commission/sites/beta-political/files/reflection-paper-defence_en.pdf
- European External Action Service. (2016). *Estratégia global para a política externa e de segurança da União Europeia*. Disponível em https://europa.eu/globalstrategy/sites/globalstrategy/files/eugs_pt_version.pdf
- European External Action Service. (2017). *CFSP Report – Our priorities in 2017*. Disponível em https://cdn2-eeas.fpfis.tech.ec.europa.eu/cdn/farfuture/vNCbaazcGovyjOFzM_SnA3kKDZcMwkTs0Ydl11aI7Ec/mtime:1542023255/sites/eeas/files/st10650_en-cfsp_report_2017.pdf

- European External Action Service. (2018). *Proposal of the High Representative of the Union for Foreign Affairs and Security Policy, with the support of the Commission, for a Council Decision establishing a European Peace Facility*. Disponível em <http://data.consilium.europa.eu/doc/document/ST-9736-2018-INIT/en/pdf>
- Hacke, C. (2018). *Why Germany Should Get the Bomb*. Disponível em <https://nationalinterest.org/feature/why-germany-should-get-bomb-28377?page=0%2C1>
- Hampton, M. N. (2013). *A thorn in transatlantic relations: American and European perceptions of threat and security*. Nova Iorque: Palgrave Macmillan.
- Hill, C. (1996). *The Actors in Europe's Foreign Policy*. London: Routledge.
- Howorth, J. (2017). Strategic autonomy and EU-NATO Cooperation: squaring the circle. *Security Policy Brief*, 85. Disponível em URL: <http://www.egmontinstitute.be/content/uploads/2017/05/SPB85.pdf?type=pdf>
- Howorth, J. (2018). *Future of Europe: for a True European Defence Union*. Bruxelas: Wilfried Martens Centre for European Studies. Disponível em <https://euagenda.eu/publications/for-a-true-european-defence-union>
- Hurlburt, H. (2018). *Having Decided It Can't Rely On America, Germany Debates Acquiring Its Own Nuclear Weapons*. Disponível em <http://nymag.com/intelligencer/2018/08/why-germany-is-talking-about-getting-its-own-nuclear-weapons.html>
- Kagan, R. (2002). Power and Weakness. *Policy Review*, 113 (1). 1-18.
- Kaiser, K. (2017). Responsibility for Transatlantic Security. In Kühnhardt, L., Mayer, T. (Eds.), *Bonner Enzyklopädie der Globalität* (Vol. 2, pp. 1063-1069). Wiesbaden: Springer.
- Kanat, K. B. (2018). Transatlantic Relations in the Age of Donald Trump. *Insight Turkey*, 20(3), 77-88.
- Keukeleire, S., & Delreux, T. (2017). *EU Foreign Policy in Times of Existential Crises: Instability in the Neighbourhood, Brexit, Trump, and beyond*. Disponível em [https://www.macmillanihe.com/resources/CW%20resources%20\(by%20Author\)/K/Keukeleire-And-Delreux-The-Foreign-Policy-Of-The-European-Union-2e/Update%20Chapter%202%20Historical%20overview%20-%20EU%20foreign%20policy%20in%20times%20of%20existential%20crises.pdf](https://www.macmillanihe.com/resources/CW%20resources%20(by%20Author)/K/Keukeleire-And-Delreux-The-Foreign-Policy-Of-The-European-Union-2e/Update%20Chapter%202%20Historical%20overview%20-%20EU%20foreign%20policy%20in%20times%20of%20existential%20crises.pdf)
- Kempin, R., & Kunz, B. (2017). France, Germany and the Quest for European Strategic Autonomy. Notes du Cerfa(141). Disponível em http://www.ifri.org/sites/default/files/atoms/files/ndc_141_kempin_kunz_france_germany_european_strategic_autonomy_dec_2017.pdf

- Koenig, N. & Walter-Franke, M. (2017). *France and Germany: spearheading a european security and defence union?*. Disponível em <http://institutdelors.eu/publications/france-and-germany-spearheading-a-european-security-and-defence-union/?lang=en>
- Kudnani, H. (2018). *Towards European Strategic Autonomy? Evaluating the New CSDP Initiatives*. Institute for Foreign Affairs and Trade. Disponível em http://kki.hu/assets/upload/07_KKI-Studies_CSDP_VargaG_20171003.pdf
- Lindley-French, J. (2005). A Long-Term Perspective on Military Integration. In Biscop, S. (Ed.), *E Pluribus Unum?. Military Integration in the European Union* (pp. 39-41). Bruxelas: Academia Press.
- Lundestad, G. (2005). *The United States and Western Europe since 1945: from "empire" by invitation to transatlantic drift*. Oxford University Press.
- Luzárraga, F. A. (2015). Una política de defensa europea compatible con la Alianza Atlántica. In *UE-EE.UU.: Una relación indispensable para la paz y la estabilidad mundiales* (Cuadernos de Estrategia n.º 177). Madrid: Instituto Español de Estudios Estratégicos.
- MacDonald, S. (2017). *America's Shrinking Geopolitical Power*. Disponível em <https://nationalinterest.org/blog/the-buzz/americas-shrinking-geopolitical-power-21062>
- Mandelbaum, M. (2017). Pay Up, Europe: What Trump Gets Right About NATO. *Foreign Affairs*, 96, 108-114.
- Manners, I. & Whitman, R. (2000). *The Foreign Policies of European Union Member States*. Manchester: Manchester University Press.
- Martín, A. G. (2017). Las nuevas tensiones por el reparto de cargas, compromisos y responsabilidades en la OTAN y la brecha de culturas estratégicas. In *OTAN: presente y futuro* (Cuadernos de Estrategia n.º 191). Madrid: Instituto Español de Estudios Estratégicos.
- Mitchell, W. (2018). *Remarks by Secretary Mattis on the National Defense Strategy*. Disponível em <https://www.state.gov/p/eur/rls/rm/2018/283003.htm>
- Parlamento Europeu. (2018). *State of EU-US relations*. Disponível em [http://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/ATAG/2018/625167/EPRS_ATA\(2018\)625167_EN.pdf](http://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/ATAG/2018/625167/EPRS_ATA(2018)625167_EN.pdf)
- Posen, B. (2006). European Union Security and Defense Policy: Response to Unipolarity?. *Security Studies*, 15(2), 149-186.
- Raik, K., & Järvenpää, P. (2017). *A New Era of EU-NATO Cooperation: How to Make the Best of a Marriage of Necessity*. International Centre for Defence and Security. Disponível em https://icds.ee/wp-content/uploads/2018/ICDS_Report_A_New_Era_of_EU-NATO.pdf

- Rato, V. (2018). Romper o cerco: a Rússia de Putin e a Nova Guerra Fria. In A. Carriço (Ed.), *European Defence* (pp. 116-148). Lisboa: Instituto de Defesa Nacional.
- Rodríguez, J. D. (2018). *La Política Común de Seguridad y Defensa de la UE: una renovada estrategia para un nuevo escenario europeo y global*. bie3: Boletín IEEEE, 10, 801-816.
- Salmon, T. & Shepard, A. (2003). *Toward a European Army: A Military Power in the Making?*. Boulder: Lynne Rienner Publishers.
- Servert, R. G. (2015). El vínculo transatlántico en seguridad y defensa, ayer, hoy, «¿mañana?». In *UE-EE.UU.: Una relación indispensable para la paz y la estabilidad mundiales* (Cuadernos de Estrategia n.º 177). Madrid: Instituto Español de Estudios Estratégicos.
- Simón, L. (2013). *Geopolitical Change, Grand Strategy and European Security: The EU-NATO Conundrum in Perspective*. Nova Iorque: Palgrave Macmillan.
- Sousa, M. J., & Baptista, C. S. (2011). *Como fazer investigação, dissertações, teses e relatórios segundo Bolonha* (4.ª Eds.). Lisboa, Portugal: Lidel.
- Shiffrinson, J. (2017). Time to Consolidate NATO?. *The Washington Quarterly*, 40(1), 109-123.
- Stavridis, J. (2017). *Trump's National Security Strategy Is Shockingly Normal*. Disponível em <https://www.bloomberg.com/opinion/articles/2017-12-18/trump-s-national-security-strategy-is-shockingly-normal>
- Varga, G. (2017). *Towards European Strategic Autonomy? Evaluating the New CSDP Initiatives*. Institute for Foreign Affairs and Trade. Disponível em http://kki.hu/assets/upload/07_KKI-Studies_CSDP_VargaG_20171003.pdf
- Vilelas, J. (2009). *Investigação: o Processo de Construção do Conhecimento*. Lisboa: Edições Sílabo.
- White House. (2017). *National Security Strategy of the United States of America*. Disponível em <https://www.whitehouse.gov/wp-content/uploads/2017/12/NSS-Final-12-18-2017-0905.pdf>
- White House. (2018). *Remarks by National Security Advisor Ambassador John R. Bolton on the The Trump Administration's New Africa Strategy*. Disponível em <https://www.whitehouse.gov/briefings-statements/remarks-national-security-advisor-ambassador-john-r-bolton-trump-administrations-new-africa-strategy/>
- Yeste, M. P. (2018). *Defensa europea: fin del paradigma y los riesgos de dejarse llevar*. bie3: Boletín IEEEE, 10, 905-915.
- Zandee, D. (2014). Europe's Security Upside Down. In A. Carriço (Ed.), *Reflexões sobre a Europa* (pp. 14-33). Lisboa: Instituto de Defesa Nacional.

FORÇAS ARMADAS PORTUGUESAS E O NÍVEL CONJUNTO. SITUAÇÃO ATUAL E DESAFIOS

Diogo Lourenço Serrão

Major de Artilharia

Auditor do Curso de Estado-Maior Conjunto 2018/19

Lisboa, Portugal

RESUMO

As tendências evolutivas sugerem um maior emprego de Forças mais tecnológicas, flexíveis, móveis e interoperáveis. Estas características sobressaem nas Forças e Capacidades Conjuntas, pelo valor acrescentado que traz um emprego sinérgico dos meios. De igual modo cresce, em simultâneo, a importância de outros domínios nos Campos de Batalha, como o ciber, o espaço e o multidomínio. Domínios esses, em que, o emprego de Forças de um único Ramo, de forma isolada, deixa de ser adequado. O enfoque dado ao Conjunto deve motivar uma reflexão profunda sobre a atualidade das Forças Armadas Portuguesas. Neste estudo, analisou-se a realidade presente do emprego de Forças Conjuntas, identificando os problemas ao nível da operacionalização desse emprego, da geração de capacidades conjuntas e das estruturas. Seguidamente, averiguou-se a tendência de emprego de forças conjuntas, considerando os cenários de emprego de forças definidos nos documentos estratégicos. Da análise ao presente, constatou-se problemas que representam desafios para o futuro, para serem solucionados mediante implementação de determinado quadro de medidas. As conclusões apontam para uma maior tendência do emprego de Forças Conjuntas. Nesse sentido, colocam-se desafios no âmbito da estratégia operacional, genética e estrutural, como forma de afirmação da capacidade das Força Armadas Portuguesas neste quadro de emprego, alinhando-se também com a anunciada intenção da Organização do Tratado do Atlântico Norte de disponibilizar Forças bem treinadas e projetáveis e, que nesse sentido considera ser, mais credíveis.

Palavras-chave: Nível Operacional, Capacidades Conjuntas, Forças Conjuntas

ABSTRACT

Future trends suggest the employment of more technological, flexible and interoperable Forces. These characteristics are mostly seen in the purpose of Joint Forces and Joint Capabilities. At the same time, the importance of other domains such as cyber, space and even multidomain, is no longer compatible with the employment of Forces which belonged to one Branch solely. Focus on Joint gives us the responsibility to reflect on the current situation of the Portuguese Armed Forces and its suitability. For this study, we used a qualitative methodology, with a deductive reasoning, using documentary analysis and interviews to acknowledge the current situation and future perspectives. We concluded for the future tendency of employment of Joint Forces. In this sense, multiple challenges are posed in the scope of operational, genetical and

structural strategies to ensure reasonable capabilities in this framework. Additionally, this is the right way to ensure that Forces are available for the full spectrum of potential missions and with the right capabilities; well trained, and deployable, which is considered credible Forces in an OTAN's point of view.

Keywords: *Operational Level, Joint Military Capabilities, Joint Forces*

1. INTRODUÇÃO

No alinhamento dos documentos estruturantes, o Conceito Estratégico Militar (CEM) dá orientações para o desenvolvimento da estratégia operacional, estrutural e genética, com impacto nas Missões das Forças Armadas, no Sistema de Forças (SF) e no Dispositivo de Forças. Vem, nele expresso, que ao nível do planeamento de forças se deve "...edificar capacidades interoperáveis e integráveis, capazes de responder a todo o espectro de conflitos ..." (CCEM, 2014a, pp. 39-40) e, respeitante à geração de forças, que as Forças Armadas (FFAA) devem ser organizadas "...para emprego modular e flexível, capacitadas para ações conjuntas ..." (CCEM, 2014a, pp. 39-40).

É, factualmente, nesta orientação "de estarem capacitadas para o conjunto" que assentam as ideias atuais. O contexto exige que, no domínio militar, se atue com: eficácia, flexibilidade e otimização. São estas três, as características que identificam o Conjunto. Pensamos em eficácia e flexibilidade, porque as tendências exigem uma criteriosa escolha de capacidades, mais tecnológicas, móveis e interoperáveis. Neste particular, importa realçar a cibersegurança como "...instrumento de integração entre todos os atores ... militares e civis" (Telo, Borges e Pires, 2018, p. 41), que vem ganhando relevo à medida que também cresce a importância do espaço e ciberespaço (ACT, 2018). Quanto à otimização, a Diretiva Estratégica de 2017 refere a importância do apoio otimizado das FFAA a emergências civis (EMGFA, 2018).

Tendo, atrás sido abordado, o porquê e as principais características do Conjunto, importa analisar o seu estado atual para, em face das tendências, perceber se o futuro respalda em cenários mais apropriados ao seu emprego e em vista disso, definir ações ao nível das estratégias operacional, genética e estrutural para garantir uma resposta oportuna (MDN, 2014). A importância da investigação reside nas tendências de conflitualidade e respostas adequadas a serem dadas pelas Nações, para que a análise possa reduzir, o que o Gen Cabral Couto considerou como a incerteza do ambiente onde a estratégia se concebe (Couto A. C., 1988) e ao reduzir a incerteza, vamos preparar, com maior consequência, forças com a credibilidade que a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) exige (ACT, 2018).

2. ENQUADRAMENTO TEÓRICO

Ao nível das Operações militares, é no nível operacional que as campanhas e operações de grande envergadura são planeadas, conduzidas e sustentadas para atingir objetivos estratégicos (OTAN, 2017). Por seu lado define-se planeamento de nível operacional como o planeamento militar ao nível operacional para conduzir e sustentar a campanha (OTAN, 2017) e que é normalmente conduzido por forças conjuntas (Faria, 2014).

Ao nível nacional, vem explícito na Lei Orgânica do Estado-Maior General das Forças Armadas (EMGFA) que compete ao Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas (CEMGFA) “[...] como Comandante Operacional das Forças Armadas, empregar as forças e meios da Componente Operacional do Sistema de Forças [...] e exercer o comando operacional das forças e meios que se constituam na sua dependência [...]” (Governo Português, 2014, p. 6384). Assim decorre pelas suas competências que o CEMGFA é responsável pela implementação da estratégia militar operacional e concomitantemente é, como comandante operacional das FFAA, o responsável pelo emprego de todas as forças e meios da componente operacional do SF, logo o responsável pelo Conjunto (EMGFA, 2014).

3. ESTADO DA ARTE

A OTAN assume o objetivo de se manter apta a projetar forças conjuntas, capazes de se desenvolverem, adaptarem, apresentarem credibilidade e interoperabilidade. Este quadro de características representa um desafio, só superável com treino, educação e exercícios conjuntos aos diversos níveis de comando (ACT, 2018).

Com esse sentido, Portugal necessita de uma estratégia orientadora da “... transformação, promovendo uma permanente adaptação aos desafios decorrentes de fatores externos e melhoria contínua do desempenho interno, à luz das circunstâncias da organização...” (EMGFA, 2018, p. 2).

No futuro, o comportamento entre partes em conflito será violento. As interações incluirão tentativas para deter e negar objetivos estratégicos e uma procura coerciva para cumprir objetivos políticos apoiados pelo poder militar, com destaque para as Forças Conjuntas. Estas são foco para o desenvolvimento militar, acompanhando o carácter evolutivo dos conflitos (Joint Force Development, 2016, p. 10).

A vantagem das Forças Conjuntas assenta na hipótese do futuro nos trazer tanto ameaças tecnologicamente avançadas, como ameaças disruptivas com reduzido nível de organização. Se por um lado a diversidade confere mais possibilidades para proteção, para (Vego, 2008) o emprego Conjunto possibilita ao Comandante Operacional escolhas multidimensionais substanciadas em diferentes tipos de operações.

Apesar dos benefícios, há ainda gaps, no conhecimento sobre o Conjunto.

Desde logo a doutrina, com deficiente emprego da terminologia militar, em que permanecem confusos e com pouca distinção, os conceitos relacionados com as campanhas militares e com as operações militares além da concetualização associadas aos objetivos dos diferentes níveis das Operações (Kendrick, 2018, p. 10). Relacionado com a organização Conjunta nas FFAA Portuguesas, Faria (2014) concluiu que a situação da estrutura de comando nacional, nomeadamente ao nível operacional não se adequavam, havendo desde logo incoerências legislativas.

No entanto, a estrutura do Comando Conjunto para as Operações Militares foi revista em 2016 e atualmente encontram-se em revisão ao nível da Divisão de Planeamento Estratégico Militar do EMGFA um conjunto de processos (mapeamento dos fluxos de informação, gestão estratégica, processo de sincronização da ação externa da defesa, revisão da documentação da estrutura enquadrante) (M. Pereira, entrevista presencial, 02 de janeiro de 2019), evidenciando continuar-se a fase transformativa.

4. METODOLOGIA

Nesse sentido, a presente investigação tem como objeto de estudo as FFAA Portuguesas, sendo o objetivo geral (OG) analisar se as FFAA estão adequadas ao emprego Conjunto face aos cenários de emprego de Forças, tendências futuras e quais os desafios. Assim, formula-se a seguinte questão central (QC): Quais os desafios que se colocam às FFAA, na atualidade, em face do emprego Conjunto considerando os cenários de emprego de Forças e tendências futuras? Decorrente do OG e da QC foram identificados objetivos específicos e questões derivadas (QD) expressos na Figura 1. Para prospetivar os principais desafios, analisou-se o estado atual e o que se pretende, para o futuro.

Para o desenvolvimento deste estudo, utilizou-se uma metodologia qualitativa, baseada num raciocínio dedutivo, com recurso à análise documental e a entrevistas.

Para cumprir este desiderato, o capítulo da Investigação encontra-se organizado em dois sub-capítulos, estando o primeiro dedicado à análise das FFAA e emprego Conjunto. Refletindo sobre a atualidade das FFAA, segmentou-se a análise ao nível da estratégia operacional aprofundando a doutrina conjunta e o treino conjunto, a estratégia genética refletindo sobre as orientações e o estado atual das capacidades militares à responsabilidade do EMGFA e estrutural para avaliar a estruturas de comando do Conjunto, respondendo à QD 1 – Qual a relação entre as FFAA e o Conjunto, na atualidade ao nível Estratégia Operacional, Estrutural e Genética? No segundo sub-capítulo, reflete-se sobre se os cenários futuros se apropriam ao emprego de forças conjuntas e responde-se à QD 2 – De que forma é adequado o uso do Conjunto em face dos cenários, tendências e riscos? No alinhamento da investigação e, já, como discussão dos resultados, são caracterizados quais os desafios colocados às FFAA para

resolver os problemas identificados, respondendo-se à QD3. Finaliza-se o trabalho com as conclusões, a resposta à QC – Qual a relevância e desafios que se colocam às FFAA para o conjunto e sumariza-se os resultados obtido.

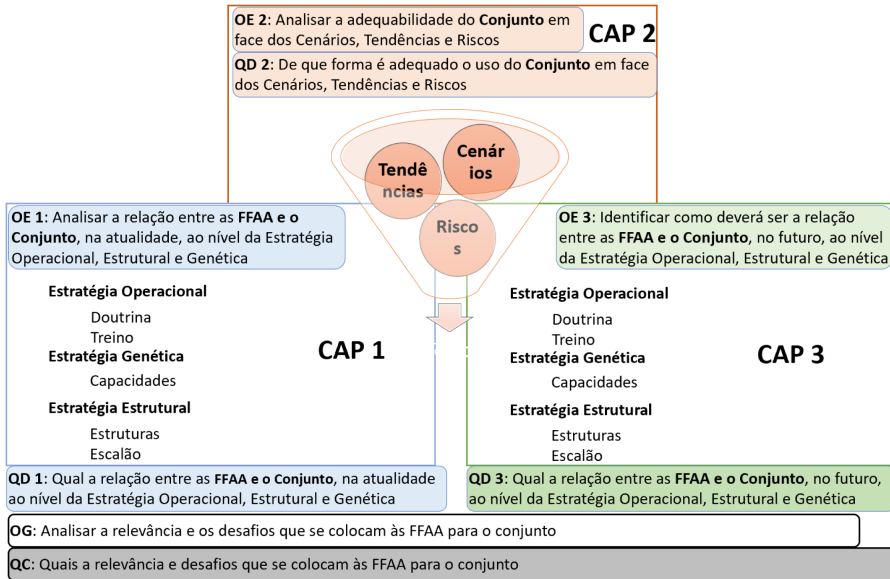


Figura 1 – Metodologia da Investigação

5. INVESTIGAÇÃO

5.1. AS FORÇAS ARMADAS E O CONJUNTO

A OTAN identifica como áreas para o desenvolvimento e evolução das Forças Conjuntas: Preparação, Projeção, Combate, Proteção, Sustentação, Informações, Comando, Controlo e Comunicações. Estas áreas estão interconectadas para que facilitem o cumprimento das missões e gestão das situações de instabilidade por parte das Forças (Figura 2).

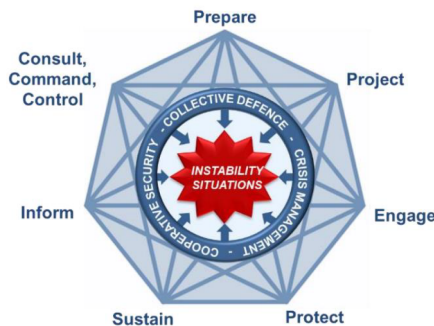


Figura 2 – Principais Áreas

Fonte: ACT (2018)

As tarefas e atividades militares enquadram-se nestas áreas ao longo da curva teórica de intervenção militar (Figura 3) que compreende quatro fases: Prevenção, Intervenção, Estabilização e Transição (ACT, 2018). Acontece, que na realidade nacional, o Conjunto é observável nas fases 1 e parte da 2, sendo que as responsabilidades passam, de seguida, para as componentes, tornando os processos mais complexos (M. Pereira, *op. cit.*).

Não olhando apenas aos processos da OTAN, é relevante afirmar que chegámos ao paradoxo de não se poder classificar uma força como terrestre, por combater em terra. O que subsiste apenas, é uma familiarização histórica com esse tipo de caracterizações simples. A realidade é, no entanto, termos já forças integradas e multiarmas em todos os níveis das operações, sobretudo quando convivemos com capacidades mais recentes, como “ [...] a ciberguerra, as redes de satélites no espaço exterior ou o domínio da informação [...] ” (Telo, Borges, & Pires, 2018, p. 136). No entanto, será esta firme aposta no Conjunto enquadrável na atualidade Nacional? Vamos seguidamente refletir.

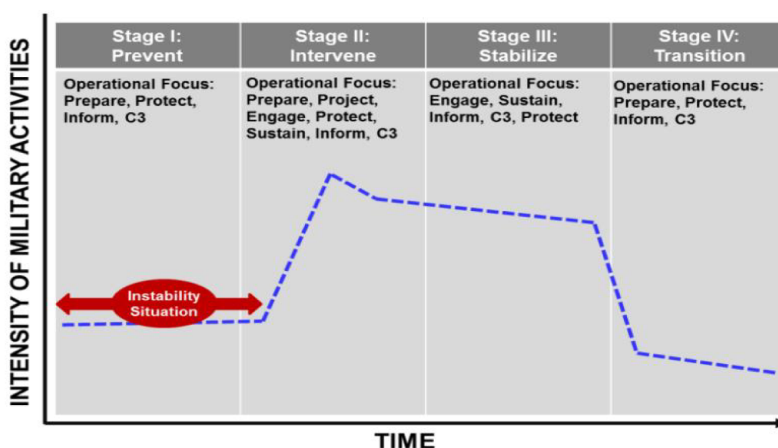


Figura 3 – Curva Teórica da Intervenção Militar

Fonte: Adaptado a partir de EMGFA (2018)

5.2. AO NÍVEL DAS ESTRATÉGIAS⁵⁴

Na Diretiva Estratégica de 2017, o CEMGFA⁵⁵ definiu nove objetivos estratégicos (EMGFA, 2018), dos quais seis se referem ao fortalecimento do

⁵⁴ “A Estratégia divide-se quanto ao seu desenvolvimento e atuação como: Estratégia Estrutural, que visa identificar fraquezas e possibilidades das estruturas existentes para as corrigir, melhorar e explorar, Estratégia Genética que tem por finalidade a obtenção de novos meios que serão colocados à disposição a Estratégia Operacional, entendida como o emprego dos meios para se alcançarem os objetivos político-estratégicos” (Garcia, 2014, p. 118).

⁵⁵ Diretiva Estratégica de Planeamento.

Conjunto (Figura 4). Ora este facto reflecte a importância atribuída ao assunto, devendo nós aprofundar o seu estado atual, olhando ao nível das estratégias.

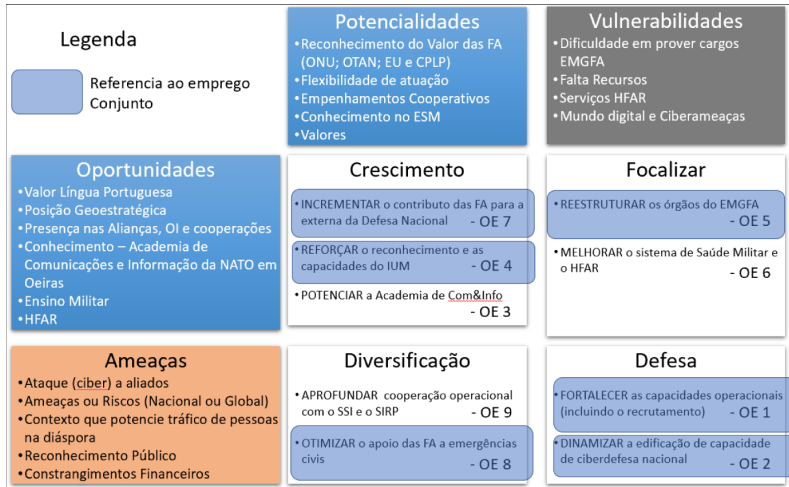


Figura 4 – Guerra Absoluta versus Guerra Real

Fonte: Adaptado a partir de EMGFA (2018).

5.2.1. Estratégia Operacional

Para que se empregue com êxito as capacidades conjuntas, deve-se a montante ter um comando conjunto com mais relevo, doutrina, exercícios e mais operações conjuntas, a par de cuidada definição de prioridades para edificação de capacidades (Pires N. , 2018).

Importa aprofundar a realidade, no presente. Atendendo a que a doutrina militar conjunta é vetor fundamental nas capacidades conjuntas, importa refletir que há apenas uma publicação⁵⁶, de 2012 e que representa um complemento nacional ao Allied Joint Publication (AJP)-01 da OTAN, cobrindo o vazio doutrinário de Operações Conjuntas, em contexto apenas nacional (EMGFA, 2012). Por outro lado, é entendido que em face da dimensão de Portugal, a doutrina produzida pela OTAN é suficiente, havendo apenas que produzir em complemento, quando necessário. Assim bastaria uma processo e estruturas para ratificar e implementar as Allied Publications (Camilo, 2016). Com efeito, os resultados atuais não têm sido satisfatórios⁵⁷ por força dos parques recursos, descoordenação nos procedimentos de normalização entre Ramos e EMGFA, uma descentralização na participação nos working groups da OTAN e rotação nas responsabilidades, pouco adequada (N.

⁵⁶ PDMC-01 Doutrina Militar Conjunta.

⁵⁷ Apesar de atribuídas responsabilidades à Divisão de Normalização e Catalogação do EMGFA.

Vaz, entrevista presencial, 15 de janeiro de 2019).

Colaborativamente com a produção de doutrina, o Instituto Universitário Militar (IUM) pode ser mais ativo neste processo, desde logo através da Investigação e Desenvolvimento (I&D), ao nível do Centro de Investigação e pelo know how que se vem adquirindo ao nível da Área de Ensino de Operações (AEO). A este respeito, importa relembrar que o CEMGFA tem como atribuição, dirigir o ensino superior militar⁵⁸ e referenciou o IUM como objetivo na Diretiva Estratégica (EMGFA, 2018).

O Treino Operacional Conjunto consiste num processo que assenta sobretudo na Diretiva para Execução de Exercícios das FFAA e o Programa Anual de exercícios das FFAA, não se notando, porém, uma orientação e definição de objetivos de treino e prioridades para constituir a base do planeamento dos Exercícios Conjuntos com efeitos ao nível dos Planos de Treino nos Ramos. Para os Exercícios Conjuntos⁵⁹ respeita-se o processo OTAN de Planeamento de Operações (EMGFA, 2012; G. Lopes, entrevista presencial, 14 de dezembro de 2018).

O Exercício Lusitano que é por excelência, o Exercício Conjunto Nacional, realizado anualmente e com participação das forças dos três ramos, tem reiteradamente evidenciado as lacunas ao nível do Comando e Controlo (C2), com falhas nos sistemas de Comunicações e Sistemas de Informação. Esta é a evidência que o treino conjunto não é consequente, na medida em que no principal exercício conjunto existem deficiências graves na interoperabilidade das forças, aspeto absolutamente central para o emprego conjunto.

5.2.2. Estratégia Genética

A partir de 2014 as FFAA devem ser capazes de gerar, para melhor empregar as capacidades militares a fim de poderem executar as missões no contexto dos diversos cenários que se afiguram (Garcia, 2014), que serão analisados no capítulo seguinte.

Desde logo é primordial ter a noção da nossa dimensão para apontar a uma genética realista. Para Pereira (2016 cit. Por Camilo 2016, p. 28) “... atualmente a dimensão do SF não permite conduzir uma Small Joint Operation pelo que muito dificilmente veremos Portugal a realizar operações ao nível operacional, em ambiente multinacional, ou de forma autónoma exceto em guerra ... que exigiria mobilização”.

Parece-nos que essa noção existe, havendo claras intenções de explorar as cooperações como potencialidades e oportunidades. Pertencendo à OTAN e à União

⁵⁸ Nova competência atribuída ao CEMGFA pela LOEMGFA (2014)

⁵⁹ A referência é o Planeamento do Exercício Lusitano.

Europeia (UE), a geração de capacidades é facilitada na justa medida em que podemos com mais facilidade integrar os projetos de I&D e aquisição⁶⁰ (Pires N. , 2018).

O EMGFA gere, atualmente, as seguintes capacidades: C2, Ciberdefesa, INTEL, Segurança Militar e Apoio Sanitário, relevando-se o foco nas capacidades de C2 ou noutras vocacionadas para a interoperabilidade com os ramos. A capacidade de C2, está praticamente edificada, no entanto a capacidade de projeção dos Quartéis-Generais mantém-se indisponível. No que respeita à Ciberdefesa, estão praticamente implementados todos os requisitos (M. Pereira, *op. cit.*).

A capacidade de Operações Especiais (OE), está edificada no Exército, residindo no EMGFA, apenas a capacidade de C2 das Forças de OE. É uma realidade não replicada noutras Forças Armadas e que também não o deveria ser, na nossa realidade, pela natureza conjunta das operações militares em que as Forças de OE são empregues (A. Pereira, entrevista presencial, 03 de janeiro de 2019).

5.2.3. Estratégia Estrutural

Ora, ao nível estrutural vamos-nos focar nas estruturas atuais do comando das FFAA. Assim, a montante, importa transmitir que, doutrinariamente, as estruturas de Comando Conjunto seguem os princípios da OTAN prevendo os três níveis de Operações: Estratégico, Operacional e Tático e as interações entre eles. Dessa forma, numa transposição do que é feito na OTAN⁶¹, sobre os níveis de comando, importa refletir que na realidade nacional há incongruências legais sobre a responsabilização de entidades para o exercício do comando. De acordo com a LOEMGFA o Comando Conjunto para as Operações Militares (CCOM) "... tem por missão assegurar o exercício pelo CEMGFA do comando operacional" (MDN, 2014, p. 6385). Assim, seria evidente que, como o CEMCCOM dirige o CCOM (MDN, 2014), então estaria nele investido o comando. Esta dedução contrasta com a atribuição do CEMGFA, de ser o Comandante Operacional.

Respeitante à capacidade de planeamento e C2, a estrutura responsável por assumir o nível operacional é o CCOM com a atribuição de "elaborar estudos, acompanhar a projeção e retração de forças nacionais destacadas, planear e dirigir o treino operacional conjunto..." (MDN, 2014, p. 6385) Este compreende uma estrutura permanente "Peace Establishment" inferior a 100 militares, podendo ser reforçados de forma incremental por elementos dos Ramos assomando à estrutura de "Crises Establishment". Isto significa que mantém ativo, com caráter permanente as áreas de Operações, Planos e Recursos, evidenciando-se, porém,

⁶⁰ Portugal é *Lead Nation* da OTAN *Multinational Cyber Defence Educating and Training*.

⁶¹ Através do AJP-01.

o não preenchimento de alguns cargos, com impacto. Ora somando às atividades diárias, as de planeamento e condução das operações necessárias para uma projeção de forças como aconteceu com a Operação MANATIM, parece-nos uma estrutura reduzida em face do manancial de tarefas a cumprir numa situação como esta (N. Vaz, *op. cit.*).

No que respeita à FRI, apesar de ser uma força de nível tático, utiliza o processo operacional como seu processo de planeamento, por ser força conjunta. Ora este tipo de planeamento não se compadece com a convocação periódica do Estado-Maior da força, para planeamento, na medida em que este, está pouco familiarizado com o processo de planeamento operacional e mantém pouca integração dos seus elementos, motivos bastantes para não se planear de forma ágil e célere, como se sugere a ativação de uma força com estas características.

5.3. O EMPREGO DE FORÇAS CONJUNTAS EM FACE DOS CENÁRIOS E TENDÊNCIAS FUTURAS

Neste capítulo pretende-se analisar se, as tendências futuras, configuram cenários onde o emprego de forças conjuntas será mais apropriado ao de forças de um único ramo.

O CEM (2014a) assegura ao nível do planeamento da estratégia militar operacional, a produção e atualização dos planos em face dos cenários admitidos para emprego das FFAA, sendo justo dizer que a cenarização representa o principal instrumento do planeamento estratégico nacional⁶².

No seu quarto parágrafo, vêm descritos os seis cenários e subcenários (Figura 5), podendo-se inferir sobre os quais se adequarão o emprego de Forças mais flexíveis, interoperáveis e adaptáveis, com uso de equipamentos de mais que um Ramo, sob um comando comum e, portanto, Forças Conjuntas.

⁶² Já neste sentido Amador (2017) destacou duas premissas apresentadas por Yager a fim de relevar a importância de se poder prospetivar, em estratégia: (i) a natureza proativa, antecipatória, mas não preditiva e a sujeição ao ambiente estratégico.

Cenários (C _x)	Subcenários
C 1	Segurança e Defesa do TN e dos Cidadãos
	. Defesa Convencional do TN
	. Garantia de Circulação no Espaço Interterritorial
	. Cooperar com Forças e Serviços de Segurança
C 2	Defesa Coletiva
	. Defesa do Território das Nações Aliadas
C 3	Exercício da Soberania, jurisdição e responsabilidades Nacionais
	. Vigilância e Controlo, incluindo fiscalização e policiamento aéreo, dos espaços sob soberania e jurisdição nacional.
	. Segurança das Linhas de Comunicação no EEINP
C 4	Segurança Cooperativa
	. Operações de Resposta a Crises no âmbito da OTAN
	. Operações de Paz no âmbito da ONU e CPLP
C 5	Apoio ao Desenvolvimento e Bem Estar
	. Apoio à Protecção de Salvaguarda e Bens
C 6	Cooperação e Assistência Militar
	. Cooperação e Assistência Militar de natureza bilateral e multilateral

Figura 5 – Cenários de Emprego

Fonte: Adaptado a partir de (CCEM, 2014a)

De qualquer forma, o CEM é um documento de 2014, notando-se naturais desenvolvimentos nas grandes tendências, nos contextos de segurança regionais e nacionais.

5.4. AMEAÇAS, RISCOS E TENDÊNCIAS

A montante do CEM, temos o Conceito Estratégico de Defesa Nacional (CEDN) que define as prioridades do Estado em matéria de defesa, de acordo com o interesse nacional e é parte integrante da política de defesa nacional. No seu parágrafo terceiro apresenta as ameaças e riscos (Conselho de Ministros, 2013).

No entanto o estrategista deve “questionar” essas ameaças e riscos e projetar cenários, para que possa avaliar em permanência a capacidade de resposta da Nação. Nesse alinhamento e com o objetivo de apresentar de forma sistematizada quais as grandes tendências no domínio da conflitualidade global, Amador (2017) analisou as projeções da UE, OTAN e as anunciadas pela Conferência de Segurança de Munique⁶³

⁶³ UE através de um estudo da Oxford Analítica Global e da Conferência de Munique através do produto *Munich Security Report*.

concluindo quais os possíveis impactos de tais tendências no ambiente operativo⁶⁴.

Já no presente ano Telo (2018), analisa o arco dos conflitos e identificou correntes de fundo⁶⁵, que considerou serem combustíveis para os conflitos do passado, de hoje e para o futuro, dando enfoque à perspectiva histórica.

Examinar as ameaças e riscos do CEDN e entender quais as tendências projetadas para o horizonte 2035, permite-nos uma compreensão sobre a importância das Forças Conjuntas para esse período e qual a sua tendência de empregabilidade. Para esse exercício respeitou-se a seguinte lógica:

Considerou-se os cenários de emprego das forças (dos cenários 1 ao 6) e subcenários;

Categorizou-se qual a tendência de emprego de forças nos cenários, de acordo com a Quadro 1.

Quadro 1 – Adequabilidade de Emprego de Forças

Cenário	Tendência	Razão
C1	Forças Conjuntas	FFAA capazes para fazer face a ameaças e riscos que visem diretamente o TN, serão empregues de forma conjunta, com comando do CEMGFA e rentabilizando ao máximo a interoperabilidade e sinergia de sistemas.
C2	Forças Tendencialmente Conjuntas	O Planeamento de Defesa Coletiva, apesar de ser efetuado tendo por base um contributo nacional ao nível das Componentes, assume desde o Processo de Decisão Nacional até ao Emprego das forças Nacionais Afiliadas, uma lógica conjunta. De qualquer forma, na atualidade, só as FND projetadas para a RCA é que usam meios aéreos e terrestres.
C3	Forças Tendencialmente Conjuntas	A afirmação da Soberania Nacional também passa por uma capacidade de vigilância, busca e o salvamento marítimo e aéreo e fiscalização e o policiamento aéreo de áreas sob soberania e jurisdição nacional. Os meios envolvidos e a integração das ações apropriam ao uso do Conjunto.
C4	Forças Tendencialmente Conjuntas	As participações das FFAA em ações de nível multinacional têm a finalidade de promover a paz e estabilidade na comunidade internacional e fazer face a desastres humanitários. O caráter de urgência em que este cenário acontece leva a uma necessária capacidade de projeção e interoperabilidade, melhor assegurada por uma organização Conjunta .
C5	Forças dos Ramos	Para além do serviço público, as FFAA desempenham outras missões que reforçam a natureza de uma instituição ao serviço do bem comum, destacando-se ações de cooperação nas atividades de apoio à população. Ora para este cenário, o emprego de forças dos Ramos permanecerá suficiente não se prospetivando o emprego de forças conjuntas .
C6	Forças dos Ramos/Tendencialmente Conjuntas	A assistência militar tem sido assegurada por Forças dos Ramos. Isso acontece agora com os Contingentes Nacionais projetados para o Afeganistão e Iraque para missões de <i>Training, Advising and Assistance</i> .

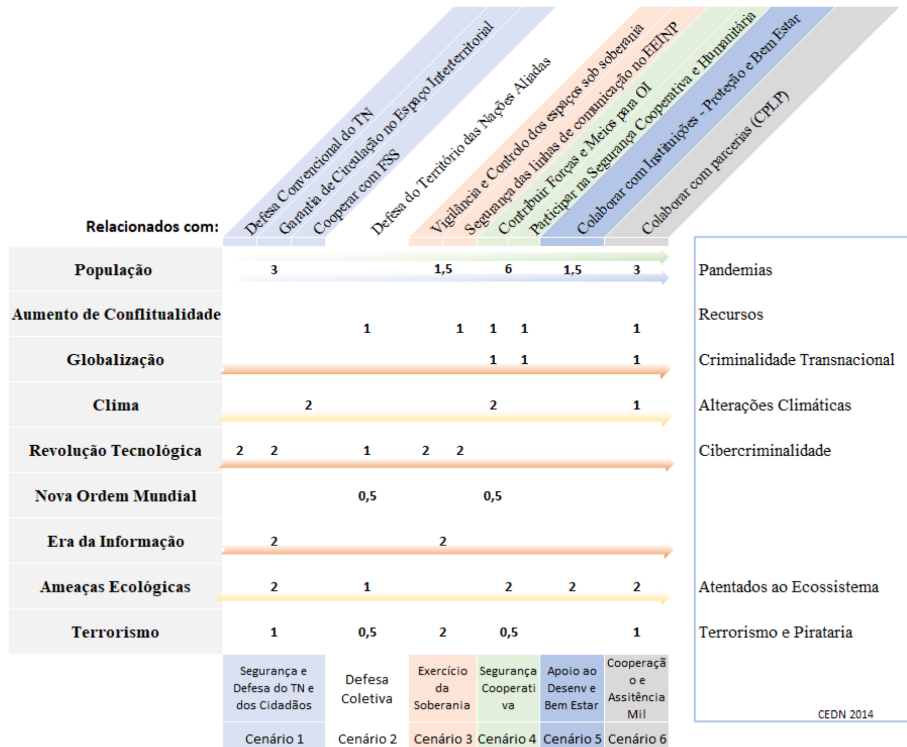
Relacionou-se as tendências no ambiente operativo futuro, considerando as tendências apresentadas no estudo de Amador (2017);

– Analisou-se o impacto dessas tendências nos cenários, pelas iterações estabelecidas entre os subcenários e as tendências de emprego (Figura 6);

⁶⁴ Através do *Joint Operating Environment 2035*.

⁶⁵ As Correntes de fundo são: a degradação da relação ecológica com o Planeta, Explosão Demográfica, Desemprego provocado pela Evolução Tecnológica e Crescimento Exponencial de Desalojados.

– A pontuação atribuída foi incrementada (x2) quando as tendências estão relacionadas com as correntes de fundo (ver Figura 6).



LEGENDA Relacionado Com as Correntes de Fundo

- Degradação da relação ecológica com o Planeta
- Explosão Demográfica
- Desemprego provocado pela Evolução Tecnológica
- Crescimento Exponencial de Desalojados

Figura 6 – Relação entre Projeções e Cenários de Emprego de Forças

Conclui-se da análise efetuada que os cenários 1, 3 e principalmente o 4, Segurança Cooperativa, são os cenários com maior probabilidade para emprego de forças futuramente, daí que se configura, de igual modo, uma maior probabilidade de emprego de Forças Conjuntas, imperando pensar que desafios, se nos colocam (Figura 7).

Cenário		Tipologia de Forças	Ramos / Conjunto	
C 1	Segurança e Defesa do TN e dos Cidadãos	SF	C	14
C 2	Defesa Coletiva	CMF	TC	4
C 3	Exercício da Soberania, jurisdição e responsabilidades Nacionais	FPAS	TC	10,5
C 4	Segurança Cooperativa	CMF	TC	15
C 5	Apoio ao Desenvolvimento e Bem Estar	SF	Ramos	3
C 6	Cooperação e Assistência Militar	SF	Ramos / TC	9

Figura 7 – Totais

6. IMPLICAÇÕES

Tendo-se no segundo Capítulo analisado as FFAA Portuguesas na atualidade e no terceiro capítulo, tornado claro, que a tendência aponta a cenários mais adequados ao emprego de Forças Conjuntas, então deduzimos neste capítulo, o que há que mudar, quais os principais desafios colocados às FFAA.

6.1. ESTRATÉGIA OPERACIONAL

O emprego de meios adequados nas Operações Conjuntas exige uma doutrina Conjunta. Esta noção adensa a necessidade de mais e melhor participação em exercícios internacionais para haver retorno de experiências, reestruturação e responsabilização das estruturas para normalização ou elaboração de doutrina. Naturalmente que a I&D é parte neste processo, com evidentes responsabilidades do IUM.

O Ciberespaço constitui desafio aventando-se até a possibilidade de dar forma a um quarto ramo (Pires, 2018). No entanto, a edificação de capacidades no âmbito do ciber, do espaço, entre outros, terão impacto nas forças Conjuntas, porque passarão a ser uma presença constante nas operações e nos diversos escalões, havendo que construir uma estratégia de ciberdefesa e que nela se reflitam responsabilidades e entidades responsáveis (A. Pereira, *op. cit.*).

Numa outra medida e em linha com o que podem as FFAA fazer em operações conjuntas e combinadas em ambientes não permissivos⁶⁶, em que uma das tarefas de estabilização é a reforma do setor de segurança, existe a possibilidade das FFAA cumprirem missões na ordem interna⁶⁷. Neste particular, falta definir estruturas e responsabilidades e efetuar treino Conjunto.

⁶⁶ Onde só as forças militares podem atuar.

⁶⁷ Caso do Brasil e do Reino Unido e EUA com o conceito de *Homeland Security*.

6.2. ESTRATÉGIA GENÉTICA

Na geração das capacidades para emprego, impera ponderá-las em face da nossa dimensão. Apesar da nossa responsabilidade nos cenários de defesa coletiva e segurança cooperativa induzir-nos à posse de forças conjuntas credíveis que nos deem pujança ao nível diplomático, há que nos assegurarmos que as FFAA Portuguesas são o garante da soberania nacional (Garcia, 2014).

Para o futuro, a escolha para capacidades a edificar deve assentar nos pressupostos atuais, dando primazia ao C2, manter o foco na Cibersegurança e trazer a capacidade das OE para o nível operacional, tornando-a decididamente concordante com a sua natureza conjunta. Por último, ao falar-se de otimização, referimo-nos ao binómio eficácia e eficiência, devendo-se apostar em capacidades de irrefutável utilidade tática, mas também estratégica. É fulcral ter presente o alcance político da opinião pública pelo que edificar capacidades que poupem vidas (Garcia, 2014), merecerão melhor aceitação para investimento.

Neste particular, tirar partido da PESCO, integrando mais projetos e optar por ciclos de execução mais curtos, com meios mais modulares, mais flexíveis e adaptáveis (Pires N. , 2018) é uma oportunidade a explorar.

6.3. ESTRATÉGIA ESTRUTURAL

O conjunto exige um novo paradigma mental que se coloca a todos os níveis de liderança. As decisões afetam forças de Ramos diferentes dos decisores. Esse paradigma deve-se sustentar numa base de treino coerente e constante, com recurso a cenários complexos, improváveis e caóticos. É neste contexto de caos que decorrerão as Operações Conjuntas (Telo, Borges, & Pires, 2018), para as quais se necessita de total enquadramento legislativo das FFAA e uma definição clara e inequívoca da entidade que detém a autoridade para empregar operacionalmente as forças a esse nível.

De acordo com a OTAN, as estruturas de comando são arquitetadas com uma estrutura permanente robustecida com capacidade para planear e conduzir operações. Ora, desta forma e caminhando para maior emprego do Conjunto, dever-se-á repensar nos QO e preencher os lugares em falta e permanecer um núcleo permanente da FRI no CCOM para estabelecer full time um planeamento colaborativo, não sendo somente o Comandante e Chefe de Estado Maior até porque como se sabe são cargos de decisão e coordenação faltando os planeadores.

6.4. DESAFIOS

Ao longo do capítulo refletiu-se sobre os desafios presentes e que podem ser resumidamente agrupados em: desafios ao nível operacional: doutrina e treino,

desafios ao nível genético: capacidades e desafios ao nível estrutural: estruturas e escalões. Assim e tal como constatado sugere-se o seguinte quadro ações (A) por cada desafio (D):

- Estratégia Operacional
 - D1 – Existência de doutrina militar conjunta adequada
 - A11 – Adequação de processo e estruturas de ratificação e implementação das Allied Operations;
 - A12 – Incluir o IUM como elemento contributivo para a doutrina conjunta (através do CIDIUM) e explorar o know how do corpo docente da AEO.
 - D2 – Treino Operacional Conjunto consolidado
 - A21 – Alinhar os ciclos de treino operacional internamente, vertendo objetivos de treino para orientarem os objetivos dos ramos;
 - A22 – Alinhar externamente fazendo-o coincidir com o ciclo de treino da OTAN;
 - A23 – Potenciar o treino operacional conjunto do Exercício LUSITANO.
- Estratégia Genética
 - D3 – Critério na escolha das capacidades
 - A31 – Prioridade para capacidades de C2;
 - A32 – Edificar capacidade de ciberdefesa;
 - A33 – Atribuir a capacidade de Operações Especiais ao EMGFA.
- Estratégia Estrutural
 - D4 – Estrutura de C2 do nível operacional
 - A41 – Legislar que o EMGFA atue exclusivamente no nível estratégico-militar;
 - A42 – Clarificar a estrutura responsável pelo nível operacional, clarificando as responsabilidades do CEMCCOM.
 - D5 – Capacidade de Planeamento
 - A51 – Redefinir as Preencher os cargos no CCOM, robustecer a estrutura permanente e estabelecer um núcleo permanente da FRI.

Parece-nos que é matéria suficiente para, correspondendo aos critérios considerados para a formulação de objetivos na Diretiva Estratégica de 2017, propor um novo Objetivo Estratégico - Afirmar emprego de Forças Conjuntas que teria como medida de eficácia a avaliação de um teste a um Plano de Contingência Nacional.

7. CONCLUSÕES

Para conduzir operações, impõem-se às forças eficácia, flexibilidade e otimização nos processos e procedimentos, para mais facilmente alcançarem o êxito. Esses requisitos são mais facilmente observáveis quando olhamos a forças ou capacidades conjuntas. A legislação enquadrante nacional preconiza que o CEMGFA é o responsável por exercer o comando de nível operacional, o nível das operações onde habitualmente se emprega forças conjuntas.

Apesar da evolução nos encaminhar para o Conjunto, a realidade atual das FFAA demonstra evidentes fragilidades. Assim e como resposta à QD1, a empregabilidade do Conjunto pelas FFAA apresenta lacunas nos três níveis da estratégia analisados. Ao nível da estratégia operacional importa referir que doutrinariamente, existe apenas uma publicação doutrinária conjunta, o PDM-01 de 2012 que transpõe o processo de planeamento operacional usado na OTAN para a doutrina nacional. Esta publicação, além de vaga, é a única representante de doutrina nacional conjunta. O IUM tem, supostamente, capacidade para apoiar o processo doutrinário nacional suportado na I&D do CIDIUM embora não se venha explorando esta possibilidade. Por outro lado, o treino operacional conjunto não é consequente. O planeamento assenta fundamentalmente em dois documentos que calendarizam exercícios, desconflituando as atividades do treino operacional das forças. De qualquer forma o CCOM não define objetivos de treino para as forças, faltando os objetivos operacionais no planeamento do Treino Operacional. Ao nível genético, o SF nacional assenta, desde 2014, no processo de edificação por capacidades. Este mindset alui também ao conjunto, basta lembrar que um dos vetores de desenvolvimento de capacidades é a interoperabilidade que procura medir as sinergias entre as capacidades, aspeto central no Conjunto. No EMGFA a capacidade de C2, bem como a de cibersegurança estão atualmente a serem edificadas.

Ao nível estrutural, há incongruências na legislação que levam a interpretações distintas quanto às responsabilidades do comando de nível operacional e que reportam, por conseguinte, ao comando das Forças Conjuntas. Ainda, a nível das estruturas, importa refletir a necessidade de uma estrutura permanente mais robusta que possa melhor responder à perspetiva de mais emprego de forças.

Ora estando analisado o emprego do conjunto pelas FFAA no presente, tentámos perceber o que se afigura no futuro quanto ao emprego de forças. O CEM de 2014 descreve cenários de emprego de forças mais apropriados a determinado tipo de Forças. Assim e desse modo constatou-se que para a segurança e defesa do TN e dos cidadãos, defesa coletiva e as operações no âmbito do exercício de

soberania e segurança cooperativa apresentam uma tendência para o emprego de Forças Conjuntas. Considerou-se adicionalmente que as missões no âmbito do desenvolvimento, bem-estar e a assistência militar permanecem possíveis de cumprir com forças dos Ramos.

Analisadas as tendências no ambiente operativo constatou-se que as crises/ou conflitos vão ser influenciados por fatores relacionados com: (i) população; (ii) aumento da conflitualidade; (iii) globalização, (iv) clima, (v) revolução tecnológica, (vi) nova ordem mundial, (vii) era da informação, (viii) ameaças ecológicas e terrorismo. Deduziu-se assim quais os subcenários e cenários onde se empregam forças, no futuro e como resposta à QD2 projeta-se mais operações ao nível do âmbito da segurança cooperativa, essencialmente pelos conflitos relacionadas com a população, clima e seus impactos nos parceiros da CPLP e segurança e defesa do TN e dos cidadãos, muito relacionado com possibilidade dos ataques ciber e efeitos das tecnologias de redes. Ambos os cenários se enquadram ao emprego de forças conjuntas.

Por fim, concluindo-se o que é preciso melhorar ou implementar, constatou-se e como resposta à QD3 quais os principais desafios a fazer face. Assim serão (i) existência de doutrina militar conjunta adequada; (ii) Treino Operacional Conjunto consolidado, (iii) Critério na escolha das capacidades; (iv) Estrutura de C2 do nível operacional, (v) Capacidade de Planeamento.

Concluindo e como resposta à QC, as FFAA caminham para uma maior adequabilidade no emprego efetivo do Conjunto, não devendo permanecer incertezas quanto à tendência do seu emprego. Efetivamente, logo no quadro legislativo, há incongruências a terem de ser definidas. De qualquer forma o emprego conjunto é uma realidade já presente, muito afirmada na OTAN e que no qual deve orbitar um esforço ao nível funcional, genético e estrutural, superintendido por lideranças fortes e capazes de alterar o paradigma.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACT. (2018). *Framework for Future Alliance Operations*. Norfolk, Virginia: MC2 Brandon Vinson, U.S. Navy.
- Amador, P. (2017). Tendências Conflituais para o Horizonte 2035. *Revista Militar*, 777-804.
- Andrade, J. (2017). *Nota Introdutória ao Painel*. Lisboa, Portugal: Instituto Universitário Militar.
- Bernardo, L. (2018). Militarizar para desenvolver: a defesa portuguesa, de 2018 a 2027. *Le Monde Diplomatique*, 12-13.

- Camilo, R. (2016). *Os Processos de Normalização e Desenvolvimento da Doutrina Militar combinada nas Forças Armadas Portuguesas. Contributos para a sua integração e harmonização*. Lisboa, Lisboa, Portugal: IUM.
- CCEM. (2014a). *Conceito Estratégico Militar*. Lisboa: Ministério da Defesa Nacional.
- Conselho de Ministros. (2013). *Conceito Estratégico de Defesa Nacional*. Diário da República, 1ª Série - N.º 67. Lisboa, Lisboa, Portugal: Conselho de Ministros.
- Couto, A. (1988). *Elementos de Estratégia - Apontamentos para um Curso* (Volume I ed.). Pedrouços: IAEM.
- EMGFA. (2012). *PDMC-01. Doutrina Militar Conjunta*. Lisboa, Lisboa, Portugal: EMGFA.
- EMGFA. (2014). *Lei Orgânica. Decreto-Lei 184/2014*. Lisboa, Lisboa, Portugal: EMGFA.
- EMGFA. (2018). *Diretiva Estratégica do EMGFA 2018-2021*. Diretiva Estratégica. Lisboa, Lisboa, Portugal: EMGFA.
- Exército Português. (2012). *PDE 3-00 Operações* (EP ed.). Lisboa: MDN.
- Faria, P. (2014). *A Estrutura de Comando de Nível Operacional Nacional e o Processo de Planeamento Operacional*. Dissertação de Mestrado em Ciências Militares - Segurança e Defesa . Lisboa, Lisboa, Portugal: IUM.
- Garcia, F. (2014). O Instrumento Militar e Forças Armadas - o caso de um pequeno Estado. *Revista de Direito e Segurança*, 113-132.
- Governo Português. (2014). *Lei Orgânica do EMGFA*. Lisboa: Governo Português.
- MDN. (2014). *Diretiva Ministerial do Planeamento de Defesa Militar*. Diário da República. Lisboa, Lisboa, Portugal: MDN.
- MDN. (2014). *LOEMGFA*. Diário da República, 1ª Série - N.º250. Lisboa, Lisboa, Portugal: MDN.
- OTAN. (2017). *AJP-01*, Ed E. Norfolk: NSO.
- Pires, N. (2018). O Conceito Multidomínio e as possíveis aplicações às Forças Armadas Portuguesas. *Ares 24*. Lisboa, Lisboa, Portugal: IUM.
- Richards, C. (2010). *The Generational Warfare Model*. Retirado de <https://geopoliticus.wordpress.com/2010/10/26/the-generational-warfare-model/>
- Telo, A., Borges, J. V., & Pires, N. (2018). *Dar uma Razão à Força e uma Força à Razão*. Alcochete: NEXO.

PASSAGEM À RESISTÊNCIA: O ARTIGO 276.º DA CRP E O PAPEL DAS FORÇAS ARMADAS

Pedro Álvaro Flores da Silva

Major de Infantaria Paraquedista

Auditor do Curso de Estado-Maior Conjunto 2018/19

Lisboa, Portugal

RESUMO

A defesa da Pátria é um direito e um dever de todos os portugueses. A passagem à Resistência pela população, numa situação de invasão e controlo territorial por uma força externa, encontra-se consagrado nos diplomas legais enquadrantes da Defesa Nacional. Este trabalho visa a compreensão da contribuição atual das Forças Armadas na preparação da passagem à Resistência pelo povo português, em que para tal levantou-se a seguinte questão: Atualmente, como estão as Forças Armadas a implementar medidas para preparar a passagem à Resistência? Perante esta questão de investigação e na consecução do respetivo objetivo de investigação, foi seguido um raciocínio dedutivo na análise das dimensões que englobam a preparação da passagem à Resistência: a preparação moral da população; e a formação dos militares das Forças Armadas. Esta última, como sendo a instituição consagrada legalmente com responsabilidades organizacionais para agir perante uma situação de Resistência. Após essa análise, deduziram-se as implicações que o estado atual de ambas as dimensões traduzem na preparação da passagem à Resistência. Constatou-se que, embora a passagem à Resistência esteja consagrada na legislação em vigor, talvez este assunto não tenha vindo a merecer a devida reflexão e prevenção em tempo de paz.

Palavras-chave: Resistência, Forças Armadas, Defesa Nacional, Pátria, Constituição

ABSTRACT

The defense of the Motherland is a right and a duty of all Portuguese people. The transition to the condition of Resistance by the population, in a situation of invasion and territorial control by an external force, is contemplated in the legal diplomas within the National Defense. This work aims at understanding the current contribution of the Armed Forces in preparing the transition to the condition of Resistance by the Portuguese people, in which the following question arose: How are the Armed Forces currently implementing measures for preparation the transition to the Resistance? Facing this research question and pursuing its research objective, a deductive approach was followed, on analysing the dimensions that comprise the preparation of the passage to the Resistance: the moral preparation of the population; and the training conferred to the Armed Forces. This one, as the legally consecrated institution with organizational responsibilities to act before a Resistance situation. After this analysis, it was deduced the implications that their current status translates into the preparation of the passage

to the Resistance. It was found that, although the passage to the Resistance is enshrined in the legislation, this issue may not have earned due reflection and prevention in peacetime.

Keywords: *Resistance, Armed Forces, National Defense, Homeland, Constitution*

1. INTRODUÇÃO

Para um país como Portugal, em que a sua Defesa depende substancialmente das alianças externas, a Resistência assume um papel complementar às Forças Armadas (FFAA) como um instrumento para impedir o sucesso no controlo do país por parte de uma força invasora, sendo ele imprescindível como elemento estratégico de dissuasão de uma eventual invasão do Território Nacional (TN) (Albuquerque, 1986, p. 41).

O estabelecimento das condições para a passagem à Resistência, perante uma invasão que controle todo ou parte do TN, é responsabilidade do Estado, no respeitante à formação cívica e moral da população e na indução do sentido colaborativo com a Defesa Nacional (DN). Compete às FFAA o respeitante à preparação militar e desenvolvimento doutrinário que suporte a Guerra Subversiva. Isto para que, caso seja necessária, a Resistência surja de forma organizada e não espontânea (Duarte J. P., 1997, p. 36).

Com este estudo, pretende-se compreender a situação atual, envolvendo as responsabilidades do Estado e das FFAA na execução de procedimentos a adotar, salvaguardando a preparação da passagem à Resistência. Para tal, contempla-se um cenário sustentado na falência das Forças e Serviços de Segurança e derrota das FFAA, perante a presença de uma força invasora em Portugal. Neste contexto, restará à população portuguesa, como o elemento de dimensão preponderante, salvaguardar a independência de Portugal e a sua soberania, resistindo à presença do invasor até serem criadas condições para o restabelecimento da liberdade e independência nacional. Este movimento é salvaguardado pelos diplomas legais enquadrantes, onde a defesa da Pátria e a passagem à Resistência são assumidos explicitamente como sendo direitos e deveres da responsabilidade de todos os Portugueses, convergindo na necessidade de organização da passagem à Resistência, em matéria de DN.

Ir-se-ão enumerar as medidas e repercussões das mesmas, na parte contributiva do esforço na preparação da passagem à Resistência, incidido com maior destaque na parte respeitante às FFAA. Esta investigação tem como objeto de estudo “as dimensões para a preparação da passagem à Resistência”, identificadas neste trabalho. Para tal, importa apresentar a materialização do

objetivo da presente investigação: “Compreender a atual contribuição das FFAA na preparação da passagem à Resistência pelo povo português”.

2. ESTADO DA ARTE

Perante o tema desta investigação, alguns estudos já foram elaborados, sustentados conjunturalmente numa realidade diferente da atual. De acordo com o trabalho realizado por Correia (1982), a condição de passagem à Resistência é abordada numa perspetiva da sua preparação pelas FFAA em tempo de paz, dependendo o seu suporte de uma “vontade política firme e determinada”, se entendido como condição essencial para o povo português, na preservação da independência nacional em caso de invasão externa (p. 34). O autor identifica a Guerrilha como forma estratégica de dissuasão para um Estado que não é dotado de meios caracterizadores de um poder militar dissuasivo. Embora não sendo uma capacidade que inflija danos significativos ao potencial de combate do invasor, de uma forma imediata, contribui para um plano estratégico de DN. Relaciona o seu valor como meio dissuasivo contra uma força invasora, na forma em que pode influenciar a decisão de uma força invasora, se antever a oposição de uma Guerrilha organizada (Correia, 1982).

Já Antunes (1985) identifica uma perspetiva histórica de derrota das FFAA aquando da invasão do TN, relacionando esse fenómeno com a falta de preparação e desorganização das FFAA. A oposição do povo português viria a surgir posteriormente, veiculada por sentimentos de unidade nacional e independência (p. 33). O mesmo autor identificou que a Resistência teria de ser preparada para ser um movimento coordenado ou dirigido, para que não se contasse com a eclosão espontânea dos seus executantes e dirigentes. Deveria de estar tudo previsto num plano estratégico de DN, em que as FFAA e os movimentos de Guerrilha atuassem em conjunto para o mesmo fim (p. 34).

De acordo com Albuquerque (1986), a ameaça mais provável a considerar numa invasão seria das forças de leste, provenientes da Ex-União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, conseqüente da ameaça latente da Guerra Fria (p. 31). Essa perspetiva atualmente não possui enquadramento com a avaliação das ameaças e riscos globais, consagrados no Conceito Estratégico de Defesa Nacional (CEDN).

Na obra de Portela (1991), foi abordada uma prospectiva para o ano 2000, visualizando um Exército debilitado em pessoal e treino, precisando de tempo para se mobilizar e treinar para enfrentar a uma ameaça externa. Nessa condição, pela oposição simbólica que o seu Exército poderia oferecer, Portugal dependeria de apoio externo para lidar com uma força invasora. A Resistência das forças irregulares, seria impulsionada pelo sentimento fundamental de patriotismo, que

teria de surgir através de uma sólida formação cívica, e que o mesmo não poderia ser imposto (pp. 30-32)

Conforme Duarte (1997), a vontade da população opor-se a um invasor, depende muito da formação cívica e militar, e sentimento de defesa obtidos durante o tempo de paz, sendo esta uma responsabilidade do Estado (p. 36).

Na leitura da Constituição da República Portuguesa (CRP) como diploma legislativo contendo os princípios basilares da democracia, para os princípios e organização do Estado e sua soberania, o conceito de “Resistência” é abordado no Art.º 21 [Direito de Resistência], merecendo interpretações que versam a abordagem desse direito conferido aos cidadãos, como legitimidade para a desobediência civil. (Canotilho & Moreira, 2014, pp. 237;420-422). Ainda na leitura da CRP, está salvaguardado no Art.º 276, definindo a defesa da Pátria como um “direito e dever fundamental de todos os portugueses” (Lei Constitucional nº1/2005, 2005, p. 144).

Enquadrado com a CRP que define que a defesa da Pátria compete a todos os portugueses como direito e dever fundamentais, prossegue o seu enquadramento no n.º 5 do Art.º 2 da Lei de Defesa Nacional (LDN) (2009), prevendo que “é direito e dever de cada português a passagem à resistência, ativa e passiva, nas áreas do TN ocupadas por forças estrangeiras.” (p. 4541).

Enquadrado com a LDN, encontra-se explanado no Conceito Estratégico de Defesa Nacional (CEDN) (2013), dentro do vetor de ação estratégica “Exercer soberania, neutralizar ameaças e riscos à segurança nacional” e enquadrado com domínio n.º 1.4.1 – Defender o Território e a segurança dos cidadãos, neutralizar as ameaças e riscos transnacionais, prevê através de uma linha de ação estratégica, a necessidade de “garantir a capacidade para organizar a resistência nacional em caso de agressão” (p. 1989). No mesmo documento, no vetor de ação estratégica “Responder às vulnerabilidades nacionais”, e com enquadramento na linha de ação estratégica n.º 2.1 – Promover o equilíbrio financeiro e o crescimento económico, contempla que se devem “criar e diversificar mecanismos suscetíveis de garantir abastecimentos vitais, de forma a melhorar a capacidade da resistência nacional em caso de conflito (p. 1993).

Perante estas necessidades, compete às FFAA em matéria de DN, exercer essa responsabilidade e adotar medidas que vão de encontro às necessidades exaradas no CEDN.

As medidas preventivas que salvaguardem a organização da passagem à Resistência, serão identificadas, bem como aquilo que tem vindo a ser feito nesta matéria. Logo, para a elaboração deste estudo e à luz das obras consultadas que abordam este tema, importa estabelecer a questão de investigação a colocar: “Atualmente, como estão as Forças Armadas a implementar medidas para preparar a passagem à Resistência?”.

3. ENQUADRAMENTO CONCRETUAL

O conceito “dever”, pode-se entender como “estar obrigado a”, ou “ser necessário”, bem como um “ato que tem de se executar em virtude de ordem, preceito ou conveniência” (Priberam, 2019a). Já o significado de “direito” é entendido como “o que pode ser exigido em conformidade com as leis ou a justiça”, ou “prerrogativa, poder legítimo” (Priberam, 2019b).

Conforme previsto na Publicação Doutrinária do Exército (PDE) (2010), o conceito de “Resistência” é apresentado como uma forma de atuação não-convencional dotada de legitimidade, sendo consagrada constitucionalmente como um dever de todos os cidadãos, militares ou civis, encontrando-se (ou não) no território ocupado. Serve para “combater forças de ocupação de um território, no sentido de o libertar do poder que elas representam” (p. 33). Sendo as modalidades de atuação da Resistência entendidas como “ativa” e “passiva”, considera-se como indissociáveis do conceito de Resistência, pese embora a dificuldade em definir os limites de atuação de ambas. Conforme a mesma publicação (2010), a Resistência Ativa entende-se como “aquela em que se utiliza a agressão direta, do tipo militar ou seus sucedâneos, contra bens e pessoas pertencentes ou afetas ao poder de ocupação”, e a Resistência Passiva sendo aquela que “utiliza todos os outros tipos de coação, de carácter político, psicológico, económico, cultural, etc.” (p. 33).

Ainda de acordo com a PDE para operações não-convencionais (2010), os elementos essenciais na preparação da passagem à Resistência são os seguintes: (i) preparação moral da população, considerando os superiores valores da liberdade e independência nacionais; (ii) formação de militares de acordo com os níveis a que possam vir a ser utilizados para a Resistência Ativa; (iii) estudos do meio humano, geográfico e político-social onde, com quem e como as diferentes atividades de Resistência poder-se-ão desenvolver; (iv) estudos para a criação de estruturas flexíveis face aos efeitos devastadores de uma invasão e consequente ocupação do TN, aptas a apoiar desde logo uma Resistência coordenada (pp. 33-34).

Como conceito de “Guerra Subversiva”, entende-se como “uma luta conduzida no interior de um dado território, por parte dos seus habitantes, ajudados e reforçados (ou não) do exterior, contra as autoridades de direito ou de facto estabelecidas, com a finalidade de lhes retirar o controle desse território ou, pelo menos, de paralisar a sua ação” (EME, 1966).

Quanto ao conceito de “Guerrilha”, como escreveu Hermes Oliveira (1949), está relacionado com uma “revolta do dominado contra o ocupante”, e afirma que a Guerrilha depende, acima de tudo, da força espiritual do povo que a faz (p. 100). De acordo com a PDE (2010) o conceito de Guerrilha é entendido como “um processo de luta armada, elemento essencial como sistema de flagelação na Guerra Subversiva, mas

também aplicável nas outras formas de guerra”. Essa Guerrilha consegue atingir uma superioridade pontual dependendo de determinadas características compensatórias da escassez de pessoal que a operacionalize, designadamente as seguintes: (i) clandestinidade, ocultação permanente; (ii) mobilidade e fluidez, que se complementa com a clandestinidade, evitando a exposição e empenhamento perante um oponente em posição vantajosa; (iii) caráter local, pelo seu conhecimento profundo da área de atuação; (iv) rusticidade, permitindo a resistência pelos seus elementos, sem baixar a moral e perante as condições difíceis que os elementos terão de enfrentar (EME, 2010, p. 35).

Os conceitos elencados serão considerados nas suas partes constituintes, orientando a identificação das medidas que devem ser adotadas na preparação da passagem à Resistência, decorrente do devido enquadramento legal.

4. METODOLOGIA

Perante o estado da arte e enquadramento conceptual, abordar-se-á a investigação recorrendo a uma estratégia qualitativa, através da análise de documentação que valide as dimensões consideradas, segundo um raciocínio dedutivo (Santos, et al., 2016).

Delimitando o objeto de investigação, consideram-se as dimensões no âmbito da preparação da passagem à Resistência: preparação moral da população; formação de militares. Outras dimensões integrantes deste processo de preparação não serão abordadas nesta investigação, por questões de segurança envolvendo a documentação que contenha os estudos necessários para preparar a passagem à Resistência. As dimensões verificadas, serão observadas no seu relacionamento direto com o papel competente às FFAA, decorrente do enquadramento legal anteriormente apresentado. A investigação será conduzida em duas vertentes, voltadas para a preparação da população e a intervenção das FFAA no processo, e na formação dos militares para preparar a passagem à Resistência.

Nesta investigação, será analisada a documentação reguladora da preparação moral da população no desenvolvimento do sentimento de patriotismo, considerando os conteúdos programáticos de um ensino escolar básico e secundário, como o alicerce de um processo de educação paulatino dos jovens portugueses. Na parte respeitante da formação dos militares, será analisada a formação respeitante a operações irregulares, desenhada para prover os militares dos conhecimentos necessários para compreender as atividades inerentes à guerra subversiva.

Decorrente da investigação conduzida sobre as dimensões enunciadas, serão elencadas as implicações a que esta investigação conduz, deduzindo-se os efeitos gerados pela atual preparação da passagem à Resistência. Perante estas implicações, serão tecidas as conclusões desta investigação.

5. INVESTIGAÇÃO

Sendo a defesa da Pátria “um direito e um dever fundamental de todos os portugueses” entende-se por “Pátria” como o território por quem um grupo de pessoas nutre um sentimento de identidade e união (Catroga, 2008, p. 13), ou de acordo com Sequeira (2017), a noção de Pátria apoia-se num sentimento de afetividade, na identificação com um território com que se associa às origens dos antepassados (p. 947).

A investigação foca-se no principal ator deste cenário de passagem à Resistência – a população, como sendo o elemento fundamental, porque depende da sua motivação para atuar em caso de necessidade. O sentimento de DN para este tipo de atuação, passa pelo esclarecimento dos cidadãos de que a DN é uma tarefa que compete a todos, não sendo exclusivamente das FFAA, carecendo de preparação prévia e antecedendo uma agressão externa (Correia, 1982, p. 28).

5.1. A PREPARAÇÃO MORAL DA POPULAÇÃO

Findo o Serviço Militar Obrigatório (SMO) em 2004, desde então tem-se questionado pública e pontualmente, sobre a utilidade das FFAA, onde a perspetiva dominante contempla principalmente a defesa do TN perante uma invasão externa (Cabral, 2006). Portugal abandonou o sistema de conscrição em tempo de paz, devido à evolução científica e técnica conducente à obsolescência de um Exército numeroso, pela alteração política e estratégica sentida com o fim da Guerra Fria (Narciso, 1999, pp. 69-70).

Ainda de acordo com Narciso (1999), o papel que o SMO desempenhava na formação moral dos cidadãos podia encarar-se como um expoente dos valores necessários à criação do sentimento de identidade nacional, embora não sendo o único mecanismo do processo de formação moral. Para reflexão, considere-se o sentimento nacional de uma mulher, a quem não era permitida a prestação de serviço militar. Questionar-se-ia se essa mulher teria menos formação cívica que um cidadão que prestara serviço militar? No caso do SMO quando vigorava em Portugal, quase metade dos cidadãos masculinos não prestaram esse serviço, mesmo possuindo condições para tal, evitando-o por diversos meios. Inquestionável é que o SMO desempenhou um papel importante para uma “consciencialização cívica, enraizando a motivação no dever de defesa da Pátria, consolidando o sentimento nacional” (pp. 93-94).

Findo o SMO com a alteração da Lei de Serviço Militar (LSM) (1999), surge a alteração da tipologia de serviço militar efetivo, reservando-o a militares do Quadro Permanente (QP), em regime de contrato e voluntariado (p. 6541).

No Art.º 11 da LSM (1999), prevê-se a realização do Dia da Defesa Nacional (DDN), visando a sensibilização dos jovens para a temática da DN, conjugada com uma divulgação das FFAA às quais está incumbida a defesa militar da República. A estas ações está associada a informação escrita dos preceitos constitucionais que se relacionam com a DN, direitos e deveres dos cidadãos, e as missões essenciais das FFAA (p. 6542).

O DDN, que decorre nas unidades das FFAA, é planeado e concebido pela Direção Geral de Recursos da Defesa Nacional (DGRDN) (Decreto-Lei nº289/2000, 2000). Analisando aquilo que traduz esse dia para um cidadão em contato com as FFAA nesse DDN, a sensibilização para a temática da DN encontra-se diluída numa palestra com 30 minutos de duração, onde noutras ações de divulgação de duração semelhante, abordam-se as apresentações dos Ramos das FFAA, da Guarda Nacional Republicana, da Autoridade Nacional de Proteção Civil, entre outras atividades (BrigMec, 2018).

Conforme o estudo realizado em 2018 suportado nos inquéritos finais dos jovens que frequentaram o DDN, verifica-se que as matérias pelas quais os jovens são inquiridos, não estão relacionadas com a noção de responsabilidade na participação em matérias de DN (DGRDN, 2018).

O eventual regresso do SMO foi um assunto recentemente abordado, vindo a ser equacionado pelo Ministro da Defesa Nacional através de declarações à comunicação social (Raíño, 2018). Poderia constituir-se como um mecanismo integrador da Pátria, ao englobar na instituição militar, os cidadãos provenientes das diversas regiões do país, empenhados na defesa da mesma Pátria (Narciso, 1999, p. 93).

Em resumo, constata-se que o papel das FFAA na preparação moral da população é residual. Não é credível que o DDN assuma um papel significativo nesse efeito, pelas leituras do que é preceituado na LSM e na diretiva enquadrante da realização do DDN.

Na perspetiva de análise da população jovem e da sua formação no âmbito moral, foi observada a ferramenta educacional que aborda esse processo. A Direção Geral da Educação (DGE) do Ministério da Educação e Ciência, materializa no projeto “Educação para a Cidadania” (2013), visando transmitir um conjunto de valores entendidos como contributivos para que os jovens sejam educados para virem a ser “pessoas responsáveis, autónomas, e que conheçam e exerçam os seus direitos e deveres [...] com espírito democrático”. Esse projeto é alicerçado em 14 linhas orientadoras, entre as quais consta a linha “Educação para a Segurança e Defesa Nacional”, definida como pretendendo “evidenciar o contributo específico dos órgãos e estruturas de defesa para a afirmação e preservação dos direitos e liberdades civis, bem como a natureza e finalidades

da sua atividade em tempo de paz, e ainda contribuir para a defesa da identidade nacional e para o reforço da matriz histórica de Portugal, nomeadamente como forma de consciencializar a importância do património cultural, no quadro da tradição universal de interdependência e solidariedade entre os povos do Mundo” (pp. 3,4). No entanto, verifica-se através Art.º 15 do Decreto-Lei nº139/12 (2012), que a formação pessoal e social dos alunos dos ensinos básico e secundário, deve ser desenvolvida pelas próprias instituições de ensino, desenvolvendo projetos contributivos subordinados à sua autonomia, para a formação pessoal e social dos alunos, nomeadamente educação cívica (p. 3479). Perante isto, infere-se que a preparação moral dos jovens portugueses prevista nesse projeto não está a ser regulamentada na sua profundidade, deixando ao livre arbítrio dos estabelecimentos de ensino o desenvolvimento dos seus projetos, onde o contributo para a formação moral no âmbito da Segurança e DN é questionável e não-regulado.

Complementarmente, através de um estudo que visou um inquérito à população portuguesa sobre a DN e as FFAA elaborado por Helena Carreiras (2009), é identificado que da amostra considerada, os cidadãos consideram-se numa grande maioria como sendo orgulhosos de serem portugueses, mas revelam uma divisão de opinião quanto à hipótese arriscar a própria vida na defesa da sua Pátria, ou numa eventual participação voluntária na defesa do país perante uma invasão militar (pp. 43-46).

5.2. A PREPARAÇÃO DOS MILITARES

É possível afirmar que as FFAA deverão ser empregues como impulsionadores e enquadrantes de uma Guerrilha generalizada, numa fase da passagem à Resistência, sendo este sistema predominantemente terrestre (Seixas, 1978).

De acordo com a PDE para operações não convencionais (2010), para preparar a Resistência devem implementar-se medidas em tempo de paz, nomeadamente a “formação ou sensibilização dos militares, de acordo com os níveis a que possam vir a ser utilizados para a Resistência ativa” (p. 33).

Neste sentido, a preparação dos militares para o papel que irão desempenhar na passagem à Resistência (no caso do Exército), existe um curso específico para esse efeito – Curso de Operações Irregulares (COIR) – com a duração atual de 20 dias úteis, para “garantir a qualificação de quadros em Operações Irregulares, aptos para organizar, instruir e orientar Forças Irregulares, tendo em vista a defesa do TN com recurso à resistência”. O COIR foi instituído por despacho de 03 de dezembro de 1983 do General Chefe do Estado-Maior do Exército (CEME), e nessa data fora implementado em regime de obrigatoriedade para todos os Oficiais e

Sargentos do Exército. É destinado aos Oficiais e Sargentos do QP das FFAA, visando habilitá-los com “os conhecimentos e competências necessários para organizar, formar e orientar forças irregulares, tendo em vista a defesa do TN com recurso à resistência.” (DF, 2018).

Desde o primeiro COIR ministrado em 1984 em regime de obrigatoriedade, frequentaram-no 1214 Oficiais e 1894 Sargentos do Exército, até 2001. Em consequência do Despacho nº150 de 2002 do CEME, o COIR perde a sua condição de obrigatoriedade, remetendo-se para um curso a ser frequentado em regime de voluntariado, vocacionado para as Escolas Práticas, com um efetivo delimitado entre 10 e 30 formandos (Horta, 2017, p. 66).

A perda de voluntariedade de COIR é fundamentada no referido despacho, como sendo um curso que provocava maiores prejuízos do que benefícios, na perspetiva da nomeação dos quadros recém-formados, prejudicando o seu desempenho nas unidades de colocação, colocando prioridade na gestão inicial de carreiras dos jovens quadros, perante a formação que adquiririam em Operações Irregulares. Importa referir que os argumentos sustentadores desse despacho, passavam pelo apoio que os jovens quadros deveriam prestar na formação de recrutas do SMO, algo que perdeu a sua validade desde 2004 (Velloso, 2008).

Relegando o COIR a um curso integrado no Plano de Formação Comum do Exército, constata-se que o mesmo é atualmente contemplado nesse plano, ocorrendo numa única edição de periodicidade anual, onde as Unidades, Estabelecimentos e Órgãos do Exército não têm cativado vagas que justifiquem a realização desse curso. (CmdPess, 2017, pp. 4; 11-39). Neste regime e no período compreendido entre 2003 e 2016, foram habilitados com esse curso um total de 28 Oficiais e 26 Sargentos, apresentando uma redução significativa de militares habilitados com as valências do COIR (Horta, 2017, p. 66).

Em alternativa aos militares habilitados com o COIR, a preparação dos militares para o cumprimento das tarefas e organização da Guerra Subversiva na passagem à Resistência, consta na tipologia de tarefas a desempenhar por Forças de Operações Especiais (FOEsp), enquadrado nas ações indiretas, traduzindo-se como um tipo de operação especial desenvolvida em território ocupado ou controlado pelo inimigo, para “instruir, orientar e apoiar Forças Irregulares, e assim, através delas atuar sobre o inimigo” (EME, 2014, p. 26).

Será pertinente identificar que, com este quadro de preparação, apenas alguns militares do Exército estão a receber formação, circunscrita à realização esporádica do COIR com formandos das FFAA, e a um quantitativo reduzido de militares, apoiado na formação integrada dos Oficiais e Sargentos que pertenceram às FOEsp, não representando um número significativo. Importa ressaltar que, a

passagem à Resistência pressupõe uma derrota das FFAA perante um invasor, e nisto assume-se que os militares das FFAA poderão permanecer, em grande parte, detidos pelas forças invasoras ou em situação de baixas em combate. Decorrente deste cenário, importa perceber que a responsabilidade das FFAA irá recair nos militares que consigam sobreviver à captura do invasor. O que numa situação favorecedora, deverão ser em quantidade significativa, salvaguardando uma dispersão territorial que permita executar os planos elaborados a montante, conforme previsto na doutrina existente (EME, 2010, p. 33).

6. IMPLICAÇÕES

Perante a análise efetuada nas dimensões já identificadas, importa dissecar as implicações que acarretam a atual formação moral da população, e preparação dos militares, perante um planeamento estratégico de DN.

6.1. A POPULAÇÃO

A efetivação da passagem à Resistência e o papel fundamental a desempenhar pela população, assenta na vontade da mesma em resistir ao invasor. Essa vontade não pode ser imposta, devendo surgir espontaneamente através de uma sólida formação cívica e moral a montante, ministrada em tempo de paz. Verificou-se que essa formação, atualmente reside num sistema de ensino básico e secundário, atribuindo-lhe um destaque imaterializável, pela ausência de legislação que imponha os conteúdos essenciais para desenvolver o sentimento de patriotismo, sustentado numa visão contributiva do papel a desempenhar no domínio da DN.

Importa questionar se os valores de patriotismo e sentimento de DN estarão a ser corretamente transmitidos à população, contribuindo para a sua formação moral. A DN tem um carácter de permanência e transversalidade a todos os cidadãos, militares ou civis, conforme consagrado na CRP. Pelo que deve assumir uma preocupação do Estado através dos seus Ministérios, requerendo o empenhamento e sensibilização de todos. Para atingir esse desiderato, poder-se-á atenuar as dificuldades através de um projeto que incuta nos cidadãos (essencialmente os jovens), o respeito pelos Símbolos e valores Nacionais, estimulando a coesão nacional.

Constata-se que a operacionalização do projeto “Educação para a Cidadania”, embora apresente na sua estrutura uma orientação para a sensibilização dos jovens sobre a responsabilidade na matéria da DN, verifica-se que a profundidade da regulamentação se dilui perante outras orientações consagradas nas linhas orientadoras desse projeto, relegando as matérias da DN para uma posição de limitada projeção estratégica.

Identifica-se como um exemplo considerável, a medida adotada pelo Governo Lituano, quando elaborou em 2015 um panfleto contendo diversa informação destinada à população, englobando tarefas decorrentes da DN e instruindo-a a agir perante situações de crise. Nas situações apresentadas nesse documento, a passagem à resistência é abordada, sensibilizando a população para a hipótese da sua ocorrência. No caso da situação se materializar, já existe uma sensibilização anterior em como proceder nesse caso (Ministry of National Defence, 2015).

Outro caso de reflexão, na vertente do sentimento que um povo nutre pelo seu território e onde se sente ligado, poderá ser o da região do Curdistão, no norte do Iraque. Este povo tem vindo a lutar pela sua autodeterminação desde o séc. XIX, onde os combatentes curdos (peshmerga) tem vindo a resistir ao poder estatal iraquiano, bem como aos combatentes do Daesh que se têm tentado estabelecer na região.

6.2. Os MILITARES

A organização das Operações Irregulares decorrentes da passagem à Resistência, obriga a que ela assente numa estrutura superior preenchida pelo poder político deposto, exilados numa zona não ocupada pelo invasor, para após a constituição dos escalões de comando no território ocupado, consiga coordenar as ações com os diversos meios disponíveis. A organização deve ser disposta em rede, interligando os núcleos formados para coordenação das ações de subversão ou Guerrilha. A sua implantação deve ser efetuada mediante os limites administrativos que devem estabelecer uma afinidade entre os seus habitantes.

A formação dos militares em matéria de Operações Irregulares, reveste-se de uma importância fundamental para a preparação da passagem à Resistência, onde os militares possuidores desse conhecimento, poderão prestar o melhor apoio à população na fase inicial da organização da Resistência. Esse conhecimento, obtido através de uma formação como o COIR, reforça as capacidades dos militares no apoio de uma Resistência planeada, sincronizando as capacidades militares com a motivação da população, no garante da defesa da Pátria. Para assegurar que na situação de passagem à Resistência, existirão militares com conhecimento em quantidade e diversidade suficientes para assumir ou apoiar a coordenação dos civis na Resistência, é essencial que as FFAA garantam um efetivo elevado de militares habilitados com o COIR. Assim, salvaguarda-se uma melhor probabilidade de dispersão dos militares com conhecimentos que permitam organizar uma Resistência, numa situação de que poderão não ser muitos a conseguir atingir essa fase da invasão, mediante a sua captura, incapacitação ou morte.

Atualmente, a formação ministrada é escassa no seu quantitativo, materializando um risco que, na sua aceitação, acarreta a responsabilidade de

comprometer seriamente a DN conforme prevista nos diplomas enquadrantes, conjuntamente com a perda da capacidade estratégica de dissuasão, deixando de poder materializar a possibilidade de emprego de uma Resistência organizada perante uma invasão territorial.

Considerando o panorama da atual da preparação dos militares, será prudente assumir que quantos mais militares com formação orientada para assumir a responsabilidade de organizar a Resistência, mais salvaguardada prevalece a estrutura de enquadramento necessária para a preparação da Guerra Subversiva. Importa referir que, decorrente das ameaças elencadas no CEDN, o terrorismo transnacional e outras formas de extremismo violento são identificados como sendo ameaças do ambiente de segurança global.

Nesta matéria, o COIR constitui-se como uma ferramenta única, pois além de salvaguardar um aspeto exigido às FFAA na matéria de DN, enriquece os conhecimentos dos militares, o que lhes permitirá compreender a lógica que sustenta um movimento subversivo. Com este conhecimento, potenciará a mitigação do risco inerente à evolução para o terrorismo, na adoção de medidas preventivas. É importante referir que, à luz da conjuntura atual, esse conhecimento adicional adquirido através do COIR, faculta aos militares das FFAA participantes em Forças Nacionais Destacadas/Elementos Nacionais Destacados o conhecimento sobre os movimentos terroristas, pois Portugal ao abrigo dos acordos firmados à luz das alianças a que pertence, colabora num esforço global de combate contra o terrorismo.

7. CONCLUSÕES

Salvaguardar a soberania do Estado, a independência nacional, a integridade territorial e os valores fundamentais da ordem constitucional, materializam um objetivo nacional permanente, que se encontra plasmado no CEDN. No mesmo documento é contemplada a importância do fortalecimento das “capacidades de coesão da comunidade nacional, de modo a prevenir ou reagir pelos meios adequados a qualquer agressão ou ameaças externas”.

A ação da Resistência e da sua capacidade de conduzir ações de Guerrilha assume um valor estratégico na DN, considerando várias razões: (i) a sua capacidade em prolongar o combate com um invasor para além da derrota das FFAA, impedindo-o de estabelecer o seu poder; (ii) multiplicar as forças combatentes através do empenhamento de parte da população, resistindo ao invasor; (iii) pelo desgaste que provoca no oponente; (iv) pela renúncia à subordinação perante um invasor, negando-lhes a vitória psicológica perante a população. O potencial estratégico que a Resistência materializa, constitui um fator de insegurança a

um potencial invasor, que poderá influenciar a decisão de uma força externa em invadir um país soberano, se contar previamente com a oposição de uma Guerrilha organizada, sobretudo no caso de Portugal, onde encontra limitação na sua profundidade estratégica definida geograficamente.

A preparação da passagem à Resistência não se encontra a ser adequadamente preparada pelas FFAA, onde o Exército surge como principal interveniente, sobretudo pela ausência de formação específica sobre essa hipótese, que embora sendo diminuta, consta nos diplomas legais em vigor, nomeadamente no CEDN.

Reitera-se, acima de tudo, que a defesa da Pátria é um direito e um dever de todos, consagrado na CRP.

Para reflexão futura, sugere-se a reavaliação da implementação do teor curricular do COIR como formação base dos Oficiais e Sargentos dos QP, ou numa posição de complementaridade, como nos cursos de formação de carreira (Promoção a Capitão, Promoção a Oficial Superior ou Estado-Maior Conjunto). A sua utilidade, cada vez mais atual, enquadra-se na salvaguarda daquilo que compete às FFAA em matéria da passagem à Resistência, concomitantemente com uma compreensão alargada dos movimentos insurgentes que proliferam pelos Teatros de Operações, onde os nossos militares servem diariamente, expostos à ação dos mesmos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Albuquerque, A. d. (1986). *Desenvolvimento Estratégico da Passagem à Resistência em Portugal e o Papel do Exército Nesse Contexto*. Pedrouços: IAEM.
- Antunes, E. E. (1985). *Experiências Históricas de Passagem à Resistência em caso de Invasão do Território Nacional: Ensinamentos Colhidos*. Pedrouços: IAEM.
- BrigMec. (2018). *Jornadas do Dia da Defesa Nacional 2018*. Diretiva nº50/BrigMec/18. Santa Margarida: QG/BrigMec.
- Cabral, F. S. (2006). *Para que servem as Forças Armadas?* Diário de Notícias.
- Canotilho, J. J., & Moreira, V. M. (2014). *Constituição da República Portuguesa Anotada*. Coimbra: Coimbra Editora.
- Carreiras, H. (2009). *Inquérito à População Portuguesa sobre Defesa e Forças Armadas*. Lisboa: ISCTE.
- Catroga, F. (2008). *Pátria e Nação*. Em L. R. Torgal, F. T. Pimenta, & J. S. Sousa, Comunidades Imaginadas - Nação e Nacionalismos em África. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- CmdPess. (2017). *Plano de Formação Contínua*. Lisboa: EME.

- Correia, P. P. (1982). *A Passagem à Guerrilha em Território Nacional. Em Que Condições? Que Tipo de Preparação Antecedente?* Pedrouços: IAEM.
- Decreto-Lei nº139/2012. (2012). *Princípios orientadores da organização e da gestão dos currículos dos ensinos básicos e secundário*. Diário da República N.º129 - I Série. Lisboa: Ministério da Educação e Ciência.
- Decreto-Lei nº289/2000. (2000). *Regulamento da Lei de Serviço Militar*. Diário da República nº263 - I Série - A. Lisboa: Ministério da Defesa Nacional.
- DF. (2018). *Referencial de Curso - Operações Irregulares*. Évora: Direção de Formação.
- DGE. (2013). *Educação para a Cidadania – linhas orientadoras*. Lisboa, Portugal: Ministério da Educação e Ciência.
- DGRDN. (2018). *Estudos Desenvolvidos no Âmbito do Dia da Defesa Nacional*. Lisboa: Ministério da Defesa Nacional.
- Duarte, J. P. (1997). *Defesa Nacional, Exército Profissional e a Resistência*. Pedrouços: IAEM.
- EME. (1966). *O Exército na Guerra Subversiva*. Lisboa: Ministério do Exército.
- EME. (2010). *PDE 3-09-00 Operações Não Convencionais*. Lisboa: EME.
- EME. (2014). *PDE 3-67-00 Operações Especiais*. Lisboa: EME.
- Horta, R. (2017). *Visão Futura do Curso de Operações Irregulares*. Ponto de Reunião, pp. 66-67.
- Lei Constitucional nº1/2005. (2005). *Constituição da República Portuguesa, 7ªRevisão*. Diário da República nº155 - I Série - A. Lisboa: Assembleia da República.
- Lei nº 174/99. (1999). *Lei do Serviço Militar*. Diário da República nº221 - I Série - A. Lisboa: Assembleia da República.
- Lei Orgânica n.º1-B/2009. (2009). *Lei de Defesa Nacional*. Diário da República nº138, I Série. Lisboa: Assembleia da República.
- Ministry of National Defence. (2015). *Prepare to survive emergencies and war: a cheerful take on serious recommendations*. Vilnius, Lituânia.
- Narciso, R. (1999). O Serviço Militar e a Cidadania. *Nação e Defesa* N.º91 - 2ªSérie, pp. 67-94.
- Oliveira, H. d. (1949). *A Guerrilha na Guerra Moderna*. Lisboa: Papelaria Fernandes.
- Portela, J. L. (1991). *O Exército do ano 2000 e a Resistência*. Pedrouços: IAEM.
- Priberam. (2019a). *Priberam dicionário*. Retirado de <https://dicionario.priberam.org/dever>
- Priberam. (2019b). *Priberam dicionário*. Retirado de <https://dicionario.priberam.org/direito>
- Rainho, P. (2018). *Observador*. Retirado de <https://observador.pt/2018/07/29/defesa-ministro-admite-novo-debate-sobre-servico-militar-obrigatorio/>

- Resolução de Conselho de Ministros nº19/2013. (5 de abril de 2013). *Conceito Estratégico de Defesa Nacional*. Diário da República nº67, I Série. Lisboa: Conselho de Ministros.
- Santos, L., Proença, F., Monteiro, F., Lima, J., Silva, N., Silva, J., . . . Afonso, C. (2016). *Orientações Metodológicas para a Elaboração de Trabalhos de Investigação*. Lisboa: Instituto de Estudos Superiores Militares.
- Seixas, A. S. (1978). A estruturação das Forças Armadas e as Funções Constitucionais. *Nação e Defesa*, n.º 5.
- Sequeira, J. M. (2017). A formação da Identidade em Portugal. *Revista Militar* N.º 2590, 943-952.
- Velloso, D. M. (2008). *Curso de Operações Irregulares* - Memorando 01/DSV/08. Lamego.



Editorial: cidium@ium.pt
Telefone: (+351) 213 002 100; Fax: (+351) 213 002 162
Morada: Rua de Pedrouços - 1449-027 Lisboa



Capa
Composição gráfica
Tenente-coronel TINF Rui José da Silva Grilo
Sobre aguarela de
Tenente-general Vitor Manuel Amaral Vieira